

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
NÍVEL MESTRADO

NATHAN CAMILO

“É PREFERÍVEL BOM NOME A MUITAS RIQUEZAS”:
DINÂMICA DAS PRÁTICAS DE NOMINAÇÃO NO EXTREMO SUL DO BRASIL
ENTRE O FINAL DO SÉCULO XVIII E O INÍCIO DO SÉCULO XIX

SÃO LEOPOLDO

2016

Nathan Camilo

“É PREFERÍVEL BOM NOME A MUITAS RIQUEZAS”:

Dinâmica das práticas de nomeação no extremo sul do Brasil entre o final do século XVIII e o início do século XIX

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt
Moreira

Coorientador: Prof. Dr. Gabriel Santos
Berute

São Leopoldo

2016

C183e Camilo, Nathan.
“É preferível bom nome a muitas riquezas” : dinâmica das práticas de nomeação no extremo sul do Brasil entre o final do século XVIII e o início do século XIX / Nathan Camilo. – 2016.
227 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2016.

“Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira ; coorientador: Prof. Dr. Gabriel Santos Berute.”

1. Nome. 2. Família. 3. Práticas de nomeação. 4. Livres e forros. 5. Patrimônio imaterial. I. Título.

CDU 93

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecário: Flávio Nunes – CRB 10/1298)

Nathan Camilo

“É PREFERÍVEL BOM NOME A MUITAS RIQUEZAS”:

Dinâmica das práticas de nomeação no extremo sul do Brasil entre o final do século XVIII e o início do século XIX

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Aprovado em 1º de abril de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira (orientador) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Prof. Dr. Gabriel Santos Berute (coorientador) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFRS

Prof. Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Prof. Dr. Sérgio Odilon Nadalin – Universidade Federal do Paraná – UFPR

Prof. Dr. Rodrigo de Azevedo Weimer – Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser – FEE

Dedico esta obra à minha família consanguínea-espiritual...

...aos que já se foram e aos que aí estão...

...aos que vieram e aos que virão...

*...à memória de meu pai Sérgio e a minha mãe Déa,
que me atribuíram o nome...*

*...a meu irmão-compadre Davi e a minha cunhada-comadre Maris,
que me possibilitaram a experiência do compadrio...*

*...a minha sobrinha-afilhada Marina,
que está me ensinando o que é ser padrinho na prática...*

AGRADECIMENTOS

Eis que mais uma etapa deste caminho chega ao seu termo. Verdade seja dita: não foi fácil. Com direito a muitas curvas fechadas, buracos, pista estreita e sem acostamento, caminhões carregados, cerração, duas quedas de barreira, desvios de rota... Semelhante à ERS-020, rodovia pela qual inúmeras vezes circulei ao longo destes últimos vinte e quatro meses nos constantes deslocamentos entre São Francisco de Paula e a Unisinos (na verdade foram mais, se considerarmos também a etapa de elaboração do projeto).

De todos os modos, ao destino cheguei. E, como diriam Lenine e Carlos Posada na canção *Castanho*, “o que sou, eu sou em par; não cheguei sozinho”. De fato, as linhas que aqui foram redigidas teriam sido inviabilizadas caso não tivesse contado com o apoio de inúmeros seres que colaboraram com o andamento desta pesquisa. A estes, os meus mais sinceros agradecimentos.

Sem esquecer que foram inúmeras pessoas envolvidas e que é grande o risco de se cometer algum injusto esquecimento aqui. Portanto, de antemão, desde já agradeço a todos os que contribuíram, direta ou indiretamente, para o pleno percurso dessa trajetória.

Sempre que se vai escrever algo, vem a inevitável pergunta: por onde começar? Pois começemos por onde qualquer coisa começa: pelo princípio!

Inicialmente, agradeço a Deus, criador, mantenedor e renovador deste nosso imenso lar que nominamos Universo. Agradeço pela dádiva da Vida. Pelo apoio dado naqueles atribulados momentos mais nebulosos, onde o percurso parecia um labirinto de inúmeras voltas sem saída e a vontade era de “chutar o balde”. E, principalmente, pela sabedoria necessária para que fossem tomadas as decisões mais acertadas para cada momento.

Justíssimo iniciar os agradecimentos pessoais aos meus familiares. “Seguraram a barra” nas ocasiões mais difíceis e sentiram minha ausência, meus momentos de tensão e minhas divagações. Mas também dividiram comigo as conquistas e realizações após o cumprimento de cada etapa. A começar com a primeira pessoa com quem interagi nesta vida: minha mãe, Déa. Alguém com quem sempre pude contar em todas as ocasiões, desde manter tudo “nos trilhos” enquanto estive com foco prioritário na pesquisa, até ser a primeira revisora e leitora leiga deste trabalho. Davi, meu irmão-compadre, e Maris, minha cunhada-comadre, pelo

apoio proporcionado e também pela maior alegria que nossa família teve nesse período: a chegada de Marina, minha sobrinha-afilhada, a quem agradeço pela oportunidade de conhecer o que é ser padrinho além do que se pôde ler em tantos estudos sobre compadrio. Sem esquecer ainda de agradecer aos demais familiares que me apoiaram nessa trajetória, como minha avó Teca, meus tios e primos.

Agradeço a todos os professores do PPG História da Unisinos pelas reflexões e debates proporcionados nas disciplinas. Especialmente à professora Ana Silvia. Uma orientadora séria, competente, com grande domínio sobre os assuntos que trata e sempre com uma ideia que ajudou a conduzir a investigação. Deu todo o apoio necessário, desde empréstimo de livros até um “pouso” numa noite chuvosa sem ônibus. Já me acompanhava desde a graduação e conduziu a orientação na primeira metade do mestrado.

Entretanto, às vezes o destino faz com que se sigam rumos diferentes. Tenho, assim, de agradecer imensamente ao professor Paulo, que se prontificou a realizar minha orientação após a saída da profa. Ana Silvia. Tarefa realizada de forma igualmente séria, competente, com domínio do assunto e com ideias pertinentes para condução da investigação. O mesmo se aplica para o professor Gabriel, que com disposição coorientou este trabalho.

Agradeço também ao Dario, por realizar toda a parte técnica referente ao banco de dados utilizado nesta pesquisa. À professora Eloísa e ao professor Marcos, pelos cafés nos intervalos de aula e pelo apontamento de novos temas e de novas possibilidades. Aos professores Eliane Fleck e Rodrigo Weimer, pelos apontamentos e sugestões apresentados no exame de qualificação.

Embora os principais personagens de uma universidade sejam os professores e os alunos, é necessário reconhecer o trabalho de outros profissionais que são importantes para o funcionamento da instituição. Um agradecimento a toda a equipe de funcionários da secretaria dos PPGs da Escola de Humanidades e outros setores, em especial a Saionara, pelo auxílio e dedicação em toda a parte burocrática de documentos, relatórios e afins.

Os eventos e congressos na área de História da População foram de grande importância para troca de experiências e de considerações que colaboraram sobremaneira para a evolução da análise. Agradeço a todas as contribuições, em especial às dos professores Sérgio Nadalin e Martha Hameister, que, como

pesquisadores na mesma área, fizeram importantes colocações e indicações de referencial bibliográfico.

Um agradecimento ao pessoal do GT História da Infância, Juventude e Família pelos debates e apreciações acerca de nossos trabalhos naquelas reuniões de sábado via Skype[®]. Jonathan e Denize, pela disponibilização dos róis de confessados transcritos. Rachel, pelas sugestões bibliográficas e pelo convite para escrever um artigo a ser publicado em uma coletânea. José Carlos, Luciano, Max, Carina e Cláudia, pelas considerações proporcionadas.

Durante as aulas e atividades do mestrado, convivi com várias pessoas envolvidas com suas pesquisas. Um agradecimento a todos os que integraram o Núcleo de Estudos Luso-Brasileiros – NELB (“fase Ana Silvia”) pela contribuição na inserção dos dados. Aos colegas do PPG e aos meus amigos, pelas trocas de experiências e pelos momentos passados em conjunto. Aos integrantes do NELB (“fase Eloísa”) e do NETB, pelas conversas, cafés e chimarrões.

Vale mencionar alguns que, mais do que colegas, revelaram-se grandes amigos. Fernanda e Vitor, pela hospitalidade e pelo apoio durante o processo de seleção. Mirele e Elisa, amigas com quem pude contar nos bons e nos maus momentos, tanto nos dias mais tensos quanto nos mais alegres, sem esquecer os jantares com *sushi*. Rodrigo e Augusto, nos almoços, nas reflexões acerca de nosso papel dentro de nossas comunidades e nos casos do “xucrismo”. Alba e Helenize, nos cafés regados a temas que iam de astrologia a memória.

Agradeço também aos colegas de trabalho da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs). Juliana, Débora, Cristiano, Eloísa, Viviane e Clarisse, pelo apoio para realização do mestrado e por “segurarem a barra” enquanto estive de licença. Sita Mara, Rejane, Gládis, Aline, Rosmarie, Rodrigo Koch, Rodrigo Cambará, Leonardo, Marcelo, Clódis e demais professores, pelo incentivo. E professora Eliane Kolchinski, por autorizar meu pedido de licença para tratar de interesse particular.

Faço referência ainda a algumas instituições que ajudaram na realização deste trabalho: Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre e Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, pela disponibilização dos documentos usados como fonte. À Igreja Mórmon, por disponibilizarem via *internet* os registros paroquiais, o que facilitou muito algumas etapas do trabalho. E ao CNPq, pela concessão de uma bolsa de Mestrado.

Por último, mas não menos importante, gostaria de fazer um agradecimento a quem, por intermédio do CNPq, financiou este trabalho. Um agradecimento aos contribuintes brasileiros, que, com o suado dinheiro dos impostos nossos de cada dia, pagaram os recursos que possibilitaram esta investigação. Que o resultado apresentado possa, de alguma forma, retribuir todo o apoio concedido até aqui.

*Nome mais nome igual a nome,
uns nomes menos, uns nomes mais.
Menos é mais ou menos,
nem todos os nomes são iguais.*

*Uma coisa é a coisa, par ou ímpar,
outra coisa é o nome, par e par,
retrato da coisa quando límpida,
coisa que as coisas deixam ao passar.*

*Nome de bicho, nome de mês, nome de estrela,
nome dos meus amores, nomes animais,
a soma de todos os nomes,
nunca vai dar uma coisa, nunca mais.*

*Cidades passam. Só os nomes vão ficar.
Que coisa dói dentro do nome
que não tem nome que conte
nem coisa pra se contar?*

(Paulo Leminski, *Nomes a menos*)

*En el nombre de mi abuela
Está escrita una canción
En el nombre de mi abuela
Victoria Abaracón
Cruza de india con gallego
De luto y de bastón
De crenchas afiladas
Paso chueco de escorpión*

*Dicen que era centenaria
Que era de Tacuarembó
Dicen que era de los blancos
Tres hermanos enterró
Dicen que mató al marido
Y con otro se casó
Eso es todo lo que saben
De Victoria Abaracón*

*Eso es todo lo que saben
De Victoria Abaracón...*

(Jaime Roos, *Victoria Abaracón*)

RESUMO

Esta investigação apresenta como proposta a análise das práticas de nomeação adotadas pela população livre e forra da freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre, localizada no atual estado do Rio Grande do Sul, no período compreendido entre o final do século XVIII e o início do século XIX. O foco do estudo é entender a dinâmica dos nomes, buscando compreender como se davam os processos de atribuição, incorporação, variação e transmissão de prenomes, segundos nomes e sobrenomes dentro dos diversos estratos dessa sociedade. A partir do cruzamento nominativo de fontes entre os registros paroquiais de batismo, casamento e óbito, bem como fontes complementares, primárias e secundárias, é possível tanto a análise quantitativa quanto o estudo de trajetórias individuais e familiares. Com a combinação de tais abordagens, é possível compreender de forma mais clara como o nome era utilizado pela sociedade da época. A forma como se davam os processos de atribuição, incorporação, transmissão e utilização de prenomes, segundos nomes e sobrenomes indicam um panorama onde o nome era considerado um patrimônio imaterial a ser administrado, manejado e ressignificado conforme os interesses e as possibilidades de uma sociedade hierarquizada e estratificada.

Palavras-chave: Nome. Família. Práticas de nomeação. Livres e forros. Patrimônio imaterial.

RESUMEN

Esta investigación presenta como propuesta el análisis de las prácticas de nombramiento adoptadas por la población libre y liberta de la feligresía Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre, ubicada en el actual estado de Rio Grande do Sul, en el período comprendido entre fines del siglo XVIII y el inicio del siglo XIX. El foco del estudio es entender la dinámica de los nombres, buscando comprender como se daban los procesos de atribución, incorporación, variación y transmisión de prenombrados, segundos nombres y apellidos dentro de los diversos estratos de esa sociedad. A partir del cruce nominativo de fuentes entre los registros parroquiales de bautismo, matrimonio y óbito, bien como fuentes complementares, primarias y secundarias, es posible tanto el análisis cuantitativo como el estudio de trayectorias individuales y familiares. Con la combinación de tales abordajes, es posible comprender de forma más clara como el nombre era utilizado por la sociedad de la época. La forma como se daban los procesos de atribución, incorporación, transmisión y utilización de prenombrados, segundos nombres y apellidos indican un panorama donde el nombre era considerado un patrimonio inmaterial a ser administrado, manejado y resignificado conforme los intereses y posibilidades de una sociedad jerarquizada y estratificada.

Palabras-clave: Nombre. Familia. Prácticas de nombramiento. Libres y libertos. Patrimonio inmaterial.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização da sesmaria de Santana (1740-1761).....	59
Figura 2 – Sesmaria de Santana (1740-1761)	60
Figura 3 – Freguesia de São Francisco dos Casais (Porto Alegre) em 1772.....	63
Figura 4 – Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul com a divisão municipal de 1809	65
Figura 5 – Cidade de Porto Alegre em 1840	71
Figura 6 – Filhos de Tomásia Cardoso e de Perpétua Francisca Coelha	133
Figura 7 – Descendência de Ângela Francisca Coelha: filhos	146
Figura 8 – Descendência de Ângela Francisca Coelha: netos	154

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Crianças ilegítimas e expostas batizadas em Porto Alegre (%) por década (1772-1835).....	68
Gráfico 2 – Soma dos cinco prenomes mais comuns (%) por década (1772-1835)..	84
Gráfico 3 – Cinco prenomes femininos mais comuns (%) por década (1772-1835)..	84
Gráfico 4 – Cinco prenomes masculinos mais comuns (%) por década (1772-1835)	85
Gráfico 5 – Prenomes oriundos de pais, avós e/ou padrinhos (%) por década (1772-1835).....	91
Gráfico 6 – Origem dos prenomes femininos (%) por década (1772-1835).....	92
Gráfico 7 – Origem dos prenomes masculinos (%) por década (1772-1835).....	92
Gráfico 8 – Prenomes oriundos de pais, avós e/ou padrinhos (%) por legitimidade (1772-1835).....	93
Gráfico 9 – Prenomes oriundos de pais, avós e/ou padrinhos (%) por cor ou grupo de procedência (1772-1835).....	94
Gráfico 10 – Prenomes oriundos de pais, avós e/ou padrinhos (%) por condição jurídica (1772-1835).....	95
Gráfico 11 – Presença de segundos nomes e/ou sobrenomes (%) em óbitos (idade igual ou superior a quinze anos) por década (1772-1835).....	102
Gráfico 12 – Presença de segundos nomes e/ou sobrenomes (%) em óbitos (idade igual ou superior a quinze anos) por condição jurídica (1772-1835).....	102
Gráfico 13 – Presença de segundos nomes e/ou sobrenomes (%) em óbitos (idade igual ou superior a quinze anos) por cor ou grupo de procedência (1772-1835)....	103
Gráfico 14 – Presença de segundos nomes e/ou sobrenomes (%) em óbitos (idade igual ou superior a quinze anos) por presença de atributo (1772-1835).....	104
Gráfico 15 – Origem dos segundos nomes e/ou sobrenomes das noivas (%) por década (1772-1835).....	109
Gráfico 16 – Origem dos segundos nomes e/ou sobrenomes dos noivos (%) por década (1772-1835).....	110
Gráfico 17 – Origem dos segundos nomes e/ou sobrenomes das noivas (%) por legitimidade (1772-1835).....	111
Gráfico 18 – Origem dos segundos nomes e/ou sobrenomes dos noivos (%) por legitimidade (1772-1835).....	111

Gráfico 19 – Origem dos segundos nomes e/ou sobrenomes dos nubentes (%) por condição jurídica (1772-1835).....	112
Gráfico 20 – Origem dos segundos nomes e/ou sobrenomes das noivas (%) por cor ou grupo de procedência (1772-1835)	114
Gráfico 21 – Origem dos segundos nomes e/ou sobrenomes dos noivos (%) por cor ou grupo de procedência (1772-1835)	114
Gráfico 22 – Origem dos segundos nomes e/ou sobrenomes dos nubentes (%) por presença de atributo (1772-1835)	115

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Normas do Concílio de Trento e dados dos batismos (1772-1835).....	32
Quadro 2 – Normas do Concílio de Trento e dados dos casamentos (1772-1835) ..	34
Quadro 3 – Normas do Concílio de Trento e dados dos óbitos (1772-1835)	35
Quadro 4 – Relação dos livros de registros paroquiais utilizados na pesquisa	39
Quadro 5 – Evolução populacional de Porto Alegre (1780-1834)	66
Quadro 6 – Dados do recenseamento de 1814 para a capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul e para a vila de Porto Alegre	67
Quadro 7 – Expostos em casa de Perpétua Francisca Coelha	139
Quadro 8 – Expostos em casa de Ângela Francisca Coelha	140
Quadro 9 – Batismo dos filhos de Ângela Francisca Coelha	141
Quadro 10 – Batismo e óbito dos filhos de Timóteo José Rodrigues e Claudina Maria da Assunção (batizados até 1835)	160
Quadro 11 – Origem familiar dos prenomes dos filhos e netos de Ângela Francisca Coelha	162
Quadro 12 – Origem familiar dos segundos nomes e sobrenomes dos filhos e netos de Ângela Francisca Coelha	164

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução do número de batismos em Porto Alegre (1772-1835).....	67
Tabela 2 – Evolução do número de matrimônios em Porto Alegre (1772-1835).....	68
Tabela 3 – Evolução do número de óbitos em Porto Alegre (1772-1835).....	68
Tabela 4 – Número de batismos por década (1772-1835).....	73
Tabela 5 – Número de batismos por legitimidade (1772-1835).....	74
Tabela 6 – Número de batismos por cor ou grupo de procedência (1772-1835)	74
Tabela 7 – Número de batismos por condição jurídica (1772-1835).....	74
Tabela 8 – Número de nubentes e falecidos por década (1772-1835).....	74
Tabela 9 – Número de nubentes e falecidos por legitimidade (1772-1835)	75
Tabela 10 – Número de nubentes e falecidos por cor ou grupo de procedência (1772-1835).....	75
Tabela 11 – Número de nubentes e falecidos por condição jurídica (1772-1835)	75
Tabela 12 – Número de nubentes e falecidos por presença de atributo (1772-1835)	75
Tabela 13 – Frequência de nomes de beatos ou santos (1772-1835)	79
Tabela 14 – Cinco prenomes mais utilizados (1772-1835)	81
Tabela 15 – Cinco prenomes femininos mais usados por legitimidade (1772-1835)	86
Tabela 16 – Cinco prenomes masculinos mais usados por legitimidade (1772-1835)	86
Tabela 17 – Origem dos prenomes (1772-1835).....	90
Tabela 18 – Presença de segundos nomes e/ou sobrenomes em óbitos do sexo feminino por faixa etária (1772-1835).....	100
Tabela 19 – Presença de segundos nomes e/ou sobrenomes em óbitos do sexo masculino por faixa etária (1772-1835).....	101
Tabela 20 – Presença de segundos nomes e/ou sobrenomes em óbitos (idade igual ou superior a quinze anos) e casamentos por <i>status</i> matrimonial (1772-1835)	105
Tabela 21 – Origem dos segundos nomes e/ou sobrenomes dos nubentes (1772- 1835).....	108

LISTA DE ABREVIATURAS

ADPRG – Arquivo da Diocese Pastoral de Rio Grande

AHCMPTA – Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre

AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

FEE – Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
1.1 Conceitos centrais: definição e delimitação	20
1.2 O como: fontes e métodos da pesquisa	29
1.3 Práticas de nomação: balanço historiográfico	41
1.4 Do conjunto aos elementos: resumo dos capítulos	47
2 O NOME E SEUS SIGNIFICADOS: MARCO ANALÍTICO E CONTEXTO TEMPORAL-ESPACIAL	49
2.1 O nome e seus significados: marco analítico	49
2.2 Onde e quando: caracterizando tempo e espaço	58
3 OS PORTO-ALEGRENSES ESCOLHEM SEUS NOMES: PANORAMA GERAL E DADOS QUANTITATIVOS	73
3.1 Práticas de nomação luso-brasileiras: do presente ao passado	76
3.2 Do geral ao local I: análise dos prenomes	78
3.3 Do geral ao local II: análise dos segundos nomes e sobrenomes	98
3.4 Considerações gerais sobre as práticas de nomação	118
4 O NOME ALÉM DO COMO: PRÁTICAS DE NOMINAÇÃO E TRAJETÓRIAS FAMILIARES	120
4.1 De “o nome e o como” para “o nome <i>além</i> do como”: microanálise e práticas de nomação	121
4.2 Dinâmica dos nomes: estudo de uma trajetória familiar (Ângela Francisca Coelha, ascendentes e descendentes)	127
4.2.1 Primeira geração: Ângela Francisca Coelha e Perpétua Francisca Coelha ...	129
4.2.2 Segunda geração: filhos de Ângela Francisca Coelha	145
4.2.3 Terceira geração: netos de Ângela Francisca Coelha	153
4.3 Considerações sobre as práticas de nomação da família	161
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	166
REFERÊNCIAS	170

APÊNDICE A – LISTA DE PRENOMES USADOS NOS BATISMOS DE LIVRES E FORROS EM PORTO ALEGRE EM ORDEM DE PREFERÊNCIA.....	184
APÊNDICE B – LISTA DE PRENOMES USADOS NOS BATISMOS DE LIVRES E FORROS EM PORTO ALEGRE POR ORIGEM RELIGIOSA	193
APÊNDICE C – LISTA DOS CINCO PRENOMES MAIS USADOS NOS BATISMOS DE LIVRES E FORROS EM PORTO ALEGRE POR DÉCADA.....	197
APÊNDICE D – ORIGEM DOS PRENOMES USADOS NOS BATISMOS DE LIVRES E FORROS EM PORTO ALEGRE POR DÉCADA.....	200
APÊNDICE E – ORIGEM DOS PRENOMES USADOS NOS BATISMOS DE LIVRES E FORROS EM PORTO ALEGRE POR LEGITIMIDADE	204
APÊNDICE F – ORIGEM DOS PRENOMES USADOS NOS BATISMOS DE LIVRES E FORROS EM PORTO ALEGRE POR COR OU GRUPO DE PROCEDÊNCIA ..	206
APÊNDICE G – ORIGEM DOS PRENOMES USADOS NOS BATISMOS DE LIVRES E FORROS EM PORTO ALEGRE POR CONDIÇÃO JURÍDICA.....	208
APÊNDICE H – PRESENÇA DE SEGUNDOS NOMES E/OU SOBRENOMES EM ÓBITOS DE LIVRES E FORROS (IDADE INFORMADA IGUAL OU SUPERIOR A QUINZE ANOS) EM PORTO ALEGRE	209
APÊNDICE I – ORIGEM DOS SEGUNDOS NOMES E/OU SOBRENOMES DOS NUBENTES LIVRES E FORROS EM PORTO ALEGRE POR DÉCADA.....	211
APÊNDICE J – ORIGEM DOS SEGUNDOS NOMES E/OU SOBRENOMES DOS NUBENTES LIVRES E FORROS EM PORTO ALEGRE POR LEGITIMIDADE....	215
APÊNDICE K – ORIGEM DOS SEGUNDOS NOMES E/OU SOBRENOMES DOS NUBENTES LIVRES E FORROS EM PORTO ALEGRE POR CONDIÇÃO JURÍDICA	216
APÊNDICE L – ORIGEM DOS SEGUNDOS NOMES E/OU SOBRENOMES DOS NUBENTES LIVRES E FORROS EM PORTO ALEGRE POR COR OU GRUPO DE PROCEDÊNCIA.....	217
APÊNDICE M – ORIGEM DOS SEGUNDOS NOMES E/OU SOBRENOMES DOS NUBENTES LIVRES E FORROS EM PORTO ALEGRE POR ATRIBUTO	220
ANEXO A – TRANSCRIÇÃO DO TESTAMENTO DE ÂNGELA FRANCISCA COELHA.....	221
ANEXO B – TRANSCRIÇÃO DA RELAÇÃO DE BENS DEIXADOS POR ÂNGELA FRANCISCA COELHA	223

1 INTRODUÇÃO

*“É preferível bom nome a muitas riquezas, e boa graça a prata e ouro”
(BÍBLIA, Provérbios 22,1)*

Um elemento comum às mais diversas sociedades que compuseram e compõem o mundo nos mais variados contextos de tempo e espaço é que todos os seus membros são identificados por um nome, autoatribuído ou atribuído por outrem. Algo aparentemente corriqueiro e naturalizado, mas que envolve uma série de fatores que influem na disponibilidade, escolha e utilização dos nomes pessoais. Para Sérgio Odilon Nadalin (2004, p. 108), os nomes constituem “indicadores para divisar, entre outros temas, componentes das relações sociais, comportamentos coletivos e o imaginário da sociedade”.

Com efeito, Jacques Dupâquier (1984) afirma que estudar as formas de nominar os indivíduos transcende a simples curiosidade do pesquisador. Além de mensurar os comportamentos, também deve buscar algumas das regras de funcionamento das sociedades e também as experiências de estruturas familiares.

Portanto, os nomes e a sua utilização, de acordo com Marcel Mauss (2003b)¹, refletem as concepções que a sociedade apresenta sobre o conceito da existência pessoal. Este, longe de ser algo natural, foi sendo elaborado ao longo do tempo por diversas sociedades, as quais interpretaram a noção do “eu” de uma série de formas diferentes, “com base em seus direitos, suas religiões, seus costumes, suas estruturas sociais e suas mentalidades” (MAUSS, 2003b, p. 371). Logo, as formas de uso dos nomes tampouco são naturais e universais, sendo fruto de construções sociais, conscientes ou inconscientes, e assumindo configurações distintas.

Na busca por uma maior compreensão desses processos envolvidos na atribuição e uso dos nomes, nossa proposta tem como objeto de análise os *nomes pessoais* e as respectivas *práticas de nomenclatura* adotadas pela população livre e forra na então freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre, atual cidade de Porto Alegre, entre os anos de 1772 e 1835. Delimitação cronológica que tem como marco inicial e final, respectivamente, a elevação da localidade à categoria de freguesia e o início da Guerra dos Farrapos (1835-1845).

¹ Ensaio publicado originalmente em 1938.

1.1 Conceitos centrais: definição e delimitação

Independentemente da área de conhecimento, todas as investigações de caráter científico são conduzidas a partir de certos conceitos. Lembrando que Marshall David Sahlins (1990) alerta que a aplicação real do uso de um signo só emprega uma parte de seu sentido completo, a definição e delimitação dos conceitos são fundamentais para o adequado encaminhamento da pesquisa.

Começemos pelo conceito de *nome*. Em primeiro lugar, distinguir *nome próprio* de *nome comum*. Rosário Farâni Mansur Guérios (1973, p. 15-16, grifos do autor)² afirma que “todos os vocábulos ou signos possuem ‘alma’, isto é, *sentido* ou *significado*, e ‘corpo’ ou *significante*, que é, na linguagem falada, o *som*, e na linguagem gráfica a *escrita*”. Semelhante concepção foi apresentada por Claude Lévi-Strauss (2012, p. 35)³, ao explicar que os signos são “como um elo entre uma imagem e um conceito, que, na união assim estabelecida, desempenham respectivamente os papéis de *significante* e *significado*”.

Guérios (1973) afirma que os nomes próprios de certa forma não lembram mais os sentidos originalmente despertados, ou seja, estão desprovidos de “alma”. A diferença entre o nome próprio e o nome comum, para o semanticista Michel Bréal (*apud* GUÉRIOS, 1973), é de caráter intelectual e de grau, isto é, o nome próprio é um signo à “segunda potência”.

O linguista e etnólogo português José Leite de Vasconcelos (1931, p. 4, grifos nossos) divide o nome próprio lusitano⁴ em quatro partes: nome (propriamente dito), sobrenome, apelido e alcunha:

Por *nome* entendemos [...], que o *nome de batismo* (crisma, registro) ou *nome próprio*, que o *nome completo*. As expressões que completam o nome próprio chamam-se sobrenome e apelido, a que às vezes se junta uma alcunha. No uso da língua nome, sobrenome, apelido e alcunha têm tido várias acepções: [...] por *sobrenome* se entende um patronímico, nome de pessoa, ou expressão religiosa que se junta imediatamente ao nome próprio; por *apelido* uma denominação de família, transmitida ordinariamente de geração em geração; por *alcunha* um epíteto, bom ou mau, que outros aplicam a um indivíduo, em virtude de qualidades físicas ou morais que reconhecem nele, ou de certas particularidades de sua vida.

² Trabalho publicado originalmente em 1947.

³ Trabalho publicado originalmente em 1962.

⁴ A estrutura apresentada por Vasconcelos (1931) é a do nome próprio português; entretanto, essa noção pode ser ampliada para o nome próprio luso-brasileiro.

Para Vasconcelos (1928 *apud* GUÉRIOS, 1973), a diferença entre sobrenome e apelido é que o primeiro é atribuído de forma individual, ainda que possa ser comum a vários irmãos ou transmissível aos descendentes, enquanto que o segundo é genealógico, transmitido para os membros da família.

Para aclarar a esquematização do nome apresentada por Vasconcelos (1931), citemos um exemplo encontrado nas fontes: dona Josefa Eulália de Azevedo, a Senhora Brigadeira. Por essa forma, “Josefa” é o *nome* propriamente dito. “Eulália”, segundo nome próprio, é o *sobrenome*. “Azevedo” é o *apelido*, herdado de seu pai, José de Azevedo e Sousa. Por sua vez, “Senhora Brigadeira” é a *alcunha*. Esta não consta nos registros oficiais, mas foi mencionada na obra de Antônio Alves Pereira Coruja (1983)⁵. Josefa recebeu essa alcunha “por ter sido casada com o Brigadeiro Rafael Pinto Bandeira⁶, não perdendo este nome nem mesmo casando depois com o Desembargador L. C. T. [Luís Correia Teixeira] de Bragança⁷” (CORUJA, 1983, p. 79).

Robert Rowland (2008) decompõe o nome em apenas duas partes: *nome próprio* e *sobrenome*. Na primeira categoria, além do prenome, estão incluídos o segundo nome próprio e o nome proveniente de expressão religiosa. Na segunda, os patronímicos, apelidos e alcunhas. Pela definição de Rowland (2008), “Josefa Eulália” é o *nome próprio*, enquanto “Azevedo” é o *sobrenome*.

A fim de buscar maior aproximação com o uso dos termos à época e reduzir os riscos de eventuais anacronismos, procedeu-se a consulta a dicionários contemporâneos ao período estudado. Rafael Bluteau (1712-1728, v. 5, p. 738) define *nome* tanto como “palavra apropriada a alguma coisa, ou pessoa, para se conhecer, e distinguir da outra” quanto como o nome de batismo dado ao neófito. O nome, segundo o dicionarista, seria o equivalente ao *Praenomen* romano. Para Antônio de Morais Silva (1813, v. 2, p. 345)⁸, nome é “o substantivo [...] com que damos a conhecer, e significamos os indivíduos”. Luís Maria da Silva Pinto (1832), por sua vez, limita-se a conceituar o termo como “a palavra que significa uma coisa, ou a qualidade”. Importante frisar que os três dicionários trazem outra acepção para a palavra nome, que remetia também para as noções de crédito ou reputação. Em

⁵ Trabalho publicado pela primeira vez em 1881. Edições ampliadas foram divulgadas pelo *Anuário do Rio Grande do Sul* em 1886, 1887, 1888, 1889 e 1890.

⁶ ADPRG, Paróquia São Pedro, Livro segundo de casamentos de livres, 1776-1799, p. 15.

⁷ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro segundo de casamentos de livres, 1806-1818, p. 8. NACAOB, Madre de Deus, IdCasamento, 1611.

⁸ Dicionário publicado originalmente em 1789.

outras palavras, “bom nome”. Já *prenome*, para Bluteau (1712-1728), pode ser o nome ou o título precedente ao nome próprio; Silva (1813) e Pinto (1832) citam apenas a parte do título.

Bluteau (1712-1728) diferencia mais claramente os termos sobrenome, apelido e alcunha. *Sobrenome* é “o nome da casa, e família, acrescentado ao nome do Batismo, ou ao nome próprio” (BLUTEAU, 1712-1728, v. 7, p. 676). *Apelido* é o equivalente ao *Cognomen* latino, “inventado para evitar a confusão dos nomes, como distintivo individual de cada pessoa, e final específico de cada família, particularmente entre os Romanos” (BLUTEAU, 1712-1728, v. 1, p. 443). Por sua vez, *alcunha* remete ao *Agnomen* romano, sendo um nome dado em função de alguma característica ou evento pessoais.

Silva (1813) e Pinto (1832) não diferenciam tão precisamente os três conceitos⁹. O primeiro considera *sobrenome* “o nome, ou o apelido, que se ajunta ao nome do batismo” (SILVA, 1813, v. 2, p. 710) e *apelido* como sinônimo de alcunha e sobrenome. O segundo coloca *sobrenome* como sinônimo de apelido. Para *alcunha*, Pinto (1832) frisa que “antigamente era o mesmo que *apelido*. Hoje se diz do apelido posto por defeito, ou por algum sucesso”, enquanto Silva (1813, v. 1, p. 86) a define como “apelido, sobrenome [...]. Hoje diz-se de algum apelido injurioso alusivo a algum defeito da pessoa. Antigamente era indiferente”.

Baseando-se em uma síntese das conceituações acima apresentadas, consideraremos nesta pesquisa como *prenome* o primeiro nome próprio do indivíduo, normalmente atribuído no batismo. O segundo nome próprio e o nome de expressão religiosa serão tratados como *segundo nome*. Para patronímicos, apelidos¹⁰ e alcunhas, utilizaremos as expressões *nome de família* ou *sobrenome*. Pela nossa esquematização, portanto, “Josefa” é o *prenome*, “Eulália” é o *segundo nome*, enquanto “Azevedo” é o *nome de família* ou *sobrenome*. Já alcunhas que não constam em registros oficiais, como é o caso de “Senhora Brigadeira”, não serão analisadas neste momento. Também não entraremos na questão dos elementos identificadores dos grupos de procedência de escravos e libertos (por exemplo, *Tomásia, preta Angola*), muitas vezes incorporados e utilizados como um nome¹¹.

⁹ Não há verbete específico para *apelido* no dicionário de Pinto (1832).

¹⁰ Não confundir com a acepção usual de *apelido*, aplicada atualmente no português brasileiro, que designa uma forma de nomeação não oficial, de caráter familiar ou comunitário.

¹¹ Um destes casos foi o de Manoel Congo, analisado por Vinícius Pereira de Oliveira (2006).

Prenomes, segundos nomes, nomes de família, sobrenomes... elementos formadores do nome pessoal cujas escolhas revelam as práticas de nomeação de um grupo ou comunidade (neste caso, uma comunidade luso-brasileira). Rodrigo de Azevedo Weimer (2013, f. 323) define o conceito de *práticas de nomeação* como:

As maneiras pelas quais os homens, em sociedade, atribuem, para si e para outrem, formas de denominação pessoal; as maneiras pelas quais manipulam, ocultam ou evidenciam em diversos contextos sociais tais denominações; as formas pelas quais, através de nomes, prenomes, e apelidos, os indivíduos relacionam-se com a história e com tradições herdadas; as formas pelas quais os nomes são operados no sentido de reiterar hierarquias sociais, afirmar estatutos, ou mesmo contestá-los.

Em estudo anterior (CAMILO, 2011), utilizou-se a expressão “práticas de *nomeação*”, empregada por alguns pesquisadores, ao passo que outros preferem o termo “práticas de *nomeação*”¹². Contudo, o processo de revisão demandou nova consulta aos dicionários de época. Os três definiram *nomeação* como chamar alguém pelo nome ou como indicar um sujeito para emprego ou ofício. Por sua vez, *nomeação* foi conceituada como uma figura da Retórica, que consiste em dar nome a algo ou a alguém que ainda não o tem ou em dar um nome mais conveniente ou expressivo (BLUTEAU, 1712-1728; SILVA, 1813; PINTO, 1832).

Partindo dessas definições, *nomeação* denota que algo já tem um nome, visto que é o ato de referir-se a alguém por esse nome. *Nomeação* evidencia que alguém vai receber um nome, seja por não o ter, seja para alterar o que já tem. Logo, considera-se mais adequado para este estudo o termo “práticas de *nomeação*” em lugar de “práticas de *nomeação*”. Justifica-se a escolha por levar-se em conta que a proposta, como se verá adiante, enfatiza a construção e utilização dos nomes.

O período a ser estudado – final do século XVIII e início do século XIX – é marcado por ser o período de transição entre os períodos convencionados pela historiografia como “Brasil Colônia” e “Brasil Império”. Época na qual a sociedade de então ainda apresentava características do chamado *Antigo Regime*. Pela lógica desse sistema, os princípios da sociedade, conforme René Remond (1986), eram

¹² *Nomeação* é empregada por Robert Rowland (2008). *Nomeação* é empregada por Sérgio Nadalin (2012), Máisa Faleiros da Cunha (2013) e Antônio Sérgio Muggiati Monteiro (2009). Martha Hameister (2006), João de Pina Cabral (2008), Fábio Augusto Scarpim (2010), Rachel dos Santos Marques (2012) e Rodrigo Weimer (2008; 2013) aplicam ambas as formas.

baseados na heterogeneidade social, com estratos¹³ definidos, forte hierarquia e leis particulares para cada grupo. O Antigo Regime “repousa explicitamente sobre a desigualdade: a desigualdade é considerada legítima, porque é a expressão da diferença das dignidades, das tarefas, das situações” (RÉMOND, 1986, p. 53).

Tais princípios, segue Rémond (1986), implicavam em *privilégios*, que por sua vez geravam um sistema de direitos, mas também de obrigações. De tal modo, uma sociedade organizada nessas bases tinha como um dos pilares a *reciprocidade*. Conforme sintetizou Peter Burke (2012), a reciprocidade se baseava em trocas que mantinham laços de solidariedade social e se fundamentavam em três obrigações básicas: dar, receber e retribuir.

Os alicerces dessa prática remetem ao sistema da *dádiva*, cujo funcionamento em sociedades ditas “arcaicas” foi analisado por Mauss (2003a)¹⁴. As prestações e contraprestações tinham como traço “o caráter voluntário, por assim dizer, aparentemente livre e gratuito e, no entanto obrigatório e interessado” (MAUSS, 2003a, p. 188). Trocas que não envolviam apenas bens de utilidade econômica, mas também prestações de caráter imaterial.

A essência do sistema é a obrigação de *dar*, requisito para que um sujeito mantenha sua posição social mediante prova de sua fortuna. Para Mauss (2003a, p. 244), “ele não pode provar essa fortuna a não ser gastando-a, distribuindo-a, humilhando com ela os outros, colocando-os ‘à sombra de seu nome’”. A obrigação de *receber* baseia-se no princípio de que “não se tem o direito de recusar uma dádiva [...]. Agir assim é manifestar que se teme ter de retribuir [...]. É ‘perder o peso’ de seu nome; é confessar-se vencido de antemão, ou ao contrário, em certos casos, proclamar-se vencedor e invencível” (MAUSS, 2003a, p. 247-248). Por sua vez, quem recebe a dádiva tem a obrigação de *retribuir*, sendo desqualificado se não puder fazer isso.

A respeito das prestações imateriais transmitidas junto aos bens oferecidos em dádiva, Mauss (2003a, p. 262-263) afirma que, nesse processo:

Ao mesmo tempo que os bens, é a riqueza e a sorte que se transmitem. É seu espírito, são seus espíritos auxiliares que fazem do iniciado um possuidor de cobres, de talismãs que são, eles próprios, meios de adquirir: cobres, riquezas, distinção e, finalmente,

¹³ Rémond (1986) utiliza a expressão “ordens”.

¹⁴ Ensaio publicado originalmente em 1925.

espíritos, coisas essas que são todas, aliás, equivalentes. [...] Se coisas são dadas e retribuídas, é porque se dão e se retribuem “respeitos” – podemos dizer igualmente “cortêsias”. Mas é também porque as pessoas se dão ao dar, e, se as pessoas se dão, é porque se “devem” – elas e seus bens – aos outros.

Apesar de as sociedades ocidentais entrarem em paulatino processo de distinção entre dádiva de um lado e compra e venda de outro, Mauss (2003a, p. 294-295) lembra que muitos princípios da dádiva se mantiveram:

As coisas possuem ainda um valor sentimental além de seu valor venal [...]. A dádiva não retribuída ainda torna inferior quem a aceitou [...]. O convite deve ser retribuído, assim como a “cortêsia”. [...] Nessa vida à parte que é nossa vida social, nós mesmos não podemos “ficar em dívida”, como ainda costumamos dizer. É preciso retribuir mais do que se recebeu. [...] O convite deve ser feito e deve ser aceito. [...] As coisas vendidas ainda têm uma alma, são ainda seguidas pelo antigo proprietário e o seguem.

Voltando à reciprocidade, Giovanni Levi (2009) afirma que, nas sociedades de Antigo Regime nos países mediterrâneos, os três princípios que as regulavam eram a *reciprocidade*, a *equidade* e a *analogia*. Deter-nos-emos brevemente aqui somente nas duas primeiras.

A primeira insere-se num contexto social com base na justiça distributiva e na hierarquização social. Por justiça distributiva, entende-se como “uma justiça que aspira a garantir a cada um o que lhe corresponde segundo seu *status* social” (LEVI, 2009, p. 53), o que torna a reciprocidade mais complexa, multiplicando-se suas interpretações e significados:

Nela [na reciprocidade] se oculta um sentimento determinado de justiça que se mede em função da adequação na criação de uma sociedade hierarquizada e corporativa em que não são justos os atos econômicos que têm como finalidade o enriquecimento, a não ser os que tendem a favorecer a circulação de bens e o bem-estar coletivo e desigual, em que, portanto, predominem a amizade e a boa vontade e no qual cada um tenha o que lhe corresponde segundo equidade, ou seja, conservando a proporção relativa a seu *status* (LEVI, 2009, p. 61).

Com a equidade, objetivava-se a organização de uma sociedade estratificada, ainda que com alguma mobilidade, com distintos sistemas normativos de modo a se reconhecer o que corresponde a cada um conforme sua posição social.

Na América portuguesa e, posteriormente, no Império do Brasil, a hierarquia social tinha como base o que João Fragoso (2002, p. 44, grifo do autor) define como *Antigo Regime nos trópicos*, que, “além de seus aspectos econômicos, seria forjada por vetores políticos e culturais, onde os grupos sociais se percebiam e eram percebidos por suas *qualidades*”.

João Fragoso, Maria de Fátima Silva Gouvêa e Maria Fernanda Baptista Bicalho (2000, p. 67) apontam que a formação da sociedade nesse modelo de Antigo Regime e de suas respectivas elites tinha por base o “conceito de economia do bem comum” e a “dinâmica de práticas e de instituições regidas pelo ideário da conquista, pelo sistema de mercês, pelo desempenho de cargos administrativos e pelo exercício do poder concelhio”.

Para classificar os sujeitos dentro de uma sociedade que valorizava tal forma de hierarquia, fazia-se uso de uma série de referências, também utilizadas com fins de identificação dos indivíduos junto a seus nomes (AMORIM, 1983; WEIMER, 2008). Uma forma, usada especialmente para indicar distinção, era a utilização de *atributos*. Atributo é “título honorífico, ou apropriado a alguém” (BLUTEAU, 1712-1728, v. 1, p. 651), “qualidade, propriedade, acidente, que pertence a qualquer coisa, ou física, ou moral [...] símbolo, insígnia, sinal, que indica o caráter da figura” (SILVA, 1813, v. 1, p. 144) ou “qualidade, acidente próprio” (PINTO, 1823). Desse modo, era comum que integrantes dos estratos sociais superiores fossem referidos nos documentos com atributos, como: patentes militares (*capitão* Timóteo José de Carvalho), funções eclesiásticas (*reverendo* Antônio Soares Gil), títulos nobiliárquicos (*barão* José de Abreu Mena Barreto), cargos governamentais (brigadeiro Sebastião Xavier da Veiga Cabral, *Governador do Continente*), o indicativo de “dona” (*dona* Aurélia Rodrigues Benfica), entre outros.

Quanto aos setores subalternos da sociedade, estes costumavam ser identificados, conforme o caso, pela condição jurídica e pela cor ou grupo de procedência. As cores indicadas nos registros nem sempre correspondiam rigorosamente ao fenótipo do sujeito, ainda que baseadas no mesmo. Mais do que isso, eram indicativo da hierarquia social.

Conforme sintetizou Sheila de Castro Faria (2004, p. 67-68, grifos da autora), antes da cor, a primeira distinção classificatória era a condição jurídica:

As denominações *preto*, *pardo*, *mulato* ou *cabra* poderiam designar tanto escravos quanto libertos e seus descendentes. Somente os *brancos* tinham sua condição jurídica evidente. Por outro lado, parece ter sido comum, em todo Brasil, desde o início da colonização, que a denominação *negro* se referia essencialmente ao escravo, de qualquer cor, nunca ao livre. [...] *Crioulo* também era sempre referido ao escravo. Era o nascido no Brasil, mas também estava englobado como *negro*. Para todos os lugares em que há pesquisas sobre a temática, o termo *preto* era sinônimo de escravo nascido na África.

Faria (2004) e Mariza de Carvalho Soares (2000) apontam que “crioulo” designava apenas os filhos de mãe “preta” escrava nascidos dentro da sociedade colonial. Por sua vez, “crioulos”, tanto escravos quanto forros, tinham seus filhos identificados como “pardos”. Logo, “o conjunto dos nascidos no seio da sociedade colonial apresenta uma dupla gradação que vai do preto ao branco, passando pelo pardo, e do escravo ao livre, passando pelo forro” (SOARES, 2000, p. 100).

Considerando que “pardo” se referia a mestiçagem e origem familiar na escravidão, a associação do termo à liberdade ou ao cativo, frisa Silvia Hunold Lara (2007, p. 147), era pautada por uma ambiguidade: “a presença da escravidão ou a passagem por ela em tempo não muito remoto era uma suposição que na maior parte das vezes parece ter tido força de verdade”. Ao mesmo tempo, a denominação também podia ser, conforme Larissa Viana (2004 *apud* LARA, 2007, p. 142), “uma identidade reivindicada: gente que queria se diferenciar do universo da escravidão, cobrar privilégios e tratamento específicos e, mesmo, constituir-se em corpo social separado”.

Indivíduos juridicamente livres e socialmente “brancos” amiúde não tinham esses atributos explicitados na documentação. Os registros paroquiais de Porto Alegre não mencionavam tais “qualidades” nesses casos. O que não significa que todos os sujeitos sem registro de cor ou grupo de procedência pudessem ser considerados socialmente “brancos” – por vezes estavam mais próximos dos grupos sociais menos privilegiados.

Havia casos de sujeitos que, com o tempo, deixavam de ser mencionados com referências à cor ou condição jurídica. Faria (2004, p. 77) aponta presença de mobilidade social nesse processo¹⁵, pois a autora conclui que “as designações de cor/condição tinham, ainda no período de vigência do tráfico, muito mais relação

¹⁵ Renato Pinto Venâncio (2014) também explora em seu trabalho a fluidez das denominações de cor como uma possibilidade para a mobilidade social de não-brancos no século XVIII.

com a proximidade de um passado ou antepassado escravo do que com a pigmentação da pele”.

Assim, conforme Roland Mousier (1969 *apud* DOYLE, 1991), a hierarquização social não tinha necessariamente relação com a riqueza de seus membros, mas sim com a estima, a honra e a distinção que lhes era atribuído. Segundo Fragoso (2002), o cabedal (riqueza material) era considerado mais como um meio de manutenção das “qualidades” do que um fim em si.

Com essas referências se estabeleceu a premissa deste trabalho, pois ter um “bom nome” – ser um sujeito de prestígio dentro de sua sociedade, refletido no respeito que a menção a seu nome evocava – em muitos momentos teria mais importância que bens materiais.

Por um bom tempo, foi lugar-comum afirmar que o Antigo Regime não permitia a mobilidade social de seus membros. António Manuel Hespanha (2006) relativiza tal afirmação, ao mencionar que a ascensão (ou descenso) social era possível, mas necessitava de etapas que pouco dependiam de vontade própria. Segundo o autor, a mudança social, especialmente a repentina, “a) quase não se via; b) pouco se esperava; c) e mal se desejava” (HESPANHA, 2006, p. 122).

A despeito da hierarquia estamental vigente na Colônia, as particularidades do “Antigo Regime nos trópicos” faziam com que o trabalho e o comércio não fossem tão estigmatizados socialmente como o eram no Velho Mundo. Isso se refletia nos indivíduos com “qualidades” que acumularam fortuna no comércio fazendo uso de seus privilégios (FRAGOSO, 2002).

Numa sociedade com tal organização, a *família* era o “exemplo mais óbvio de uma instituição composta de um conjunto de papéis mutuamente dependentes e complementares” (BURKE, 2012, p. 89). O conceito de família não deve ser tomado no sentido atual, pois, na sociedade colonial, o termo “família” costumava extrapolar os limites da consanguinidade, ligando-se à parentela e à coabitação, o que incluía relações rituais (como o compadrio) e alianças políticas (FARIA, 1998). Hespanha (1996) vai mais longe, incluindo os criados, os escravos e até mesmo os bens.

Ao reconstituir os fundamentos mentais e institucionais da família no Antigo Regime, Hespanha (1996, p. 951) afirma que a família era vista “como um fato natural, isto é, fundada em relações e sentimentos que pertenciam à própria natureza das coisas”.

Assim como a sociedade, a família também era concebida “como um todo orgânico no seio de uma sociedade já imaginada como um agregado de indivíduos mutuamente estranhos e desvinculados” (HESPANHA, 1996, p. 951). Assim, o casamento era visto como uma instituição onde os cônjuges deveriam entregar-se mutuamente, o que originaria uma unidade que os convertia em “uma só carne”. Unidade que também era vista em relação aos filhos, visto que o sentimento era de continuidade entre os pais e os filhos. Conseqüentemente, estes eram uma extensão de quem os concebeu, confundindo-se na mesma pessoa.

Desse modo, a família era um universo onde havia “apenas um sujeito, apenas um interesse, apenas um direito, não havendo, no seu seio, lugar para a discussão sobre o meu e o teu [...], mas apenas considerações de oportunidade, deixadas ao arbítrio do *bonus pater familias*” (HESPANHA, 1996, p. 955). Situação que gerava uma série de deveres recíprocos, bem como “deveres de cooperação de todos na valorização do patrimônio familiar” (HESPANHA, 1996, p. 962).

A despeito de tal concepção de sociedade e família, havia margem para estratégias de atuação. *Estratégia* é definida por Pierre Bourdieu (1990, p. 81), como “produto do senso prático como sentido do jogo, de um jogo social particular, historicamente definido, que se adquire desde a infância, participando nas atividades sociais”. Assim, os sujeitos atuavam como jogadores, agindo e se adaptando conforme as demandas do jogo, mesmo sem obediência estrita às regras. Mas a liberdade de improvisar, que permite a produção de inúmeras jogadas possíveis, só pode ser exercida dentro dos limites do jogo (BOURDIEU, 1990). Limites que levam ao conceito, formulado por Levi (2000, p. 46), de *racionalidade limitada*, na qual as ações individuais são “fruto do compromisso entre um comportamento subjetivamente desejado e aquele socialmente exigido, entre liberdade e constrição”.

1.2 O como: fontes e métodos de pesquisa

Para que as perguntas feitas pelo pesquisador possam ser adequadamente respondidas, faz-se imperativa a escolha de fontes que sejam apropriadas a tal propósito. Documentos que possuem informações que não falam por si próprias, necessitando um referencial metodológico que possibilite a leitura e interpretação dos dados apresentados pelas fontes.

Para estudar as práticas de nomeação luso-brasileiras num período no qual vigia o padroado régio¹⁶, a principal fonte a ser utilizada são os *assentos paroquiais* de *batismo*, *casamento* e *óbito*. De acordo com Maria Luiza Marcílio (2004), os registros paroquiais foram criados e aperfeiçoados pela Igreja Católica durante o contexto da Contrarreforma, com o intuito de ter um maior controle sobre seus fiéis, desde o batismo, passando pelo casamento, até o óbito. Após o Concílio de Trento, em 1567, normas universalizaram e padronizaram os registros para toda a catolicidade. Com o tempo, novas regras buscavam garantir o controle, a autenticidade, a integralidade e a conservação dos livros de registro.

Tais documentos são fontes seriais de grande importância para estudos demográficos referentes à população católica ocidental. Em tese, os registros paroquiais deveriam cobrir a integralidade da população (MARCÍLIO, 2004). Condição que nem sempre era atendida, especialmente nos casamentos e óbitos.

Mesmo não chegando a uma pretensa universalidade de cobertura, os assentos paroquiais englobam pessoas das diversas condições social, jurídica e de legitimidade, cores e sexos, com uma riqueza de informações “para a reconstituição da história social e cultural das populações católicas e a potencialidade de explorações que permitem” (MARCÍLIO, 2004, p. 15).

Não obstante, Maria Sílvia Bassanezi (2013b, p. 147) afirma que o grau de abrangência dos dados encontrados nos registros paroquiais era variável, pois dependia do esmero do pároco no ato de compilar as informações. Os assentos referentes a indivíduos de estratos sociais mais elevados possuíam dados mais completos e precisos do que os registros de escravos, forros ou livres dos segmentos sociais menos privilegiados, refletindo os “preconceitos e valores de uma sociedade que hierarquizava as pessoas de acordo com sua condição social”.

Na América portuguesa, inicialmente foram seguidas as normas estabelecidas pelas *Constituições de Coimbra* (1591). Em 1707, as *Constituições Primeiras do*

¹⁶ Originalmente, o *padroado*, segundo Guilherme Pereira das Neves (2000, p. 466), era um regime no qual “a Igreja institua um indivíduo ou instituição como padroeiro de certo território, a fim de que ali fosse promovida a manutenção e propagação da fé cristã. Em troca, o padroeiro recebia privilégios”. Por sua vez, em Portugal (e posteriormente nas colônias portuguesas) o rei adquiriu um padroado régio, “que o habilitava a propor a criação de novas dioceses, escolher os bispos e apresentá-los ao papa para confirmação”, ao mesmo tempo em que o monarca era obrigado a aprovar as normas oriundas da Santa Sé destinadas a Portugal. Com o tempo, “o padroado tendeu a servir, sobretudo, de instrumento para subordinar os interesses da Igreja aos da Coroa”, o que, entre outras consequências, fez com que os sacerdotes passassem à condição de “funcionários” do reino e gerou uma organização eclesiástica à mercê das autoridades civis.

Arcebispo da Bahia, elaboradas por Sebastião Monteiro da Vide (1853)¹⁷ de acordo com as regras estabelecidas em Trento, normatizavam os assentos paroquiais levando em conta as particularidades da colônia (MARCÍLIO, 2004). Normas que vigoraram até a separação entre Igreja e Estado determinada pela Constituição Republicana de 1891 (BASSANEZI, 2013b).

No período em questão, os registros paroquiais possuíam “um caráter religioso com força de um ato civil para cada indivíduo, servindo, inclusive, de base legal para operações seculares, como por exemplo, os processos de herança” (BASSANEZI, 2013b, p. 143).

Para cada tipo de evento – batismo, casamento e óbito – deveria haver um livro especial e exclusivo¹⁸. Os estudos referentes às práticas de nomeação costumam se valer principalmente das informações contidas nos registros de batismo. Estes seguramente eram os mais próximos de cobrirem a universalidade da população, visto que nem todos se casavam perante a Igreja e era maior a chance de deixar de comunicar um óbito às autoridades. Ao mesmo tempo, era considerado “muito perigoso dilatar o Batismo das crianças, [...] [pois] morrendo sem ele, perderiam a salvação” (VIDE, 1853, Livro 1, Título XI, p. 14).

Desse modo, para uma população que vivia sob as regras da Igreja Católica, este sacramento era considerado indispensável para livrar-se dos pecados e herdar o Reino dos Céus: “Em verdade, em verdade te digo: quem não nascer da água e do espírito não pode entrar no Reino de Deus” (BÍBLIA, 2008, Jo 3,5). As *Constituições* preceituavam que o ato fosse realizado até oito dias depois do nascimento biológico, prazo nem sempre respeitado¹⁹. Também previam batismos em casa, a serem realizados em caso de necessidade, com o compromisso de, cessado o risco, o neófito ser levado à paróquia para recebimento dos Santos Óleos (VIDE, 1853), o que nem sempre ocorria.

Os registros de *batismo* seguiam algumas regras básicas, como podemos ver na transcrição²⁰ abaixo:

¹⁷ As *Constituições* foram impressas pela primeira vez em Lisboa em 1719.

¹⁸ Era comum que fossem destinados livros diferentes para os eventos dos indivíduos livres e para os eventos dos indivíduos escravos, embora também pudessem existir os chamados livros mistos, para livres e escravos.

¹⁹ Na *Madre de Deus*, esse prazo raramente era seguido. A maioria dos neófitos, porém, era batizada antes do primeiro mês de vida.

²⁰ Todas as transcrições e citações diretas das fontes manuscritas citadas aqui, bem como os nomes dos indivíduos, terão sua grafia atualizada para as normas ortográficas vigentes atualmente.

Aos dez dias do mês de Agosto de mil oitocentos e trinta e quatro anos na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, desta Cidade de Porto Alegre, batizou solenemente o **Reverendo Manuel Francisco de Andrade**, e pôs os Santos Óleos a **Francisco**, nascido a seis de Outubro do ano próximo findo; filho legítimo de **Timóteo José Rodrigues**, e de **Claudina Maria da Assunção**, naturais desta Cidade; neto paterno de **Ângela Francisca**; e materno de **Maria Leocádia**, ambas naturais desta Cidade; foram padrinhos **Bernardo José Rodrigues**, filho, por procuração que apresentou **Antônio José Rodrigues Benfica**, e **Nossa Senhora**. E para constar fiz este assento.

Tomé Luís de Sousa
Pároco Encomendador²¹

Além do exigido pelo Concílio de Trento, nota-se uma regularidade de outras informações nos assentos de batismo em Porto Alegre ao longo dos anos:

Quadro 1 – Normas do Concílio de Trento e dados dos batismos (1772-1835)

Normas do Concílio de Trento	Dados normalmente encontrados nos registros de batismo de Porto Alegre
<ul style="list-style-type: none"> - Data do batizado - Nome do neófito - Legitimidade - Nome dos pais - Local de residência dos pais - Nome do(s) padrinho(s) - Assinatura do pároco 	<ul style="list-style-type: none"> - Data do batizado - Nome do neófito - Data de nascimento - Legitimidade - Condição social e jurídica - Nome dos pais - Naturalidade dos pais - Nome dos avós - Naturalidade dos avós - Nome do(s) padrinho(s) - Assinatura do pároco

Fontes: VIDE (1853); AHCMPA, **Batismos (1772-1835)**. Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre.

Percebemos assim que a regularidade não era seguida de forma estrita, variando conforme as especificidades de cada ato. Em batizados de filhos de famílias de estratos menos privilegiados, nem sempre constavam naturalidades ou nomes dos avós. Caso algum indivíduo ligado ao ato fosse escravo, era registrado o nome do proprietário. Quanto a crianças expostas²², era mencionado o nome da pessoa que a acolheu. Conforme o caso, outras informações relevantes eram apontadas.

²¹ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro oitavo de batismos de livres, 1832-1834, p. 126. NACAOB, Madre de Deus, IdBatismo, 34442.

²² O abandono de crianças em Porto Alegre foi abordado por Jonathan Fachini da Silva (2014).

Contudo, no que diz respeito aos objetivos desta pesquisa, se os assentos de batismo forem analisados isoladamente, só é possível o estudo dos prenomes. Nas populações luso-brasileiras daquela época, segundos nomes e sobrenomes, caso adotados, só eram incorporados em momentos posteriores da vida. Retomaremos este ponto mais adiante.

Nos atos de casamento e/ou falecimento de um indivíduo, por sua vez, os nomes completos eram registrados, o que implica na inclusão dos registros de casamento e de óbito na análise.

Conforme as *Constituições*, o sacramento do matrimônio²³ tinha três fins:

O primeiro é o da propagação humana, ordenada para o culto, e honra de Deus. O segundo é a fé, e lealdade, que os casados devem guardar mutuamente. O terceiro é o da inseparabilidade dos mesmos casados, significativa da união de Cristo Senhor nosso com a Igreja Católica. (VIDE, 1853, Livro 1, Título LXII, p. 107)

O casamento também era tido pela Igreja como remédio para quem não podia manter a castidade, conforme conselho de São Paulo: “digo aos celibatários e às viúvas que é bom ficarem como eu. Mas, se não podem guardar a continência, casem-se, pois é melhor casar-se do que ficar abrasado” (BÍBLIA, 2008, 1Cor 7,8-9).

Assim como no batismo, os assentos de *casamento* também eram redigidos mantendo certo padrão:

No primeiro dia do mês de Março de mil oitocentos e trinta e cinco anos na Matriz de Nossa Senhora Madre de Deus desta Cidade de Porto Alegre, pelas onze horas da manhã, depois de feitas as diligências do estilo, e dispensados pelo Reverendíssimo Vigário Coadjutor do Bispado, **Francisco Correia Vidigal**, do impedimento de afinidade ilícita em primeiro grau, na forma do Sagrado Concílio de Trento, e Constituição do Bispado, perante mim se receberam em Matrimônio com palavras de presente, em que expressarão o seu mútuo consentimento **Joaquim Balbino Cordeiro**, natural de Minas Gerais, filho legítimo do Capitão Mor **Roque Antônio Cordeiro** e Dona **Maria Angélica de Santana**, com **Luísa Francisca do Vale**, natural desta cidade, filha natural de **Emerenciana Francisca do Vale**; receberam Bênçãos, sendo de resto testemunhas os abaixo assinados. E para constar fiz este assento.

Tomé Luís de Sousa
Pároco Encomendador
Bernardo José Rodrigues / Antônio Rodrigues Barbosa
[testemunhas]²⁴

²³ Denize Terezinha Leal Freitas (2011) estudou os casamentos realizados na Madre de Deus.

Os assentos de matrimônio em Porto Alegre também tinham uma regularidade de dados além dos exigidos pelo Concílio de Trento:

Quadro 2 – Normas do Concílio de Trento e dados dos casamentos (1772-1835)

Normas do Concílio de Trento	Dados normalmente encontrados nos registros de casamento de Porto Alegre
<ul style="list-style-type: none"> - Data do casamento - Local do casamento - Nome dos noivos - Nome dos pais dos noivos - Assinatura do pároco - Assinatura das testemunhas 	<ul style="list-style-type: none"> - Data do casamento - Local do casamento - Nome dos noivos - Naturalidade dos noivos - Condição social e jurídica - Nome dos pais dos noivos - Recebimento (ou não) de bênçãos - Assinatura do pároco - Assinatura das testemunhas

Fontes: VIDE (1853); AHCMPA, **Casamentos (1772-1835)**. Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre.

Vale mencionar novamente algumas especificidades de determinados atos. Indivíduos escravos eram registrados juntamente ao nome de seu proprietário. Naturalidades nem sempre apareciam. Caso algum dos nubentes fosse viúvo, vinha escrito o nome do cônjuge anterior falecido. Também eram apontadas outras informações extraordinárias.

Entretanto, uma série de fatores – óbito anterior à idade de se casar, ingresso em ordens religiosas com conseqüente voto de castidade, celibato, uniões conjugais não consagradas pela Igreja, entre outros – faziam com que nem todos os membros daquela sociedade passassem pelo sacramento do matrimônio. Em algum momento da vida, porém, todos passariam pela morte. Ato que deveria ser assentado nos registros de *óbito*, mas que por vezes não era devidamente registrado.

Este registro era mais simples e sucinto que os dois anteriormente citados, com regras menos rigorosas:

Aos vinte dias do mês de Junho de mil oitocentos e vinte e cinco anos, nesta Cidade de Porto Alegre, faleceu de ar com todos os Sacramentos, **Ângela Francisca Coelho**, parda de idade de sessenta anos, solteira, fez testamento; foi encomendada pelo Reverendo Coadjutor **Francisco de Paula Macedo**, e sepultada no

²⁴ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro quarto de casamentos de livres, 1828-1839, p. 216. NACAQB, Madre de Deus, IdCasamento, 4391.

Cemitério desta Matriz; e para constar mandei fazer este assento, que assinei.

Pároco **Antônio Vieira da Soledade**²⁵

A seguir, os principais dados encontrados na série de registros de óbito em Porto Alegre ao longo dos anos:

Quadro 3 – Normas do Concílio de Trento e dados dos óbitos (1772-1835)

Normas do Concílio de Trento	Dados normalmente encontrados nos registros de óbito de Porto Alegre
<ul style="list-style-type: none"> - Data do óbito - Nome do falecido - Estado matrimonial do falecido - Assinatura do pároco 	<ul style="list-style-type: none"> - Data do óbito - Causa da morte - Sacramentos aplicados - Nome do falecido - Naturalidade do falecido - Idade do falecido - Condição social e jurídica - Estado matrimonial do falecido - Nome dos pais e/ou cônjuge - Existência ou não de testamento - Pároco que encomendou - Local de sepultamento - Assinatura do pároco

Fontes: VIDE (1853); AHCMPA, **Óbitos (1772-1835)**. Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre.

Devido à falta de conhecimento, por parte do sacerdote ou dos familiares, das causas de mortes²⁶, estas frequentemente ou eram registradas de forma imprecisa ou apenas relatavam os sintomas (BASSANEZI, 2013b). Naturalidades nem sempre constavam. A idade apresentada, na maioria das vezes, era presumida (quarenta anos, pouco mais ou menos). Para falecidos casados ou viúvos, constava o nome do cônjuge e, em algumas vezes, o nome do pai e/ou mãe. Já no caso de solteiros, normalmente vinha o nome do pai – ou da mãe, no caso de filhos naturais; por vezes vinha o nome de ambos. Se exposto, constava o nome do indivíduo que o acolhera.

²⁵ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro quarto de óbitos de livres, 1821-1831, p. 86. NACAOB, Madre de Deus, IdÓbito, 3650.

²⁶ A mortalidade e as causas de morte em Porto Alegre foram analisadas no trabalho de conclusão de curso de graduação de Mirele Alberton (2014). Referente à população escrava, destacam-se os trabalhos de Paulo Roberto Staudt Moreira – entre outros, ver Moreira (2013).

Escravos eram identificados pelo nome do proprietário que era anotado no registro. Casos extraordinários poderiam trazer ainda informações diversas.

Os registros trabalhados isoladamente já permitem uma série de análises relativas às práticas de nomeação, como o estoque de nomes à disposição, o uso dos mesmos pela população e formas de transmissão de prenomes e sobrenomes. Além disso, os registros paroquiais são fontes que apresentam os nomes das pessoas, permitindo assim o cruzamento nominativo (BASSANEZI, 2013b).

O *cruzamento nominativo de fontes*, de acordo com Edward Anthony Wrigley (1973 *apud* SCOTT, 2012, p. 29), “é o processo pelo qual diferentes itens de informação sobre um indivíduo nomeado são associados uns com os outros em um todo coerente, de acordo com certas regras”. Carlo Ginzburg e Carlo Poni (1989, p. 174) citaram o método em conhecido ensaio. Segundo estes autores, o *método onomástico* tem como “fio de Ariana que guia o investigador no labirinto documental [...] aquilo que distingue um indivíduo de um outro em todas as sociedades conhecidas: o nome”.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Norberta Amorim (1983, p. 213, grifos nossos) afirma que:

Por exigências de um estudo demográfico, quando nos debruçamos sobre os livros de registros de batizados, casamentos e óbitos, tendo em vista a reconstituição de famílias, embora perseguindo os números, *trabalhamos obrigatoriamente sobre nomes*. Nenhum estudo de comportamentos demográficos terá validade, se não conseguirmos identificar de forma correta cada indivíduo nos vários atos registrados de sua vida [...]. *Tal identificação parte basicamente do nome* [...].

Contudo, a onomástica luso-brasileira por muito tempo teve algumas particularidades que dificultam a correta identificação dos indivíduos e o cruzamento nominativo das fontes em uma investigação, problema inicialmente apontado por Marcílio (1972) e reiterado por diversos estudiosos²⁷, como Ana Silvia Volpi Scott e Dario Scott (2013, p. 110):

Falta de regras para transmissão dos nomes de família, alteração e/ou inversão de nomes e sobrenomes, ausência de nomes de família para a maioria da população feminina, concentração na

²⁷ Além destes, tal problema também foi abordado por autores como Amorim (1983), Hameister (2006), Bassanezi (2013b), entre outros.

escolha de alguns nomes de batismo – tanto para homens como para mulheres – alto índice de homônimos.

A constatação deste “problema” metodológico abriu novas possibilidades de investigação referentes às práticas de nomeação em Portugal e no Brasil. Desde as pioneiras investigações de Marcílio (1972) no Brasil e Amorim (1983) em Portugal, o tema tem merecido incipiente, mas crescente, atenção de pesquisadores. Citando apenas pesquisas realizadas no Brasil nos últimos anos, encontram-se trabalhos a respeito de Curitiba (NADALIN, 2012; MONTEIRO, 2009; SCARPIM, 2010), Florianópolis (FERREIRA, 2006), Rio Grande (HAMEISTER, 2006; MARQUES, 2012), colonos italianos no interior de São Paulo (BASSANEZI, 2013a), escravos em Franca (CUNHA, 2013), ex-escravos e seus descendentes nas regiões serrana e litorânea do Rio Grande do Sul (WEIMER, 2008; 2013), Porto Alegre e Belém do Pará (PAROL, 2015), e população livre e forra de Porto Alegre colonial (CAMILO, 2011).

Mesmo com o avanço dos estudos na área, ainda não são muitos os que têm as práticas nominativas como tema principal. A maioria dos trabalhos tem os nomes como assunto secundário ou os trata de forma indireta. Via de regra, os estudos referentes à população livre se concentram nos prenomes, não havendo uma grande produção atinente aos sobrenomes e à construção e uso dos nomes pessoais dentro de uma sociedade.

Este trabalho tem como ponto de partida a Demografia Histórica, método que, no Brasil, através do estudo de Marcílio (1972), possibilitou uma das primeiras incursões na antroponímia e lançou as bases para se estudar o estoque, frequência e variação de prenomes e sobrenomes em uma sociedade. A partir do cruzamento entre os diversos tipos de fontes paroquiais, podem ser constatadas as práticas de nomeação. O primeiro tratamento dos dados será quantitativo, a fim de perceber o conjunto dos nomes utilizados e a transmissão dos mesmos entre os familiares.

Entretanto, o objetivo é ir além de uma listagem dos nomes mais utilizados na época. Problema que acabou por acometer a maioria dos estudos onomásticos baseados na história serial francesa de longa duração, como lembrou Weimer (2013). Em vez disso, esta pesquisa, seguindo a proposta do mesmo autor, busca observar como os sujeitos sociais relacionavam-se com o passado e com sua identidade por meio de seus nomes.

Por conseguinte, é necessário agregar outras dimensões históricas. José D'Assunção Barros (2004, p. 23) afirmou que:

À medida que vai conectando os aspectos mais especificamente relacionados às categorias populacionais [...], com frequência obtidos através de métodos estatísticos e da abordagem quantitativa, para depois relacionar estes aspectos de modo a dar a perceber a vida social de uma determinada comunidade, a História Demográfica estabelece interfaces com a História Social.

Outra interface a ser estabelecida é com a Antropologia Histórica, visto que, conforme André Burguière (1998, p. 131), dados brutos que levam “o historiador a reconstituir conjuntos [...] que revelarão a tendência e a lógica de uma evolução” podem originar uma reflexão antropológica, a fim de “encontrar, para lá da realidade manifesta, os mecanismos e a lógica que explicam determinada conjuntura – o que se chama uma época – ou determinada evolução”. A Antropologia Histórica auxilia porque costuma “estudar os fenômenos através dos quais se designam uma sociedade e uma cultura; fenômenos [...] digeridos e interiorizados pela sociedade” (BURGUIÈRE, 1998, p. 133).

Certos aspectos relativos à nomenclatura não podem ser analisados abordando-se o assunto apenas de forma quantitativa, indo ao encontro do que fora tratado por Ginzburg e Poni (1989). Seguindo essa linha, vislumbra-se a necessidade de se proceder a uma abordagem qualitativa dos nomes, com a reconstituição de trajetórias individuais mediante o uso das contribuições da microanálise.

Cruzando os dados dos assentos de batismo, casamento e óbito, ampliam-se as possibilidades de análise, sendo possível adentrar na questão da dinâmica dos nomes. A partir do acompanhamento de trajetórias individuais, em eventos vitais próprios ou de seus descendentes, permite-se reconstituir como que o nome era registrado em diferentes atos. Em outras palavras, como que o nome era constituído ao longo de uma existência. Os resultados de ambas as análises tornam possíveis conjecturas a respeito das possíveis motivações e implicações da escolha e utilização dos nomes.

Para cobrir a dimensão territorial e espacial do estudo, selecionamos livros de batismo, casamento e óbito da Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre, que se encontram armazenados no Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre. Seus dados foram transcritos e inseridos pelos bolsistas do projeto

de pesquisa *Família e Sociedade no Brasil Meridional (1772-1872)*²⁸ em uma base informatizada, chamada NACAOB²⁹, que permite exploração sistemática dos dados.

O *corpus* documental abrange os seguintes manuscritos, relativos à população livre e forra:

Quadro 4 – Relação dos livros de registros paroquiais utilizados na pesquisa

Batismo	- Livro 1º: 29 set. 1772 a 16 jun. 1792 (289 f.) ³⁰ - Livro 2º: 25 jun. 1792 a 10 nov. 1799 (140 f.) - Livro 3º: 14 nov. 1799 a 04 jun. 1809 (304 f.) - Livro 4º: 04 jun. 1809 a 09 nov. 1815 (195 f.) - Livro 5º: 12 nov. 1815 a 29 fev. 1820 (195 f.) - Livro 6º: 29 fev. 1820 a 12 jun. 1828 (395 f.) - Livro 7º: 14 jun. 1828 a 09 set. 1832 (470 f.) ³¹ - Livro 8º: 10 set. 1832 a 08 dez. 1834 (145 f.) - Livro 9º: 09 dez. 1834 a 17 out. 1836 (91 f.)
Casamento	- Livro 1º: 07 out. 1772 a 14 abr. 1806 (278 f.) ³² - Livro 2º: 11 maio 1806 a 04 abr. 1818 (146 f.) - Livro 3º: 11 abr. 1818 a 17 nov. 1828 (193 f.) - Livro 4º: 19 nov. 1828 a 28 set. 1839 (284 f.)
Óbito	- Livro 1º: 03 out. 1772 a 19 out. 1795 (249 f.) ³³ - Livro 2º: 03 nov. 1795 a 09 dez. 1812 (205 f.) - Livro 3º: 11 dez. 1812 a 25 set. 1821 (167 f.) - Livro 4º: 26 set. 1821 a 03 ago. 1831 (280 f.) - Livro 5º: 12 ago. 1831 a 13 fev. 1836 (145 f.)

Fontes: AHCMPA. **Batismos (1772-1835)**; AHCMPA. **Casamentos (1772-1835)**; AHCMPA. **Óbitos (1772-1835)**. Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre.

Considerando a extração realizada em 22 de abril de 2015, utilizada para esta análise, as séries de batismo, matrimônio e óbito referentes à população livre e forra

²⁸ Projeto coordenado pela Profa. Dra. Ana Silvia Volpi Scott, inicialmente desenvolvido na Unisinos, atualmente desenvolvido na Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. A proposta foi motivada pela falta de estudos sobre a antiga Capitania do Rio Grande de São Pedro (atual estado do Rio Grande do Sul) referentes à demografia histórica e à história da população. Os objetivos são continuar a coleta de dados dos assentos paroquiais da Freguesia da Madre de Deus de Porto Alegre, realizar as análises demográficas e proceder à Reconstituição das Famílias livres, conforme referencial da Demografia Histórica. Além da população livre, esta etapa também visa a incorporar a população escrava. Busca-se ainda o levantamento e a exploração de outras fontes pertinentes para atingir os objetivos, bem como a produção historiográfica referente ao tema. (Adaptado de: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4700948D6#ProjetosPesquisa>).

²⁹ *Software* desenvolvido pelo analista de sistemas Dario Scott entre 1991 e 1992 para o cadastramento de registros eclesiásticos que permite a reconstituição semiautomática de famílias. A base de dados vem sendo abastecida por diferentes pesquisadores com os registros de diferentes freguesias portuguesas e brasileiras. Para maiores detalhes sobre o NACAOB e suas potencialidades, conferir Scott e Scott (2012).

³⁰ Livro primeiro de batismos destinado a livres e escravos. Registros de livres: p. 1-198v.

³¹ Livro sétimo de batismos dividido em duas partes. Livro 7: 14 jun. 1828 a 08 fev. 1831 (p. 1-290). Livro 7A: 08 fev. 1831 a 09 set. 1832 (p. 291-470).

³² Livro primeiro de casamentos destinado a livres e escravos. Registros de livres: p. 1-199.

³³ Livro primeiro de óbitos destinado a livres e escravos. Registros de livres: p. 1-178v.

já tinham sido totalmente inseridas para o período 1772-1835. Quanto à população escrava, apenas os óbitos estavam completos para o recorte temporal proposto. Os batismos estavam inseridos até o ano de 1819 e os casamentos até o ano de 1822. Por conta de que tais séries não estavam ainda completamente inseridas por ocasião da extração dos dados, optamos por não trabalhar com a população cativa, circunscrevendo a análise para a população livre e forra.

Quanto ao NACAOB, Scott e Scott (2013, p. 110) explicam que o programa:

Segue a metodologia Henry e permite ao pesquisador ter em mãos uma cópia fiel do documento manuscrito original. O ponto de partida são os atos individuais, com uma tela de inserção para os dados coletados no batismo, casamento e óbito, vinculando a cada ato, todos os indivíduos que foram arrolados no mesmo, apontando o papel desempenhado e os eventuais laços que uniam esses indivíduos.

Após a devida transferência das informações do banco de dados para um arquivo de plataforma Excel[®], a exploração dos mesmos é possibilitada mediante a utilização da metodologia de Reconstituição de Famílias, desenvolvida pelo demógrafo Louis Henry e pelo arquivista Michel Fleury. Método que, assim como a Reconstituição de Paróquias proposta por Maria Norberta Amorim, são “métodos que utilizam os registros paroquiais para realizar estudos que envolvem o cruzamento nominativo daquelas fontes” (SCOTT, 2012, p. 29-30).

A partir do cruzamento entre os diversos tipos de fonte paroquial, bem como outras fontes complementares, como róis de confessados, cartas de alforria, testamentos e inventários, podem ser constatadas as práticas de nomeação. Tanto no que diz respeito aos prenomes e/ou aos sobrenomes quanto como estes são constituídos e utilizados ao longo de uma existência.

Entretanto, dados estatísticos não fazem sentido se não estão inseridos em um contexto mais amplo, impelindo a que os dados sejam comparados. Ainda que esta pesquisa não faça uso estrito do método da História Comparada, vale destacar o principal fundamento da comparação. Para Marc Bloch (1998)³⁴, é apontar e explicar não só as semelhanças, mas também as diferenças entre fenômenos análogos ocorridos em meios sociais diferentes.

³⁴ Artigo publicado originalmente em 1930.

A comparação dos dados alusivos aos nomes tem o fim não só de constatar semelhanças e diferenças entre as práticas nominativas adotadas pelos variados estratos sociais de Porto Alegre, mas também com os resultados apontados por outras investigações referentes às práticas de nomação. Assim, permite-se que sejam notadas semelhanças e diferenças entre as diversas conjunturas.

A partir da combinação de uma abordagem quantitativa com o estudo de trajetórias, torna-se possível trabalhar com mais profundidade os questionamentos surgidos a partir da primeira reflexão oriunda da monografia de conclusão de curso (CAMILO, 2011). Por que certos nomes eram mais utilizados que outros? Havia diferença entre as motivações para o uso de nomes entre os diferentes estratos da população? Que estratégias estavam envolvidas na “administração” desse patrimônio familiar? Quais eram as práticas adotadas por essa população no que diz respeito ao nome de família?

Essas e outras questões de alguma forma já foram, direta ou indiretamente, abordadas em outros estudos que investigaram o tema das práticas nominativas luso-brasileiras em uma perspectiva histórica, conforme poderemos apreciar no balanço teórico-historiográfico a seguir.

1.3 Práticas de nomação: balanço teórico-historiográfico

Os nomes pessoais já eram estudados no final do século XIX. Entretanto, Martha Daisson Hameister (2006) frisa que estes trabalhos ainda tinham como foco apresentar uma listagem dos nomes utilizados, sem uma análise mais aprofundada.

No ano de 1932, Bloch chamou a atenção para a relação entre os nomes pessoais e questões sociais: “Le choix même des noms de baptême, leur nature, leur fréquence relative [...] révèlent des courants de pensée ou de sentiment auxquels l'historien ne saurait rester indifférent³⁵” (BLOCH, 1932, p. 67).

Lévi-Strauss (2012), em sua obra clássica *O pensamento selvagem*, de 1962, formulou uma importante proposição teórica. Embasamento seguido por vários investigadores a partir de então e que também será o referencial base para a análise desenvolvida nesta pesquisa. Segundo o antropólogo francês, os nomes têm as

³⁵ “A escolha dos nomes de batismo, sua natureza, sua frequência relativa [...] revelam correntes de pensamento ou de sentimento aos quais o historiador não pode permanecer indiferente”. Tradução nossa.

funções de *identificar* (seja um indivíduo ou um grupo), *significar* e *classificar*. Retomaremos os conceitos mais adiante.

Contudo, a historiografia começou a dar mais atenção às práticas nominativas apenas na década de 1970, com o advento do uso de metodologias quantitativas e seriais para assuntos de caráter sociocultural, como os nomes. Ainda assim, esse tema não ganhou a mesma projeção que outros assuntos tiveram (WEIMER, 2013).

A antropologia e a etnografia, porém, já demonstravam maior interesse nos nomes, com questões relativas tanto aos contextos de utilização dos nomes pelos sujeitos quanto aos nomes como um sistema classificatório (DUPÂQUIER, 1984). Demanda que viabilizou, em 1980, a publicação de um número especial da revista de antropologia *L'Homme* (n. 4, v. 20, 1980), totalmente dedicado à antroponímia. A edição teve a participação de Françoise Zonabend, André Burguière, Alain Collomp, Martine Segalen, Christiane Klapisch-Zuber e Carlo Severi.

Sem embargo, segundo Dupâquier (1984, p. 8):

Les questions relatives à l'attribution des prénoms tenant dans cette publication une place importante mais ni exclusive ni exhaustive, il nous a semblé que non. Sociologues, anthropologues, démographes et historiens avaient encore quelque chose à dire et à se dire³⁶.

Motivação que levou a Société de Démographie Historique a realizar em 1980 o evento *Entretiens de Malher*, com resultados publicados em 1984 na coletânea *Le Prénom: mode et histoire*. Dupâquier (1984) aclarou que os trabalhos seguiram três linhas: estoque de nomes, processos de difusão e renovação (SCHNAPPER, 1984; KLAPISCH-ZUBER, 1984); nomes e parentesco (BURGUIÈRE, 1984); nomes e identidade, funções da nomenclatura (ZONABEND, 1984).

Após a publicação dessas produções, o estudo dos nomes adotados em uma sociedade ganhou novo interesse entre os historiadores. A começar pelos demógrafos historiadores, que já ensaiavam alguns passos nessa direção.

Na Demografia Histórica, os primeiros estudos relativos às práticas de nomenclatura luso-brasileiras partiram de uma questão metodológica: as dificuldades para realização do cruzamento nominativo originadas das características da constituição e utilização dos nomes por tais populações. O artigo publicado por

³⁶ “As questões relativas à atribuição de nomes tiveram nesta publicação um lugar importante, mas não exclusivo nem exaustivo, ao menos não pareceu. Sociólogos, antropólogos, demógrafos e historiadores ainda tinham algo a dizer”. Tradução nossa.

Maria Luiza Marcílio (1972) na revista francesa *Annales de Démographie Historique*, discorreu sobre a frequência da variação dos nomes de família dos indivíduos entre um registro e outro.

Seguindo o mesmo referencial, Norberta Amorim (1983) fez um estudo mais abrangente. A pesquisadora analisou a dimensão do uso dos prenomes mais populares, bem como a utilização e origem familiar dos sobrenomes. Algumas possíveis motivações para a escolha mais frequente de certos nomes de batismo foram comentadas no decorrer do artigo.

Rui Graça Feijó (1987, p. 51) pretendeu “contribuir tanto para a discussão das condições de utilização do método de cruzamento nominal de fontes como para o da caracterização sociológica da sociedade minhota do século XIX”. Apontou para a fluidez dos nomes completos dos indivíduos ao longo das trajetórias e para a diversidade de modelos de composição do nome de família.

Os primeiros estudos ainda estavam inseridos em um contexto onde predominavam as análises quantitativas e seriais, baseadas em problemas metodológicos e com predomínio de análises de estoque e distribuição de nomes. Problematizações a respeito de motivações para a escolha dos nomes, bem como referentes à construção e utilização dos nomes ainda eram muito incipientes. Questões que, como apontou Weimer (2013), também afetaram os estudos antroponímicos franceses entre o final dos anos 1970 e o início dos anos 1980.

Uma maior abertura às contribuições da microanálise e um maior diálogo com a História Social e com a Antropologia apontaram possibilidades mais amplas para as pesquisas relativas às práticas de nomação luso-brasileiras. Em sua obra seminal *História e demografia: elementos para um diálogo*, Nadalin (2004) fez alguns apontamentos sobre o potencial do estudo da antroponímia, ainda que circunscritos ao estudo dos prenomes. Em uma análise preliminar, utilizando-se de uma amostra populacional de Curitiba no final do século XVIII, o pesquisador constatou que as populações da época tinham preferências bem marcadas e escolhiam predominantemente dentro de um conjunto de poucos nomes, a despeito de haver um estoque disponível relativamente grande para a época. Foram destacadas ainda possibilidades para estudos atinentes ao tema, como as relações sociais, os comportamentos coletivos e o imaginário das comunidades.

No ano de 2008, a revista portuguesa de antropologia *Etnográfica* lançou um número inteiramente dedicado a artigos relativos às práticas nominativas. Além dos

artigos de João de Pina Cabral (2008a; 2008b), que tratam do nome próprio luso-brasileiro num contexto mais amplo e possuem caráter mais ensaístico, destacam-se dois artigos, escritos em perspectiva histórica, que interessam diretamente ao nosso estudo por buscarem a reconstituição das práticas nominativas vigentes à época.

Robert Rowland (2008) analisou as práticas de nomeação vigentes em Portugal entre os séculos XVI e XIX. Para o autor, emergiu no período estudado um modelo nominativo baseado na combinação entre nome próprio e nome de família. A investigação buscou compreender aspectos como o papel do parentesco e os indícios de haver um modelo antroponímico específico para Portugal e Espanha, com especificidades em relação aos demais países europeus.

Nuno Gonçalo Monteiro (2008) abordou especificamente os nomes de família portugueses, traçando um panorama evolutivo do tema que abrange da Idade Média – considerada o marco inicial da identificação, entre a nobreza, de linhagens com um nome de família – ao século XIX – com o início do predomínio da transmissão do sobrenome por linha paterna. O período intermediário caracterizava-se pela ausência de uma regra visível na adoção e transmissão dos nomes de família.

Modelos que frequentemente, mas nem sempre, eram rigorosamente seguidos por todos os membros da sociedade, como pode ser visto na incipiente, porém crescente produção historiográfica brasileira dos últimos anos. Com o advento da microanálise e sua crescente adoção por parte dos estudos de História da População e História da Família, percebe-se um grande número de trabalhos que priorizam a análise de trajetórias.

Uma linha investigativa adotada é o uso estratégico dos nomes como bens simbólicos para ascensão social e manutenção de hierarquias. Em sua tese, Martha Hameister (2006), ao investigar trajetórias de famílias de elite em Rio Grande, constatou um alto índice de homônimos. Isso a levou a problematizar a questão e a formular a hipótese de que a utilização e transmissão dos nomes dentro dessa sociedade seria uma estratégia usada para as famílias se constituírem como tal.

A mesma autora publicou um artigo no qual fez uma relação entre os nomes de batismo e as relações de compadrio. Por ter sido encontrado um percentual maior de homônimos entre padrinhos e afilhados em relação a pais e filhos, a pesquisadora considerou que a homonímia demonstraria intenção de reforçar os laços espirituais entre os batizados e os padrinhos (HAMEISTER, 2003).

Na mesma linha, a dissertação de Rachel dos Santos Marques (2012) analisou as estratégias adotadas por uma família de elite do Continente de São Pedro para manutenção e ampliação de seu prestígio. Um aspecto abordado foi os nomes utilizados e transmitidos aos descendentes do grupo. A autora considerou os nomes adotados repetidamente por diversos membros da família como marcadores de parentesco, considerando a aproximação gerada entre quem dá o nome e quem o recebe. Prática que favorecia “o reconhecimento do pertencimento familiar dessas pessoas por parte da sociedade” (MARQUES, 2012, f. 128).

Por outro lado, considerar os nomes como bens simbólicos pode ter uma conotação excessivamente utilitarista, como alertou Rodrigo Weimer (2008). Este autor analisou as práticas nominativas da população liberta em sua dissertação (WEIMER, 2008) e em sua tese (WEIMER, 2013). Ambas as pesquisas abordaram a construção da vida em liberdade de ex-cativos no contexto pós-abolição no interior do Rio Grande do Sul. O autor prefere considerar os nomes como classificadores sociais e enfatiza o caráter performático dos nomes, tanto os oficiais quanto as formas alternativas de nomeação.

Entre os aspectos tratados na dissertação, os nomes adotados por esses indivíduos, que não seguiram uma estratégia única no que se refere ao uso do sobrenome. Ademais, é enfatizado o caráter plural dos nomes, que não se restringiam aos registrados em documentos oficiais (WEIMER, 2008). A tese problematiza os nomes transmitidos dentro de uma família de descendentes de escravos, que remetiam a memórias do cativo. O autor sustenta que, mesmo que os nomes não sejam de origem africana, as práticas de nomeação reproduziam as adotadas por seus ancestrais, no sentido de criar linhagens (WEIMER, 2013).

Mesmo com o advento do qualitativo, a análise quantitativa e serial não foi abandonada, sendo adotada de forma combinada com a microanálise. Abordagem comum em estudos que consideram o nome como elemento de identidade étnica e/ou cultural. Referente aos imigrantes de origem alemã, Sérgio Nadalin produziu vários artigos, um em coautoria com José Luiz da Veiga Mercer, a respeito de um projeto de pesquisa que tem como foco os nomes utilizados por um grupo dos referidos imigrantes em Curitiba. O ponto central é que a noção de categorias de prenomes (estoque imigrante, estoque teuto-brasileiro, estoque brasileiro) pode aclarar a dinâmica das fronteiras étnicas formadas pelos imigrantes e o processo de integração destes à sociedade receptora em conjunto com a manutenção da

identidade étnica. Constatou-se que os meninos eram mais propensos a receberem nomes de estoque imigrante, abrindo questões como os papéis de gênero na reprodução da identidade (MERCER, NADALIN, 2008; NADALIN, 2012).

Em sua dissertação, Fábio Augusto Scarpim (2010) analisou a construção da identidade etnocultural de imigrantes italianos no Paraná a partir de signos culturais, como a transmissão de nomes de batismo, com um capítulo dedicado ao tema. Segundo o autor, as principais influências para a escolha dos nomes eram a família e a religiosidade, dois dos mais importantes elementos para a definição do pertencimento grupal dos imigrantes estudados.

Maria Silvia Bassanezi (2013a) também dedicou um artigo aos nomes utilizados por imigrantes italianos estabelecidos em uma fazenda de café no interior de São Paulo. Verificaram-se tanto fatores que contribuíram para a manutenção de práticas nominativas, como a influência da Igreja e as colônias habitadas por famílias da mesma etnia, quanto fatores que contribuíram para mudanças, como a mobilidade dos trabalhadores de café e contatos com pessoas de culturas distintas.

Os nomes como elemento identitário, no caso para a Curitiba setecentista, também foram tema da monografia de conclusão de curso de Antônio Sérgio Muggiati Monteiro (2009). A ratificação do panorama encontrado por Nadalin (2004) e a semelhança dos resultados com os encontrados em outras comunidades levou Monteiro a ressaltar a existência de uma identidade cultural, tendo a atuação da Igreja Católica como fator preponderante para sua difusão e manutenção.

A tese de Sérgio Luiz Ferreira (2006) abordou a população açoriana residente em uma freguesia localizada na Ilha de Santa Catarina. O autor dedicou parte de um capítulo ao estudo dos nomes. Para os prenomes, mediante comparação com dados referentes a uma freguesia açoriana estudada por Amorim (2003), constatou-se que, num primeiro momento, as opções mais utilizadas eram semelhantes nas duas paróquias. Com o passar do tempo, a preferência passou para nomes diferentes dos adotados na freguesia açoriana. Quanto aos sobrenomes, enquanto famílias socialmente mais privilegiadas mantinham seus nomes de família por séculos, os indivíduos pertencentes às camadas mais populares nem sempre possuíam a mesma preocupação. Sua conclusão foi de que “a transmissão de sobrenomes é muito mais uma questão de classe do que de gênero” (FERREIRA, 2006, f. 239).

As práticas de nomeação entre escravos possuem uma bibliografia que, por não ser o foco deste estudo, não será retomada em detalhes aqui. Vale mencionar

uma investigação recente realizada por Máisa Faleiros da Cunha (2013) para a região de Franca. O uso de nomes tradicionais da onomástica luso-brasileira indicava a forte influência da Igreja nas práticas de nomeação entre os escravos. Os cativos, no entanto, possuíam uma relativa autonomia na escolha dos nomes de seus filhos, fazendo com que suas práticas nominativas fossem um elemento da constituição de uma identidade escrava.

A fim de contribuir com essa historiografia atinente às práticas de nomeação luso-brasileiras, consideramos importante a combinação entre análise quantitativa e qualitativa. A primeira contribui ao apresentar um panorama geral dos nomes utilizados e possibilitar a elaboração de problematizações. A segunda, circunscrita às trajetórias individuais e familiares, viabiliza a busca por possibilidades interpretativas para as questões abordadas. Parte-se do pressuposto dos nomes como bens simbólicos passíveis de uso em estratégias sociais, o que não deve ser tomado de forma absoluta, visto que fatores como identidade e pertencimento também influam na atribuição e dinâmica dos nomes.

1.4 Do conjunto aos elementos: resumo dos capítulos

Nossa proposta é analisar as práticas de nomeação, considerando tanto os prenomes atribuídos no batismo quanto os segundos nomes e sobrenomes incorporados ao longo da vida dos membros da população residente na freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre, localizada na capitania, depois província, do Rio Grande de São Pedro (atual Rio Grande do Sul), entre o final do século XVIII e o início do século XIX.

O foco deste estudo é a dinâmica dos nomes. Partindo do pressuposto de que estes não são estanques (WEIMER, 2013), esta dissertação busca avaliar como os nomes eram construídos e utilizados pela população da localidade. Desde a atribuição e transmissão de prenomes até a incorporação de segundos nomes e sobrenomes, bem como as variações desses nomes ao longo das trajetórias de vida. Junto a isso, procura compreender os fatores sociais e familiares envolvidos nos atos de nominar, assim como as motivações e implicações decorrentes.

O segundo capítulo, *O nome e seus significados: marco analítico e contexto temporal-espacial*, voltará a atenção para as práticas de nomeação, iniciando com uma reflexão teórica acerca do nome e dos significados envolvidos nos processos

de atribuição, incorporação, variação e transmissão do mesmo. Reflexão que tem por base as três funções do nome apontadas por Claude Lévi-Strauss (2012) em trabalho clássico – identificar, significar e classificar. A seguir, apresenta o contexto histórico do tempo e do espaço desta investigação.

Os porto-alegrenses escolhem seus nomes: panorama geral e dados quantitativos, o terceiro capítulo, apresentará os primeiros resultados da pesquisa para Porto Alegre, junto a uma caracterização das práticas de nomação luso-brasileiras vigentes à época. A partir dos registros paroquiais, faremos uma análise de caráter quantitativo, de modo a constatar a frequência e a transmissão de prenomes, segundos nomes e sobrenomes, em comparação, sempre que possível, com outras localidades contemporâneas à Madre de Deus.

A partir do uso de técnicas da microanálise, a proposta do quarto capítulo, *O nome além do como: práticas de nomação e trajetórias familiares*, é tentar explicar como se davam os processos de atribuição, incorporação, utilização, variação e transmissão de prenomes, segundos nomes e sobrenomes ao longo de trajetórias de vida. Busca-se aqui compreender como o nome era constituído e utilizado no devir de uma existência e quais as motivações e implicações decorrentes. Para a reconstituição das trajetórias, além dos registros paroquiais, far-se-á cruzamento nominativo com fontes complementares, como róis de confessados, cartas de alforria, testamentos e inventários.

Após a retomada de aspectos pertinentes da redução da escala de observação, partiremos para os estudos de algumas trajetórias que possam elucidar algumas das questões advindas a partir das análises quantitativas realizadas no capítulo anterior.

2 O NOME E SEUS SIGNIFICADOS: MARCO ANALÍTICO E CONTEXTO TEMPORAL-ESPACIAL

“Meu inimigo é apenas o teu nome. Continuarias sendo o que és, se acaso Montecchio tu não fosses. Que é Montecchio? Não será mão, nem pé, nem braço ou rosto, nem parte alguma que pertença ao corpo. Sê outro nome. Que há num simples nome? O que chamamos rosa, sob uma outra designação teria igual perfume. Assim Romeu, se não tivesse o nome de Romeu, conservaria a tão preciosa perfeição que dele é sem esse título.

Romeu, risca o teu nome, e, em troca dele, que não é parte alguma de ti mesmo, fica comigo inteira”

(William Shakespeare, *Romeu e Julieta*, ato II, cena II, p. 39, grifo nosso)

“Recebamo-lo, então, como estrangeiro. Há muita coisa mais no céu e na terra, Horácio, do que sonha a nossa pobre filosofia. Vide novamente. Jurai de novo, assim Deus vos ajude, por mais que eu me apresente sob aspecto extravagante, tal como em futuro é possível que eu venha a comportar-me, que jamais – se me virdes alguma hora cruzar assim os braços, ou a cabeça sacudir desse jeito, ou dizer frases sem nexo: ‘Muito bem’ ou ‘Poderíamos se o quiséssemos’, ou ‘Vontade tenho de falar’, ou discursos desse gênero – mostrareis saber algo. Que a divina Graça e a Misericórdia vos amparem”

(William Shakespeare, *Hamlet*, ato I, cena V, p. 562, grifo nosso)

“Que há num *simples* nome?” Numa tentativa de responder a Julieta, pode-se apelar a Hamlet: num simples nome “há muita coisa mais [...] do que sonha nossa pobre filosofia”. O ato de atribuir um nome a si ou a outrem, por mais corriqueiro que aparente ser, está longe de decorrer de uma escolha feita ao acaso. Envolve fatores complexos e nem sempre perceptíveis, como comportamentos, costumes, tradições, parentesco, moda, entre outros, bem como exterioriza redes sociofamiliares, com homenagens a padrinhos e parentes de prestígio.

Levando isso em consideração, este capítulo iniciará tratando dos significados envolvidos na escolha de um nome. Em seguida, uma reconstituição do contexto histórico do tempo e do espaço no qual se desenrolaram as práticas de nomeação que são nosso objeto de análise.

2.1 O nome e seus significados: marco analítico

Retomemos as três funções do nome propostas por Lévi-Strauss (2012). *Identificar* é a função primária de um nome, ao designar as pessoas como pontos de referência dentro de um grupo (LÉVI-STRAUSS, 2012). Como lembrou Rui Graça Feijó (1987), o nome é um bem simbólico portado por todos os sujeitos. Toda cultura tem como traço estrutural a identificação pessoal de seus indivíduos. O que varia

são as práticas de composição e transmissão dos nomes, influenciadas pelos costumes e necessidades da sociedade em questão (HAMEISTER, 2006).

Rowland (2008, p. 17) considera a identificação como função denotativa do nome. “Serve em teoria apenas para marcar a identidade pessoal, ou a individualidade, de cada um, distinguindo-o [...] de todas as restantes pessoas no interior de determinada população de referência”. Para autores como John Stuart Mill, o nome é desprovido de significado próprio (LÉVI-STRAUSS, 2012).

Entretanto, Lévi-Strauss (2012) aponta que o papel do nome não se restringe apenas à identificação. Assim, deve-se levar em conta a segunda função, *significar*. Para o antropólogo, “os nomes próprios fazem parte integrante de sistemas tratados por nós como códigos: modos de fixar significações, transpondo-as para os termos de outras significações” (LÉVI-STRAUSS, 2012, p. 201).

Rowland (2008, p. 17-18), que aponta esta função como tendo caráter conotativo, segue na mesma linha ao afirmar que:

Na medida em que possuí, ou adquiro pelo uso, uma conotação ou significado próprio, um nome passa a poder relacionar uma pessoa com determinadas outras pessoas, ou grupos e categorias de pessoas, contribuindo assim para estabelecer a sua identidade social.

Identidade construída a partir da relação com os demais sujeitos e suas identidades. Segundo Zonabend (1984, p. 23), “l'identité c'est la perception que chacun a d'autrui, qui fait qu'autrui est différent de l'autre. Dans cette acception, l'identité c'est la différence³⁷”.

João de Pina Cabral (2008a, p. 10) considera que o nome é significativo porque atribuí-lo é um ato constitutivo e criativo. Constitutivo ao criar na pessoa que recebeu o nome um processo de reconhecimento. Criativo devido à grande quantidade de opções de escolha, carregando:

implicações semânticas – não só na etimologia do nome, na referência hagiográfica ou histórica ou na referência às modas vigentes mas, e sobretudo, pelo fato de a escolha de um nome criar serialidades (intergeracionais, [...]) em que as pessoas recebem o nome dos avós, dos padrinhos ou dos atores da moda;

³⁷ “A identidade é a percepção que cada um tem de outrem, que é feita no que outrem é diferente do outro. Neste sentido, a identidade é a diferença”. Tradução nossa.

intrageneracionais, [...] em que os nomes de uma série de irmãos ou primos partilham todos de um elemento comum).

Significados que possuem múltiplos sentidos, com decodificação incompleta, num processo chamado por Pina Cabral (2008a) de *ecos nominativos*. Estes, mesmo que nem sempre sejam percebidos conscientemente, emergem por ocasião da escolha de um nome, o que faz com que esse ato tenha como um dos pilares a reminiscência: a atribuição de um nome próprio baseia-se em uma recordação vaga e imprecisa dos ecos nominativos, com predomínio da carga afetiva³⁸.

Com a reminiscência, o nome torna viáveis três importantes processos identitários: *essencializar*, ao dar “existência externa e durável a um processo de identificação pessoal que é sempre necessariamente evanescente”; *citar*, ao remeter “sempre, de uma forma ou outra, para casos anteriores”; e *explorar*, “na medida em que, através do processo constante de recontextualização dos ecos nominativos, se abrem novas pistas identitárias” (PINA CABRAL, 2008a, p. 12).

A escolha de um nome, para Mercer e Nadalin (2008), produz um significado. Expõe as preferências que uma comunidade possui em um determinado período de tempo. Preferências que recebem influência da moda vigente, fazendo com que a liberdade ao se escolher um nome seja relativa. Nas palavras de Dominique Schnapper (1984, p. 14):

L'adoption d'un prénom ne peut être interprétée comme un fait isolé, les rapports des autres ateliers le démontrent abondamment: choix individuels et choix collectifs sont intimement liés. [...] le choix du prénom est [...] lié au système de parenté, aux règles de transmission des biens réels et symboliques, à l'action de l'Etat et de l'Eglise, aux normes du "jeu social" propre au groupe d'appartenance, enfin à un "goût", vécu comme individuel mais socialement déterminé. C'est l'ensemble de la structure de ces différents facteurs qu'il faudrait chaque fois invoquer pour éclairer pleinement les significations du choix des prénoms³⁹.

³⁸ Um dos modos em que a reminiscência fica explícita na atribuição de um nome é quando as pessoas dizem que escolheram um determinado nome por gosto pessoal (PINA CABRAL, 2008a).

³⁹ “A adoção de um prenome não pode ser interpretada como um fato isolado, relatórios de outros grupos de trabalho demonstram amiúde: escolhas individuais e escolhas coletivas estão interligadas. [...] a escolha do nome está [...] ligada ao sistema de parentesco, às regras de transmissão de bens materiais e simbólicos, à ação do Estado e da Igreja, às normas do “jogo social” próprio do grupo de pertencimento, enfim a um “gosto”, vivido como indivíduo mas socialmente determinado. É o conjunto da estrutura desses diferentes fatores que deve ser invocado a cada vez para esclarecer plenamente os significados da escolha dos prenomes”. Tradução nossa.

Assim, caso seja escolhido um nome habitual, se está buscando pertencimento, adesão à comunidade. A escolha de um nome “exótico” indica afastamento do grupo e busca de novas identidades (MERCER; NADALIN, 2008).

A questão dos significados também considera a eleição de um nome a partir de uma motivação específica. “Os nomes são criados sob o influxo religioso, político, histórico, etc., de circunstâncias variadíssimas, e em que transparece viva a alma popular de todos os tempos e de todos os lugares” (GUÉRIOS, 1973, p. 18). As seguintes razões para criação e escolha de nomes são citadas por Guérios (1973):

- Para criação:

a) Razões religiosas: crianças vistas como presentes de Deus (ou dos deuses), ou, no caso da Igreja Católica, devoção a determinados santos ou invocações de Nossa Senhora;

b) Totemismo: nome inseparável do indivíduo que o porta;

c) Onomatomania: crença de que o nome pode influenciar a vida de seu portador;

d) Circunstâncias do nascimento;

e) Circunstâncias do tempo do nascimento;

f) Circunstâncias do local do nascimento;

g) Referências a atributos morais;

h) Referências metafóricas a atributos morais;

i) Referências a atributos físicos;

j) Referências à ordem de nascimento;

k) Referências a profissões;

l) Nomes históricos ou referentes a instituições;

- Para escolha:

a) Motivos religiosos;

b) Razões políticas;

c) Razões de família ou amizade: nome já utilizado por algum familiar, padrinho, amigo ou benfeitor;

d) Razões diversas: “nessa rubrica incluo todos os antropônimos provenientes de arbítrio, acaso, superstição, fantasia, moda, gosto, etc.” (GUÉRIOS, 1973, p. 30).

A eleição de um nome também é influenciada, de acordo com Amorim (1983, p. 213, grifos nossos), por “*modas que se localizam perfeitamente no tempo e que ultrapassam as fronteiras das paróquias, mesmo as mais isoladas*”. Fenômeno que sempre de alguma forma influenciou as escolhas e a popularidade dos nomes, mudando os meios vetores e a capacidade de influência da moda em uma determinada sociedade. Nas sociedades contemporâneas, a moda, elemento modificador das motivações para a atribuição de nomes, tem maior peso. Antes do século XX, dava-se maior importância à tradição, elemento conservador de origem familiar ou comunitária⁴⁰ (AMORIM, 2003).

Em algumas sociedades, alguns costumes relativos à escolha e transmissão de nomes tornaram-se tradições largamente difundidas:

Em muitas regiões europeias, havia o costume de dar aos filhos, de acordo com a ordem de nascimento, o nome de determinados parentes. Assim, ao primogênito dar-se-ia, por exemplo, o nome do avô paterno; ao segundo, o do avô materno; ao terceiro, o do tio-avô (ou do tio) mais velho; e assim por diante. [...] E apenas depois de cumprida esta obrigação familiar poderia, nas famílias mais numerosas, haver lugar a uma escolha mais pessoal por parte dos pais (ROWLAND, 2008, p. 34).

Nos casos em que o nome costumava ser escolhido pelos padrinhos, era comum que fossem eleitos como pais espirituais alguém portador do mesmo nome que se pretendia atribuir à criança. Com isso, o nome próprio tornava-se um elemento simbólico de ligação entre o afilhado e seu padrinho⁴¹ (ROWLAND, 2008).

Há ainda relatos de sociedades onde era corriqueiro atribuir um mesmo nome a todos os primogênitos ou “reutilizar” o nome de eventuais irmãos mais velhos que tenham anteriormente falecido (AMORIM, 1983).

Os significados atribuídos a um nome fazem com que este carregue uma série de atributos, inspirando diversas reações em uma sociedade: temor, respeito, desprezo, malícia, entre outras (HAMEISTER, 2006). Logo, a interação dos significados de um nome possibilita uma terceira função citada por Lévi-Strauss (2012), *classificar*. A classificação inclui, exclui ou define a posição dos indivíduos em um grupo devido ao seu nome.

⁴⁰ A tradição, porém, nunca esteve intocada das influências da moda. Conferir Amorim (2003).

⁴¹ Rowland (2008) dá destaque para a adoção deste costume quando eram escolhidos parentes como padrinhos.

De acordo com Émile Durkheim e Marcel Mauss (2001)⁴², a classificação é um sistema hierarquizado, onde as “coisas” não estão em grupos isolados, mas que interagem entre si e formam um conjunto do todo. O objetivo da classificação:

não é facilitar a ação, mas tornar compreensíveis, inteligíveis, as relações existentes entre os seres. [...] Tais classificações são, pois, antes de tudo, destinadas a ligar as ideias entre si, a unificar o conhecimento, a esse título, podemos dizer sem inexactidão que elas são obra da ciência e constituem uma primeira filosofia da natureza (DURKHEIM; MAUSS, 2001, p. 197-198).

Deve-se considerar que a classificação, além de definir o estatuto de um sujeito dentro de seu grupo, também determina a posição, tanto do indivíduo quanto do grupo, num contexto de categorias mais abrangentes (LÉVI-STRAUSS, 2012).

Aplicando esta formulação aos nomes, Lévi-Strauss (2012, p. 211, grifos do autor) afirma que:

Estamos, então, em presença de dois tipos extremos de nomes próprios entre os quais existe toda uma série de intermediários. Num caso, o nome é uma marca de identificação que confirma, pela aplicação de uma regra, a dependência do indivíduo *que se nomeia* a uma classe pré-ordenada [...]; no outro caso, o nome é uma livre criação do indivíduo *que nomeia* e que exprime, por meio daquele que ele nomeia, um estado transitório de sua própria subjetividade. Mas poder-se-ia dizer que, tanto em um quanto em outro caso, verdadeiramente se nomeia? A escolha, parece, só está entre identificar o outro, determinando-lhe uma classe, ou, a pretexto de lhe dar um nome, identificar a si mesmo através dele. Portanto, nunca se nomeia, classifica-se o outro, se o nome que se lhe dá é função das características que possui, ou classifica-se a si próprio, se acreditando-se dispensado de seguir uma regra, nomeia-se o outro “livremente”, ou seja, em função dos caracteres que se possui. E, no mais das vezes, fazem-se as duas coisas ao mesmo tempo.

Desse modo:

o nome [...] será, portanto, o produto da interseção de três domínios: como membro de uma classe, como membro da subclasse dos nomes disponíveis dentro da classe e, enfim, como membro da classe formada pelas minhas intenções e meus gostos (LÉVI-STRAUSS, 2012, p. 212).

⁴² Ensaio publicado originalmente em 1903, republicado em 1969.

Portanto, o nome como elemento classificador pode atuar tanto de forma horizontal, ao definir a posição do indivíduo dentro de seu grupo, quanto de forma vertical, ao marcar o estatuto do grupo em relação aos demais.

Uma das maneiras de se constatar o papel classificador do nome é quando este assume a função de marcar o estatuto social de seu portador (ROWLAND, 2008). Por exemplo, Renato Pinto Venâncio (2002, p. 145), em um estudo referente a crianças expostas no Rio de Janeiro, menciona os pais biológicos que abandonavam seus filhos, mas alimentavam o desejo de retomá-los em um momento mais oportuno. Para facilitar essa tarefa, uma das estratégias disponíveis seria deixar “uma ‘marca’, um sinal que facilitasse o reconhecimento da mesma tempos mais tarde”, manifestada na escolha de um nome heterodoxo para seus rebentos. A partir de análise empírica, porém, o autor constatou que a estratégia era pouco difundida.

Com efeito, Rowland (2008, p. 29) considera o prenome como variável insuficiente para atribuição de categoria social aos indivíduos, pois, “salvo no caso das poucas pessoas com nomes muito infrequentes, o nome próprio não bastava para identificar uma pessoa, distinguindo-a das restantes que integravam o seu espaço de interação e interconhecimento”. Os indícios do estatuto social são dados de forma mais explícita pelos nomes de família, patronímicos, alcunhas, etc.

O nome como elemento classificador pode também ter o intuito de desqualificação, ou de dominação. Um caso notório na História colonial foi, conforme Marta Azevedo (2009, p. 80), a incorporação compulsória dos povos nativos à sociedade colonial, que incluiu o batismo e a consequente atribuição de um nome cristão aos indígenas, via de regra oriundo dos missionários ou das famílias que viriam a ter os índios na condição de “administrados”. Com esse processo, os nativos “perdiam seus nomes originais e, com eles, todos seus rituais e relações sociais a que estavam (e estão) normalmente associados”. Situação semelhante também foi enfrentada pelos africanos escravizados.

Dominação em contextos de práticas nominativas, porém, não ocorre apenas em situações de alteridade. Pina Cabral (2008b, p. 258) avalia outra forma de dominação, também fundamentada na atribuição discricionária de um nome a outrem, que ocorre no sistema de atribuição de nome lusófono:

Ao aceitar o nome que lhe deram ainda antes de se conhecer a si mesma, a pessoa sujeita-se logo à partida a ser definida por relação a três instâncias de dominação: por relação à família, por relação ao Estado/Igreja e por relação à hegemonia masculina. Ao mesmo tempo, estas dependem da pessoa para a sua própria existência. Estamos, pois, perante processos de dominação hegemônica, quer dizer formas de dominação legitimada [...]. De fato, como a pessoa não preexiste ao ato de nomeação e as instâncias de dominação não sobreviveriam sem a pessoa, o processo é mutuamente constitutivo.

A atribuição do nome, considerando a explanação de Pina Cabral (2008b), envolve mais diretamente as instâncias da família e do Estado/Igreja⁴³. Por relação à família, existe, principalmente, a questão de que o ato de atribuir-se um nome ao recém-nascido envolve, nas palavras de Nadalin (2007), um poder simbólico que os pais da criança batizada exerciam. Os pais (ou padrinhos) tinham o poder de atribuir um nome a seus rebentos à revelia destes. Situação que perdura até hoje, inclusive de forma mais evidente. Isso porque, se no período colonial as *Constituições Primeiras* previam a possibilidade de o prenome ser alterado no ato da confirmação (VIDE, 1853), atualmente o prenome de registro, salvo casos em que este exponha a pessoa ao ridículo, é imutável (BRASIL, 1973).

Por relação ao Estado ou à Igreja, entra a questão dos nomes oficiais e dos outros nomes (hipocorísticos, alcunhas ou apelidos, pseudônimos, etc). Mesmo nos casos em que os nomes informais são mais usados para identificar determinado indivíduo, não se nega a maior veracidade da identificação oficial, que é mais relevante se a pessoa é mais “honrada”. Por conseguinte, os nomes informais são, ao mesmo tempo, igualitários e subalternizantes (PINA CABRAL, 2008b).

A classificação também pode ter o fim de qualificação. Para Hameister (2006), os já referidos atributos podem ser incorporados ao nome próprio de acordo com a história de vida do sujeito que o detém e com os feitos exercidos durante este período. A qualificação também pode ser considerada no sentido inverso, isto é, quando se recebe um nome que já tenha atributos incorporados. Ações que ocorrem simultaneamente e se complementam de forma mútua.

Identificar, significar e classificar. Três funções que podem ter pesos distintos em diferentes sociedades e diferentes grupos dentro de uma mesma comunidade. No caso específico das localidades luso-brasileiras entre o final do século XVIII e o

⁴³ Em relação à hegemonia masculina, Pina Cabral (2008b) menciona que a mesma é visível quando há a referência a um coletivo de ambos os gêneros. Nesses casos, os pronomes ou artigos utilizados são sempre no masculino.

início do século XIX, a organização social vigente pressupõe que as práticas nominativas ainda seguiam o que Jean Boutier (1988 *apud* HAMEISTER, 2006) define como “padrão clássico de nomeação”. Este modelo se encaixa na descrição de Schnapper (1984) de sociedades fechadas onde todos se conhecem: baixa necessidade de individualização e maior importância à linhagem que ao indivíduo. Daí o costume de escolher prenomes recorrentes entre os ancestrais de modo a identificar o sujeito mais como membro de uma família do que como indivíduo.

Pensando nessa perspectiva e no que já foi dito a respeito de qualificação, chega-se à perspectiva desenvolvida por Hameister (2003; 2006) do nome como um patrimônio imaterial familiar. Um bem intangível que incorporava várias “qualidades” e podia ser transmitido para seus sucessores. Nessa transmissão, também entram os atributos já vinculados ao nome, fazendo com que a pessoa que o recebesse também pudesse herdar o prestígio do portador original. Em suma, recebia uma herança imaterial, no sentido indicado por Giovanni Levi (2000).

Considerando que Bourdieu (1990) afirma que as regularidades observadas em dados tratados de forma estatística são o conjunto de ações orientadas individualmente por restrições impostas por uma espécie de “jogo social”, os nomes revelam as estratégias que os grupos sociais e familiares utilizaram em sua administração e transmissão.

Estratégias, porém, não devem ser abordadas sem considerar a concepção de racionalidade limitada de Levi (2000). Portanto, a noção de nome como bem simbólico deve ser relativizada, não o tomando de forma estritamente utilitarista, com uma lógica de maximização meios-fins sempre presente (WEIMER, 2008). Nem todos os grupos sociais e familiares empregavam os nomes da mesma maneira.

A atribuição, utilização e transmissão de um nome implicam uma série de significados que ultrapassam a simples identificação dos indivíduos dentro de um contexto social. Na interação desses significados, o nome também passa a ser utilizado com intuito classificatório, marcando a posição social de seus portadores, seja dentro de um grupo, seja em relação aos demais grupos. Essas e outras questões também permeavam as práticas de nomeação de Porto Alegre entre o final do século XVIII e o início do século XIX. Mas antes é importante fazer a devida contextualização do tempo e do espaço a ser analisado – o *onde* e o *quando*.

2.2 Onde e quando: caracterizando tempo e espaço

Independentemente do tema, do objeto de pesquisa, do campo, da abordagem e da escala, qualquer estudo histórico é caracterizado por investigar o devir da ação histórica, ocorrida em um espaço determinado e em um período de tempo específico. O cenário da investigação aqui proposta é a freguesia⁴⁴ Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre, tendo como recorte temporal o período compreendido entre os anos de 1772 e 1835.

O contexto de ocupação, povoamento e consolidação do atual estado do Rio Grande do Sul é um tema já tratado a partir de diferentes perspectivas por uma vasta produção historiográfica, feita por estudiosos como Corcino Medeiros dos Santos (1984; 2006), Fábio Kühn (2006; 2011), Helen Osório (2006; 2008), Paulo Afonso Zarth (2006), Heloísa Jochims Reichel (2006), Miguel Frederico do Espírito Santo (2006), Véra Lúcia Maciel Barroso (2006), Eduardo Neumann (2004), Luiz Augusto Farinatti (2007), entre outros.

Segundo Reichel (2006), o atual território sul-rio-grandense caracteriza-se por ter sido formado na presença de uma série de fronteiras político-administrativas com demarcações que variaram ao longo do tempo⁴⁵. Reflexo da disputa entre Portugal e Espanha pela posse das terras na região. Em consequência, a região passou por uma série de conflitos e constituiu-se uma sociedade militarizada.

Além da disputa entre os dois impérios ibéricos, Neumann (2004, p. 26) destaca uma terceira fronteira, a indígena. Esta se manifestou no “empenho dos guaranis das missões em garantir a sua primazia sobre estas terras, situação cristalizada diante da celebração do Tratado de Madri [...] pelas coroas ibéricas e de reflexos imediatos entre os índios missionários”.

No contexto fronteiro do Rio Grande de São Pedro formou-se a atual cidade de Porto Alegre. Esta se localiza às margens do Guaíba, confluência de quatro rios – Gravataí, Sinos, Caí e Jacuí – que segue rumo à Lagoa dos Patos e desemboca no Oceano Atlântico na altura das atuais cidades de Rio Grande e São José do Norte.

⁴⁴ Bluteau (1712-1728, v. 4, p. 206) define “freguesia” como “a igreja paroquial” ou “o lugar da cidade, ou do campo, em que vivem os fregueses”.

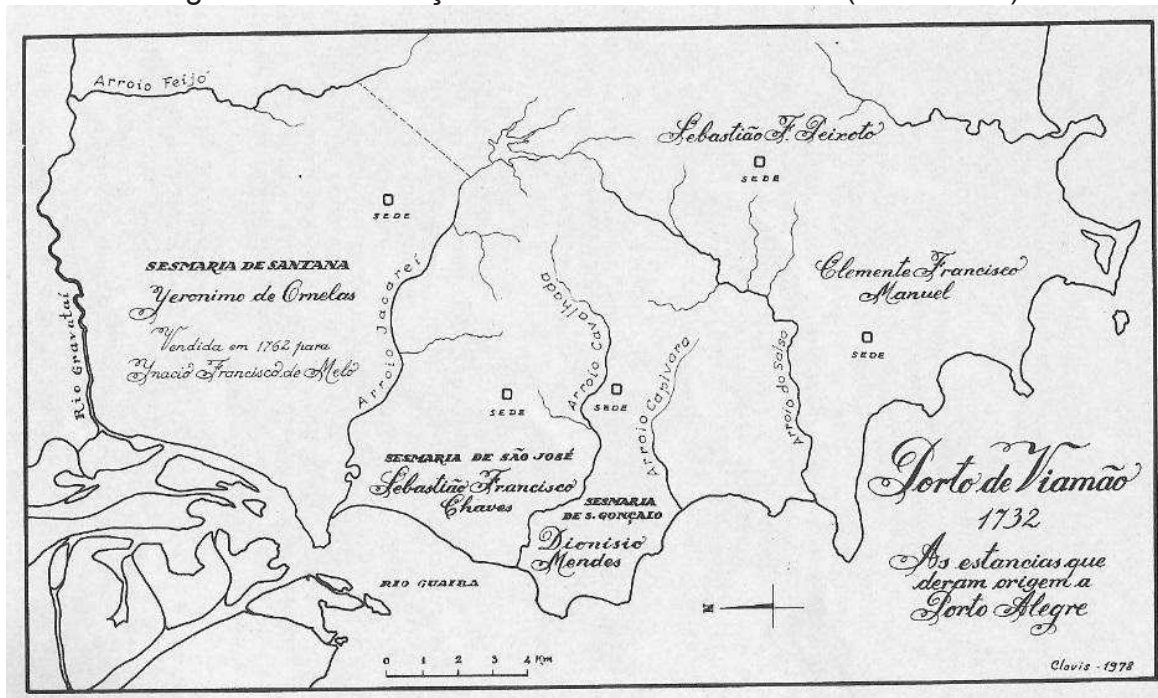
⁴⁵ Segundo o Tratado de Tordesilhas (1494), as terras que hoje formam o Rio Grande do Sul originalmente estavam destinadas à colonização pela Espanha. Entretanto, Portugal adotou o princípio do *uti possidetis*, que daria a posse a quem ocupasse efetivamente as terras. Os tratados do século XVIII destinariam o território rio-grandense ao domínio português.

A baliza fluvial do Guaíba e da Lagoa dos Patos foi convencionada como o limite ocidental e meridional da região conhecida no século XVIII por “Campos de Viamão”, delimitada ao norte pelo Rio Mampituba e ao leste pelo Oceano Atlântico. Local correspondente nos dias de hoje ao nordeste do Rio Grande do Sul, onde se estabeleceram os primeiros colonizadores lusos⁴⁶ do Continente⁴⁷ (KÜHN, 2011).

A formação de rebanhos bovinos nos campos da região, de acordo com Barroso (2006), motivou o transporte de tropas de gado. Com a vinda de lagunenses e, posteriormente, de paulistas em busca de gado, abriram-se caminhos para os tropeiros, como o Caminho de Viamão em 1732.

Segundo Kühn (2006, f. 75), as primeiras incursões dos lagunenses ao Continente “visavam apenas ao reconhecimento, ao contato com o indígena e ao arrebanhamento de gado”. O movimento migratório para os Campos de Viamão só começou a partir de 1730. A partir de então, passaram a ser concedidas sesmarias. Com o tempo, “não se tratava mais de ‘povoar’ as estâncias somente com gado, mas também com as famílias que vinham para o Sul” (KÜHN, 2006, f. 76).

Figura 1 – Localização da sesmaria de Santana (1740-1761)

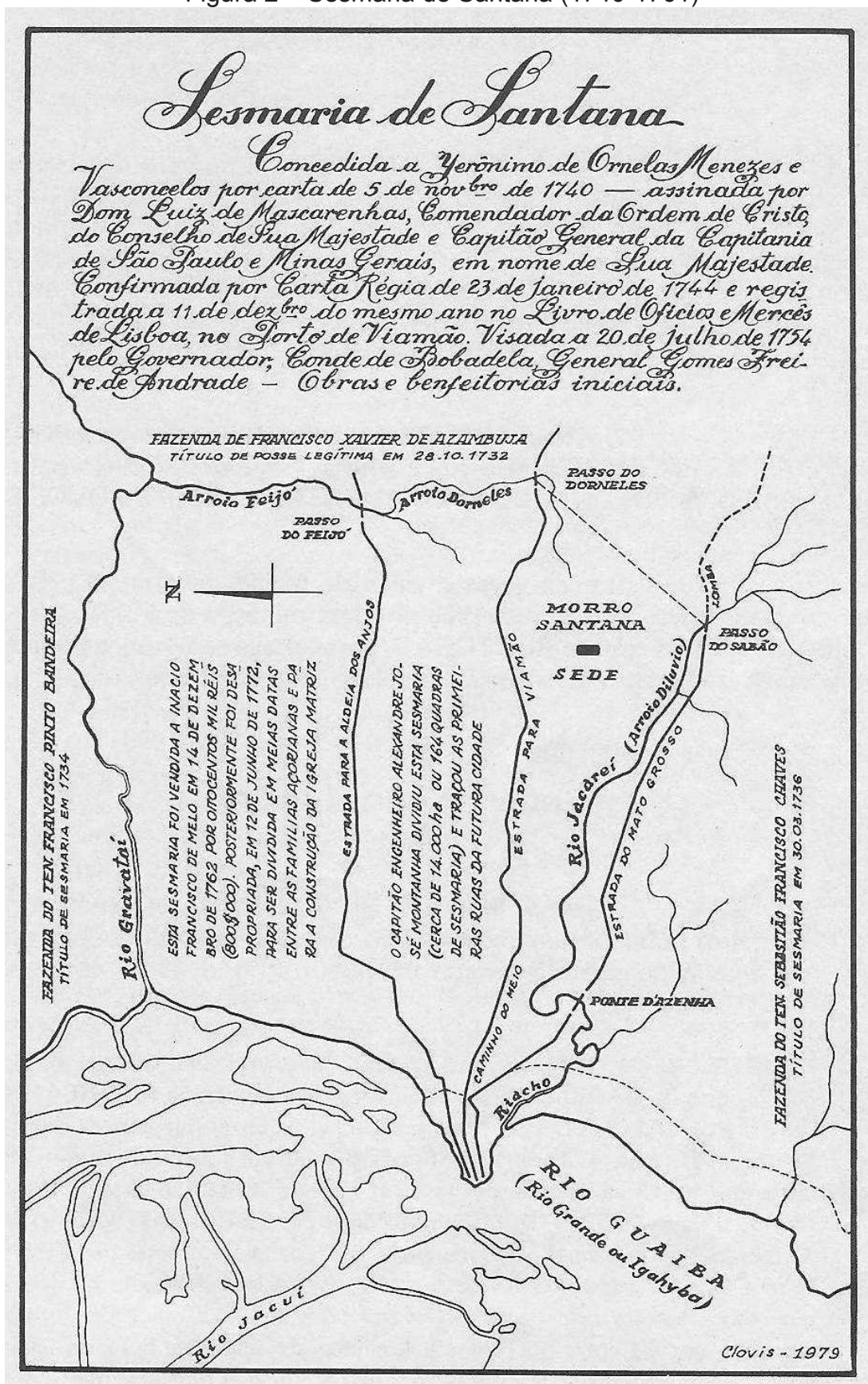


Fonte: OLIVEIRA (1993)

⁴⁶ Utilizo aqui a expressão “colonizadores lusos” porque, além de considerar a existência de nativos na região, é importante frisar que outros locais do atual território sul-rio-grandense, como a Campanha e as Missões, já tinham passado por algumas iniciativas anteriores de colonização hispânica. Conferir Reichel (2006) e Neumann (2004).

⁴⁷ Termo pelo qual era conhecido à época o território onde hoje está localizado o estado do Rio Grande do Sul.

Figura 2 – Sesmaria de Santana (1740-1761)



Fonte: OLIVEIRA (1993)

Uma das sesmarias concedidas foi a de Santana. Localizada às margens do Guaíba e com sede instalada no Morro Santana, foi recebida por Jerônimo de Ornelas Meneses e Vasconcelos em 1740. Sandra Jatahy Pesavento (1991) considerou a sesmaria como o marco de origem do que atualmente é a cidade de Porto Alegre. À época, o local era conhecido como “Porto de Dorneles”.

Conforme Espírito Santo (2006), a concessão de sesmarias tinha como fim criar condições para que Portugal assegurasse a posse do território do Continente. Na mesma época, com a mesma finalidade, foi fundado o presídio e a povoação de Rio Grande (1737)⁴⁸.

Outra ação do Império Português foi proceder à migração de casais vindos das ilhas do arquipélago dos Açores. Segundo Santos (1984), as ilhas enfrentavam problemas de superpovoamento, tese relativizada por Avelino de Freitas de Meneses (2014). Este atribui a vinda de ilhéus efetivamente aos interesses portugueses na colônia: “esse fenômeno decorre do surto de exploração metalífera, mas também do propósito oficial de consolidação do domínio português em novos campos de disputa” (MENESES, 2014, p. 61).

A querela entre Portugal e Espanha pela posse do território do Continente motivou a assinatura de tratados, conforme apontou Reichel (2006). Em 1750, foi assinado o Tratado de Madri. Não obstante, “este último tratado se inviabilizou pela resistência oferecida por vários setores da população que habitava as colônias, principalmente os índios missioneiros e os comerciantes lusos de Sacramento” (REICHEL, 2006, p. 49), o que levou o tratado a ser anulado.

Com tais conflitos, inviabilizaram-se os planos do governo lusitano para com os açorianos. Ana Silvia Volpi Scott e Gabriel Santos Berute (2014) sintetizam que os ilhéus estavam destinados a ocuparem do território onde estavam instaladas as Missões jesuíticas a fim de efetivar a posse portuguesa das áreas anexadas pelo tratado de Madri e consolidar a presença de Portugal na região. Com essa conjuntura, “os colonos oriundos das Ilhas foram estabelecidos ao longo de áreas estratégicas no extremo sul da América portuguesa: Campos de Viamão e Porto Alegre, Santo Amaro e Rio Pardo” (SCOTT; BERUTE, 2014, p. 109).

⁴⁸ Rio Grande foi a primeira vila do Continente, criada pela Provisão de 17 de julho de 1747 e instalada em 16 de dezembro de 1751. Em 1760, tornou-se a primeira capital da recém-criada capitania do Rio Grande de São Pedro. Com a invasão espanhola de 1763, a sede do governo transferiu-se para Viamão. A vila foi criada pela segunda vez em 1809 e “reinstalada” em 1811. Conferir Fortes e Wagner (1963) e FEE (1981).

Cleusa Maria Gomes Graebin (2006) afirma que os açorianos permaneceram arranchados nas localidades anteriormente mencionadas, à espera das terras que lhes foram prometidas, o que só veio a ocorrer a partir de 1764⁴⁹. A autora defende que os ilhéus viviam em situação de pobreza, tese que estudos mais recentes têm questionado. Hameister (2006, f. 160) salienta que o contingente de migrantes não era homogêneo, visto que entre eles havia hierarquização social. Migrantes vindos de famílias privilegiadas “não eram igualados aos demais habitantes que migraram para a América. As diferenças de estatuto social não se esvaeciam na migração”.

Santos (1984) afirma que a sesmaria de Santana era um local privilegiado para a fundação de um povoado. Isso fez com que o governo português tomasse a decisão de manter os colonos por ali. A ocupação da área se desenvolveu, dando feição urbana à região (PESAVENTO, 1991).

A maioria dos açorianos que vieram para Viamão ficaram provisoriamente instalados às margens do Guaíba, dando origem ao núcleo urbano de Porto Alegre. Até 1756, aparece a expressão “Porto de Dorneles” para referir a localidade onde os ilhéus estavam assentados. A partir de 1757, surgiu a expressão “Porto dos Casais”. A significativa presença desse grupo acabou modificando o topônimo utilizado nos documentos (KÜHN, 2011, p. 54).

A sesmaria foi desapropriada na gestão do governador José Marcelino de Figueiredo em 1772, quando ocorreu a divisão e a distribuição das datas de terra aos ilhéus. A área também recebeu a demarcação de lotes, ruas e estradas, e foi reservada uma área para o centro cívico⁵⁰ (PESAVENTO, 1991).

Luiz Fernando Rhoden (2006, p. 262-263), descreve o traçado do núcleo urbano inicial de Porto Alegre:

Tratava-se de um ordenamento urbano reticulado, completamente adaptado ao terreno, formado por uma grande península às margens do Lago Guaíba, com três ruas longitudinais paralelas, delineadas na cumeada, na meia-encosta e ao longo da praia, cortadas por quatro ruas perpendiculares, bastante íngremes. Todo o traçado primário de Porto Alegre se desenvolvia na encosta voltada ao norte, a melhor orientação solar e mais protegida dos ventos. No alto ficava a grande praça central, com os edifícios mais importantes, igreja matriz, casa do governador, erário público e as residências das famílias mais abastadas; embaixo, ao longo da praia, ficavam as atividades

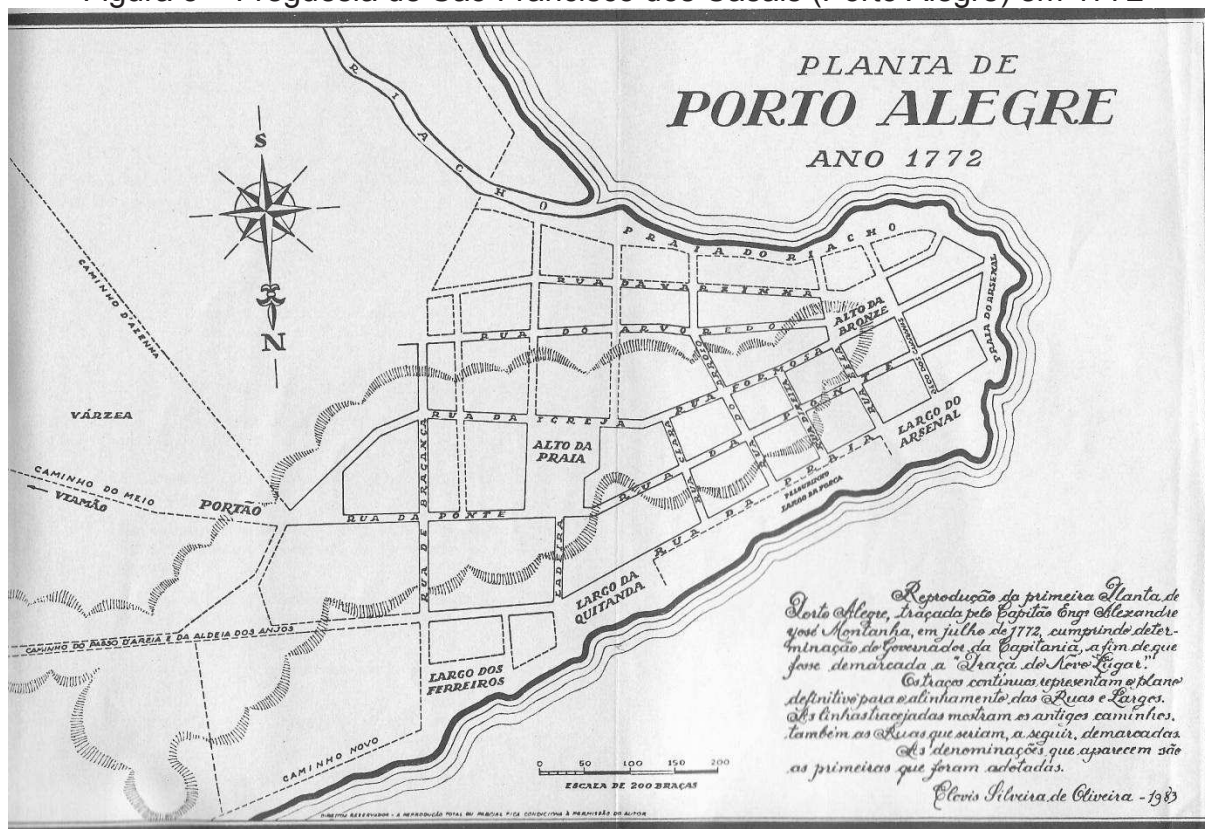
⁴⁹ Em Porto Alegre, a demarcação e entrega dos lotes só se deu a partir de 1771. Conferir Pesavento (1991) e Rhoden (2006).

⁵⁰ Atual Praça da Matriz.

comerciais, o cais do porto e a alfândega. O padrão de implantação da nova povoação era bastante tradicional. Retomava-se a velha concepção portuguesa da cidade alta e baixa.

No mesmo ano, o Porto dos Casais foi elevado à condição de freguesia (denominada São Francisco dos Casais), deixando de ser parte da de Viamão. Conflitos militares decorrentes da invasão espanhola da vila do Rio Grande em 1763 motivaram a chegada de novos migrantes açorianos ao Porto dos Casais.

Figura 3 – Freguesia de São Francisco dos Casais (Porto Alegre) em 1772



Fonte: OLIVEIRA (1993)

Em 1773, conforme assinalou Pesavento (1991), a freguesia passou por importantes mudanças. O nome foi alterado para Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre. Uma nova invasão por parte dos espanhóis fez com que o núcleo urbano fosse amuralhado⁵¹. Mas a mais importante transformação foi ganhar o *status* de capital da capitania⁵², posto que pertencia a Viamão desde que Rio Grande fora dominada pelos hispânicos. A posição privilegiada de Porto Alegre – entre os Campos de Viamão, o Jacuí e Rio Grande – sua situação estratégico-militar

⁵¹ A construção das fortificações foi concluída em 1778.

⁵² Resolução do Governador José Marcelino de Figueiredo, de 25 de julho de 1773.

e centro-comercial foram determinantes para o fato, tanto que o local nunca veio a perder o papel de capital.

Para Paul Singer (1977, p. 148), além da função militar, a freguesia possuía especialmente função comercial, que “foi a base do crescimento de Porto Alegre no seu primeiro meio século de existência”. Destacava-se o escoamento da produção de trigo cultivado nas colônias açorianas localizadas às margens dos rios que desembocam no Guaíba, cultura que ganhou importância a partir de 1808.

Luciano Costa Gomes (2012) salienta a existência de duas facetas ao mesmo tempo distintas e complementares de Porto Alegre à época. Na área interior aos muros, a área urbana, que concentrava o porto, o comércio, artesãos, militares, sacerdotes e funcionários do governo. Fora dos muros, a área rural, onde se desenvolviam as atividades agropecuárias. Contudo, não se encontrava:

uma divisão econômica e social estanque entre as duas áreas [...] [mas] fortes ligações entre indivíduos e famílias de dentro e fora dos muros, de modo a tornar a divisão entre o urbano e o rural mais uma tendência de espacialização das atividades produtivas do que uma cisão social (GOMES, 2012, f. 90).

Entre o final do século XVIII e o início do século XIX, a capitania do Rio Grande do São Pedro inseriu-se efetivamente no mercado interno brasileiro, contribuindo especialmente com cultivo de trigo e criação de gado (KÜHN, 2011). A partir da década de 1780, estas produções são ampliadas, com consequente expansão do comércio e das exportações (OSÓRIO, 2008).

O alvará de 23 de agosto de 1808, seguido pela provisão de 07 de outubro de 1809, autorizou a criação dos primeiros quatro municípios da Capitania Geral do Rio Grande de São Pedro. Junto a Porto Alegre, foram elevadas a vila⁵³ e a sede de município as freguesias de Rio Grande, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha. Entretanto, a vila de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre só foi instalada em 11 de dezembro de 1810⁵⁴.

⁵³ “Vila” definia-se à época como “povoação aberta, ou cercada, que nem chega a Cidade, nem é tão pequena, como Aldeia. Tem Juiz e Senado da Câmara, e seu pelourinho” (BLUTEAU, 1728, v. 8, p. 489). Por sua vez, “cidade” consta como “multidão de casas, distribuídas em ruas, e praças, cercadas de muros e habitadas de homens, que vivem com sociedade e subordinação” (BLUTEAU, 1728, v. 2, p. 309).

⁵⁴ Os demais municípios pioneiros foram instalados somente em 1811: Rio Grande: 12 de fevereiro. Santo Antônio da Patrulha: 03 de abril. Rio Pardo: 20 de maio. Até 1835, foram criados mais dez municípios na Província do Rio Grande de São Pedro do Sul, perfazendo um total de quatorze municípios no referido ano: Cachoeira (1819), Pelotas e Piratini (1830), Alegrete, Caçapava e São

Quadro 5 – Evolução populacional de Porto Alegre (1780-1834)

Ano	População
1780	1.769 ⁵⁶
1798	3.268
1802	3.927
1814	6.111 ⁵⁷
1822	12.000
1834	13.000

Fontes: FEE (1981); SANTOS (1984); GOMES (2012)

O dinamismo econômico se refletiu no aumento do plantel de escravos, presentes não apenas nas propriedades de estancieiros, mas também entre os açorianos e até mesmo entre alguns forros (OSÓRIO, 2006). Este aumento pode ser constatado nos números atinentes ao tráfico marítimo de escravos para a capitania. Berute (2006) aponta a tendência de crescimento do volume de envios e do número de escravos vindos para o Rio Grande. Enquanto entre 1788 e 1802 foram 945 envios e 3.294 cativos, entre 1809 e 1824 foram 1.216 envios e 6.984 escravos⁵⁸. A maioria dos cativos importados era de origem africana e do sexo masculino, com expressivo percentual de cativos entre dez e quatorze anos. Já no tocante à população total de escravos de Porto Alegre, conforme Gabriel Aladrén (2008), 51% era nascida na colônia, os quais também foram mais alforriados do que os africanos.

Para Gomes (2012, f. 38), o aumento do percentual de cativos em relação à população total de Porto Alegre, de 30% em 1780 para 40% em 1802, é um dado expressivo:

Um forte indicador da consolidação do papel de Porto Alegre como centro administrativo, comercial e logístico no conjunto do Continente do Rio Grande de São Pedro, bem como da magnitude da inserção da economia local no sistema produtivo regional e nos mercados gerenciados pelos comerciantes de grossa ventura fluminenses.

Quanto aos libertos, o percentual era reduzido em relação aos centros coloniais, mas em crescimento: passou de 6,1% em 1802 para 8% em 1814 (ALADRÉN, 2008; GOMES, 2012). Por sua vez, Porto Alegre tinha um percentual de

⁵⁶ Segundo Gomes (2012), o mapa de habitantes de Porto Alegre de 1780 conta 1.512 habitantes, excluindo as crianças livres com menos de sete anos. Este número é estimado pelo autor com base em róis de confessados e no mapa de habitantes de 1803.

⁵⁷ Se desconsiderar os recém-nascidos, eram 5.630 habitantes em 1814.

⁵⁸ Estes números não consideram sub-registros e se referem apenas aos escravos enviados do Rio de Janeiro. Conferir Berute (2006).

quase 8% de forros em 1802, com participação significativa dentro do conjunto demográfico da capitania (GOMES, 2012).

Tomando como indicativos os dados do recenseamento de 1814, percebe-se que tanto o percentual de escravos quanto o de forros em Porto Alegre é superior à média do Rio Grande de São Pedro (41,1% e 10,4% contra 30,8% e 8,1%, respectivamente⁵⁹).

Quadro 6 – Dados do recenseamento de 1814 para a capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul e para a vila de Porto Alegre

	TOTAL DA CAPITANIA	PORTO ALEGRE
Branços de ambos os sexos	32.300	2.746
Indígenas idem	8.655	34
Libertos de todas as cores	5.399	588
Escravos idem	20.611	2.312
Recém-nascidos idem	3.691	431
Total (exclusive recém-nascidos)	66.965	5.630
TOTAL GERAL	70.656	6.111

Fonte: FEE (1981, p. 50, adaptado)

Com a expansão populacional, é de se esperar um aumento no número de nascimentos, casamentos e falecimentos. A seguir, a evolução do número de batismos, matrimônios e óbitos registrados na freguesia por década e condição jurídica, de acordo com os dados já inseridos no banco de dados do NACAOB.

Tabela 1 – Evolução do número de batismos em Porto Alegre (1772-1835)

	TOTAL	Livres	Forros	Escravos⁶⁰
1772-79	502	337	6	159
1780-89	1.097⁶¹	773	0	317
1790-99	2.004⁶²	1.274	12	716
1800-09	2.847	1.886	39	922
1810-19	3.993	2.836	22	1.135
1820-29 ⁶³	3.726	3.721	5	N/A
1830-35	1.921	1.892	29	N/A

Fonte: AHCMPA. **Batismos (1772-1835)**. Freguesia N. Sra. Madre de Deus de Porto Alegre: Banco de dados NACAOB. Base Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015.

⁵⁹ O cálculo dos percentuais não inclui os recém-nascidos.

⁶⁰ Na extração de 22 de abril de 2015, utilizada para esta investigação, o banco de dados do NACAOB só possuía registrados os assentos de batismos de escravos até o ano de 1819.

⁶¹ Inclusive 7 administrados.

⁶² Inclusive 2 administrados.

⁶³ Os números dos períodos 1820-1829 e 1830-1835 incluem apenas livres e forros.

Tabela 2 – Evolução do número de matrimônios em Porto Alegre (1772-1835)⁶⁴

	TOTAL	Noivos			Noivas		
		Livres	Forros	Escravos	Livres	Forras	Escravas
1772-79	120	94	6	20	95	5	20
1780-89	188	162	0	26	161	5	22
1790-99	336	286	2	48	284	2	50
1800-09	566	470	20	76	465	23	78
1810-19	556	460	42	54	452	47	57
1820-29 ⁶⁵	773	747	24	2	737	31	5
1830-35	586	566	20	0	562	23	1

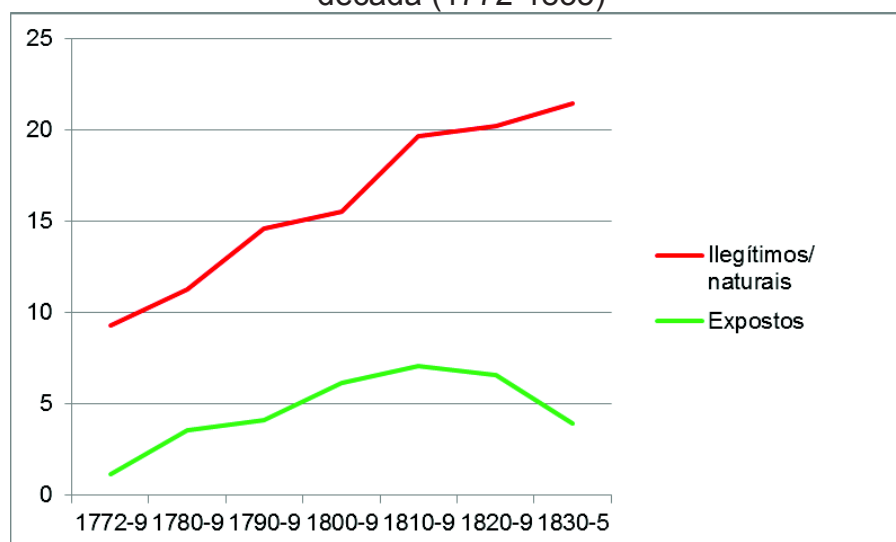
Fonte: AHCMPA. **Casamentos (1772-1835)**. Freguesia N. Sra. Madre de Deus de Porto Alegre: Banco de dados NACAOB. Base Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015.

Tabela 3 – Evolução do número de óbitos em Porto Alegre (1772-1835)

	TOTAL DE ÓBITOS	Livres	Forros	Escravos
1772-1779	287	198	14	75
1780-1789	543	347	16	180
1790-1799	855	485	47	323
1800-1809	2.662⁶⁶	1.251	181	1.216
1810-1819	4.007	1.934	201	1.868
1820-1829	5.654	2.317	159	2.646
1830-1835	3.644	1.727	128	1.787

Fonte: AHCMPA. **Óbitos (1772-1835)**. Freguesia N. Sra. Madre de Deus de Porto Alegre: Banco de dados NACAOB. Base Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015.

Gráfico 1 – Crianças ilegítimas e expostas batizadas em Porto Alegre (%) por década (1772-1835)



Fonte: AHCMPA. **Batismos (1772-1835)**. Freguesia N. Sra. Madre de Deus de Porto Alegre: Banco de dados NACAOB. Base Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015.

⁶⁴ Até o presente momento, o banco de dados do NACAOB só possui registrados os assentos de matrimônio de escravos até o ano de 1822. Os nubentes escravos que apareceram para as décadas de 1820 e 1830 provêm de casamentos mistos (com nubente livre ou forro).

⁶⁵ Os números dos períodos 1820-1829 e 1830-1835 incluem apenas casamentos onde pelo menos um dos nubentes seja livre ou forro.

⁶⁶ Inclusive 2 administrados.

Outro dado importante é o aumento do percentual de crianças ilegítimas ou expostas. Segundo Jonathan Fachini da Silva (2014), pode-se explicar os números expressivos pelas características portuárias de Porto Alegre, que propiciavam uma grande mobilidade da população, principalmente masculina. No caso da exposição, também pode ter contribuído a transferência da Câmara em 1773.

Até 1820, o trigo ainda era uma das culturas mais importantes da região. Contudo, a partir de então, o cultivo do cereal foi suplantado pela criação de gado. A expansão das charqueadas, o estímulo oferecido para a pecuária, a concorrência com o produto dos Estados Unidos da América e as pragas que afetavam os trigais foram determinantes para a mudança (SINGER, 1977; ZARTH, 2006).

O comércio passou a ganhar destaque em Porto Alegre, potencializado pelo caráter portuário da vila (SINGER, 1977). Em um primeiro momento, segundo Sérgio da Costa Franco (1983), a atividade mercantil era incipiente, de caráter acessório ao comércio desenvolvido no porto de Rio Grande e basicamente concentrado no trigo. Com o tempo, especialmente após o advento do Império, “o volume de gêneros negociados na capital ia em constante aumento. Já em 1822, sendo ainda novo o prédio da Alfândega, dizia-se que era insuficiente” (FRANCO, 1983, p. 25).

Berute (2011) afirma que um dos indícios da urbanização e do aumento da atividade mercantil é a ampliação dos investimentos dos comerciantes em imóveis urbanos, ainda que em Porto Alegre a diferença de investimentos entre imóveis urbanos e rurais tenha sido mais equilibrada do que na vila de Rio Grande.

Em 1820, Porto Alegre recebeu a visita do botânico francês Auguste de Saint-Hilaire, que na época estava em viagem pelo Brasil. Em seu relato (1974)⁶⁷, o naturalista destacava a importância que o cultivo de trigo ainda tinha na região: “A cultura dominante nas cercanias [dos Campos de Viamão] é a da mandioca [...]. Cultiva-se também o trigo que dá na relação de 10 a 30 por um” (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 23). Assunto retomado em outra passagem do diário:

O tempo mostra-se perfeitamente calmo, o céu sem nuvens e o termômetro marca cerca de 74 graus Fahrenheit⁶⁸, ao meio dia.

⁶⁷ Utilizaremos aqui os relatos de Saint-Hilaire levando em consideração os cuidados necessários para o tratamento de literatura de viagem. De acordo com Eliane Cristina Deckmann Fleck (2006, p. 273, grifos nossos), “as descrições e informações constantes nesses relatos constituem, na verdade, *representações, reinvenções da realidade*, produzidas com base nas *visões de mundo dos viajantes* que incidem sobre a feitura e sobre a transformação historiográfica de uma memória”.

⁶⁸ Aproximadamente 23,3 graus Celsius.

Nesta época as chuvas caem ordinariamente com abundância; os mais antigos moradores da região dizem não terem memória de seca semelhante à deste ano. Ela obriga os agricultores a adiarem a época dos plantios de trigo e dos laranjais, que se fazem normalmente na estação atual para ter-se a colheita do trigo em dezembro (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 32).

A criação de gado apareceu em comentários referentes à produção de couros nas estâncias e aos costumes alimentares da população. Para o botânico, a Capitania caracterizava-se pelos “hábitos carnívoros de seus habitantes. Em todas as estâncias veem-se muitos ossos de bois, espalhados por todos os cantos, e ao entrar nas casas das fazendas sente-se logo o cheiro de carne e de gordura” (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 30). Hábito que foi novamente descrito quando se mencionou que as tropas estacionadas na capitania alimentavam-se exclusivamente de carne havia três anos. Para Zarth (2006), tal constatação reflete os problemas que os conflitos bélicos na região causavam à produção de alimentos.

Saint-Hilaire tinha descrito em seu diário a feição urbana e portuária que Porto Alegre passava a apresentar. “Percebe-se logo que Porto Alegre é uma cidade muito nova. Todas as casas são novas e muitas estão ainda em construção. Mas, depois do Rio de Janeiro, não vi cidade tão suja” (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 30). Chamou-lhe a atenção também o movimento da vila e o crescente comércio:

A Rua da Praia⁶⁹, que é a única comercial, é extremamente movimentada. Nela se encontram numerosas pessoas a pé e a cavalo, marinheiros e muitos negros carregando volumes diversos. É dotada de lojas muito bem instaladas, de vendas bem sortidas e de oficinas de diversas profissões. Quase na metade desta rua existe um grande cais dirigido para o lago (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 41).

Em 1822, no mesmo ano em que o território brasileiro deixou de ser ligado politicamente a Portugal e passou a constituir o Império do Brasil, Porto Alegre foi elevada à categoria de cidade, passando a ser denominada Cidade de Porto Alegre.

O ano de 1824 marca a chegada dos primeiros imigrantes de origem alemã à região, destinados à colônia de São Leopoldo. Para Marcos Justo Tramontini (2003) e Jorge Luiz da Cunha (2006), o processo foi motivado por vários fatores. O Império tinha interesse na instauração de uma agricultura subsidiária à de exportação, voltada para abastecimento interno e baseada na pequena propriedade. Também

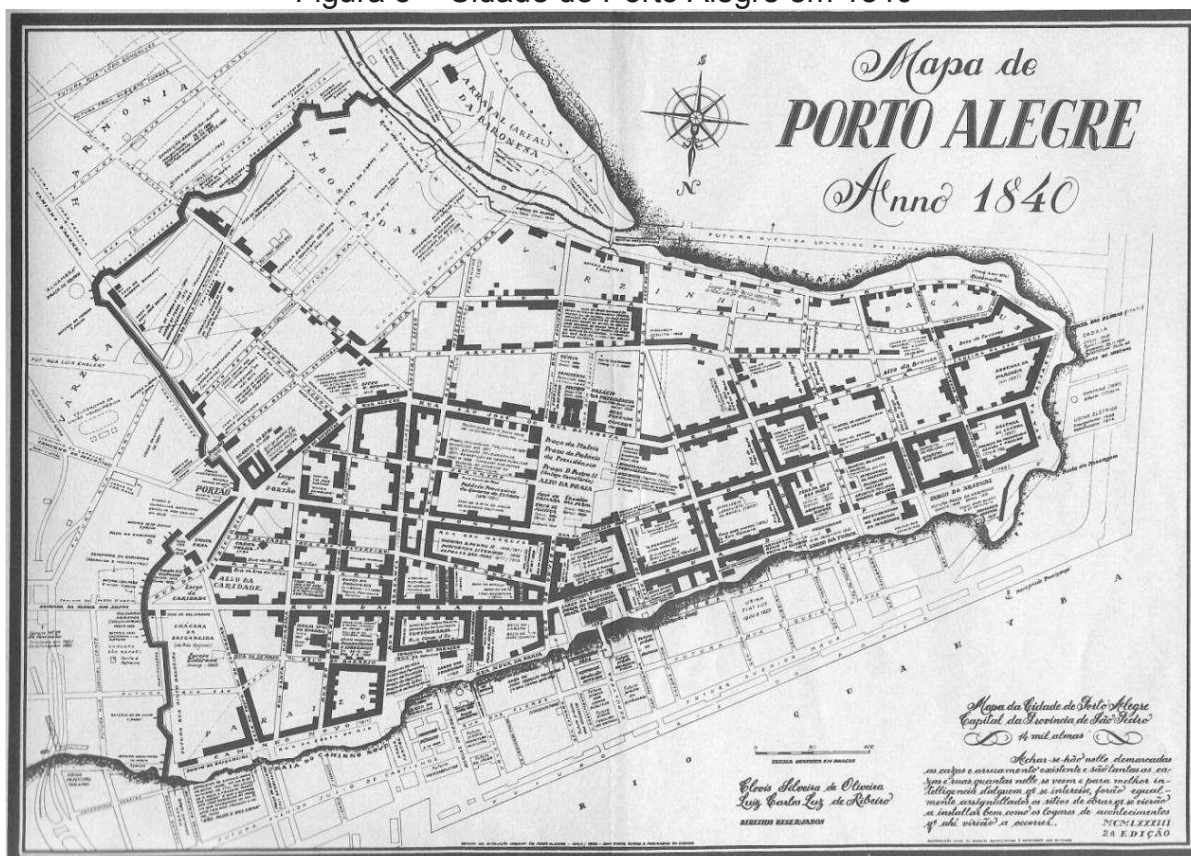
⁶⁹ Atual Rua dos Andradas.

eram levados em consideração a consolidação de uma área de fronteira com as repúblicas platinas (TRAMONTINI, 2003), a vinda de potenciais soldados que defendessem a independência, além da pressão britânica para o fim da escravidão, ainda que esta não tenha surtido efeito prático nesse período (CUNHA, 2006).

Com a chegada dos imigrantes, abriu-se o Caminho Novo⁷⁰, ligando Porto Alegre ao Vale do Rio dos Sinos (PESAVENTO, 1991). Segundo Clóvis Silveira Oliveira (1993), alguns alemães, em geral artesãos, permaneceram na capital, em uma zona à beira do referido caminho, onde hoje é o bairro Navegantes.

Em 1831, foi implantado o primeiro código de posturas para a cidade. Posteriormente ocorreu o desmembramento de ruas na área central, a constituição de praças e largos e a implantação de benefícios urbanos como limpeza pública, abastecimento de água e iluminação de ruas.

Figura 5 – Cidade de Porto Alegre em 1840



Fonte: OLIVEIRA (1993)

Não obstante, o início do século XIX ainda foi marcado por um período de instabilidade relativa à condição fronteiriça do Rio Grande de São Pedro. Como

⁷⁰ Atual Rua Voluntários da Pátria.

salienta Farinatti (2007, f. 167), “a guerra foi uma presença constante na formação histórica do Rio Grande de São Pedro”, mesmo nos períodos entre guerras.

O mais longo dos conflitos foi a Guerra dos Farrapos, que durou quase dez anos. O início se deu com a tomada de Porto Alegre pelos farroupilhas e a deposição do presidente da Província em 20 de setembro de 1835. Os desdobramentos culminaram na proclamação da República Rio-Grandense em 1836.

Em meio ao conflito, o cerco farroupilha a Porto Alegre durou até a retomada da cidade pelas forças imperiais em 1836, ficando a cidade sitiada até 1840. Nesses períodos, o comércio de Porto Alegre passou por dificuldades devido à falta de condições de segurança das vias decorrentes dos conflitos entre farroupilhas e imperiais (FRANCO, 1983).

Porto Alegre permaneceu em mãos legalistas até o fim da guerra, ocorrido mediante acordo entre as partes beligerantes em 1845. Devido a isso, a partir de 1841, Porto Alegre foi “agraciada”, mediante decreto imperial, com a denominação “Leal e Valerosa Cidade de Porto Alegre” (OLIVEIRA, 1993).

O contexto histórico apresentado nos descortina um cenário de transição, de uma recém-fundada freguesia nos confins dos domínios coloniais da América portuguesa para uma cidade portuária em franca expansão e estratégico centro comercial da região. Local marcado no período por uma grande instabilidade, inicialmente pelas disputas entre Portugal e Espanha e depois pelos processos de formação dos Estados recém-independentes. Cenário este onde se adotaram as práticas de nomeação analisadas nos próximos capítulos.

3 OS PORTO-ALEGRENSES ESCOLHEM SEUS NOMES: PANORAMA GERAL E DADOS QUANTITATIVOS

*“Conheces o nome que te deram, não conheces o nome que tens”
(José Saramago, Todos os nomes)*

A abordagem quantitativa das práticas de nomeação em Porto Alegre permite apreciar a dimensão geral de fenômenos como: estoque, frequência e origem familiar dos prenomes, utilização e origem dos sobrenomes, bem como demais informações relevantes.

No período que engloba o recorte delimitado (1772-1835), tem-se, para a população livre e forra, um total de 12.850 registros de batismo⁷¹ (6.336 do sexo feminino e 6.508 do sexo masculino) e 9.554 assentos de óbito (3.843 do sexo feminino e 5.711 do sexo masculino). Quanto aos casamentos, foram contabilizadas no total 2.919 cerimônias⁷², com 2.892 noivas e 2.899 noivos livres ou forros.

Nesta parte, nosso estudo fará uso, conforme o caso, das variáveis sexo, legitimidade, cor e grupo de procedência, condição jurídica e atributo. Devido às particularidades da fonte, a análise dos prenomes fará uso dos assentos de batismo, assim divididos de acordo com as variáveis acima apresentadas:

Tabela 4 – Número de batismos por década (1772-1835)

	FEMININO	MASCULINO
TOTAL	6.336	6.508
1772-1779	179	164
1780-1789	375	412
1790-1799	633	657
1800-1809	977	942
1810-1819	1.426	1.432
1820-1829	1.804	1.922
1830-1835	942	705

Fonte: AHCMPA. **Batismos (1772-1835)**. Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre: Banco de dados NACAOB. Base Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015.

⁷¹ Seis registros estão com nome e sexo ilegíveis.

⁷² Estão incluídas aqui as cerimônias onde pelo menos um dos nubentes seja livre ou forro. Em 26 cerimônias, o noivo era livre ou forro e a noiva escrava. Em 19 cerimônias, a noiva era livre ou forra e o noivo escravo. Nestes casos, analisaremos apenas os indivíduos não escravos.

Tabela 5 – Número de batismos por legitimidade (1772-1835)

	FEMININO	MASCULINO
TOTAL	6.336	6.508
Legítimo	4.737	4.895
Illegítimo/natural	1.166	1.172
Exposto	360	370

Fonte: AHCMPA. **Batismos (1772-1835)**. Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre: Banco de dados NACAOB. Base Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015.

Tabela 6 – Número de batismos por cor ou grupo de procedência (1772-1835)

	FEMININO	MASCULINO
TOTAL	6.336	6.508
Não consta	6.050	6.211
Indígena	76	53
Parda	166	185
Crioula e outras	44	59

Fonte: AHCMPA. **Batismos (1772-1835)**. Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre: Banco de dados NACAOB. Base Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015.

Tabela 7 – Número de batismos por condição jurídica (1772-1835)

	FEMININO	MASCULINO
TOTAL	6.336	6.508
Livre	6.281	6.450
Forro	55	58

Fonte: AHCMPA. **Batismos (1772-1835)**. Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre: Banco de dados NACAOB. Base Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015.

A análise dos sobrenomes valer-se-á dos registros de casamento e óbito, assim divididos de acordo com as variáveis também utilizadas no batismo:

Tabela 8 – Número de nubentes e falecidos por década (1772-1835)

	CASAMENTOS		ÓBITOS	
	NOIVAS	NOIVOS	FEMININO	MASCULINO
TOTAL	2.892	2.899	3.843	5.711
1772-1779	100	100	38	172
1780-1789	166	162	135	228
1790-1799	286	288	196	336
1800-1809	488	490	542	903
1810-1819	499	502	780	1.359
1820-1829	768	771	1.311	1.697
1830-1835	585	586	841	1.016

Fontes: AHCMPA. **Casamentos (1772-1835)**; AHCMPA. **Óbitos (1772-1835)**. Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre: Banco de dados NACAOB. Base Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015.

Tabela 9 – Número de nubentes e falecidos por legitimidade (1772-1835)

	CASAMENTOS		ÓBITOS	
	NOIVAS	NOIVOS	FEMININO	MASCULINO
TOTAL	2.892	2.899	3.843	5.711
Legítimo	2.095	2.236	1.856	2.587
Illegítimo/natural	266	160	506	598
Exposto	1	N/A	210	220
Não consta	530	503	1.271	2.306

Fontes: AHCMPA. **Casamentos (1772-1835)**; AHCMPA. **Óbitos (1772-1835)**. Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre: Banco de dados NACAOB. Base Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015.

Tabela 10 – Número de nubentes e falecidos por cor ou grupo de procedência (1772-1835)

	CASAMENTOS		ÓBITOS	
	NOIVAS	NOIVOS	FEMININO	MASCULINO
TOTAL	2.892	2.899	3.843	5.711
Não consta	2.602	2.650	3.226	5.019
Indígena	21	15	102	146
Parda	67	62	190	224
Crioula	43	17	96	72
Preta	11	14	106	144
Outras ⁷³	148	141	123	106

Fontes: AHCMPA. **Casamentos (1772-1835)**; AHCMPA. **Óbitos (1772-1835)**. Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre: Banco de dados NACAOB. Base Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015.

Tabela 11 – Número de nubentes e falecidos por condição jurídica (1772-1835)

	CASAMENTOS		ÓBITOS	
	NOIVAS	NOIVOS	FEMININO	MASCULINO
TOTAL	2.892	2.899	3.843	5.711
Livre	2.756	2.785	3.462	5.345
Forro	136	114	381	366

Fontes: AHCMPA. **Casamentos (1772-1835)**; AHCMPA. **Óbitos (1772-1835)**. Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre: Banco de dados NACAOB. Base Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015.

Tabela 12 – Número de nubentes e falecidos por presença de atributo (1772-1835)

	CASAMENTOS		ÓBITOS	
	NOIVAS	NOIVOS	FEMININO	MASCULINO
TOTAL	2.892	2.899	3.843	5.711
Sem atributo	2.613	2.755	3.652	4.984
Com atributo	279	144	191	727

Fontes: AHCMPA. **Casamentos (1772-1835)**; AHCMPA. **Óbitos (1772-1835)**. Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre: Banco de dados NACAOB. Base Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015.

⁷³ Incluem-se aqui denominações como “cabra” e menção a grupos de procedência não referidos pelos termos anteriormente citados.

3.1 Práticas de nomeação luso-brasileiras: do presente ao passado

A produção historiográfica constatou que diversas localidades de Portugal e Brasil possuíam vários elementos comuns referentes às práticas de nomeação. Para Rowland (2008, p. 18), isso reafirma a concepção de que os nomes possuem um significado para a sociedade:

Se os nomes próprios fossem, de fato, marcas sem significado, seria de esperar que a sua distribuição no interior de uma determinada população fosse aleatória e que a sua variedade fosse suficiente para eliminar, no interior de um mesmo espaço de interação ou universo de interconhecimento, os riscos de confusão entre pessoas. E, mesmo admitindo que houvesse subpopulações espacial ou temporalmente específicas, fato esse que se poderia traduzir na existência de conjuntos regional e/ou cronologicamente específicos de nomes, a distribuição desses nomes no interior de cada uma dessas subpopulações deveria mesmo assim ser aleatória. Nestes termos [...] a existência de uma distribuição regular dos nomes próprios em qualquer população, ou a persistência dessa distribuição ao longo do tempo, constitui um indício seguro do caráter socialmente significativo das práticas de nomeação.

Antes de proceder à reconstituição das práticas nominativas luso-brasileiras vigentes nos séculos XVIII e XIX, tracemos um panorama do nome no presente. No Brasil, conforme a Lei 6.015/1973, qualquer pessoa nascida no território nacional deve receber registro civil de nascimento no prazo de até quinze dias a contar da data do parto⁷⁴. Ao ser registrada, a criança recebe prenome e sobrenome⁷⁵. Caso o declarante não indique o nome completo, “o oficial lançará adiante do prenome escolhido o nome do pai, e na falta, o da mãe” (BRASIL, 1973, art. 56).

O número de opções de prenomes à escolha, se comparado com o estoque do passado, é imenso. Nas palavras de Raimundo Magalhães Jr. (1974, p. 17):

A tendência dominante, em nosso país, é ainda para os nomes tradicionais, herdados dos portugueses, que ao adotá-los se inspiram na religião, na mitologia, na história, na literatura e em outras fontes. Mas, nos últimos tempos, a nossa onomástica se foi enriquecendo, ou corrompendo, como querem alguns, com aquisições das mais variadas origens, entre as quais primam as influências de ordem política, esportiva, cinematográfica e, ainda, das novas e diversificadas correntes migratórias, bem como das manifestações

⁷⁴ Ou três meses, se o local de nascimento distar mais de trinta quilômetros da sede do cartório.

⁷⁵ Na legislação atual, só há diferenciação entre prenome e nome de família. As leis que tratam do assunto consideram “nome”, “sobrenome”, “patronímico” (e às vezes “apelido”) como sinônimos.

do extraordinário espírito inventivo de nosso povo. As criações de novos prenomes no Brasil são tão numerosas que tornariam impossível a elaboração de um dicionário etimológico de nomes próprios. Quem intentasse fazê-lo sem numerosas omissões acabaria louco.

Na mesma linha de raciocínio, Nadalin (2004, p. 107) afirma que na composição atual dos nomes:

se utiliza com frequência de arranjos, compondo vários: de um lado, nomes que constam nos dicionários especializados, de origens as mais diversas; de outro, nomes inventados e re-inventados, compondo, combinando, construindo, muitas vezes criativos e com muita sonoridade. Teria tudo isso a ver com a sociedade cosmopolita que surge concomitantemente com a urbanização e a globalização? Talvez, uma vez que as informações veiculadas na televisão, no cinema, na literatura propiciam sugestões para todos os gostos.

Enquanto Portugal ainda possui uma lista fechada de quais nomes podem ou não ser utilizados em registros (PINA CABRAL, 2008b), no Brasil os únicos prenomes que possuem impedimento legal a seu uso são aqueles que possam expor seus portadores ao ridículo. O prenome, após o registro, é imutável, a menos que com autorização judicial e em casos muito limitados⁷⁶, como os nomes considerados ridículos ou nomes com erro gráfico evidente (BRASIL, 1973).

Quanto ao sobrenome, existe a possibilidade de alteração no matrimônio. O Código Civil de 1916 (Lei 3.071/1916) previa que as mulheres, no casamento, assumiam os sobrenomes do marido de forma compulsória, situação que perdurou até a aprovação da Lei 6.515/1977⁷⁷. Esta alterou a Lei 3.071, cuja nova redação passou a dizer que “a mulher *poderá* acrescentar ao seus os apelidos do marido” (BRASIL, 1916, art. 240, § único, grifo nosso). O Código de 1916 foi revogado após a instituição do novo Código Civil (Lei 10.406/2002), que apresentou como novidade a possibilidade de os homens adotarem o sobrenome de suas esposas⁷⁸: “*Qualquer dos nubentes, querendo, poderá* acrescentar ao seu o sobrenome do outro” (BRASIL, 2002, art. 1.565, § 1º, grifos nossos).

⁷⁶ A lei 6.015/73, porém, prevê o acréscimo de apelidos públicos notórios ao nome oficial (casos do ex-Presidente da República Luiz Inácio “Lula” da Silva e da apresentadora de televisão Maria da Graça “Xuxa” Meneghel, por exemplo).

⁷⁷ Lei conhecida popularmente como “Lei do Divórcio”.

⁷⁸ Apesar de estar previsto em lei, tal costume ainda é mais raro que o de a mulher adotar os sobrenomes do marido, ou o de ambos manterem seus nomes de solteiro.

Além de mencionar a possibilidade de acréscimo de sobrenomes no casamento, Pina Cabral (2008b, p. 245) apresenta outra situação que corrobora a tese de haver maior flexibilidade no uso dos sobrenomes em relação aos prenomes: “A maioria das pessoas tem entre dois e quatro sobrenomes e está livre de se apresentar por uma qualquer combinação destes”⁷⁹ (PINA CABRAL, 2008b, p. 245).

De todos os modos, o contexto antroponímico lusófono é marcado, de acordo com Pina Cabral (2008b), por um processo de atribuição de prenomes e sobrenomes com baixo índice de criatividade. Ou melhor, com a concomitância de liberdade e de constrangimento. O prenome pode ser escolhido dentro de um grande leque de alternativas, mas é muito baixo o índice de invenção de antropônimos, sem contar os impedimentos morais a certos nomes e as influências das tradições e/ou modas vigentes. No caso do sobrenome, ao menos no de origem familiar, há a possibilidade de se optar dentro de um conjunto estritamente limitado.

3.2 Do geral ao local I: análise dos prenomes

Retornando aos séculos XVIII e XIX, o panorama era distinto. À época, o nascimento só podia considerar-se terminado com a cerimônia do batismo. Logo, conforme François Lebrun (1996, p. 127), o recém-nascido “não tem nome nem existência social, é como que um ser impuro e incompleto”, o que faz com que o batismo marque o “nascimento para a vida cristã, mas também [seja] rito de passagem essencial, com a imposição do nome pelos padrinhos”.

Amorim (1983, p. 213) afirma que “a atribuição de um nome a um recém-nascido nos séculos que nos precederam não era de molde a facilitar o trabalho ao historiador-demógrafo dos nossos dias”. Na época, os indivíduos recebiam apenas o prenome no ato de batismo. Apenas em casos pouco recorrentes o indivíduo recebia um segundo nome ou nome de família. Em Porto Alegre, Ana Maria, batizada em 1834⁸⁰, filha de João Álvares Leite de Oliveira Salgado e de Dona Francisca Margarida Leite Salgado, foi uma entre as 31 meninas e os 17 meninos (menos de 0,1% do total) que foram registrados com mais nomes além do prenome.

⁷⁹ No Brasil, excetuando-se as situações em que é necessário utilizar o nome completo, muitas pessoas que possuem mais de um sobrenome costumam adotar apenas um para uso cotidiano. Em geral, adota-se o último sobrenome (paterno ou do cônjuge), mas não é uma regra.

⁸⁰ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro oitavo de batismos de livres, 1832-1834, p. 136. NACAOB, Madre de Deus, IdBatismo, 34644.

Assim como Lebrun (1996), uma série de produções historiográficas e etnográficas afirma que o papel de escolher o prenome cabia aos padrinhos. Conforme Burguière (1984, p. 31), “le droit pour le parrain de donner le prénom du baptisé [...] était admis aussi bien par la coutume que par l'Eglise. Il semble respecté pratiquement partout⁸¹”. Hameister⁸² (2003; 2006), Rowland (2008), entre outros – assim como o dicionário de Bluteau (1712-1728), também defendem que o prenome era escolhido pelos padrinhos. Amorim (1983) diz não poder afirmar com certeza de quem era esta prerrogativa, assim como Pina Cabral (2008), que deixa a questão em aberto.

De todos os modos, as *Constituições* eram taxativas ao ordenarem que os párocos não deveriam consentir na eleição de prenomes que não pertencessem a algum indivíduo beatificado ou canonizado pela Igreja Católica (VIDE, 1853). Regra majoritariamente respeitada, mas não de forma absoluta.

Tabela 13 – Frequência de nomes de beatos ou santos⁸³ (1772-1835)⁸⁴

	Feminino		Masculino	
	NA	%	NA	%
Nomes de beatos ou santos	5.070	80,0	6.258	96,2
Nomes de santos	4.564	72,0	5.897	90,6
Nomes de beatos ⁸⁵	506	8,0	361	5,5
Nomes inspirados em beatos ou santos	792	12,5	55	0,8
Subtotal	5.862	92,5	6.313	97,0
Outros nomes	474	7,5	195	3,0
Citados por Francisco da Silva Mengo (1880)	358	5,7	122	1,9
Não citados por Mengo (1880)	116	1,8	73	1,1
Total	6.336	100	6.508	100

Fonte: AHCOMPA. **Batismos (1772-1835)**. Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre: Banco de dados NACAOB. Base Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015.

Scarpim (2010) comentou que a Igreja pós-concílio de Trento não permitia a flexão de nomes de santos para o feminino, e vice-versa. Recomendação não seguida rigorosamente entre os imigrantes italianos do Paraná no final do século XIX, tampouco entre os habitantes de Porto Alegre. Dentre os nomes de santos

⁸¹ “O direito do padrinho de atribuir o nome de batismo [...] foi reconhecido tanto pelo costume quanto pela Igreja. Parece ter sido respeitado em quase toda parte”. Tradução nossa.

⁸² Esta autora, porém, especula sobre a possível influência dos pais no processo.

⁸³ Para realizar essa classificação dos prenomes, utilizamos como referência as obras de Francisco da Silva Mengo (1880), Rosário Farâni Mansur Guérios (1973), Mário Sgarbossa e Luigi Giovannini (1983) e Douglas C. Libby e Zephyr Frank (2015).

⁸⁴ A lista completa de nomes dentro das respectivas categorias encontra-se no Apêndice B.

⁸⁵ Nomes citados por Mengo (1880) como nomes que “designam indivíduos santificados ou beatificados pela Igreja [sic]” e não citados pelos demais autores.

flexionados para o feminino, podemos citar o caso de Inácia, filha de José Inácio da Silva e de Maria Cândida de Jesus, batizada em 1831⁸⁶. Além desta, 103 meninas batizadas na freguesia receberam este nome, uma possível referência a Santo Inácio de Loiola⁸⁷ ou a Santo Inácio de Antioquia. Isso também ocorreu com Josefa, batizada em 1801⁸⁸, filha de José Rodrigues Serpa e de Maria Francisca do Nascimento. Este nome, possível referência a São José, foi utilizado em outros 69 casos.

A flexão para o masculino de nomes de santas era bem mais raro. Um caso na Madre de Deus foi o de Bibiano, filho de Joaquim de Brito e de Rita Maria de Jesus, cujo batismo se deu em 1820⁸⁹. Prenome possivelmente referente a Santa Bibiana, utilizado em outros nove batismos.

Quanto aos nomes não advindos de santos, o masculino mais comum foi Tristão, utilizado em trinta batismos, como o do filho de Joana Maria da Conceição batizado em 1807⁹⁰. Referente aos prenomes femininos, o mais recorrente neste caso foi Belmira, com 45 ocorrências, a exemplo de uma criança exposta na casa de Francisco José Pinto, batizada em 1827⁹¹.

As *Constituições* previam a possibilidade de se modificar o prenome em algum outro momento da vida, mais especificamente na confirmação, realizada a partir dos sete anos (VIDE, 1853). Tal mudança deveria ser anotada às margens dos livros de batismo, algo que em muitas ocasiões não era feito (HAMEISTER, 2006). Em Porto Alegre, até o momento não foi localizado registro de batismo com anotação de mudança posterior de nome.

No período analisado, a população livre e forra de Porto Alegre escolheu os prenomes de seus rebentos dentro de um estoque de 374 prenomes femininos e 367 prenomes masculinos (16,9 meninas por nome e 17,7 meninos por nome).

⁸⁶ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro sétimo de batismos de livres, 1828-1832, p. 274v. NACAOB, Madre de Deus, IdBatismo, 38104.

⁸⁷ Vale lembrar que a Companhia de Jesus esteve proscrita da América portuguesa e do Brasil entre 1760 e 1842.

⁸⁸ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro terceiro de batismos de livres, 1799-1809, p. 55. NACAOB, Madre de Deus, IdBatismo, 336.

⁸⁹ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro sexto de batismos de livres, 1820-1828, p. 28v. NACAOB, Madre de Deus, IdBatismo, 17414.

⁹⁰ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro terceiro de batismos de livres, 1799-1809, p. 241v. NACAOB, Madre de Deus, IdBatismo, 4738.

⁹¹ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro sexto batismos de livres, 1820-1828, p. 333. NACAOB, Madre de Deus, IdBatismo, 24742.

A despeito dessa relativa variedade, Porto Alegre repetiu a tendência, constatada em outras freguesias luso-brasileiras já estudadas, de concentração das escolhas entre os prenomes⁹² mais populares. Era mais comum de isso ocorrer entre os nascidos do sexo masculino.

Tabela 14 – Cinco prenomes mais utilizados⁹³ (1772-1835)

	Feminino			Masculino		
	Nome	NA	%	Nome	NA	%
1	Maria	1.252	19,8	José	890	13,7
2	Ana	453	7,1	João	715	11,0
3	Francisca	263	4,2	Manuel	698	10,7
4	Joaquina	254	4,0	Antônio	694	10,7
5	Rita	214	3,4	Francisco	431	6,6
	Subtotal	2.436	38,4	Subtotal	3.428	52,7
	Outros 370	3.900	61,6	Outros 363	3.080	47,3
	Total	6.336	100	Total	6.508	100

Fonte: AHCMPA. **Batismos (1772-1835)**. Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre: Banco de dados NACAOB. Base Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015.

Reforçando o que já fora constatado por Núbia Parol (2015), nota-se a influência da Igreja Católica nas práticas de nomeação em Porto Alegre, manifestada na preferência por prenomes ou vindos da Sagrada Família cristã ou referentes a santos de considerável popularidade de culto por parte da catolicidade.

Mencionemos o exemplo de duas afilhadas de Bernardo José Rodrigues. Em batismo ocorrido em 1811⁹⁴, elegeu-se para a filha de Antônio José Silva Flores e de Francisca Joaquina o prenome *Maria*. Quase dois anos antes, em 1809⁹⁵, *Ana* fora escolhido para nominar a filha de Joaquim Luís Cunha e de Ana Maria Jesus. Tanto *Maria* quanto *Ana*⁹⁶ são nomes de origem bíblica do Novo Testamento, correspondendo, respectivamente, à mãe e à avó materna de Jesus.

⁹² Nesta análise, casos em que foi agregado no batismo um segundo nome ou sobrenome ao prenome foram contabilizados separadamente dos nomes simples. Como exemplo, as três meninas batizadas Ana Maria não entraram na contagem do nome Ana.

⁹³ O apêndice A apresenta a relação completa dos prenomes utilizados em Porto Alegre, com número de vezes e percentual em relação ao total.

⁹⁴ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro quarto de batismos de livres, 1809-1815, p. 59. NACAOB, Madre de Deus, IdBatismo, 7479.

⁹⁵ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro quarto de batismos de livres, 1809-1815, p. 4v. NACAOB, Madre de Deus, IdBatismo, 6064.

⁹⁶ Segundo Guérios (1973), *Maria* vem do semítico *Miryám*, com vários étimos propostos; pode significar “senhora”, “excelsa” ou “predileta de Javé”. *Ana*, do hebraico *Hannah*, significa “graça, mercê”.

Joaquina, forma flexionada de *Joaquim*⁹⁷, pode ser referência ao avô materno de Jesus. Prenome atribuído em batismo ocorrido em 1816⁹⁸ para a filha do tenente Joaquim José Morais Abreu e de dona Ana Bernardina Brocardo de Matos.

Francisca é a versão feminina de *Franciscus*⁹⁹. Pode referir-se a São Francisco de Assis¹⁰⁰, orago do Porto dos Casais até 1773, ou a Santa Francisca Romana. Assim nominou-se outra afilhada de Bernardo José Rodrigues, filha de Faustino José Melo e Teresa Maria de Jesus, em compadrio firmado em 1817¹⁰¹.

Por sua vez, *Rita*, conforme Guérios (1973), tem origem em abreviação do nome italiano *Margherita*¹⁰² (variação de Margarida) e foi difundido através da figura de Santa Rita de Cássia. Prenome atribuído a uma das filhas gêmeas de Vicência Leonor de Lima em batismo em 1825¹⁰³.

Assim como para as meninas, para os meninos também os prenomes ligados à figura de Jesus ou advindos de santos populares tiveram grande recorrência.

Em 1834¹⁰⁴, *José*, filho de José Álvares Bastos e de Bernardina Álvares Teixeira, recebeu o primeiro sacramento cristão. Seu nome, originado do hebraico *Iosseph*, já vinha do Antigo Testamento, nominando o penúltimo filho de Jacó: “Então Deus se lembrou de Raquel: ele a ouviu e a tornou fecunda. Ela concebeu e deu à luz um filho; e disse: ‘Deus retirou minha vergonha’; e ela o chamou José, dizendo: ‘Que o Senhor me dê outro’” (BÍBLIA, 2008, Gn 30,22-24). Entretanto, é mais seguro conjecturar que o uso desse nome fosse referência ao pai de Jesus.

*João*¹⁰⁵ foi o prenome escolhido para um dos filhos de Bernardo José Rodrigues e de Francisca Antônia Nunes Benfica em batismo realizado em 1809¹⁰⁶.

⁹⁷ *Joaquim* vem do hebraico *Ioahin*, “Javé levantará, preparará”, ou *Ioiaqim*, “o que fez parar o Sol” (GUÉRIOS, 1973).

⁹⁸ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro quinto de batismos de livres, 1815-1820, p. 34v. NACAOB, Madre de Deus, IdBatismo, 16587.

⁹⁹ *Franciscus*, em latim medieval, significa “francês” (GUÉRIOS, 1973).

¹⁰⁰ Além de São Francisco de Assis, também é possível, ainda que menos provável, que em alguns casos o nome Francisco se refira a outros conhecidos santos homônimos: São Francisco de Borja, São Francisco de Paula e São Francisco de Sales.

¹⁰¹ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro quinto de batismos de livres, 1815-1820, p. 54. NACAOB, Madre de Deus, IdBatismo, 16836.

¹⁰² *Margherita* vem do latim *Margarita*, que quer dizer “pérola” (GUÉRIOS, 1973).

¹⁰³ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro sexto de batismos de livres, 1820-1828, p. 235v. NACAOB, Madre de Deus, IdBatismo, 22682. A irmã gêmea de Rita, registrada no mesmo assento, foi nominada Maria (NACAOB, Madre de Deus, IdBatismo, 22681).

¹⁰⁴ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro oitavo de batismos de livres, 1832-1834, p. 108. NACAOB, Madre de Deus, IdBatismo, 33941.

¹⁰⁵ Conforme Guérios (1973), este nome vem do hebraico *Iehohanan*, ou seja, “Javé é cheio de graças”.

¹⁰⁶ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro quarto de batismos de livres, 1809-1815, p. 13. NACAOB, Madre de Deus, IdBatismo, 6242.

Este nome pode ser relativo tanto a São João Evangelista, um dos doze apóstolos, quanto a São João Batista, profeta primo de Jesus:

No oitavo dia, foram circuncidar o menino. Queriam dar-lhe o nome¹⁰⁷ de seu pai, Zacarias, mas a mãe, tomando a palavra, disse: 'Não, ele se chamará João'. Replicaram-lhe: 'Em tua parentela não há ninguém que tenha este nome!' Por meio de sinais, perguntavam ao pai como queria que se chamasse. Pedindo uma tabuinha, escreveu 'Seu nome é João', e todos ficaram admirados (BÍBLIA, 2008, Lc 1,59-63).

Manuel deriva de *Emanuel*, o nome do Messias: "Eis que a virgem conceberá e dará à luz um filho e o chamarão com o nome de Emanuel, o que traduzido significa: 'Deus está conosco'" (BÍBLIA, 2008, Mt 1,23). Nome utilizado em batismo em 1800¹⁰⁸ para um dos filhos de Estêvão Brocardo de Matos e de Maurícia Cândida Carvalho.

*Antônio*¹⁰⁹ e *Francisco* denominam alguns dos santos mais populares da Igreja: o padroeiro de Portugal, Santo Antônio de Lisboa, e São Francisco de Assis. Nomes que designaram dois filhos de Timóteo José Rodrigues e Claudina Maria da Assunção, batizados, respectivamente, em 1830¹¹⁰ e 1834¹¹¹.

¹⁰⁷ Nos tempos bíblicos, o costume era dar o nome no ato da circuncisão. Conferir Bíblia (2008, nota em Lc 1,59).

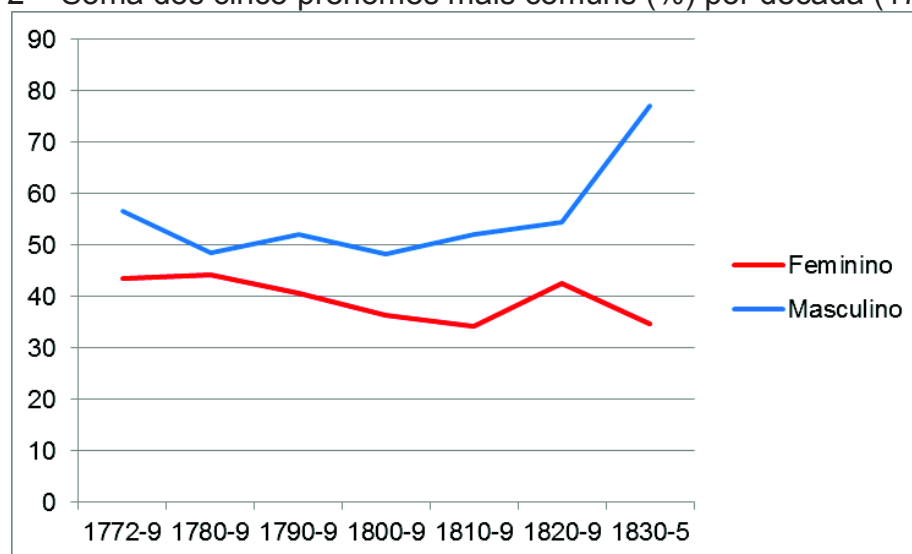
¹⁰⁸ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro terceiro de batismos de livres, 1799-1809, p. 19v-20. NACAOB, Madre de Deus, IdBatismo, 29122.

¹⁰⁹ *Antônio* vem do latim *Antonius*, que nominava uma família na Roma antiga de origem helênica. Seu étimo é controverso, podendo possivelmente significar "fazer frente a", "chefe principal" ou "o que está na vanguarda" (GUÉRIOS, 1973).

¹¹⁰ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro sétimo de batismos de livres, 1828-1832, p. 184-184v. NACAOB, Madre de Deus, IdBatismo, 29391.

¹¹¹ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro oitavo de batismos de livres, 1832-1834, p. 126. NACAOB, Madre de Deus, IdBatismo, 34442.

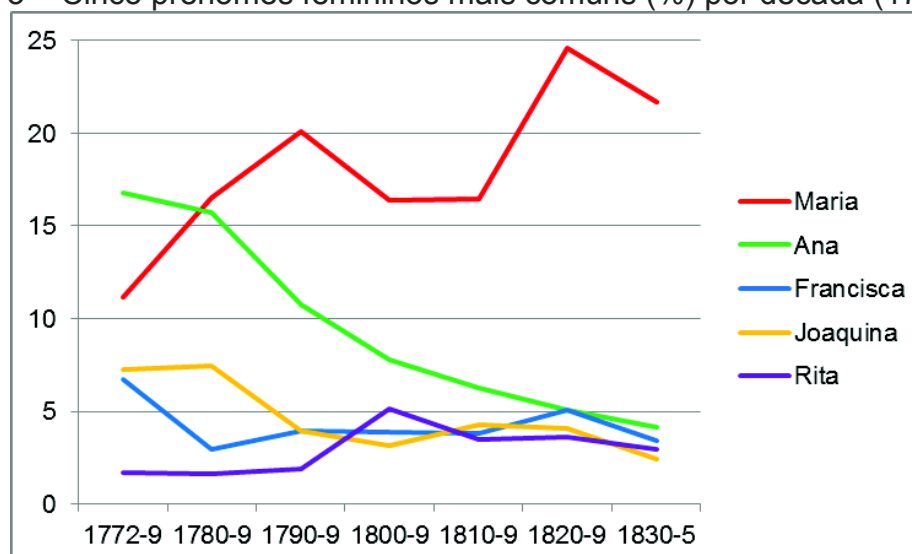
Gráfico 2 – Soma dos cinco prenomes mais comuns (%) por década (1772-1835)



Fonte: AHCMPA. **Batismos (1772-1835)**. Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre: Banco de dados NACAOB. Base Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015.

Ao longo das décadas¹¹², o uso dos cinco prenomes mais populares se manteve relativamente estável, embora com tendência declinante para o sexo feminino entre as décadas de 1780 e 1810. O percentual subiu nos anos 1820 e caiu novamente nos anos 1830. Já para os rebentos do sexo masculino, surpreendentemente o percentual de uso dos prenomes mais populares teve um grande aumento nos anos 1830.

Gráfico 3 – Cinco prenomes femininos mais comuns (%) por década (1772-1835)



Fonte: AHCMPA. **Batismos (1772-1835)**. Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre: Banco de dados NACAOB. Base Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015.

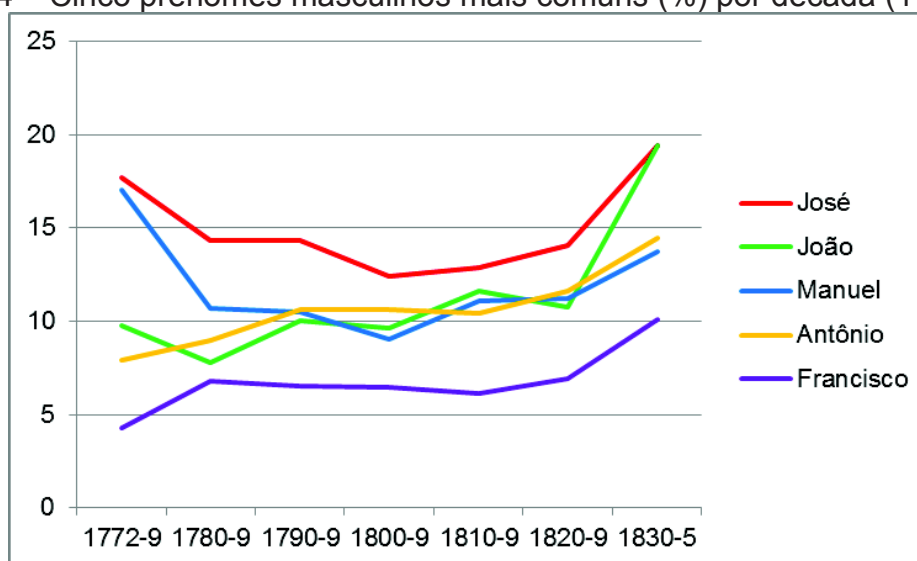
¹¹² A relação dos cinco prenomes mais utilizados em Porto Alegre por sexo e década, com número de vezes e percentual em relação ao total, está disponível no Apêndice C.

O nome Maria, que nos anos 1770 estava atrás de Ana nas preferências, passou para a liderança na década de 1780, sobressaindo-se em relação às demais opções a partir dos anos 1790. Após uma queda nos anos 1800, o nome chega a quase um quarto do total de meninas batizadas na década de 1820, com mais do que o quádruplo de recorrência em relação ao segundo nome mais utilizado.

Ana, após liderar as preferências nos anos 1770, passou a uma tendência declinante nas décadas seguintes, ainda que sempre mantendo a segunda posição. Joaquina, terceiro colocado na década de 1770, teve menor recorrência a partir dos anos 1790, oscilando entre a terceira e a quinta posição, enquanto Francisca caiu nos anos 1780, variando entre a terceira e a quarta colocação.

O prenome Rita não esteve entre os cinco primeiros¹¹³ no *ranking* no século XVIII. A partir de 1800, apresentou um considerável aumento das preferências, caindo nos anos 1810 e mantendo percentuais estáveis a partir de então, oscilando entre a terceira e a quinta posição.

Gráfico 4 – Cinco prenomes masculinos mais comuns (%) por década (1772-1835)



Fonte: AHCMPA. **Batismos (1772-1835)**. Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre: Banco de dados NACAOB. Base Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015.

Em comparação com as meninas, a atribuição dos prenomes mais populares para os meninos apresentou maiores percentuais e menores variações. José sempre liderou, com tendência declinante até 1810 e ascendente a partir de então.

¹¹³ Na década de 1770 e 1780, foi o nono colocado; na década de 1790, o sexto colocado. Nos anos 1770, o terceiro colocado foi Inácia; nos 1780 coube a Antônia o quinto lugar; e, nos 1790, Josefa ficou em quinto.

Nos anos 1830, dividiu a liderança com João, cujos percentuais cresceram a partir de 1780. Oscilando entre a segunda e a quarta colocação, teve grande crescimento nas preferências na década de 1830.

A recorrência do prenome Manuel, segundo colocado nos anos 1770, caiu na década de 1780, só voltando a subir a partir de 1810. Antônio manteve crescimento constante durante todo o período. Ambos oscilaram entre a segunda e a quarta posição. Já Francisco, quinto colocado, cresceu nos anos 1780, mantendo-se estável a partir daí e voltando a crescer na década de 1830.

Tabela 15 – Cinco prenomes femininos mais usados por legitimidade (1772-1835)

	Legítimas			Ilegítimas/naturais			Expostas		
	Nome	NA	%	Nome	NA	%	Nome	NA	%
1	Maria	947	20,0	Maria	213	18,3	Maria	77	21,4
2	Ana	362	7,6	Ana	65	5,6	Ana	22	6,1
3	Francisca	194	4,1	Joaquina	49	4,2	Francisca	18	5,0
4	Joaquina	190	4,0	Francisca	48	4,1	Rita	17	4,7
5	Rita	171	3,6	Antônia	29	2,5	Joaquina	12	3,3
	Subtotal	1.864	39,3	Subtotal	404	34,6	Subtotal	146	40,6
	Outros 317	2.873	60,7	Outros 204	762	65,4	Outros 102	214	59,4
	Total	4.737	100	Total	1.166	100	Total	360	100

Fonte: AHCMPA. **Batismos (1772-1835)**. Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre: Banco de dados NACAOB. Base Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015.

Referente à variável legitimidade, há pouca variação entre as opções mais populares. No tocante às meninas, a diferença de maior destaque é que o nome Rita era menos utilizado para o batismo de ilegítimas, enquanto Antônia era mais popular nesta categoria. Quanto aos percentuais dos cinco prenomes mais utilizados, o peso era maior entre as meninas legítimas e expostas do que entre as ilegítimas/naturais.

Tabela 16 – Cinco prenomes masculinos mais usados por legitimidade (1772-1835)

	Legítimos			Ilegítimos/naturais			Expostos		
	Nome	NA	%	Nome	NA	%	Nome	NA	%
1	José	683	14,0	Manuel	145	12,4	José	56	15,1
2	João	556	11,4	José	136	11,6	Manuel	45	12,2
3	Antônio	526	10,7	Antônio	131	11,2	João	43	11,6
4	Manuel	502	10,3	João	108	9,2	Antônio	34	9,2
5	Francisco	334	6,8	Francisco	71	6,1	Joaquim	26	7,0
	Subtotal	2.601	53,1	Subtotal	591	50,4	Subtotal	204	55,1
	Outros 322	2.294	46,9	Outros 206	581	49,6	Outros 88	166	44,9
	Total	4.895	100	Total	1.172	100	Total	370	100

Fonte: AHCMPA. **Batismos (1772-1835)**. Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre: Banco de dados NACAOB. Base Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015.

Em relação aos meninos, há apenas alteração de posições no *ranking* quanto à legitimidade. Manuel era o prenome preferido para os meninos ilegítimos/naturais, com percentual semelhante ao encontrado nos expostos e maior que o encontrado nos legítimos. Assim como nas meninas, o peso dos cinco prenomes mais populares era maior nos legítimos e nos expostos do que nos ilegítimos/naturais.

No comparativo com algumas freguesias luso-brasileiras¹¹⁴ contemporâneas à Madre de Deus, percebe-se, consideradas algumas particularidades locais, um panorama relativamente semelhante.

Os percentuais de utilização dos cinco prenomes masculinos mais populares em Porto Alegre (52,7%) são próximos aos observados para São José del Rei¹¹⁵ (52,3%) (LIBBY; FRANK, 2015) e Santo Antônio de Lisboa¹¹⁶ (53,7%) (FERREIRA, 2006), e pouco inferiores em relação à população adulta em Lisboa (58%) (ROWLAND, 2008). Dados semelhantes também são encontrados para a população adulta em Carreço¹¹⁷ (FEIJÓ, 1987) em relação a Porto Alegre na década de 1830 – respectivamente 79,1% e 77,2%. Já Curitiba (MONTEIRO, 2009) e Belém (PAROL, 2015) apresentaram percentuais consideravelmente inferiores. Na freguesia paranaense o percentual foi de 26,5%, ante 51,5% em Porto Alegre no século XVIII. A localidade paraense teve taxa de 37,4%, enquanto a Madre de Deus no século XIX teve 52,9%. Por sua vez, em São João¹¹⁸ (AMORIM, 2003) uma parcela muito mais expressiva dos neófitos – mais de 90% – recebia um dos cinco prenomes mais utilizados.

Os prenomes mais recorrentes eram praticamente os mesmos em todas as localidades citadas aqui. Apenas em Carreço a opção Domingos era a segunda mais utilizada¹¹⁹. Nas demais, o *ranking* alternava entre José (líder em Porto Alegre e São José del Rei), Manuel (o mais utilizado em Lisboa, Carreço, São João, Santo

¹¹⁴ Os dados aqui apresentados referem-se às seguintes localidades: Lisboa (dados de processos inquisitoriais dos séculos XVIII e XIX), analisada por Rowland (2008); Carreço (dados dos livros de registro de fogos e moradores, apenas população masculina em 1830), por Feijó (1987); São Sebastião e Poiares (1771-1820), por Amorim (1983); São João (1750-1849), por Amorim (2003); São José del Rei (1751-1890), por Libby e Frank (2015); Santo Antônio de Lisboa (1780-1825), por Ferreira (2006); Curitiba (1700-1800), por Monteiro (2009); e Belém (1800-1874), por Parol (2015). Importante frisar que os dados apresentados por Rowland (2008) e Feijó (1987) referem-se a prenomes utilizados pela população adulta, enquanto os demais são relativos a prenomes atribuídos no batismo.

¹¹⁵ Atual cidade de Tiradentes (MG).

¹¹⁶ Atualmente é um bairro da cidade de Florianópolis (SC).

¹¹⁷ Freguesia portuguesa localizada no Minho, no atual distrito de Viana do Castelo.

¹¹⁸ Freguesia açoriana localizada na Ilha do Pico.

¹¹⁹ Em Carreço, João ficava de fora do ranking, figurando na sexta posição.

Antônio de Lisboa, Curitiba e Belém), Antônio (mais recorrente em São Sebastião¹²⁰), João e Francisco. Em Poiães¹²¹, localidade na qual a moda dos nomes compostos ainda vigorava à época (AMORIM, 1983), em geral os nomes mais usados eram uma combinação entre as opções acima mencionadas.

Quanto aos cinco prenomes femininos mais populares, a taxa de Porto Alegre (38,4%) é pouco inferior aos dados referentes a batismos apresentados por Ferreira (2006) e Libby e Frank (2015), e aos relativos à população adulta apresentados por Rowland (2008) – respectivamente, 45,5%, 45% e 45,3%. Em comparação com Belém (PAROL, 2015), os números são próximos: 36,4% no Pará e 37,6% na Madre de Deus no século XIX. Novamente, Curitiba (MONTEIRO, 2009) apresentou percentuais inferiores – 24% ante 43,1% em Porto Alegre no século XVIII – e São João (AMORIM, 2003), números muito superiores (em torno de 65%).

Entre as mulheres, a lista dos cinco prenomes mais recorrentes apresentava uma variação maior entre as localidades. Uma característica comum é que Maria liderou em todas elas (percentuais entre 11,5% e 42%), normalmente com grande vantagem em relação à opção que ocupava o segundo lugar. Ana figurou no *ranking* de todas as freguesias, na segunda posição em quase todas as freguesias, exceto São João e Poiães. Quanto aos demais prenomes, variaram entre Francisca, Joaquina, Rita, Luísa, Antônia, Raimunda, Josefa, Isabel, Leonor, Catarina e Rosa.

Assim como era frequente o uso dos prenomes mais populares, também se destaca a grande quantidade de prenomes que foram atribuídos apenas uma vez em todo o período analisado. Isso ocorreu 136 vezes entre as meninas (36,4% dos nomes e 2,1% dos batismos) e 114 vezes entre os meninos (31,1% dos nomes e 1,8% dos batismos). Comparando os percentuais com os apontados por Rowland (2008), em Lisboa os nomes únicos representavam 35,1% dos nomes femininos e 29,9% dos masculinos, adotados por 2,1% das mulheres e 1,1% dos homens. No Carreço, 38,2% dos nomes masculinos foram usados apenas uma vez por 2,3% dos homens.

Retomando a hipótese de Venâncio (2008) sobre a adoção de prenomes exóticos para crianças abandonadas, cruzamos os prenomes usados uma vez com os antenomes dos expostos. Assim como no Rio de Janeiro (VENÂNCIO, 2008),

¹²⁰ Freguesia portuguesa localizada no Minho, na vila de Guimarães, atual distrito de Braga.

¹²¹ Freguesia portuguesa localizada no Trás-os-Montes, no termo de Freixo de Espada à Cinta, atual distrito de Bragança.

nomes únicos não tiveram utilização expressiva em Porto Alegre: apenas dez meninas (2,8%) e sete meninos (1,9%) tinham prenome diferente dos demais neófitos do período.

Citemos alguns exemplos. Em 1824¹²², uma criança enjeitada em casa de João José de Oliveira Guimarães recebeu o primeiro sacramento católico. Foi escolhido o nome de uma santa católica, Lia. Dois anos antes¹²³, Duarte, nome pertencente a um antigo rei português¹²⁴, foi atribuído a um neófito exposto em casa de Ana Marques de Sampaio¹²⁵. Também houve casos de possível invenção de nomes, como a menina abandonada em casa de Vitorino Francisco Medeiros, que recebeu o nome Germinalda em batismo em 1802¹²⁶. Mas a escolha dos prenomes dos expostos costumava recair nas opções mais populares.

Este cenário fortalece o exposto anteriormente por Rowland (2008, p. 23) em referência aos casos por ele estudados:

A distribuição dos nomes próprios em três subpopulações distintas [...] apresentava sensivelmente as mesmas características: uma significativa concentração de nomes próprios [...]; e, inversamente, uma proporção não menos significativa dos nomes próprios [...] que em cada população designava um indivíduo apenas¹²⁷. Mesmo que as escolhas tenham sido individuais ou familiares, esta distribuição, que se reproduz ao longo de três séculos em contextos muito diferenciados entre si, sublinha o caráter social dos critérios de escolha e, por conseguinte, das práticas de nomeação.

A concentração da escolha de prenomes em poucas opções faz com que se espere encontrar um alto número de homônimos e uma grande possibilidade de um batizando receber o mesmo nome de um ascendente consanguíneo ou espiritual.

¹²² AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro sexto de batismos de livres, 1820-1828, p. 183. NACAOB, Madre de Deus, IdBatismo, 19821.

¹²³ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro sexto de batismos de livres, 1820-1828, p. 68. NACAOB, Madre de Deus, IdBatismo, 18022.

¹²⁴ Duarte I de Portugal, o Eloquentes, foi o décimo-primeiro monarca português, reinando de 1433 a 1438. Seu nome era uma homenagem ao seu bisavô, o rei inglês Edward III. Em seu reinado, Duarte I deu continuidade à política de expansão marítima portuguesa na África, período no qual ocorreu (em 1437) a malsucedida tentativa de conquista da cidade de Tânger.

¹²⁵ Ao contrário de muitos expostos, Duarte chegou à fase adulta, quando passou a se chamar Duarte Marques de Sampaio. Além de incorporar o nome de família de sua criadora, foi seu testamenteiro e herdeiro, bem como reproduziu o estatuto social de Ana. Estes e outros pontos de sua trajetória foram tratados por Silva (2014).

¹²⁶ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro segundo de batismos de escravos, 1797-1820, p. 48v. NACAOB, Madre de Deus, IdBatismo, 64675. Registro de criança exposta assentado no livro de batismo de escravos.

¹²⁷ De acordo com Burguière (1980), na França também se observava concentração das escolhas de prenomes em poucas opções junto a um grande número de antenomes pouco usados.

Consideraremos os casos de filhos que receberam o mesmo prenome ou segundo nome de um dos pais, de netos batizados com o mesmo prenome ou segundo nome de um dos avós e de afilhados aos quais é atribuído um prenome idêntico ao prenome ou ao segundo nome de um dos padrinhos. Incluem-se na contagem os casos de nome com gênero flexionado, como o de Francisca, batizada em 1806¹²⁸, filha de Francisco Leonardo Cardoso.

Tabela 17 – Origem dos prenomes (1772-1835)

Origem do prenome	Feminino		Masculino	
	NA	%	NA	%
Pai/mãe	1.068	16,9	1.345	20,7
Só pai/só mãe	458	7,2	577	8,9
Avô/avó	1.049	16,6	1.264	19,4
Só avô/só avó	408	6,4	373	5,7
Padrinho/madrinha	1.854	29,3	2.508	38,5
Só padrinho/Só madrinha	1.182	18,7	1.648	25,3
Pais+avós	385	6,1	520	8,0
Só pais+avós	194	3,1	279	4,3
Pais+padrinhos	416	6,6	489	7,5
Só pais+padrinhos	225	3,6	248	3,8
Avós+padrinhos	447	7,1	612	9,4
Só avós+padrinhos	256	4,0	371	5,7
Pais+avós+padrinhos	191	3,0	241	3,7
Subtotal	2.914	46,0	3.737	57,4
Outras origens	3.422	54,0	2.771	42,6
Total Geral	6.336	100	6.508	100

Fonte: AHCMPA. **Batismos (1772-1835)**. Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre: Banco de dados NACAOB. Base Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015.

O quadro encontrado apresenta que mais da metade (51,8%) dos neófitos de Porto Alegre recebiam o prenome idêntico ao prenome ou segundo nome dos pais, avós e/ou padrinhos, percentual pouco superior ao encontrado por Hameister (2003) para Rio Grande (49,5%). Essa prática era mais comum de ser adotada para rebentos do sexo masculino. Também se percebe que havia maior chance de receber o prenome de um dos padrinhos do que de um dos pais ou de um dos avós.

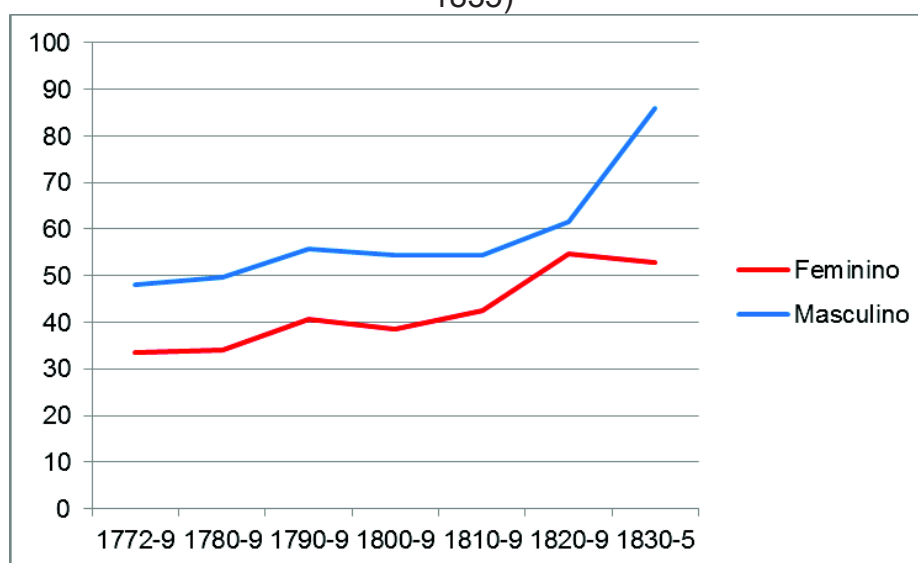
Um exemplo notório de padrinho que atribuiu seu prenome a vários afilhados foi o de Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara, governador da Capitania entre 1780 e 1801. De seus dezessete afilhados e oito afilhadas, dez deles foram

¹²⁸ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro terceiro de batismos de livres, 1799-1809, p. 209v. NACAOB, Madre de Deus, IdBatismo, 3873.

nominados Sebastião e três delas receberam o prenome Sebastiana¹²⁹. Um deles, batizado em 1780¹³⁰, era filho do tenente Francisco Barreto Pereira Pinto e de Eulália Joaquina Oliveira.

Comparando Porto Alegre com Rio Grande (HAMEISTER, 2003), tem-se, respectivamente, 18,8% e 17,2% de prenomes provenientes dos pais, 18% e 15,1% oriundos dos avós, 34% e 32% procedentes dos padrinhos.

Gráfico 5 – Prenomes oriundos de pais, avós e/ou padrinhos (%) por década (1772-1835)



Fonte: AHCMPA. **Batismos (1772-1835)**. Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre: Banco de dados NACAOB. Base Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015.

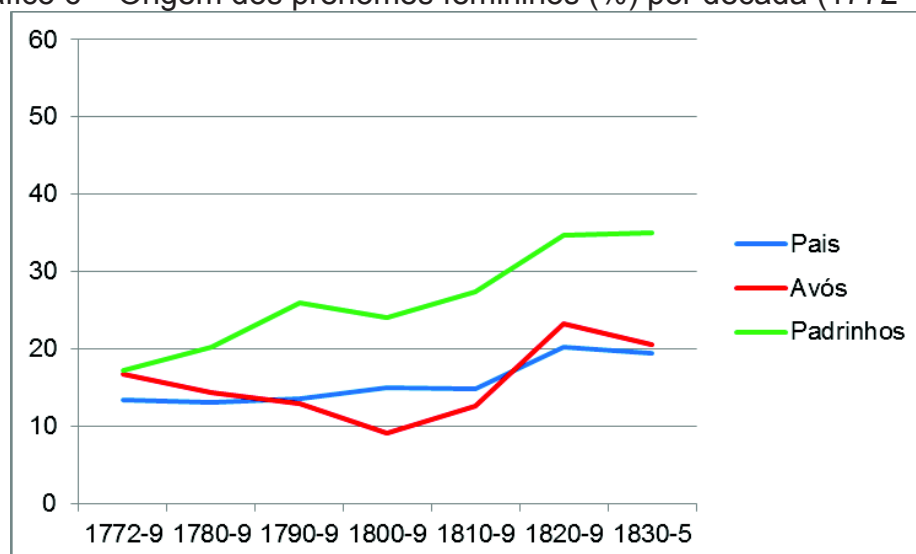
Ao longo das décadas¹³¹, a prática de se atribuir o prenome proveniente dos pais, avós e/ou padrinhos passou a ser mais difundida, com percentuais em tendência ascendente para ambos os sexos. Na década de 1830, entretanto, enquanto houve uma pequena queda para o sexo feminino, o sexo masculino experimentou um considerável aumento de mais de vinte pontos percentuais no uso de prenomes advindos dos parentes mais próximos.

¹²⁹ Aproximadamente um quarto do total de crianças batizadas em Porto Alegre entre 1772 e 1835 com o prenome Sebastião ou Sebastiana foi apadrinhado pelo governador. No período, encontramos 41 Sebastiaões e 12 Sebastianas (Conferir Apêndice A).

¹³⁰ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro primeiro de batismos de livres, 1772-1792, p. 60v. NACAOB, Madre de Deus, IdBatismo, 3873.

¹³¹ Dados detalhados sobre a origem familiar dos prenomes em Porto Alegre por década, com número de vezes e percentual em relação ao total, estão disponíveis no Apêndice D.

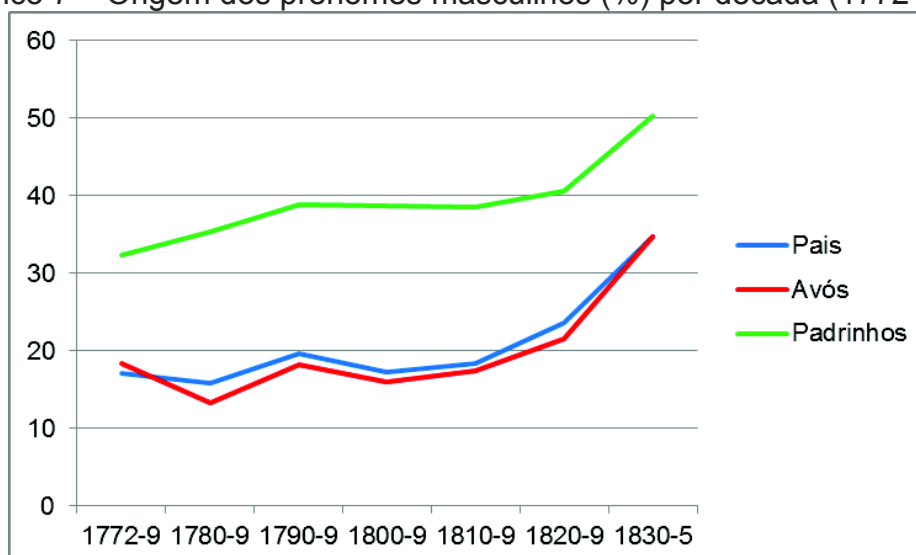
Gráfico 6 – Origem dos prenomes femininos (%) por década (1772-1835)



Fonte: AHCMPA. **Batismos (1772-1835)**. Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre: Banco de dados NACAOB. Base Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015.

A possibilidade de as meninas serem batizadas com prenome originário dos padrinhos cresceu ao longo do período estudado, enquanto o percentual de nomes vindos dos pais se manteve estável e o de prenomes provenientes dos avós diminuiu até os anos 1800, aumentando a partir da década seguinte e reduzindo novamente nos anos 1830.

Gráfico 7 – Origem dos prenomes masculinos (%) por década (1772-1835)

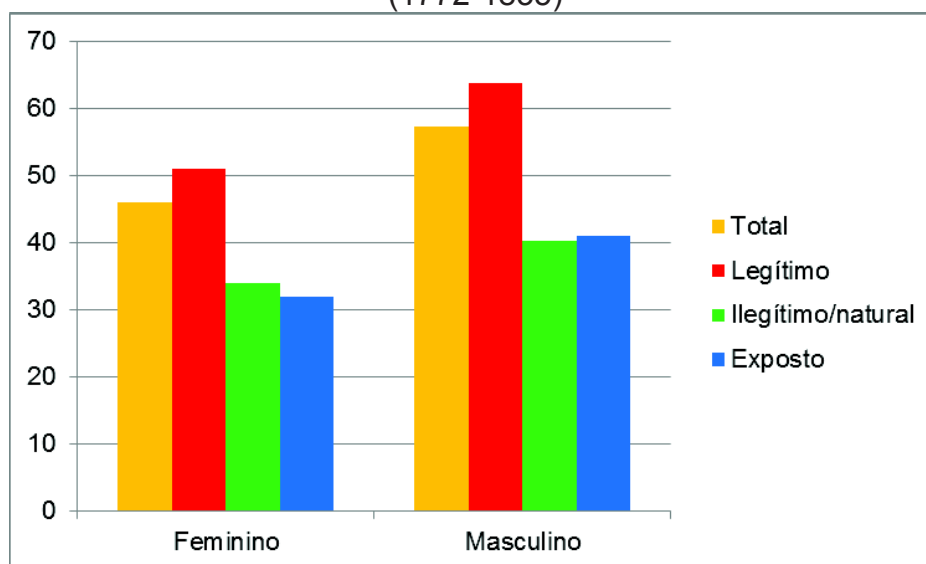


Fonte: AHCMPA. **Batismos (1772-1835)**. Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre: Banco de dados NACAOB. Base Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015.

Para os meninos, os prenomes provenientes dos padrinhos tiveram seu uso ampliado no correr das décadas. Já os oriundos dos pais e avós, após certa

oscilação, passaram por aumento crescente da utilização a partir dos anos 1800. Destaque para o aumento geral da atribuição de prenomes dos referidos parentes na década de 1830.

Gráfico 8 – Prenomes oriundos de pais, avós e/ou padrinhos¹³² (%) por legitimidade (1772-1835)



Fonte: AHCMPA. **Batismos (1772-1835)**. Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre: Banco de dados NACAOB. Base Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015.

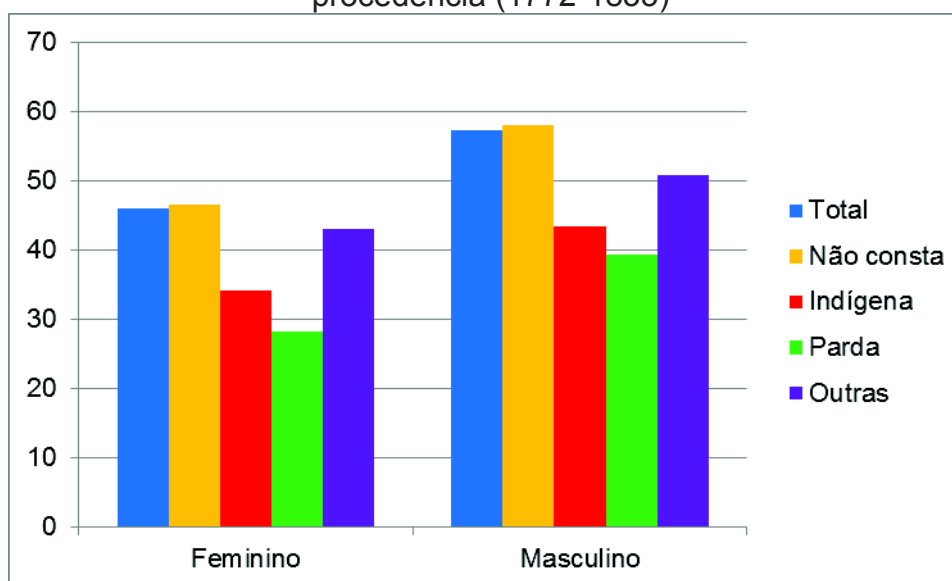
Referente à legitimidade¹³³, os prenomes vindos dos ascendentes consanguíneos ou espirituais eram mais recorrentes entre as crianças legítimas do que entre as ilegítimas/naturais ou expostas. Cabe aqui, porém, fazer uma relativização dos números, visto que crianças não legítimas raramente tinham nome dos avós registrados e não era comum constar o nome do pai – por vezes nem o nome da mãe era registrado. Algumas vezes os neófitos ilegítimos eram batizados com o mesmo nome do pai, que reconheceu o filho no ato – como aconteceu com Agostinho, filho de Ana Rosa da Conceição e reconhecido como filho por Agostinho José Lourenço em 1805¹³⁴. Já crianças expostas só eram registradas com o nome da pessoa que as acolheu e com o nome dos padrinhos.

¹³² Para os expostos, foram considerados os padrinhos e os indivíduos que os receberam.

¹³³ Dados detalhados sobre a origem familiar dos prenomes em Porto Alegre por legitimidade, com número de vezes e percentual em relação ao total, estão disponíveis no Apêndice E.

¹³⁴ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro terceiro de batismos de livres, 1799-1809, p. 162. NACAOB, Madre de Deus, IdBatismo, 3873.

Gráfico 9 – Prenomes oriundos de pais, avós e/ou padrinhos (%) por cor ou grupo de procedência (1772-1835)

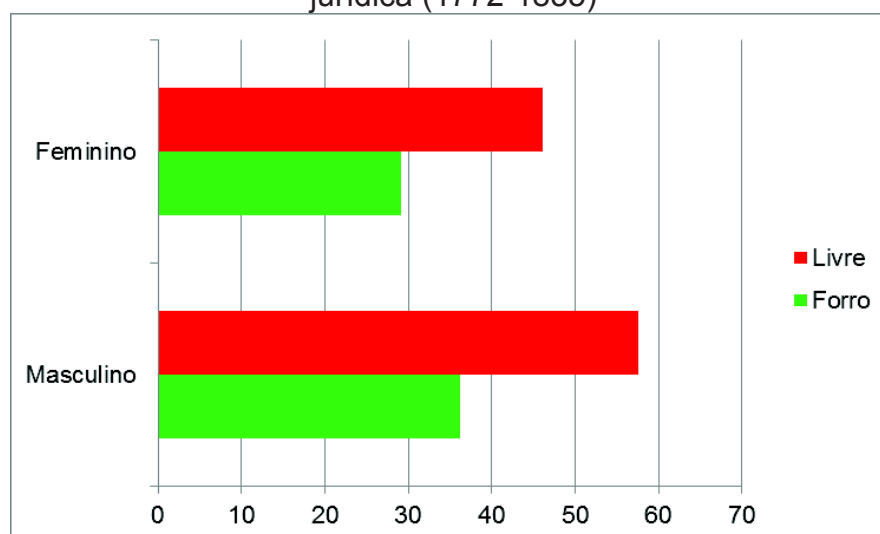


Fonte: AHCMPA. **Batismos (1772-1835)**. Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre: Banco de dados NACAOB. Base Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015.

Considerando a variável cor ou grupo de procedência¹³⁵, as maiores taxas de prenomes oriundos de pais, avós e/ou padrinhos eram encontradas em neófitos que não tinham cor registrada nos assentos de batismo – alguns destes, mas não necessariamente, eram considerados socialmente “brancos”. Entre os que tinham cor apontada nos registros, os percentuais de prenomes familiares entre as crianças “negras” eram apenas pouco inferiores do que entre as sem registro de cor e superiores em relação às “indígenas” e às “pardas”.

¹³⁵ Dados detalhados sobre a origem familiar dos prenomes em Porto Alegre por cor ou grupo de procedência, com número de vezes e percentual em relação ao total, estão disponíveis no Apêndice F.

Gráfico 10 – Prenomes oriundos de pais, avós e/ou padrinhos (%) por condição jurídica (1772-1835)



Fonte: AHCMPA. **Batismos (1772-1835)**. Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre: Banco de dados NACAOB. Base Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015.

Em relação à condição jurídica¹³⁶, os percentuais de uso de prenomes familiares entre as crianças livres eram bem superiores do que entre os neófitos alforriados na pia batismal. Entretanto, alguns exemplos de libertos podem ser considerados significativos. Em 1811¹³⁷, João, filho de Ana, escrava de Libano Pereira da Silva, foi alforriado na pia batismal mediante pagamento realizado por seu padrinho, o tenente-coronel João Maria Xavier de Brito.

Como visto, mesmo entre os estratos sociais onde a atribuição de prenomes recorrentes e/ou familiares era menos difundida, os percentuais eram expressivos, o que leva a corroborar a tese referente à atribuição do prenome como um ato significativo. Quais os possíveis significados envolvidos na escolha e transmissão de determinados prenomes em detrimento de outros? Quais as motivações que teriam levado a tais atos?

Retomando as razões de escolha apontadas por Guérios (1973), motivos religiosos podem ter determinado uma série de escolhas, visto ser uma sociedade que possuía grande influência da Igreja Católica. Em grande parte dos batismos foram atribuídos prenomes de indivíduos canonizados pela Igreja. Ademais, os prenomes mais recorrentes pertenciam ou a membros da sagrada família cristã ou a santos de grande difusão entre a catolicidade.

¹³⁶ Dados detalhados sobre a origem familiar dos prenomes em Porto Alegre por condição jurídica, com número de vezes e percentual em relação ao total, estão disponíveis no Apêndice G.

¹³⁷ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro quarto de batismos de livres, 1809-1815, p. 64. NACAOB, Madre de Deus, IdBatismo, 7677.

Mais do que a religião, motivos familiares eram uma razão recorrente para a escolha de prenomes, com várias possibilidades já apresentadas pela historiografia relativa às práticas de nomeação. De início, a já citada escolha de opções já existentes no repertório familiar como afirmação de pertencimento (MERCER; NADALIN, 2008), voluntário ou compulsório.

Podia também envolver questões como homenagens ao portador original do nome ou um intuito de transmitir atributos juntamente com o nome (HAMESITER, 2006). Ou mesmo envolver questões mais complexas, como a hipótese formulada por Hameister (2006), de transmissão de prenome de pai para filho com intenção de continuidade. Retomaremos o tema mais adiante.

Por sua vez, afilhados que partilhavam o mesmo nome com seus padrinhos remetem à importância que o compadrio tinha para uma sociedade de Antigo Regime. Burguière (1984) afirma que a transmissão de prenomes dentro da família os converte, mais do que em patrimônio simbólico, em marcadores de parentesco. Logo, como era comum a conciliação entre parentesco espiritual e consanguíneo, isso costumava ocorrer justamente pelo “*désir de transmettre aux enfants des prénoms puisés dans le stock familial*¹³⁸” (BURGUIÈRE, 1984, p. 31).

Mas a associação entre transmissão de prenome e relações de compadrio não ocorria apenas quando o padrinho ou madrinha já eram membros da parentela, como constatou Hameister (2003). Segundo a pesquisadora, o nome partilhado entre padrinhos e afilhados era uma forma de consolidar as relações estabelecidas no compadrio. Especialmente se o padrinho pertencesse a famílias de prestígio, mas ainda não tivesse consolidado um patrimônio simbólico associado ao seu nome.

Por sua vez, para os libertos, os motivos familiares podiam ter um significado distinto. Segundo Weimer (2013), o uso recorrente de nomes neste grupo social seria uma maneira de recriar as ancestralidades quebradas pela escravidão, bem como a própria memória do cativo.

Retomando Rowland (2008), se um prenome específico era insuficiente para marcar o estatuto social de um portador, as práticas acima apontadas podem evidenciar questões referentes à classificação dos indivíduos no seio da hierarquia social. O quadro apresentado evidencia a posição tradicionalmente subalterna que as mulheres detinham na sociedade. O menor peso econômico e social, contudo,

¹³⁸ “Desejo de transmitir aos rebentos os prenomes oriundos do estoque familiar”. Tradução nossa.

possibilitava maiores liberdades nas práticas de nomeação. Para os indivíduos do sexo masculino, devido a seu papel preponderante e à lógica do nome como indicador de pertencimento, havia uma maior pressão social para que lhes fosse atribuído prenome usual à família ou à comunidade (MERCER; NADALIN, 2008). Como as meninas em tese não tinham a obrigação de portar o prestígio familiar perante a sociedade, cabia a elas, segundo Schnapper (1984), o papel de receber as inovações onomásticas a serem posteriormente incorporadas à comunidade.

Processo que, além de envolver questões de gênero, também poderia ocorrer entre pessoas de *status* social menos privilegiado: por não terem que provar seu estatuto para os demais, estariam mais abertas a nomes menos usuais.

Isso pode explicar o porquê de a década de 1830 apresentar um grande aumento na atribuição de prenomes tradicionais e familiares para os meninos, mas não para as meninas. O período 1830-1835 foi de grande instabilidade na região, localizado temporalmente entre o fim da Guerra da Cisplatina e o início da Guerra dos Farrapos. Num período em que era grande a possibilidade de um membro não retornar de uma batalha, as famílias teriam escolhido nomes já conhecidos entre seus ancestrais de modo a garantir alguma segurança para sua herança imaterial.

Quanto a motivos políticos para escolha de nomes, ainda que possivelmente fosse uma razão menos adotada, um indício permite problematizar a pertinência da questão. O nome Pedro era pouco comum nos batismos em Porto Alegre no século XVIII (nove ocorrências). No século XIX, passa a ser mais recorrente, com quinze ocorrências nas duas primeiras décadas. A partir dos anos 1820, quando o Brasil passa a ser um império politicamente independente de Portugal, reinado por Dom Pedro I, o nome foi mais frequente nos batismos: 21 vezes entre 1820 e 1829 (11º no *ranking*) e 14 vezes entre 1830 e 1835 (oitavo no *ranking*). Em 1818¹³⁹, consta o batismo do filho de Joaquim Paim Coelho de Sousa e de Rosa Teodora de Carmo, nominado Pedro de Alcântara – os nomes mais conhecidos do então futuro imperador. A possível relação do aumento de popularidade do nome com a motivação de homenagem ao governante foi apontada por Ferreira (2006), visto que em Santo Antônio de Lisboa o nome Pedro passou a ser mais adotado após 1825.

Pina Cabral (2008b) afirma que os prenomes são tendencialmente metafóricos e os sobrenomes metonímicos. Ou seja, os primeiros são relevantes

¹³⁹ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro quinto de batismos de livres, 1815-1820, p. 146v. NACAOB, Madre de Deus, IdBatismo, 18984.

pelas conotações que carregam, enquanto os segundos pelas associações que perpetram. Se isso se dá de forma mais clara em nossa atualidade, para a época, pode-se dizer que, de alguma forma, os prenomes também possuíam um caráter metonímico, pois agiam como “marcadores de parentesco” (BURGUIÈRE, 1984). Sem contar que segundos nomes por vezes acabavam por se converter em nomes de família, identificando a linhagem subsequente.

3.3 Do geral ao local II: análise dos segundos nomes e sobrenomes

Segundo Zonabend (1996), antes de se ter uma existência social própria, nasce-se em uma família e, conseqüentemente, se é referido por um “nome de família”. Este, porém, nem sempre foi usado da mesma maneira; por vezes, sequer constava.

Assim, para aclarar com mais exatidão o uso dos segundos nomes e sobrenomes no período de estudo, é necessário retroagir para um período temporal mais afastado e caracterizar brevemente a evolução das práticas nominativas em Portugal em séculos anteriores.

Durante o período conhecido pela historiografia como Idade Média, os indivíduos em Portugal, segundo Vasconcelos (1931), eram referidos nos documentos ou apenas com o prenome ou com o nome próprio acompanhado de um patronímico. Em outras palavras, o nome próprio do pai (por exemplo, João Francisco, filho de Francisco José¹⁴⁰) ou um nome derivado do prenome do progenitor (Joaquim Antunes, filho de Antônio).

Com o tempo, este sistema passou por um processo de desorganização, ocorrido entre os séculos XV e XVI (VASCONCELOS, 1931). Possivelmente para reduzir as frequentes homonímias, começou-se a juntar um apelido – que indicava uma origem de parentesco e geralmente era derivado de denominação de origem geográfica (por exemplo, Teixeira¹⁴¹) – e/ou uma alcunha, de caráter pessoal, que podia ter caráter tanto valorativo quanto depreciativo (por exemplo, Pinto¹⁴²). Esta

¹⁴⁰ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro terceiro de casamentos de livres, 1818-1828, p. 33v. NACAOB, Madre de Deus, IdCasamento, 3132.

¹⁴¹ *Teixeira* é um sobrenome geográfico, referente a “lugar onde há teixos (árvore conífera)” (GUÉRIOS, 1973).

¹⁴² Segundo Vasconcelos (1931, p. 30), “o mais provável é que a alcunha que produziu o apelido português de *Pinto* se originasse metaforicamente no reino animal. Pois que no trato familiar

forma de se identificar os indivíduos foi muito difundida, especialmente entre os indivíduos do sexo masculino¹⁴³ (AMORIM, 2003).

Antes disso, por volta do século XII, de acordo com Monteiro (2008), a nobreza portuguesa já estava em um processo progressivo de adotar um sistema de linhagens, definidas por um ancestral comum, com a ligação expressa por um nome de família. Este tinha origem via de regra toponímica, mas podia ser também oriundo de patronímicos ou mesmo de alcunhas do fundador da linhagem.

Com o tempo, patronímicos, designações geográficas e alcunhas foram perdendo suas funções originais e se transformaram em nomes de família. A despeito disso, um resquício da concepção dos patronímicos permaneceu, conforme Vasconcelos (1931, p. 62), “no uso de um nome próprio junto ao do batismo, quando aquele é o do pai, padrinho, protetor”.

Em Portugal não há como precisar quando a referida transformação dos patronímicos, toponímicos e alcunhas para nomes de família ocorreu (MONTEIRO, 2008); em outras regiões europeias isso veio a acontecer com frequência a partir do século XV (ROWLAND, 2008). Para Bloch (1932), a tendência para os nomes de família tornarem-se hereditários tem um fator externo – o aumento das relações entre os indivíduos devido à expansão das comunidades urbanas – e um interno, que tem a ver com a história interna da família em si.

Rowland (2008, p. 32) menciona outro fator importante: o Concílio de Trento e a conseqüente obrigação de as paróquias registrarem todos os atos referentes ao seu séquito de fiéis. Isso porque:

A instituição, pela Igreja, de um registo nominativo de todos os seus paroquianos, tendo em vista a sua fiscalização e identificação genealógica, acabou por dar a todos os nomes um carácter público e contribuiu para a padronização das práticas de nomeação.

O estabelecimento dessas regras colaborou para que a maior parte dos países europeus viesse a consolidar, por volta do século XVII, o modelo de transmissão do nome de família pela linha paterna (ROWLAND, 2008). Por sua vez, Portugal e suas colônias, destaca Monteiro (2008), não possuíam regras específicas para transmissão do sobrenome antes do século XIX.

apodamos de *franganito* e *franganote* ou *frangalhote* um rapazinho [...] não me admira que outrora se aplicasse *pinto* com significação análoga”, com conotação de jovialidade.

¹⁴³ As alcunhas utilizadas pelas mulheres quase sempre eram depreciativas. Conferir Scott (2012).

De todos os modos, algumas características recorrentes podem ser apontadas. Em primeiro lugar, segundos nomes e sobrenomes só costumavam ser registrados após o casamento ou depois que o indivíduo atingisse independência econômica (AMORIM, 1983).

Para tentar dimensionar esse fenômeno em Porto Alegre, uma possibilidade de análise, a partir do exame dos óbitos, é buscar estabelecer a partir de que faixa etária os indivíduos passam a agregar segundos nomes e/ou sobrenomes ao prenome de batismo.

Na análise apresentada neste capítulo, os números contabilizados consideram todos os nomes registrados após o prenome (primeiro nome próprio), não discriminando segundo nome (segundo nome próprio ou nome religioso) de sobrenome (nome de família)¹⁴⁴, por isso o uso da expressão “segundos nomes e/ou sobrenomes”. Tal procedimento foi adotado devido ao fato de que, à época, era comum o segundo nome ser transmitido ao longo de gerações, convertendo-se em nome de família. Logo, não é viável, mediante análise quantitativa, estabelecer em quais casos um nome se comportava como segundo nome e em quais um nome tinha a função de sobrenome.

Tabela 18 – Presença de segundos nomes e/ou sobrenomes em óbitos do sexo feminino por faixa etária (1772-1835)

	Só prenome		Outros nomes		Total
	NA	%	NA	%	NA
Até 7 (ou inocente)	2.011	98,6	29	1,4	2.040
De 8 a 14	103	76,3	32	23,7	135
De 15 a 19	42	34,1	81	65,9	123
De 20 a 29	31	11,8	231	88,2	262
De 30 a 39	40	15,3	222	84,7	262
De 40 a 49	29	12,4	205	87,6	234
De 50 a 59	22	10,4	190	89,6	212
De 60 a 69	26	16,0	137	84,0	163
70 ou mais	16	7,1	209	92,9	225
Não consta idade	81	43,3	106	56,7	187

Fonte: AHCMPA. **Óbitos (1772-1835)**. Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre: Banco de dados NACAOB. Base Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015.

¹⁴⁴ Será feita uma distinção mais clara entre segundos nomes e sobrenomes na análise realizada no capítulo 4.

Tabela 19 – Presença de segundos nomes e/ou sobrenomes em óbitos do sexo masculino por faixa etária (1772-1835)

	Só prenome		Outros nomes		Total
	NA	%	NA	%	NA
Até 7 (ou inocente)	2.414	98,7	31	1,3	2.445
De 8 a 14	118	78,1	33	21,9	151
De 15 a 19	28	15,6	151	84,4	179
De 20 a 29	33	5,8	533	94,2	566
De 30 a 39	39	7,8	461	92,2	500
De 40 a 49	41	9,3	402	90,7	443
De 50 a 59	38	9,7	352	90,3	390
De 60 a 69	26	8,7	272	91,3	298
70 ou mais	44	11,9	325	88,1	369
Não consta idade	102	27,6	268	72,4	370

Fonte: AHCMPA. **Óbitos (1772-1835)**. Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre: Banco de dados NACAOB. Base Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015.

Percebe-se numa primeira análise que, até os sete anos¹⁴⁵, os indivíduos ainda não agregavam mais nomes ao de batismo, afora raras exceções, como o caso de Maria da Glória. Filha de Marcos Álvares Pereira Salgado e dona Felícia Clementina Álvares Salgado, foi batizada em 1834¹⁴⁶ como Maria. Em seu óbito, ocorrido um ano depois¹⁴⁷, a criança foi registrada com o segundo nome.

Dos oito até os quatorze anos, os segundos nomes e/ou sobrenomes foram adotados por menos de um quarto dos que faleceram nessa faixa etária. A partir dos quinze anos, a utilização de mais nomes passava a ser majoritária. Na faixa entre quinze e dezenove anos, os percentuais entre os homens eram bem superiores do que entre as mulheres, diferença que diminuía entre os falecidos com vinte anos ou mais. A partir daí, a grande maioria dos que faleceram (87,9% das mulheres e 91,4% dos homens) já tinha acrescentado algum nome além do prenome, a exemplo de Florinda Laura de Oliveira, falecida aos vinte e cinco anos em 1824¹⁴⁸.

Convencionando-se a idade de quinze anos como a que marca a adoção majoritária de nomes além do prenome, podemos proceder a outras análises¹⁴⁹.

¹⁴⁵ Até os sete anos, as crianças eram consideradas pela Igreja como *inocentes*, não suscetíveis ao pecado.

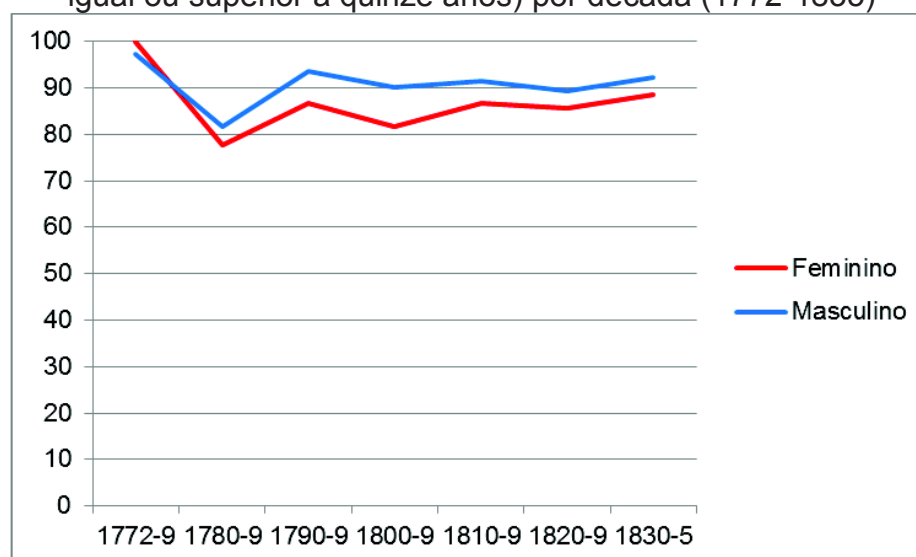
¹⁴⁶ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro oitavo de batismos de livres, 1832-1834, p. 100v. NACAOB, Madre de Deus, IdBatismo, 33515.

¹⁴⁷ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro quinto de óbitos de livres, 1831-1836, p. 122. NACAOB, Madre de Deus, IdÓbito, 9306.

¹⁴⁸ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro quarto de óbitos de livres, 1821-1831, p. 54v. NACAOB, Madre de Deus, IdÓbito, 3255.

¹⁴⁹ Dados detalhados sobre a presença de segundos nomes e/ou sobrenomes nos óbitos em Porto Alegre por década, condição jurídica, cor (ou grupo de procedência) e condição jurídica, com número de vezes e percentual em relação ao total, estão disponíveis no Apêndice H.

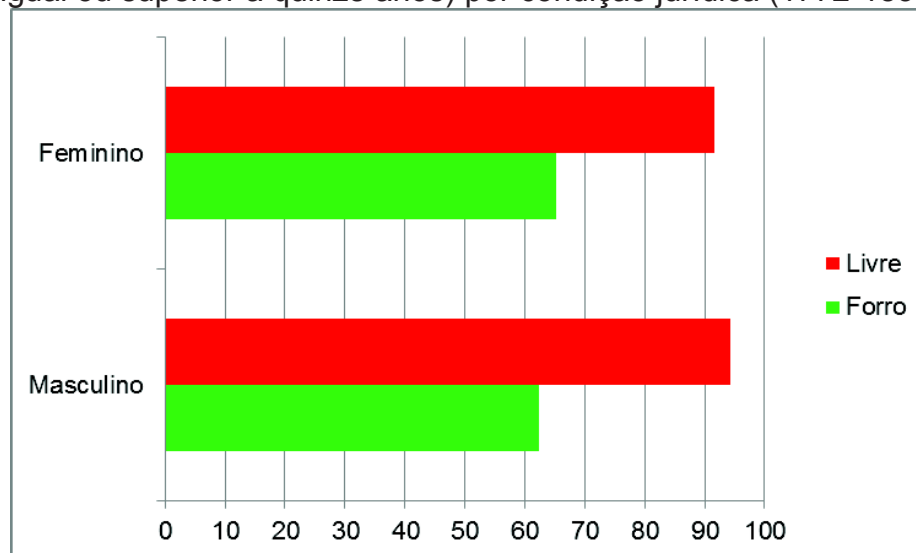
Gráfico 11 – Presença de segundos nomes e/ou sobrenomes (%) em óbitos (idade igual ou superior a quinze anos) por década (1772-1835)



Fonte: AHCMPA. **Óbitos (1772-1835)**. Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre: Banco de dados NACAOB. Base Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015.

Os percentuais mencionados anteriormente para o quadro geral, após oscilação nas duas primeiras décadas, mantiveram-se estáveis a partir da década de 1790.

Gráfico 12 – Presença de segundos nomes e/ou sobrenomes (%) em óbitos (idade igual ou superior a quinze anos) por condição jurídica (1772-1835)



Fonte: AHCMPA. **Óbitos (1772-1835)**. Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre: Banco de dados NACAOB. Base Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015.

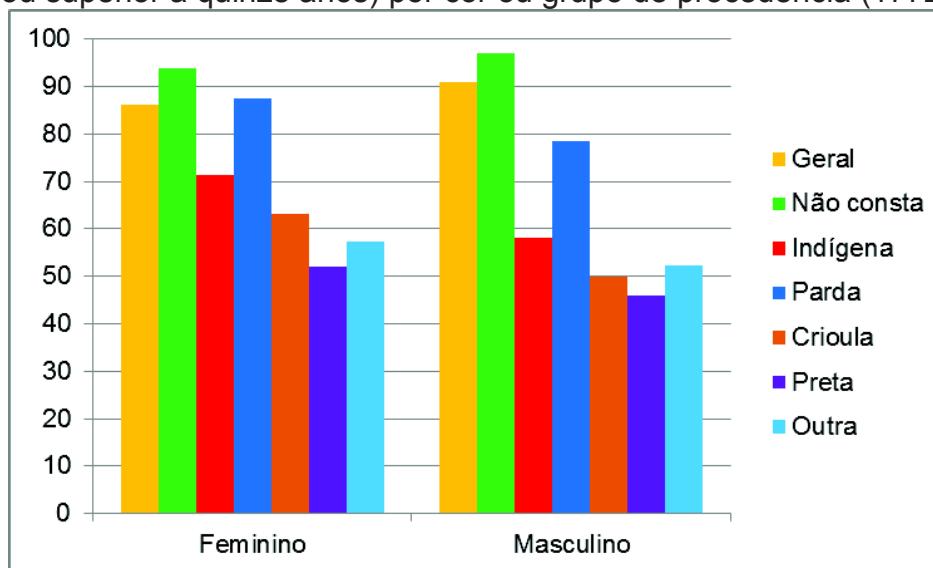
Quanto à condição jurídica, uma questão a ser levantada é referente aos libertos – se adotavam ou não sobrenomes após a alforria. Numa sociedade fortemente estratificada, segundo Weimer (2008), ter sobrenome não era

necessariamente garantia de ascensão social, mas possibilitava mais oportunidades do que para os que não tinham sobrenome. Um exemplo foi a trajetória da parda forra Ângela Francisca Coelha, que será analisada no capítulo seguinte.

Já o crioulo Manuel foi referido em seu óbito, ocorrido aos sessenta anos de idade em 1819¹⁵⁰, apenas com o prenome. Pode ter havido algum tipo de omissão por parte do pároco. Mas também pode ter ocorrido de o falecido não ter adotado nomes além do prenome. Weimer (2008) salienta que nem todos os libertos teriam interesse em se integrar àquela sociedade. Sendo assim, para estes, o fato de não ter sobrenome podia ser uma estratégia pela qual se poderia auferir vantagens, como dificultar a identificação e possibilitar formas de liberdade alternativas. Outros, por sua vez, tinham sobrenome, mas só o utilizavam em determinados contextos de caráter oficial, valendo-se de formas de nomeação alternativas em outras situações.

Em Porto Alegre, os forros portavam nomes além do prenome menos frequentemente que os livres, mas ainda assim de forma majoritária.

Gráfico 13 – Presença de segundos nomes e/ou sobrenomes (%) em óbitos (idade igual ou superior a quinze anos) por cor ou grupo de procedência (1772-1835)



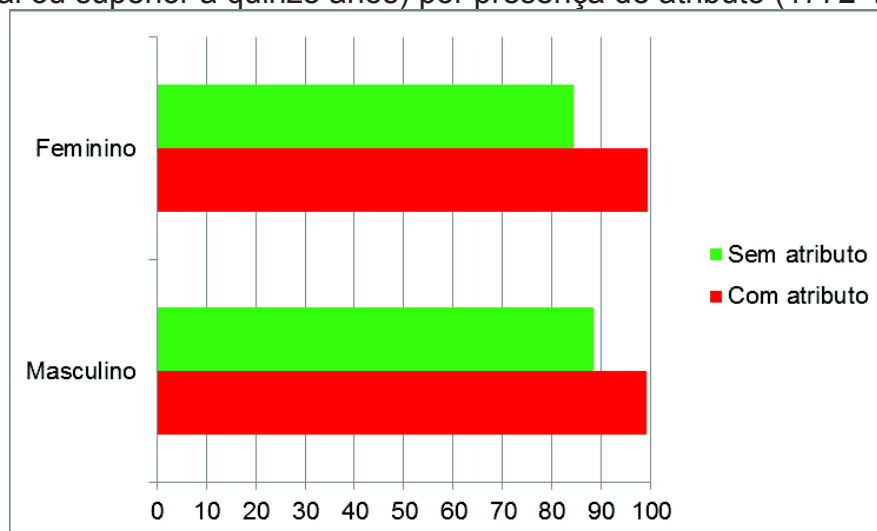
Fonte: AHCMPA. **Óbitos (1772-1835)**. Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre: Banco de dados NACAOB. Base Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015.

Ao contrário dos indivíduos sem cor registrada, era maior o percentual de mulheres com registro de cor com mais nomes do que de homens com registro de cor. Em ambos os sexos a difusão de nomes além do prenome refletia a hierarquia

¹⁵⁰ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro terceiro de óbitos de livres, 1812-1821, p. 135v. NACAOB, Madre de Deus, IdÓbito, 2418.

vigente: nos “pardos” era mais comum a presença de tais nomes do que nos “crioulos”, entre os quais era mais difundido do que nos “pretos”. Quanto aos “índios”, os percentuais eram inferiores aos “pardos” e pouco superiores aos “crioulos”.

Gráfico 14 – Presença de segundos nomes e/ou sobrenomes (%) em óbitos (idade igual ou superior a quinze anos) por presença de atributo (1772-1835)



Fonte: AHCMPA. **Óbitos (1772-1835)**. Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre: Banco de dados NACAOB. Base Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015.

Referente a atributos de distinção (militares, nobiliárquicos, eclesiásticos, “dona”), praticamente todos os falecidos registrados com alguma destas “qualidades” portavam segundo nome e/ou sobrenome.

O resultado indica uma corroboração ao afirmado por Amorim (1983) – o sobrenome era adotado com o casamento ou com a independência econômica. Para aclarar mais a situação, um caminho é confrontar as variáveis “presença de nomes além do prenome” e “*status* matrimonial ao falecer”, comparando com a quantidade de indivíduos que, no ato do casamento, tiveram segundos prenomes e/ou nomes de família registrados:

Tabela 20 – Presença de segundos nomes e/ou sobrenomes em óbitos (idade igual ou superior a quinze anos) e casamentos por *status* matrimonial (1772-1835)

	Feminino				Masculino			
	Só prenome		Outros nomes		Só prenome		Outros nomes	
Status matrimonial no óbito	NA	%	NA	%	NA	%	NA	%
Solteiro	55	20,1	218	79,9	55	7,5	679	92,5
Casado ou viúvo	53	5,4	921	94,6	47	3,7	1.228	96,3
Não consta	98	41,9	136	58,1	147	20,0	589	80,0
Total	206	13,9	1.275	86,1	249	9,1	2.496	90,9
Nubente no casamento	89	3,1	2.803	96,9	109	3,8	2.790	96,2

Fontes: AHCMPA. **Casamentos (1772-1835)**; AHCMPA. **Óbitos (1772-1835)**. Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre: Banco de dados NACAOB. Base Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015.

Nota-se que tanto entre os noivos no ato do matrimônio quanto entre os casados ou viúvos no ato do falecimento, a maioria absoluta foi registrada com mais nomes além do prenome, havendo pouca variação entre gêneros. Quanto aos falecidos apontados na condição de solteiros, o percentual de homens com outros nomes é pouco inferior aos casados ou viúvos, enquanto entre as mulheres a diferença de percentual foi maior. Chama a atenção o caso dos falecidos que não tiveram o *status* matrimonial registrado no óbito. Entre esses, o percentual de uso de nomes além do prenome era bem menor do que entre os que tiveram o *status* registrado. No caso das mulheres, mais da metade das falecidas sem registro do estado conjugal tinham apenas o prenome.

Referente aos indivíduos que adotavam um ou mais sobrenomes, este(s) podia(m) ser nomes de família, herdados do pai e/ou da mãe, não necessariamente nessa ordem. Entre os indivíduos que adotaram sobrenome paterno, temos dona Maurícia Cândida de Carvalho¹⁵¹, filha do capitão Timóteo José de Carvalho. Por sua vez, o filho de Maurícia, Estêvão Cândido de Carvalho¹⁵², incorporou o segundo nome e o sobrenome oriundos da mãe. Já o tenente Joaquim José Morais e Abreu¹⁵³ utilizava nomes de família advindos de ambos os progenitores – capitão-mor Francisco Correia de Morais Leite e dona Ana Francisca da Rocha de Abreu.

¹⁵¹ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro primeiro de casamentos de livres, 1772-1806, p. 124. NACAOB, Madre de Deus, IdCasamento, 2109.

¹⁵² AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro quarto de casamentos de livres, 1828-1839, p. 139v. NACAOB, Madre de Deus, IdCasamento, 4184. (1832-12-01).

¹⁵³ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro segundo de casamentos de livres, 1806-1818, p. 87. NACAOB, Madre de Deus, IdCasamento, 2765.

Mas o nome de família poderia vir também dos avós, de outros parentes, ou de outra pessoa próxima, influente ou benquista pela família. Dona Florinda Flora Leite de Oliveira Salgado¹⁵⁴, além de adotar nome de família do pai, João Gonçalves Salgado, e da mãe, Ana Maria Oliveira, também fez uso de sobrenome do avô materno, José Leite de Oliveira¹⁵⁵.

Já os patronímicos (ou matronímicos) eram um costume em desuso, ao menos em sua concepção original, pois, como anteriormente mencionado, era comum adotar como segundo nome o prenome de algum ascendente (e vice-versa).

Era corriqueiro irmãos receberem sobrenomes diferentes um do outro, como os filhos de Florinda e do major André Alves Pereira Viana: Ana Flora Viana de Oliveira¹⁵⁶, João Alves de Oliveira Salgado¹⁵⁷ e Marcos Alves Pereira Salgado¹⁵⁸.

O sobrenome não precisava necessariamente ter origem familiar. Também podiam ser encontrados nomes arranjados pelas práticas recorrentes nos séculos anteriores: uso de alcunhas; referências ao local de nascimento; invocação religiosa, mais frequente no sexo feminino (por exemplo, Clemência Maria da Conceição); ou ainda, em lugar de sobrenome, um segundo (ou mesmo um terceiro) nome, também mais comum entre as mulheres (por exemplo, Clara Angélica).

Ainda sobre as mulheres, antes do século XIX, afirma Monteiro (2008), era pouco difundido o costume de se adotar o nome de família do marido. A partir do Oitocentos é que isso começou a se tornar mais comum, bem como uma tendência dos indivíduos de ambos os sexos a adotarem os sobrenomes paternos. Uma explicação para os incipientes câmbios na atribuição de nomes de família é a crescente influência de valores e comportamentos da cultura francesa, cuja “matriz pesava fortemente sobre a legislação portuguesa em matérias de direito da família adoptadas ao longo do século XIX” (MONTEIRO, 2008, p. 56).

Voltemos à família de Florinda, ainda que este caso não fosse uma regra geral. Casada no final do século XVIII, nos vários registros em que foi citada, nem sempre todos os sobrenomes constam. Não obstante, ela nunca adotou o

¹⁵⁴ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro sexto de óbitos de livres, 1836-1841, p. 172.

¹⁵⁵ AHCMPA, Paróquia Bom Jesus, Livro primeiro de batismos de livres, 1757-1786, p. 13v.

¹⁵⁶ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro segundo de casamentos de livres, 1806-1818, p. 128v. NACAOB, Madre de Deus, IdCasamento, 2931.

¹⁵⁷ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro terceiro de casamentos de livres, 1818-1828, p. 155v-156. NACAOB, Madre de Deus, IdCasamento, 3611.

¹⁵⁸ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro quinto de óbitos de livres, 1831-1836, p. 122. NACAOB, Madre de Deus, IdÓbito, 9306.

sobrenome do marido. O mesmo não aconteceu com sua filha e suas noras, que contraíram matrimônio no século XIX. Após o nascimento do primeiro filho, Ana Flora Viana Oliveira, casada com o capitão Venceslau de Oliveira Belo, passou a ser referida como Ana Flora de Oliveira Belo¹⁵⁹. Maria Francisca Carneiro Fontoura, casada com João Alves de Oliveira Salgado, foi assentada no batismo de seu primogênito como Maria Francisca Leite Carneiro Salgado¹⁶⁰.

Além da falta de regras definidas para atribuição e transmissão, ainda eram comuns troca, inversão ou abandono de alguns ou de todos os sobrenomes ao longo da vida. Um caso notório, que envolveu a troca do nome completo, foi o de José Marcelino de Figueiredo, governador da capitania entre 1769 e 1771 e entre 1773 e 1780. Conforme Kühn (2009), seu nome original era Manuel Jorge Gomes de Sepúlveda. Após o assassinato de um capitão inglês, foi enviado em segredo para a América portuguesa, onde passou a ser conhecido pelo novo nome.

Troca e abandono de nomes, porém, era mais recorrente, de acordo com Ferreira (2006), não só entre as mulheres, mas também entre a população pertencente aos estratos sociais menos privilegiados. O sobrenome costumava ser abandonado por estes porque, nas palavras de Ferreira (2006, f. 221), “nada tinham a herdar em termos de posse de terra ou de tradição familiar”. Afirmação que pode ser questionada, pois, como poderemos ver no próximo capítulo, mesmo pessoas socialmente menos privilegiadas davam significado a suas experiências, e tradição familiar nem sempre tinha propósitos utilitaristas e mensuráveis.

¹⁵⁹ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro quinto de batismos de livres, 1815-1820, p. 66. NACAOB, Madre de Deus, IdBatismo, 16980.

¹⁶⁰ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro sexto de batismos de livres, 1820-1828, p. 374. NACAOB, Madre de Deus, IdBatismo, 25278.

Tabela 21 – Origem dos segundos nomes e/ou sobrenomes dos nubentes (1772-1835)

Origem do(s) nome(s)	Noivas		Noivos	
	NA	%	NA	%
Um nome	679	23,5	548	18,9
Pai	73	2,5	252	8,7
Mãe	161	5,6	18	0,6
Outra	445	15,4	278	9,6
Dois ou mais nomes	2.124	73,4	2.242	77,3
Só pai	97	3,4	804	27,7
Só mãe	308	10,7	13	0,4
Pai e mãe	193	6,7	121	4,2
Pai e outra	324	11,2	660	22,8
Mãe e outra	410	14,2	70	2,4
Pai, mãe e outra	28	1,0	14	0,5
Só outra	764	26,4	560	19,3
Subtotal	2.803	96,9	2.790	96,2
Só prenome	89	3,1	109	3,8
TOTAL	2.892	100	2.899	100

Fonte: AHCMMPA. **Casamentos (1772-1835)**. Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre: Banco de dados NACAOB. Base Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015.

O uso de nomes além do prenome era igualmente difundido entre ambos os sexos. O que muda são os percentuais relativos à origem dos segundos nomes e/ou sobrenomes. Ainda que não fosse uma regra geral, a tendência majoritária era de as mulheres utilizarem nomes vindos da mãe e os homens, nomes vindos do pai. Por exemplo, Joaquim Balbino Cordeiro incorporou o sobrenome do pai, capitão-mor Roque Antônio Cordeiro, enquanto Luísa Francisca do Vale¹⁶¹ adotou o segundo nome e o nome de família da mãe, Emerenciana Francisca do Vale.

Nota-se ainda um considerável percentual de nubentes com nomes além do prenome vindos de outras origens que não do pai nem da mãe, especialmente entre as noivas – 41,8%, ante 28,9% dos noivos.

A comparação com dados atinentes a freguesias portuguesas no mesmo período reforça a falta de uma regra geral para a transmissão dos nomes de família luso-brasileiros. Enquanto em Carreço no século XIX os sobrenomes eram formados majoritariamente pela modalidade patrilinear (FEIJÓ, 1987), em Porto Alegre no mesmo período a mesma tendência só era encontrada entre os homens. Ainda assim, com taxas consideravelmente menores: 64,7% dos noivos e 26,7% das noivas, ante 82% dos noivos e 80% das noivas da localidade portuguesa com

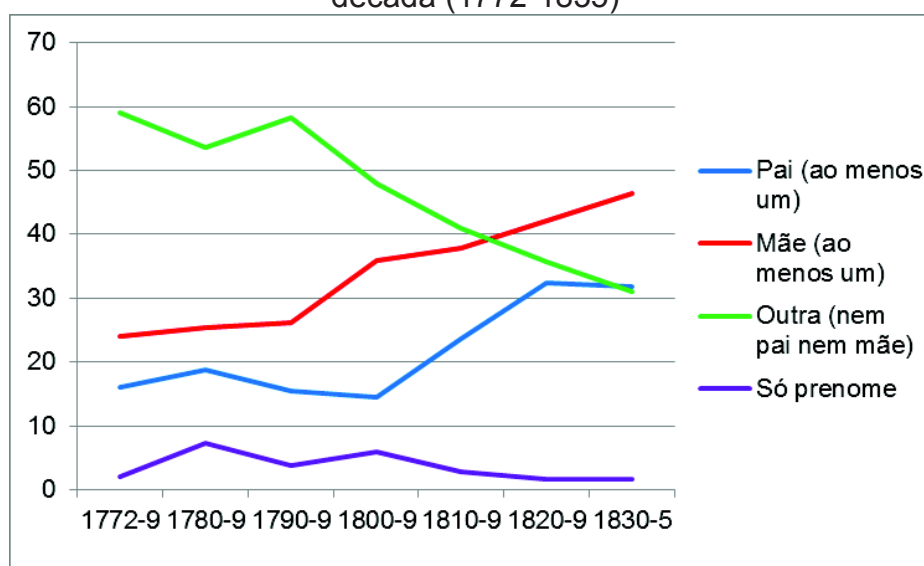
¹⁶¹ AHCMMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro quarto de casamentos de livres, 1828-1839, p. 216. NACAOB, Madre de Deus, IdCasamento, 4391.

nomes de família herdados do pai. Em comparação, nomes de família originários da mãe foram utilizados por 7,5% dos noivos e 41% das noivas na Madre de Deus e por 28% dos noivos e 33% das noivas em Carreço.

As análises de Amorim (1983) apresentam para o século XVIII percentuais mais próximos aos encontrados em Porto Alegre no mesmo período, mas com tendência mais expressiva, exceto as mulheres de Poiares, de utilização de nomes de família de origem paterna: 88,7% dos homens e 23,7% das mulheres em São Sebastião, 87,7% dos homens e 32,4% das mulheres em Poiares, ante 63,3% dos homens e 16,5% das mulheres na Madre de Deus. Já os sobrenomes provenientes da mãe foram adotados por 10,2% dos homens e 19,1% das mulheres na freguesia minhota, 13% dos homens e 38,4% das mulheres na paróquia transmontana, e 10,7% dos homens e 25,5% das mulheres na localidade rio-grandense.

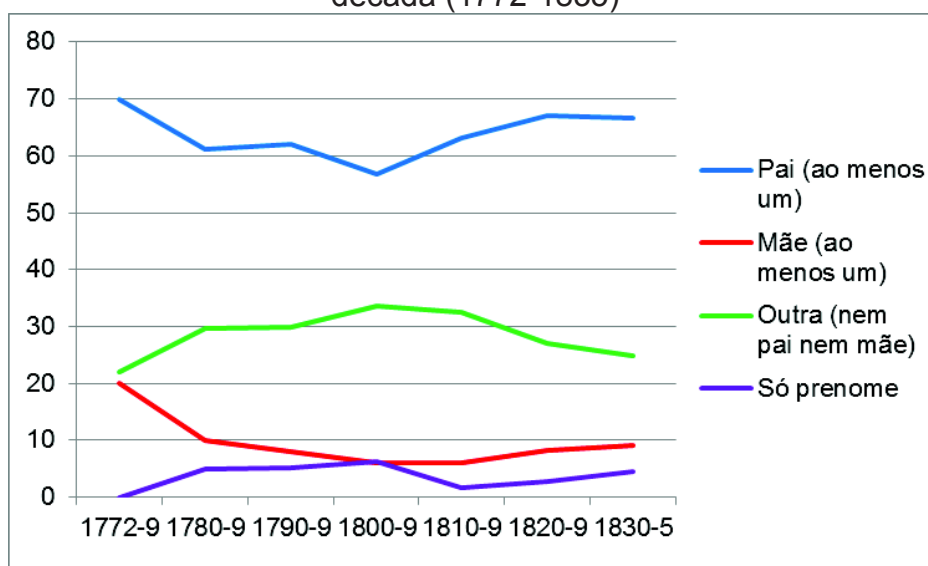
Uma característica relativamente recorrente em Porto Alegre, mas raramente observada nas localidades portuguesas acima referidas, era os nubentes adotarem segundos nomes e/ou sobrenomes de outras origens que não do pai nem da mãe: dado encontrado em mais de um quarto dos noivos e em mais de 40% das noivas da Madre de Deus. Nas localidades portuguesas, cerca de 13% das mulheres de Poiares estavam na mesma situação; nos demais, não chegou a 10% dos casos.

Gráfico 15 – Origem dos segundos nomes e/ou sobrenomes das noivas (%) por década (1772-1835)



Fonte: AHCMPA. **Casamentos (1772-1835)**. Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre: Banco de dados NACAOB. Base Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015.

Gráfico 16 – Origem dos segundos nomes e/ou sobrenomes dos noivos (%) por década (1772-1835)

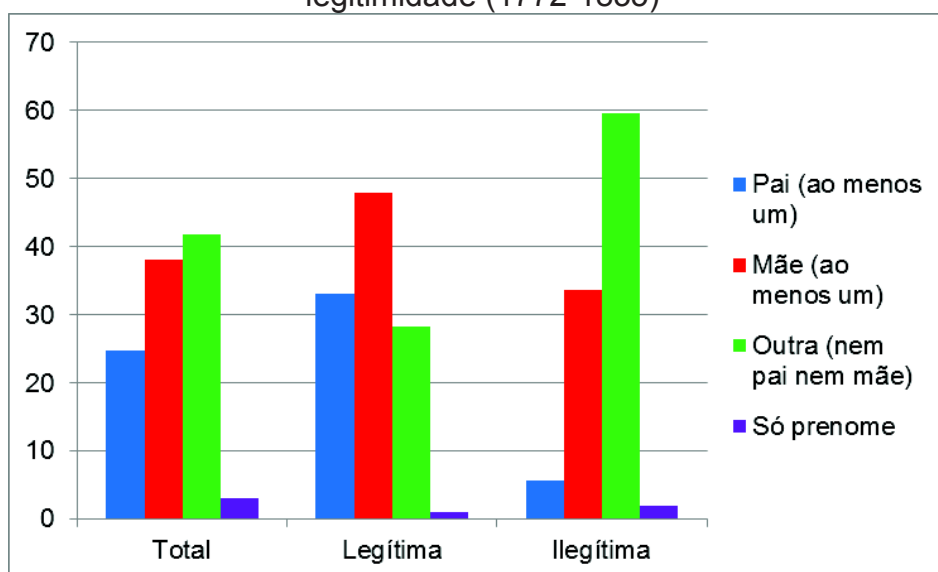


Fonte: AHCMPA. **Casamentos (1772-1835)**. Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre: Banco de dados NACAOB. Base Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015.

Ao longo das décadas¹⁶², o uso de segundos nomes e/ou sobrenomes vindos do pai, da mãe e/ou de outras origens entre os noivos apresentou pequenas oscilações. Durante todo o período, a tendência a se adotar os sobrenomes do pai foi muito superior à de se utilizar os da mãe. Para as noivas, no século XVIII a maioria delas tinha nomes que não vinham nem do pai tampouco da mãe, cenário que se inverteu no século XIX. A partir daí, os percentuais de noivas com segundos nomes e/ou sobrenomes vindos do pai e/ou da mãe é pouco inferior ao de noivos na mesma situação. A utilização de nomes vindos da mãe ficou progressivamente mais recorrente a partir da década de 1790, enquanto os nomes vindos do pai – percentuais, para as mulheres, sempre inferiores ao de nomes vindos da mãe – passaram a ser mais frequentes entre as noivas dos anos 1800 em diante.

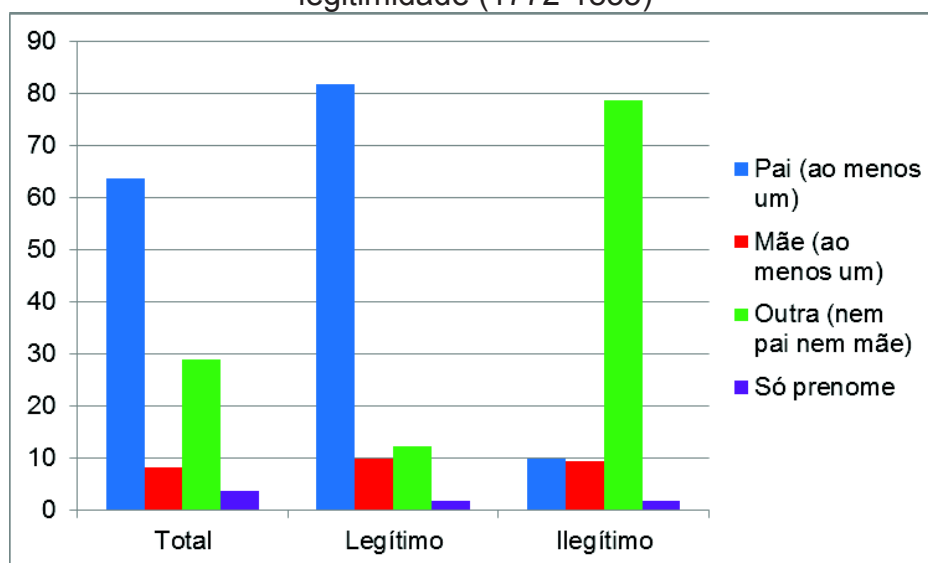
¹⁶² Dados detalhados sobre a origem de segundos nomes e/ou sobrenomes nos casamentos em Porto Alegre por década, com número de vezes e percentual em relação ao total, estão disponíveis no Apêndice I.

Gráfico 17 – Origem dos segundos nomes e/ou sobrenomes das noivas (%) por legitimidade (1772-1835)



Fonte: AHCMPA. **Casamentos (1772-1835)**. Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre: Banco de dados NACAOB. Base Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015.

Gráfico 18 – Origem dos segundos nomes e/ou sobrenomes dos noivos (%) por legitimidade (1772-1835)



Fonte: AHCMPA. **Casamentos (1772-1835)**. Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre: Banco de dados NACAOB. Base Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015.

Considerando a legitimidade¹⁶³, em ambos os sexos os percentuais atinentes a segundos nomes e/ou sobrenomes oriundos da mãe entre os noivos ilegítimos é pouco inferior em relação aos noivos legítimos. Ao contrário do panorama

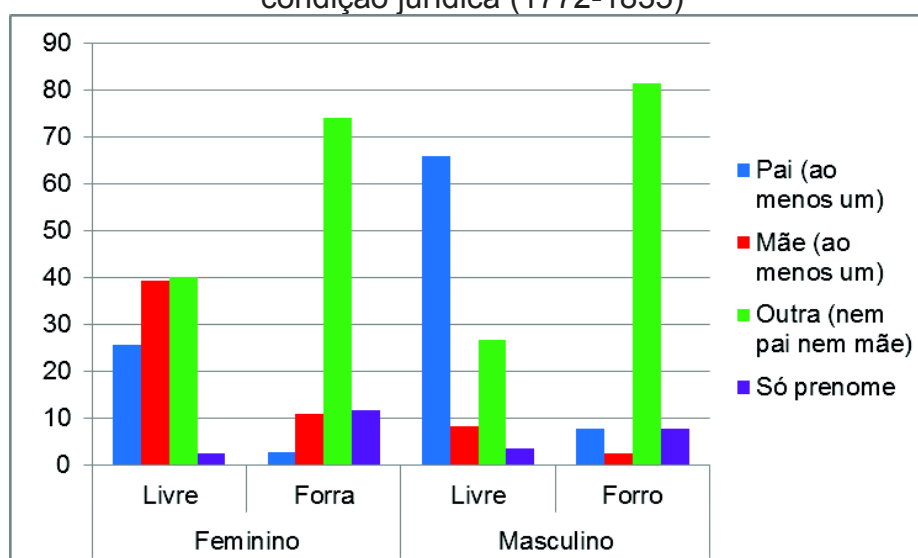
¹⁶³ Dados detalhados sobre a origem de segundos nomes e/ou sobrenomes nos casamentos em Porto Alegre por legitimidade, com número de vezes e percentual em relação ao total, estão disponíveis no Apêndice J.

apresentado por Feijó (1987), em Porto Alegre não necessariamente havia relação direta entre ilegitimidade e maior uso de sobrenomes de origem materna.

Já em relação aos nomes originários do pai, a legitimidade tinha influência. Os nubentes legítimos apresentavam taxas de utilização de segundos nomes e/ou sobrenomes paternos consideravelmente maiores em relação aos ilegítimos, especialmente no sexo masculino. Um dos fatores que ajuda a explicar esse cenário é que era mais comum ser registrado apenas o nome da mãe de noivos ilegítimos.

Entre os nubentes ilegítimos também se percebe uma maior tendência a se adotarem nomes de outras origens, panorama neste caso também mais frequente no sexo masculino.

Gráfico 19 – Origem dos segundos nomes e/ou sobrenomes dos nubentes (%) por condição jurídica (1772-1835)



Fonte: AHCMPA. **Casamentos (1772-1835)**. Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre: Banco de dados NACAOB. Base Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015.

Quanto à condição jurídica¹⁶⁴, os noivos forros de ambos os sexos, principalmente do masculino, tendiam majoritariamente à adoção de segundos nomes e/ou sobrenomes de origens alheias ao pai ou à mãe. Uma tendência de escravos alforriados, apontada pela historiografia, era a de adotarem sobrenomes dos ex-proprietários. Nas palavras de Weimer (2013, f. 333), “o sobrenome dos senhores foi frequentemente – não sempre – utilizado pelos antigos escravos, e que

¹⁶⁴ Dados detalhados sobre a origem de segundos nomes e/ou sobrenomes nos casamentos em Porto Alegre por condição jurídica, com número de vezes e percentual em relação ao total, estão disponíveis no Apêndice K.

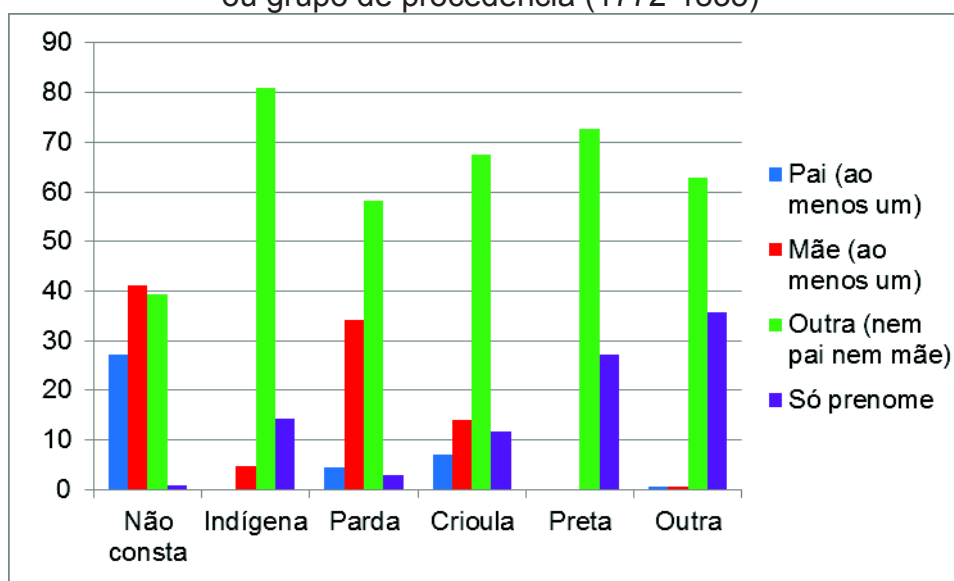
eles manejaram com as vantagens identitárias que eventualmente poderiam ter com um vínculo simbólico com a casa-grande”.

Em resposta a uma corrente historiográfica que considera a prática da adoção do nome de família senhorial como manutenção de relações de domínio e laços de dependência, ou mesmo como perda de identidade por parte dos libertos, Weimer (2008, p. 272-273) aponta que:

Os significados da adoção de um sobrenome não eram únicos nem unilaterais; pelo contrário, envolviam muitas nuances em interesses negociados e forçados entre ex-escravos e senhores. [...] Antigos cativos, a um só tempo, colhiam benefícios e prejuízos do fato de carregar consigo o nome dos antigos senhores. [...] Desta maneira, o papel do sobrenome é dual: se podia ser demarcador de uma relação de submissão, também representava uma forma de forçar o reconhecimento de sua condição de livre.

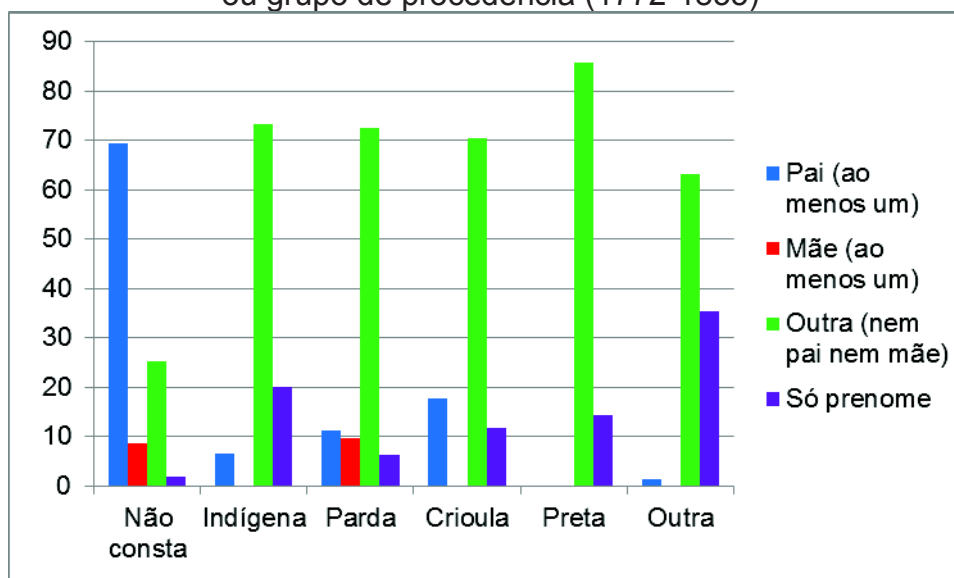
Ademais, era comum na composição do sobrenome a referência a vínculos de pertencimento externos aos senhores, com a sobreposição de dois nomes distintos que indicavam identidades diversas (WEIMER, 2008). Os libertos também adotavam a prática de incorporar como segundo nome o prenome do pai, da mãe, de um dos avós ou de outro ancestral. Nem sempre estes nomes eram registrados em documentos oficiais, sendo utilizados em contextos cotidianos e informais. Registrados ou não, tal forma de nominação era motivada principalmente com o propósito de (re)construir ancestralidades, bem como lembrar o pertencimento do sujeito a uma linhagem familiar. Era comum conciliar o uso destes segundos nomes com os sobrenomes anteriormente referidos e manejar o nome conforme o momento (WEIMER, 2013).

Gráfico 20 – Origem dos segundos nomes e/ou sobrenomes das noivas (%) por cor ou grupo de procedência (1772-1835)



Fonte: AHCMPA. **Casamentos (1772-1835)**. Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre: Banco de dados NACAOB. Base Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015.

Gráfico 21 – Origem dos segundos nomes e/ou sobrenomes dos noivos (%) por cor ou grupo de procedência (1772-1835)



Fonte: AHCMPA. **Casamentos (1772-1835)**. Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre: Banco de dados NACAOB. Base Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015.

Passando da condição jurídica para a variável cor ou grupo de procedência¹⁶⁵, entre os nubentes com registro de cor de ambos os sexos era majoritária a tendência a serem adotados segundos nomes e/ou sobrenomes não

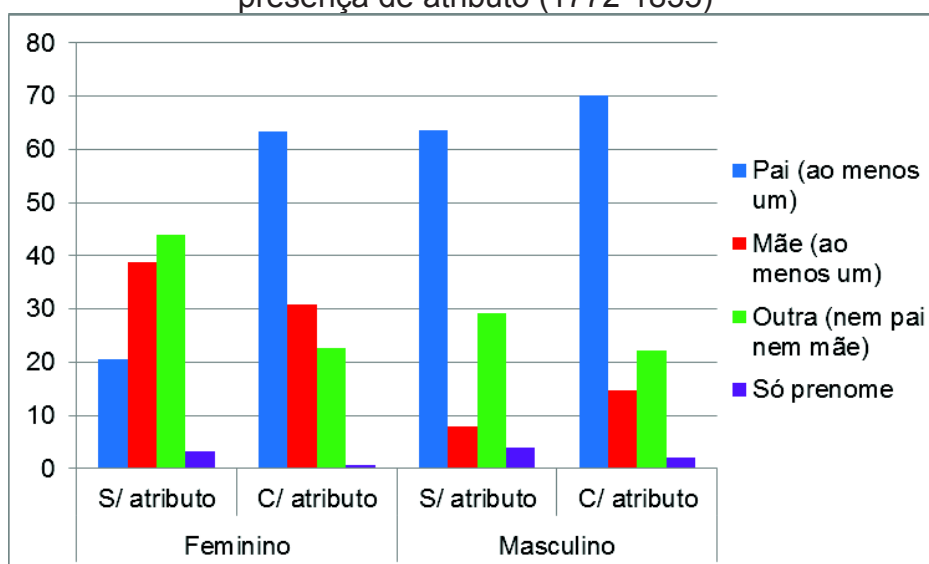
¹⁶⁵ Dados detalhados sobre a origem de segundos nomes e/ou sobrenomes nos casamentos em Porto Alegre por cor ou grupo de procedência, com número de vezes e percentual em relação ao total, estão disponíveis no Apêndice L.

provenientes do pai tampouco da mãe. O uso de nomes da mãe entre as noivas “pardas” era pouco inferior ao uso pelas noivas as quais não consta cor, enquanto os nomes do pai eram bem menos difundidos entre as primeiras em relação às segundas. As “crioulas”, no geral, adotavam com menos frequência sobrenomes de origem familiar que as “pardas”, ainda que os nomes vindos do pai fossem mais difundidos entre aquelas do que entre estas.

Por sua vez, os noivos “pardos” não seguiam comportamento equivalente ao observado nas noivas “pardas”. Nomes vindos da mãe eram um pouco mais frequentes nos “pardos” do que nos sem cor registrada, ao passo que nomes do pai tinham uso muito menos difundido entre os “pardos”. Menos até do que os percentuais observados para os noivos “crioulos”, entre os quais nenhum utilizou nomes provenientes da mãe.

Nenhum nubente “preto” tinha sobrenomes de origem familiar. Quanto a nubentes de origem indígena, nenhuma noiva “índia” tinha nome oriundo do pai, assim como nenhum “índio” adotou nome da mãe.

Gráfico 22 – Origem dos segundos nomes e/ou sobrenomes dos nubentes (%) por presença de atributo (1772-1835)



Fonte: AHCMPA. **Casamentos (1772-1835)**. Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre: Banco de dados NACAOB. Base Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015.

O gráfico 22 compara nubentes sem atributo registrado com nubentes os quais consta a existência de atributo de distinção¹⁶⁶. Os noivos com atributo utilizaram com mais frequência segundos nomes e/ou sobrenomes tanto vindos do pai quanto originários da mãe, os primeiros bem mais difundidos que os segundos. Já no tocante às noivas identificadas como “dona”, havia uma considerável diferença das que não constava tal atributo no registro. As primeiras usavam muito mais nomes vindos do pai do que da mãe, com percentuais próximos aos dos noivos para nomes vindos do pai e nomes de outras origens.

O quadro apresentado fortalece a noção de que não havia uma regra geral para transmissão de segundos nomes e/ou nomes de família. Entretanto, assim como se observou para a difusão de prenomes de origem familiar, os números confirmam um menor uso de sobrenomes paternos ou maternos entre o sexo feminino e também entre os setores socialmente menos privilegiados. Em parte, o cenário vai ao encontro do apontado por Ferreira (2006), ainda que relativizemos sua afirmação de que os mais pobres não tinham tradição familiar a herdar.

A este quadro, porém, devemos salientar o fato de que, entre os noivos pertencentes aos estratos sociais inferiores, era comum não ter os pais citados nos registros, dificultando a busca pela origem dos sobrenomes. 43,2% das noivas e 56,4% dos noivos que tinham sobrenomes de outra origem que não paterna ou materna foram assentados sem referência a pai nem a mãe.

De acordo com os dados apresentados nos gráficos e tabelas anteriores, em nenhum dos grupos sociais utilizados como variável de análise o não-uso de segundos nomes e/ou sobrenomes apresentou taxas muito significativas. Logo, neste caso, se não veio do pai nem da mãe, de onde podem ter vindo os nomes adotados por esses sujeitos?

Retomando o que foi apresentado em passagem anterior, algumas hipóteses podem ser aventadas. Em alguns casos de filhos ilegítimos, tais nomes podiam ter vindo do pai como uma forma de ligação não oficial à figura do progenitor. Em outros casos, tanto de pais conhecidos quanto de pais desconhecidos, o segundo nome e/ou sobrenome podia referir-se a outro parente – como avós, tios ou padrinhos – ou

¹⁶⁶ Dados detalhados sobre a origem de segundos nomes e/ou sobrenomes nos casamentos em Porto Alegre por presença de atributo, com número de vezes e percentual em relação ao total, estão disponíveis no Apêndice M.

mesmo a uma pessoa cujos laços sejam de natureza diversa. Também podia haver referências a invocações religiosas ou a localização geográfica.

Passando de um extremo ao outro – para a hipótese de continuidade proposta por Hameister (2006) – esta autora defende que transmitir o nome do pai para o filho de modo a gerar um homônimo perfeito¹⁶⁷ poderia ter imbuído a intenção de continuidade de vidas, onde o segundo deveria dar seguimento à trajetória do primeiro. Prática que perdurava por gerações sucessivas em uma mesma família, podendo haver três ou até mais descendentes com o mesmo nome completo.

Hameister (2006) vai além e conjectura a adoção de homônimos perfeitos nas famílias de Rio Grande motivados por um desejo de causar uma “(con)fusão” entre pai e filho. Em outras palavras, ambos fundir-se-iam em uma mesma *persona*. Weimer (2008; 2013) considera inadequado ampliar a noção de continuidade desta maneira, pois avalia que os homônimos mantinham a distinção pessoal claramente estabelecida no convívio perante a comunidade.

Com ou sem tal intenção de “(con)fusão” de *persona*, um exemplo de homônimos perfeitos em gerações sucessivas foi a família de Francisco Barreto Pereira Pinto. Nos registros de Porto Alegre, encontramos este nome sendo partilhado por pelo menos três gerações. O primeiro, citado apenas como pai ou avô, possivelmente não chegou a residir na Madre de Deus. Sabe-se que era natural de Portugal e casado com Francisca Velosa da Fontoura. O segundo nasceu em Rio Pardo e se casou em Porto Alegre em 1788¹⁶⁸ com Eulália Joaquina Oliveira, tendo dois filhos batizados na paróquia. O terceiro era casado com Francisca Urbana da Fontoura¹⁶⁹ e teve um filho¹⁷⁰, batizado em 1821¹⁷¹, nominado Francisco, o qual não sabemos se adotou o mesmo nome completo de seus ascendentes.

Entre os noivos da Madre de Deus, a adoção de homônimos perfeitos não era quantitativamente recorrente, mas tinha presença significativa: 146 noivos (5%) possuíam o mesmo nome completo de seu pai¹⁷². Especialmente se considerarmos

¹⁶⁷ Por “homônimo perfeito”, entende-se a pessoa que adota o nome completo idêntico ao de outrem. Conferir Hameister (2006) e Marques (2012).

¹⁶⁸ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro primeiro de casamentos de livres, 1772-1806, p. 216. NACAOB, Madre de Deus, IdCasamento, 1680.

¹⁶⁹ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro quarto de óbitos de livres, 1821-1831, p. 85. NACAOB, Madre de Deus, IdÓbito, 3637.

¹⁷⁰ Além de Francisco, o casal teve mais uma filha batizada na Madre de Deus.

¹⁷¹ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro sexto de batismos de livres, 1820-1828, p. 50v. NACAOB, Madre de Deus, IdBatismo, 17672.

¹⁷² Três destes diferenciavam-se de seus pais mediante a adição da partícula “Júnior” ou “Filho” ao nome.

que alguns casos eram de sujeitos pertencentes a setores socialmente privilegiados da freguesia. Como exemplos de homônimos perfeitos do pai, podemos mencionar, além de Francisco Barreto Pereira Pinto, André Alves Pereira Viana e Bernardo José Rodrigues. Neste, ao contrário dos demais, pai e filho eram claramente diferenciados, pois o segundo era referido nos registros como Bernardo José Rodrigues Filho, ou como Bernardo José Rodrigues Júnior. Isso indica que a hipótese de (con) fusão proposta por Hameister (2006) não era a única possibilidade de utilização de nomes em comum.

Costume bem menos difundido entre as mulheres – nome completo idêntico ao da mãe – mas ainda assim existente¹⁷³: 17 noivas homônimas perfeitas de suas mães (0,6%). Vale ainda destacar a possibilidade de as filhas serem homônimas praticamente idênticas a seus pais, flexionando-se o prenome, como ocorreu com Rafaela Pinto Bandeira, filha do brigadeiro Rafael Pinto Bandeira¹⁷⁴. Após o casamento com Vicente Ferrer da Silva Freire, passou a utilizar os dois últimos sobrenomes do marido pospostos ao seu – Rafaela Pinto Bandeira da Silva Freire. Nome idêntico ao adotado por sua filha em seguida¹⁷⁵.

3.4 Considerações gerais sobre as práticas de nomeação

A partir dos dados quantitativos apresentados, podem ser tecidas algumas considerações gerais acerca da atribuição e composição dos prenomes, segundos nomes e sobrenomes da população livre e forra de Porto Alegre. Prenomes majoritariamente escolhidos dentro de um estoque onomástico tradicional e com tendência a priorizar opções presentes no universo familiar mais próximo. Segundos nomes e sobrenomes difundidos, mas nem sempre vindos do pai e/ou da mãe, principalmente entre as mulheres e entre os membros da base da estrutura social.

À primeira análise, o cenário apresentado é um indicativo da noção do nome como um patrimônio imaterial familiar. Patrimônio cuja transmissão, considerando uma sociedade de Antigo Regime alicerçada na reciprocidade, levava a configurá-lo como uma dádiva, retomando a concepção proposta por Mauss (2003a). Os

¹⁷³ Em seu estudo de uma trajetória familiar em Rio Grande no final do século XVIII, Marques (2012) chama a atenção por este ser um costume comum naquela família.

¹⁷⁴ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro segundo de casamentos de livres, 1806-1818, p. 76v. NACAOB, Madre de Deus, IdCasamento, 2723.

¹⁷⁵ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro quarto de casamentos de livres, 1828-1839, p. 129v-130. NACAOB, Madre de Deus, IdCasamento, 4158.

batizados receberiam assim um nome junto aos atributos e teriam a obrigação de retribuir mediante bom uso desse marcador de parentesco. Raciocínio semelhante ao apresentado na tese de Hameister (2006).

Patrimônio, lembremos, com acesso desigual entre os diversos setores da sociedade, o que leva a reforçar a posição predominante do sexo masculino e dos setores localizados no topo da hierarquia social, bem como o papel subalterno do sexo feminino e dos demais integrantes da sociedade.

Não obstante, retomando as noções de estratégia de Bourdieu (1990) e de racionalidade limitada de Levi (2001), a falta de regras definidas para a composição do nome permitia relativa diversidade de possibilidades de utilização dos nomes. Dentro dos limites do jogo – a estratificação social e a racionalidade limitada – os sujeitos da sociedade analisada podiam manejar seus nomes conforme as estratégias, assim como dar diversos significados às práticas adotadas.

Entretanto, para deslindar e compreender melhor as questões apontadas a partir dos dados quantitativos apresentados neste capítulo e a dinâmica do uso dos nomes pelos membros da sociedade em estudo, é necessário reduzir a escala de observação e examinar trajetórias familiares. Esta é a proposta do capítulo a seguir.

4 O NOME ALÉM DO COMO: PRÁTICAS DE NOMINAÇÃO E TRAJETÓRIAS DE VIDA

*“(¿Cómo fue que, de alguna forma, te vinculaste a la música?)
Bueno, hay una cuestión que es muy curiosa. Resulta que mi madre era sirvienta de Eduardo Fabini. Entonces, mi madre lo quería mucho y lo admiraba. Entonces, cuando yo nací, mi madre me puso Eduardo por admiración a Eduardo Fabini. Yo leí de [Louis] Pauwels algo fantástico: que el nombre que la mujer o el hombre le ponen a los niños que nacen son inspiración y toda inspiración es por algo”*
(Eduardo Mateo, entrevista para Gustavo Rey e Mauricio Almada)

A citação que abre este capítulo reitera o caráter significativo dos nomes próprios. Papel baseado em regras gerais e convenções sociais, como desenvolvido no capítulo anterior, mas passível de reinterpretação pelos diferentes sujeitos nos atos de atribuição e utilização dos nomes. Ação que, por vezes, conduz a novos significados, bem como evidencia redes, contatos e hierarquias.

Para o cantor e compositor uruguaio¹⁷⁶, a atribuição do prenome de um famoso músico¹⁷⁷ admirado por sua mãe foi um dos fatores que o conduziu à música. Logicamente motivações dessa magnitude só são possíveis de serem acessadas a partir de relatos orais.

Fontes orais já foram utilizadas em investigações a respeito da atribuição e usos dos nomes, como a desenvolvida por Weimer (2013). Metodologia que amplia as possibilidades de análise para formas de nominação alternativas, utilizadas em âmbitos familiares, íntimos e comunitários, que continham uma série de implicações simbólicas. Isso porque os nomes são plurais, visto que nem sempre o nome oficial era utilizado em todos os contextos (WEIMER, 2013).

Para o nosso recorte de pesquisa, fontes orais são inexistentes, o que limita as possibilidades de análise. Logo, é necessário recorrer a indícios encontrados em fontes escritas de caráter oficial para recompor a constituição e utilização dos nomes ao longo de uma trajetória. Com isso, analisaremos apenas os nomes oficiais e os

¹⁷⁶ Eduardo Mateo (1940-1990) foi um dos principais representantes da música popular no Uruguai, sendo um dos primeiros a fundir gêneros como candombe, rock e bossa nova em um ritmo posteriormente conhecido como candombe-beat. Pouco conhecido fora do Uruguai, tampouco foi um sucesso massivo de público em seu país. Não obstante, sua obra teve grande influência entre o meio musical uruguaio.

¹⁷⁷ Eduardo Fabini (1882-1950) foi o principal nome da música erudita no Uruguai. Em sua obra, incorporou à música clássica melodias da música folclórica uruguaia e evocações aos sons e ambientes do campo.

seus usos, ainda que reconhecendo a existência e importância das formas de nomeação alternativas à oficial¹⁷⁸.

Tanto relativo a nomes oficiais quanto a não oficiais, a proposta apresentada de buscar a dinâmica dos nomes não é viável a partir de abordagens puramente quantitativas, o que já demonstramos anteriormente. Os limites desse modelo de análise já foram abordados por uma série de autores.

4.1 De “o nome e o como” para “o nome *além* do como”: microanálise e práticas de nomeação

Segundo Justo Serna e Anaclet Pons (2012), até a década de 1970 predominavam os estudos históricos baseados no modelo de história total proposto por Fernand Braudel na segunda geração dos *Annales*. Padrão macroanalítico que prezava por grandes escalas, longa duração e métodos seriais. Entretanto, nessa época a macroanálise vigente começou a dar sinais de esgotamento, o que motivou a elaboração de propostas que saíssem de tal padrão. Um dos primeiros locais onde isso aconteceu foi a Itália, a partir da defesa de um modelo microanalítico, que permita a redução da escala do objeto de investigação.

É comum associar a microanálise a Ginzburg. Não obstante, essa proposta pioneira surgiu inicialmente de Edoardo Grendi. A partir da influência da antropologia e da economia, este autor destacava da primeira uma “vocação microanalítica” e da segunda “o estudo das relações sociais através de suas distintas manifestações econômicas ou extraeconômicas” (SERNA; PONS, 2012, p. 31).

Iniciou-se assim, conforme Henrique Espada Lima (2012, p. 212), a constituição de uma proposta baseada na ideia de “microanálise social”:

O ponto de partida de uma história social entendida como “história das relações entre pessoas e grupos”, edificada a partir da reconstrução em escala reduzida das redes de relações interpessoais verificadas no tratamento intensivo das fontes seriais, em um recorte circunscrito (o bairro urbano ou a comunidade rural, por exemplo).

¹⁷⁸ Como optamos por não analisar neste momento processos judiciais, não analisaremos aqui formas de nomeação não oficiais como as estudadas por Weimer (2008; 2013).

Proposta marcada pela insatisfação com os modelos vigentes da história econômica e com as interpretações, influenciadas pelo marxismo, acerca da transformação social e das associações sociais (ESPADA LIMA, 2012).

Assim, mediante uma renúncia ao teleologismo e ao referente normativo de medida nas análises, a proposta desenvolvida por Grendi transita do micro da unidade doméstica ao macro da sociedade mais ampla, com a comunidade como espaço intermediário. Sua contribuição mais lembrada, porém, foi a do *excepcional-normal*, aqui entendida como, na falta de informações de primeira mão, o uso de documentos indiretos lidos nas entrelinhas (SERNA; PONS, 2012).

Algum tempo depois, Ginzburg publicou uma série de ensaios referentes à microanálise. Em *O nome e o como*, escrito em coautoria com Poni, apontou-se que a investigação quantitativa de longa duração, não obstante suas contribuições, pode distorcer os fatos observados e gerar uma história social homogeneizada. Em resposta, muitos investigadores passaram a realizar análises próximas de fenômenos circunscritos. Reflexo, supõe os autores, das incertezas referentes a processos macro-históricos. Com a circunscrição do âmbito investigativo, é possível a sobreposição de séries documentais, as quais têm como guia o nome do indivíduo. Em outras palavras, o método onomástico (GINZBURG; PONI, 1989), que não abandona a investigação serial, mas não considera o anonimato como horizonte analítico (SERNA; PONS, 2012).

O problema é: como fazer uma investigação nominativa de setores sociais subalternos? Levando em conta a necessidade de escolher casos relevantes e significativos, Ginzburg e Poni (1989) retomaram o excepcional-normal de Grendi, ampliando o sentido do termo para além do documento excepcional e chegando a objetos de investigação também extraordinários. Objetos que “funcionam como espias ou indícios de uma realidade oculta que a documentação, de um modo geral, não deixa transparecer” (GINZBURG; PONI, 1989a, p. 177).

A questão do indício foi retomada em outro ensaio do autor (GINZBURG, 1989b), no qual foram estabelecidas as diretrizes do paradigma indiciário. Com diversas influências, como a medicina, a psicanálise, o romance policial, o método de Giovanni Morelli (para análise de obras de arte) e a semiótica, Ginzburg defende que, a exemplo da medicina, a história baseia-se em indícios, conjecturas e testemunhos indiretos. Não sendo possível acessar o passado diretamente, especialmente quando os vestígios são “excepcionais”, “existem zonas privilegiadas

– sinais, indícios – que permitem decifrá-la [a realidade opaca]” (GINZBURG, 1989b, p. 177). Ao se deparar com a questão do rigor em um campo onde predomina a dúvida, o autor defende abertamente um “rigor flexível” baseado na intuição, isto é, na conjectura e na chamada “imaginação controlada”.

Possivelmente o exemplo mais evidente do uso da conjectura em uma investigação histórica tenha sido o trabalho de Natalie Zemon Davis (1987) sobre a trajetória de Martin Guerre (o verdadeiro e o impostor). Trabalho fundamentado em relatos baseados no processo original perdido e em documentação notarial, a autora por muitas vezes deparou-se com situações onde os sujeitos pesquisados não foram localizados nas fontes:

Quando não consegui encontrar meu homem (ou minha mulher) em Hendaye, Sajas, Artigat ou Burgos, fiz o máximo para descobrir, através de outras fontes da época e do local, o mundo que devem ter visto, as reações que podem ter tido. O que ofereço ao leitor é, *em parte, uma invenção minha, mas uma invenção construída pela atenta escuta das vozes do passado* (DAVIS, 1987, p. 21, grifos nossos).

Declaração que causou polêmica no meio historiográfico, motivando a redação de outro ensaio de Ginzburg (1989a). Novamente o excepcional-normal foi frisado, ao afirmar que a excepcionalidade do caso de Martin Guerre aclarou aspectos da normalidade documentalmente imprecisos. A respeito do termo “invenção”, Ginzburg (1989a, p. 183) esclareceu que:

A investigação (e a narração) de N. Davis não se baseia na contraposição entre “verdadeiro” e “inventado”, mas na integração, sempre assinalada pontualmente, de “realidades” e “possibilidades”. Daí vem, no seu livro, a proliferação de expressões como “talvez”, “tiveram de”, “pode-se presumir”, “certamente” (que em linguagem histórica costumam significar “muito provavelmente”) e assim por diante. [...] “Verdadeiro” e “verossímil”, “provas” e “possibilidades” entrelaçam-se, continuando embora rigorosamente distintas.

Logo, a valorização da narrativa e a utilização da conjectura na historiografia não implicam em renúncia ao real (GINZBURG, 1989a).

Para Serna e Pons (2012), uma posição equidistante entre as concepções de microanálise de Grendi e Ginzburg pode ser representada em Levi (1992). Este traçou, a partir da experiência do que passou a se chamar micro-história, as

principais concepções de tal prática. Sua base é a redução da escala de observação, a qual considera que “fatos insignificantes e casos individuais podem servir para revelar um fenômeno mais geral” (LEVI, 1992, p. 158). O autor ainda destaca “o debate sobre a racionalidade, a pequena indicação como paradigma científico, o papel do particular (não, entretanto, em oposição ao social), a atenção à capacidade receptiva e à narrativa, uma definição específica de contexto e a rejeição do relativismo” (LEVI, 1992, p. 159).

A perspectiva microanalítica, apontam Serna e Pons (2012), por ter sido desenvolvida anteriormente em outras disciplinas, ultrapassou as fronteiras da micro-história italiana e pode ser vista atualmente em diversas obras que não se intitulam com tal etiqueta. Um exemplo está no retorno da biografia às discussões historiográficas, fenômeno apontado por Levi (1998).

Os estudos de trajetórias individuais também passaram a ser utilizados em estudos relativos à população e família, originalmente concebidos em bases quantitativas e seriais (SCOTT; SCOTT, 2013).

Condizente com a proposta de análise desta investigação, passemos de uma noção de “o nome e o como” para uma noção de “o nome *além* do como”. Em outras palavras, o nome, retomando o alerta de Weimer (2013), deve ser pensado além de uma mera ferramenta identificadora de indivíduos, evitando cair no erro de muitos micro-historiadores que desprezaram o papel simbólico dos nomes e as questões classificatórias e de significação envolvidas:

Os nomes não são apenas rastros a serem perseguidos. Eles não são neutros: traduzem relações de poder e hierarquias. Expressam formas de classificação social e disposições identitárias individuais, familiares ou grupais frente aos demais. Os nomes trazem impressos em si tradições, memórias e experiências vividas. Evidenciam formas de relacionar-se com o passado. A ele rendem homenagem e também projetam o que se espera do devir (WEIMER, 2013, f. 329-330).

A partir da redução de escala e análise qualitativa de trajetórias individuais, pode-se problematizar a questão da dinâmica dos nomes. Bourdieu (1998), ao questionar a coerência e linearidade de uma vida (a “ilusão biográfica”), afirma que os nomes, “designadores rígidos”, são a forma mais evidente de identidade constante e durável. Constância e durabilidade passíveis de relativização, pois, de acordo com Weimer (2013), os nomes não são estanques: existe a possibilidade de

invenção, recriação ou modificação, sendo maleáveis de acordo com a interação entre os membros de uma comunidade.

Maleabilidade que implica em uma nova visão do conceito estruturalista clássico das funções do nome formulado por Lévi-Strauss (2012): identificar, significar e classificar. Para tal, propomos um diálogo com Sahlins (1990), sobre as relações entre história e estrutura.

Conforme Sahlins (1990, p. 7), a oposição, convencionada por parte das ciências humanas, entre as noções de “estrutura” – as relações simbólicas de âmbito cultural – e de “história” – a ação histórica em si – não se justifica. A cultura é reproduzida na ação histórica na medida em que “as pessoas organizam seus projetos e dão sentido aos objetos partindo das compreensões preexistentes da ordem cultural”. Ao mesmo tempo, a ação histórica modifica a cultura, pois “como as circunstâncias contingentes da ação não se conformam necessariamente aos significados que lhes são atribuídos por grupos específicos, sabe-se que os homens criativamente repensam seus esquemas convencionais”.

Nesse processo de interação entre a ordem constituída e a vivenciada, entre o prescritivo e o performático, entre as circunstâncias e a contingência, entre a repetição e a reinvenção, os significados culturais são postos em risco na ação. Dessa maneira:

A cultura é uma aposta feita com a natureza, durante a qual voluntária ou involuntariamente [...] os nomes antigos, que estão na boca de todos, adquirem novas conotações, muito distantes de seus sentidos originais. Esse é um dos processos históricos que chamarei de “a reavaliação funcional de categorias” (SAHLINS, 1990, p. 9-10).

O sentido de um signo, para Sahlins (1990), só é completo numa sociedade se considerarmos todos os seus possíveis significados. O uso sempre será apenas de uma parte do sentido. Significados que levam em consideração as diferenças de contexto, de experiência social e de interesses pessoais, chegando-se a conclusões diferentes.

Dessa forma, nunca houve garantia de que os sujeitos históricos fizessem uso das categorias existentes exatamente segundo as regras prescritas. No processo de reprodução de categorias tradicionais, esta não se dá de forma igual, pois as categorias são passíveis de reinterpretação e reavaliação. Consequentemente, o processo gera as mudanças na estrutura (SAHLINS, 1990).

Logo, conforme Sahlins (1990, p. 185), a ação acarreta no risco das categorias em referência:

As pessoas colocam, na ação, seus conceitos e categorias em relações ostensivas com o mundo. Esses usos referenciais põem em jogo outras determinações dos signos, além de seus significados recebidos, ou seja, o mundo real e as pessoas envolvidas.

A significância, assim, não deve ser dissociada da referência concreta que a coloca em risco.

Transpondo esta reflexão para o referencial teórico desta pesquisa, pensemos no nome como um signo dinâmico, com maior ou menor mutabilidade dependendo do contexto, cujos processos de identificação, significação e classificação também são dinâmicos. Em outras palavras, a utilização de um nome implica na consequente utilização das funções apontadas por Lévi-Strauss (2012). Contudo, tais processos não são apropriados da mesma maneira pelos diferentes sujeitos históricos, devido às diferenças de contexto, experiência e interesses. Com isso, os nomes podiam, dentro dos limites socialmente estabelecidos, ter seus significados reinterpretados e reavaliados, levando-se a alterações na estrutura.

Seguindo essa linha de raciocínio é que se apresenta a proposta de trabalhar com a dinâmica dos nomes, visível apenas com a redução de escala e análise qualitativa de trajetórias individuais. Para este exercício metodológico, propomos a análise de uma família que não pertencia aos estratos sociais mais privilegiados da sociedade porto-alegrense, entre o final do século XVIII e o início do século XIX.

A reconstituição de trajetórias é uma prática relativamente difundida em investigações que estejam centradas em famílias de elite¹⁷⁹. No caso destas, via de regra, a documentação existente é mais abundante e possibilita maior acesso a dados. Quanto a famílias de setores subalternos, excetuando-se o caso de famílias de escravos, ainda é um campo pouco desbravado pelos historiadores¹⁸⁰. Documentação mais reduzida, somado a uma mais evidente dificuldade de identificação devido a dados menos completos em registros, à maior variação de

¹⁷⁹ Um exemplo de pesquisa nesse campo é a dissertação de Marques (2012).

¹⁸⁰ Importante mencionar, para este campo, as investigações, centradas em sujeitos libertos, realizadas por Weimer (2008; 2013). A historiografia conta também com estudos como o da trajetória de Manoel Congo em busca da liberdade, analisada por Oliveira (2006). Outros estudos foram realizados por João José Reis (2008), Antônio Cândido de Mello e Souza (2002), João José Reis, Flávio Gomes e Marcus J. M. Carvalho (2010). Também sobre trajetórias familiares negras, ver Valéria Gomes Costa (2013) e Adriana Dantas Reis Alves (2010).

nomes entre um ato e outro ou mesmo a nomes de família mais irregulares ou inexistentes, especialmente em se tratando de mulheres, podem ser alguns dos fatores que convidam os pesquisadores a dissuadirem de tal empreitada.

Para tal, retomemos o princípio do excepcional-normal de Grendi (*apud* SERNA; PONS, 2012) e Ginzburg e Poni (1989). Embora registros paroquiais possam, à primeira vista, parecer documentos “normais”, lembremos que Levi (2015) afirma que os documentos ditos *normais* o são apenas *aparentemente*. Portanto, a rigor, todo documento pode ser excepcional. O que torna uma fonte normal ou excepcional é a forma como a mesma é lida; o *excepcional* está nas *entrelinhas*.

Como a fonte paroquial engloba toda a população, podem ser encontrados, mediante cruzamento dos registros, casos excepcionais cujos dados permitam razoável identificação dos indivíduos ou cujos indícios possibilitem conjecturas com certo nível de segurança, bem como possibilitem o cruzamento com outros documentos. A reconstituição dessa trajetória e as considerações a seu respeito são o que propomos apresentar a seguir.

4.2 Dinâmica dos nomes: estudo de uma trajetória familiar (Ângela Francisca Coelha, ascendentes e descendentes)

Para esta análise, optamos por reconstituir a trajetória de uma família pertencente aos setores sociais menos privilegiados de Porto Alegre, chefiada por uma parda forra, mãe solteira de seis filhos naturais, nominada Ângela Francisca Coelho, ou Ângela Francisca Coelha. As duas formas variavam de documento para documento¹⁸¹, sem motivo aparente. Para fins de uniformização, referir-nos-emos a ela pela forma flexionada “Ângela Francisca Coelha”.

Expliquemos os motivos que nos levaram a escolher este caso, que consideramos “relevante e significativo” conforme acepção de Ginzburg e Poni (1989). Em primeiro lugar, foi necessária a exclusão de pessoas com nomes muito comuns¹⁸², devido à maior probabilidade de confusão com possíveis homônimos. Em segundo lugar, a despeito de sua condição social menos privilegiada, as

¹⁸¹ Era comum nos documentos da época os nomes de família serem flexionados para o feminino quando se tratava de mulheres.

¹⁸² Como exemplo, entre 1772 e 1835, encontramos em Porto Alegre 63 registros de batismo onde a madrinha foi referida pelo nome Ana Maria, não havendo nenhuma outra referência que permita diferenciá-las.

informações contidas nos registros paroquiais viabilizaram a reconstituição de sua trajetória com uma riqueza de detalhes nem sempre encontrada em indivíduos de condição semelhante. Além de ser mãe de seis filhos naturais, Ângela foi receptora de crianças expostas e, ao falecer aos sessenta anos de idade, em 20 de junho de 1825¹⁸³, deixou testamento¹⁸⁴, a partir do qual se realizou o inventário judicial – indício este de um processo de ascensão ou ao menos de estabilidade social. O inventário *post-mortem* de Ângela foi aberto em 10 de abril de 1826¹⁸⁵, tendo havido várias juntadas ao processo ao longo dos anos. A última foi um requerimento de remanescente de terça, datado de 28 de fevereiro de 1845.

Testamentos e inventários, conforme Júnia Ferreira Furtado (2013, p. 106, grifo da autora), são fontes que apontam “aspectos, tendências e valores de uma sociedade, como testemunhos tanto de sua cultura quanto de sua esfera material, ou seja, a *cultura material*”. Entretanto, devido a suas particularidades, costumam ser documentos de natureza complementar em uma pesquisa histórica. É importante levar em consideração, além da representatividade em relação à população, as possíveis distorções e omissões nos dados (FURTADO, 2013).

Considerando as limitações desse tipo de fonte, pode-se trabalhar com temáticas como as de natureza religiosa, cultura material, escravidão e família. Para esta última temática, testamentos e inventários:

Se revelam importantes fontes, pois oferecem, entre outras, informações sobre filhos legítimos e ilegítimos, pais, órfãos, parentes e outros antepassados, lugar de nascimento do testador, estado civil, idade etc. Pode-se deparar ainda com detalhes sobre os demais membros da família, como, por exemplo, onde eles se encontram, quais filhos são casados e quais são solteiros. Podem ser citadas pessoas da afeição do testador que extrapolam os laços consanguíneos [...] que apontam para o significado da família extensa no seio daquela sociedade (FURTADO, 2013, p. 112).

Além de registros paroquiais e do inventário, localizamos outros documentos ligados ao caso, como cartas de alforria e róis de confessados. Consideraremos para esta reconstituição de trajetórias os indivíduos batizados até o ano de 1835.

¹⁸³ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro quarto de óbitos de livres, 1821-1831, p. 86.

¹⁸⁴ A transcrição do testamento de Ângela está disponível no Anexo A.

¹⁸⁵ APERS, Ângela Francisca Coelho, inventário, 1826, Porto Alegre, I Vara de Família e Sucessão, n. 891.

Caso seja necessário para maiores esclarecimentos, porém, faremos uso de documentos posteriores a esta data.

4.2.1 Primeira geração: Ângela Francisca Coelho e Perpétua Francisca Coelho

A partir das informações contidas nos documentos acima referidos, podemos reconstituir a trajetória de Ângela. Constatou-se que Ângela, durante o período abarcado por esta investigação, passou a maior parte de sua existência na Paróquia Madre de Deus de Porto Alegre.

Não foi encontrado seu registro de batismo, mas, segundo declaração em testamento¹⁸⁶, Ângela nasceu na Freguesia da Serra¹⁸⁷. Cruzando róis de confessados, a carta de alforria e o assento de óbito, o nascimento ocorreu entre os anos de 1765 e 1769¹⁸⁸. Afora possíveis crianças que tenham falecido na infância, foi a segunda filha da escrava Tomásia, pertencente ao capitão-mor Francisco Coelho Osório. Antes de Ângela, tinha nascido entre os anos de 1763 e 1767 a menina Perpétua.

Em 28 de dezembro de 1772, Francisco Coelho Osório libertou “de hoje para todo o sempre” Perpétua e Ângela. Conforme a escritura de alforria¹⁸⁹, o capitão-mor tomou a iniciativa porque “tinha a tal certeza de [ambas] serem suas filhas com uma sua escrava por nome Tomásia”.

É possível que a alforria tenha sido concedida por Francisco Coelho Osório a suas duas filhas devido à proximidade de sua morte. O capitão-mor faleceu em 16 de março de 1773¹⁹⁰, aos cinquenta e oito anos, no estado de solteiro.

Em seu testamento, ele rogou “à gloriosa Virgem Maria [...] e a todos os santos da corte celestial, particularmente ao Anjo da minha Guarda e ao *santo do meu nome*, São Francisco, e a todos os mais a quem tenho devoção¹⁹¹”. A devoção

¹⁸⁶ APERS, Ângela Francisca Coelho, inventário, 1826, Porto Alegre, I Vara de Família e Sucessão, n. 891.

¹⁸⁷ Atual cidade de Osório (RS).

¹⁸⁸ Nas fontes que utilizamos aqui, é comum haver divergências entre as idades apontadas em documentos diferentes.

¹⁸⁹ APERS, Perpétua e Ângela, escritura de alforria, 1772, Livro de Registros Diversos do Tabelionato de Porto Alegre. v. 4, p. 18v-19.

¹⁹⁰ AHCMPTA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro primeiro de óbitos de livres, 1772-1795, p. 1. NACAOB, Madre de Deus, IdÓbito, 5029.

¹⁹¹ APERS, Francisco Coelho Osório, testamento, 1810, Porto Alegre, Provedoria, n. 975. p. 5. Grifo nosso.

pelo santo homônimo também transparece quando o capitão-mor declarou que desejava ser sepultado “amortalhado no hábito de São Francisco”.

Segundo João Paulo Berto (2015), havia a necessidade de se preparar para uma boa morte ainda em vida, o que se refletia nas determinações apontadas nos testamentos. Era tradição sepultar os mortos envoltos em mortalhas, sendo que muitos testamentos costumavam:

Lembrar dos santos de devoção [...] no uso de vestimentas e hábitos religiosos – *um modo de assimilação do sagrado à vida do morto*. Por isso, era comum o pedido do vivo para ser enterrado com vestes similares àquelas cristalizadas nas iconografias dos santos, dos anjos e da Virgem Maria (BERTO, 2015, p. 65, grifo nosso).

Além do uso da vestimenta do santo, o nome em comum também era modo de incorporar a essência do sagrado à vida de seu portador. Relembremos que, de acordo com Guérios (1973), razões religiosas são uma das motivações para escolha de um nome. No caso da religiosidade católica, a adoção de nomes de santos tem por finalidade a entidade canonizada ser o protetor da pessoa que recebe o nome e esta criar especial devoção àquela. Isso sem esquecer que a devoção forjava comunidades também no âmbito terreno.

Retomando a concepção de Hameister (2006), se o atributo desejado origina a escolha do nome, o nome também motiva a busca ao atributo. Em outras palavras, neste caso, ao mesmo tempo em que a devoção religiosa determina a eleição de um nome de santo, portar um nome com tal significado também motiva o culto a esta entidade católica.

No testamento de Osório, constam dez escravos. Dois foram coartados no ato: o mulato Inácio e a crioula Tomásia. Para o primeiro, Francisco considerou o “bom serviço que me tem feito há vinte e dois anos”¹⁹². O escravo deveria pagar o equivalente a cinquenta mil réis no prazo de um ano e meio. Quanto à mãe de Ângela, “coartada em setenta e seis mil e oitocentos réis, que satisfará no tempo de um ano”, o capitão-mor relatou que “a razão porque [fiz] *não posso aqui declarar*”. Em ambos os casos, a quantia a ser paga foi equivalente ao valor pelo qual os escravos foram avaliados no inventário¹⁹³.

¹⁹² APERS, Francisco Coelho Osório, testamento, 1810, Porto Alegre, Provedoria, n. 975. p. 5v.

¹⁹³ APERS, Francisco Coelho Osório, inventário, 1773, Porto Alegre, I Vara Cível e Crime, n. 08.

Segundo Faria (2004), denominava-se *coartação* a prática de condicionar a liberdade do escravo ao pagamento de uma determinada quantia num período determinado. Entretanto, devemos considerar que a *coartação* envolvia uma relação especial, de confiança e merecimento, entre escravos e seus senhores. De acordo com Eduardo França Paiva (2012, p. 122):

Entre os tipos de manumissão desenvolvidos nas conquistas, um se destacou desde o século XVI e, mais que os outros, lastreou-se na pujança econômica, na notável mobilidade social e no dinamismo urbano americanos: a coartação. Era, acima de tudo, um acordo estabelecido entre escravo e proprietário, assentado em costumes, que garantia condições especiais de libertação [...]: pagamento parcelado do valor da autocompra e, geralmente, o impedimento de ser vendido, emprestado, alugado, legado ou penhorado durante o período da coartação, que se estendia por três ou quatro anos e até mesmo por mais tempo. O coartado passava a viver afastado do domínio direto do senhor, responsabilizando-se por sua saúde, alimentação, vestuário, moradia e tipos de trabalho. Isso significava autonomia para ir e vir, para conformar verdadeiras “teias” de contatos com outros escravos, com libertos e livres e de relacionamentos com gente de outras “qualidades” e “castas”. No caso das mulheres, que exploraram acentuadamente as coartações, filhos nascidos durante esse período seguiam o ventre e eram escravos, situação que promoveu muitos desentendimentos e resultou em processos judiciais.

A alegação para a alforria de Ângela e Perpétua e a declaração a respeito do motivo para a coartação de Tomásia indiciam que esta possuía algum tipo de relação afetiva não sacramentada pela Igreja com seu proprietário que gerou pelo menos dois rebentos. Aproximação que pode ter sido fator importante para a posterior liberdade, tanto a sua quanto de suas filhas. Com efeito, Faria (2004) afirma que era comum crianças serem libertadas por seus pais, que reconheciam a paternidade no ato da concessão.

Para Faria (2004, p. 116, grifos da autora), é precipitado afirmar que havia um padrão definido na concessão de alforrias. Entretanto, destaca que:

Sendo uma doação, uma concessão senhorial, a alforria, nas cartas de liberdade, traziam invariavelmente o argumento de que estava sendo realizada *pelos bons serviços prestados pelo escravo*, fosse ela gratuita, onerosa, sob condição ou uma combinação das três.

Considerando o início do século XIX, Porto Alegre teve um percentual expressivo de alforrias registradas em cartório pagas (44,5%), levando em conta a

recente formação urbana (ALADRÉN, 2013). No Rio de Janeiro e em São João del Rei no mesmo período, as alforrias onerosas ficaram em 30% e 39%, respectivamente (FARIA, 2004).

A alforria de Tomásia possivelmente não foi oficializada em cartório. Conforme Aladrén (2013), isso normalmente não gerava problemas para os libertos, pois o reconhecimento social da liberdade era mais importante. Contudo, havia a possibilidade de reescravização em casos como migração para outras regiões.

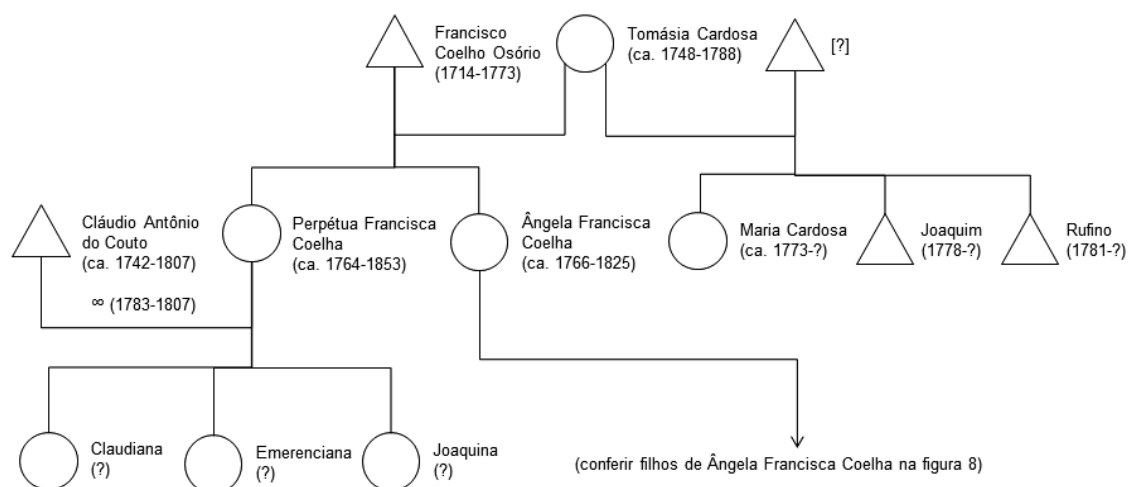
Não foi o caso de Tomásia, nem de suas filhas. Registros posteriores confirmam a condição de liberta das três, cujas trajetórias revelam uma condição de vida com relativa estabilidade, considerando as possibilidades disponíveis. Começando com Tomásia, ela passou a se chamar Tomásia Cardoso, nome que não apareceu completo em todos os registros que a mencionavam. À primeira vista, não foi possível localizar a possível origem do sobrenome.

A partir de uma genealogia da família senhorial (LOPES FILHO, 2008), porém, foi encontrada a ascendência de Francisco Coelho Osório. Seu avô paterno se chamava Melchior Cardoso Osório, nome idêntico ao de um sobrinho de Francisco que veio a ser o universal herdeiro do capitão-mor. Ou seja, Tomásia teria adotado um dos nomes de família de seu ex-proprietário.

Weimer (2008) frisou que a adoção de sobrenome de origem senhorial por parte dos forros podia visar ao reconhecimento da condição de livre deste. Portanto, é plausível que Tomásia tenha optado por tal sobrenome como uma estratégia para conseguir marcar sua posição na sociedade. Mas também pode ter sido uma maneira de expressar a ligação afetiva com a figura de Francisco. Talvez a opção por Cardoso, em lugar de Coelho ou Osório, tenha acontecido para representar o vínculo de forma menos explícita, visto que não era oficial. Ou, sem deixar totalmente de lado as reminiscências do passado no cativeiro, para criar uma nova identidade dentro da condição de liberta. Não se pode descartar ainda a possibilidade de manutenção de certo vínculo de Tomásia com a família senhorial, no caso com o sobrinho do falecido ex-senhor.

Além de Perpétua e Ângela, Tomásia Cardoso teve posteriormente outros três filhos naturais. Maria, cujo assento de batismo não foi localizado, consta nos róis de confessados e no inventário de Ângela. Seu nascimento ocorreu por volta de 1773, mas não temos pistas acerca de sua possível paternidade.

Figura 6 – Filhos de Tomásia Cardoso e de Perpétua Francisca Coelho



Fontes: AHCMPA. **Batismos (1772-1781)**; AHCMPA. **Casamentos (1783)**; AHCMPA. **Óbitos (1773-1853)**. Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre: Banco de dados NACAOB. Base Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015; AHCMPA. **Rol de Confessados (1790-1814)**. Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre; APERS. **Escritura de alforria (Perpétua e Ângela)**. Porto Alegre, Tabelionato, Livro 4 (1772); APERS. **Inventário (Ângela Francisca Coelho)**. Porto Alegre, I Vara de Família e Sucessão, 891 (1826).

Os demais filhos também não deixaram rastros que indiquem o possível pai. Por outro lado, encontramos os registros de batismo, o que demonstra, junto aos róis de confessados, que Tomásia já estava estabelecida na Madre de Deus. Joaquim, nascido em 19 de julho de 1778, foi batizado em 29 de julho do mesmo ano¹⁹⁴ e recebeu o mesmo prenome de seu padrinho, Joaquim Barbosa – a madrinha era Filipa Maria de Sousa. Rufino, nascido em 23 de julho de 1781 e batizado em 05 de agosto do mesmo ano¹⁹⁵, também foi apadrinhado por Filipa, acompanhada por seu marido Manuel Alves Sousa.

Tomásia também recebeu crianças expostas. Conforme apontou Silva (2014), a exposição, ou abandono de crianças, era prática comum na América portuguesa, o que ensejou a criação, nas localidades mais povoadas, da Roda dos expostos e da Casa dos Expostos. Nos locais que não havia esta instituição, a prática mais difundida era o abandono domiciliar, como em Porto Alegre¹⁹⁶. Neste caso, as câmaras municipais deveriam proporcionar algum pecúlio às famílias que recebiam os enjeitados. Mais de 30% das mulheres que receberam pela criação de expostos

¹⁹⁴ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro primeiro de batismos de livres, 1772-1792, p. 39. NACAOB, Madre de Deus, IdBatismo, 26058.

¹⁹⁵ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro primeiro de batismos de livres, 1772-1792, p. 68v. NACAOB, Madre de Deus, IdBatismo, 26226.

¹⁹⁶ Em Porto Alegre, a Roda dos Expostos só foi institucionalizada em 1838. Conferir Silva (2014).

eram classificadas como forras. Para estas, “o salário poderia ser um auxílio apreciável no orçamento doméstico. Contudo, também poderia significar uma forma de melhorar sua situação social¹⁹⁷” (SILVA, 2014, p. 93).

Severina consta apenas nos róis de confessados. Outro enjeitado, nominado Boaventura, foi exposto na casa de Tomásia em 17 de novembro de 1785 e batizado em 21 de novembro do mesmo ano¹⁹⁸, apadrinhado pelo padre Antônio Soares Gil. Conforme constatou Scott (2016), esta criança rendeu seis pagamentos da Câmara a Tomásia: 15\$089 réis entre dezembro de 1785 e agosto de 1786, 6\$400 réis entre setembro e dezembro de 1786, 11\$200 réis entre janeiro e julho de 1787 e 1\$000 réis entre agosto de 1787 e abril de 1788. Após o falecimento de Tomásia, com quarenta anos de idade em 23 de dezembro de 1788¹⁹⁹, os pagamentos referentes à criação de Boaventura passaram para Ângela até fevereiro de 1793. No óbito, consta que Tomásia “não fez testamento por pobre”.

Pouco antes disso, Ângela foi mencionada, pelo nome Ângela Francisca, no óbito do padre Antônio Soares Gil, ocorrido em 02 de maio de 1788²⁰⁰, como universal herdeira do falecido, conforme disposto em testamento²⁰¹. Os motivos que o levaram a eleger Ângela como sua legatária não são conhecidos.

Com o mesmo nome Ângela foi registrada no rol de confessados de 1790, no qual ela aparece como chefe de fogo. Constam dois agregados, Joaquim e Rufina. Provavelmente sejam os filhos de Tomásia, sendo que pode ter havido um engano no registro de Rufino. Nos róis seguintes, até 1804, o nome arrolado é Rufino, que só não está presente no rol de 1792. Joaquim está ausente dos róis de 1791, 1801, 1802, 1803 e 1804; com exceção dos anos de 1801 e 1804, o agregado pode ter sido assentado em um registro existente que está ilegível.

¹⁹⁷ De acordo com Silva (2014), as famílias criadeiras de expostos recebiam um salário mensal da Câmara até que a criança completasse sete anos de idade. Até os três anos da criança, o valor pago era de 3\$200 réis. Dos três aos sete anos, 1\$600 réis. A Câmara ainda deveria pagar 3\$200 réis anuais para o vestuário da criança, bem como as despesas de um eventual funeral, caso o exposto viesse a falecer. “Se somarmos os três primeiros anos de criação [...], além do montante relativo ao vestuário [...], teremos o valor de 124\$800 réis. Para termos uma dimensão desse pecúlio, um escravo de ‘primeira linha’ (sexo masculino, entre 20 e 29 anos de idade) custava, entre 1812 e 1822, um valor médio próximo de 170\$000 réis” (SILVA, 2014, p. 77).

¹⁹⁸ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro primeiro de batismos de livres, 1772-1792, p. 119. NACAOB, Madre de Deus, IdBatismo, 26517.

¹⁹⁹ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro primeiro de óbitos de livres, 1772-1795, p. 92v. NACAOB, Madre de Deus, IdÓbito, 5563.

²⁰⁰ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro primeiro de óbitos de livres, 1772-1795, p. 88v. NACAOB, Madre de Deus, IdÓbito, 5540.

²⁰¹ AHCMPA, Antônio Soares Gil, registro de testamento, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro primeiro de óbitos de livres, 1772-1795, p. 88v-89v.

O rol de 1790 registra também Antônio e Tomás, escravos de Ângela. Ambos haviam pertencido originalmente ao padre Antônio Soares Gil, cujo testamento previa que os cativos serviriam à herdeira Ângela pelo período de dois anos e depois seriam alforriados. Foi o que ocorreu em 11 de maio do mesmo ano²⁰², conforme carta de alforria. Neste documento apareceu pela primeira vez o nome completo de nossa “personagem” – Ângela Francisca Coelha.

A partir de então, o nome de Ângela foi registrado de forma irregular nos diversos documentos. Considerando apenas os registros paroquiais até o ano de 1835, Ângela foi citada 22 vezes. Doze vezes seu nome estava completo (Ângela Francisca Coelha) – o primeiro em 1793 – nove vezes o sobrenome estava ausente (Ângela Francisca) e em um registro constava apenas o prenome (Ângela).

Nos róis de confessados²⁰³, apenas o de 1797 registrou o nome completo. Nos de 1790, 1792, 1801, 1802, 1803, 1804 e 1814 consta apenas o prenome e segundo nome. Em 1791 ela foi referida apenas com o prenome e em 1800 só foi identificado o prenome, pois o restante está ilegível. Já em 1793 o rol deixa dúvidas se é a mesma pessoa: o nome está diferente (Ângela Maria) e constam Joaquim e Rufino, mas o segundo aparece aqui como filho.

Quanto ao inventário, o nome está completo em praticamente todas as referências. Em algumas vezes, porém, o nome aparece diferente, como Ângela Francisca Cardoso (o sobrenome de sua mãe), Angélica Francisca Coelha ou Ângela Francisca do Vale (o prenome ou o sobrenome de uma de suas filhas). Alguns destes casos, mas não todos, são corrigidos pelo escrivão.

Irregularidade que pode ser omissão do escrivão, mas pode evidenciar um processo de inserção na sociedade porto-alegrense ainda incipiente e em curso. Ainda que não totalmente firmado, seu nome estava mais consolidado que o de sua irmã. Para efeito de comparação, Perpétua Francisca Coelha apareceu em sete registros paroquiais, sendo quatro com o nome completo e três sem o sobrenome (Perpétua Francisca). Os róis de confessados²⁰⁴ a registraram apenas como Perpétua Francisca, exceto o de 1801, onde ela consta como Perpétua do Couto (sobrenome de seu marido). O nome completo possivelmente consolidou-se mais

²⁰² APERS, Antônio e Tomás, escritura de alforria, 1790, Livro de Registros Diversos do Tabelionato de Porto Alegre. v. 4, p. 66v-67v.

²⁰³ Ângela e seus familiares não constam no rol de 1799.

²⁰⁴ Perpétua e seus familiares aparecem nos róis de 1797, 1799, 1800, 1801, 1802, 1803, 1804 e 1814.

tarde, pois foi registrado pela primeira vez somente em um assento paroquial de 1817. No inventário de Ângela, ela foi mencionada como terceira opção para testamenteira, pelo nome Perpétua Francisca.

Percebe-se que as duas irmãs constituíram seus nomes a partir do nome completo de seu pai e ex-proprietário, o capitão-mor Francisco Coelho Osório. Lembremos que a paternidade foi mencionada na carta de alforria, mas o vínculo entre progenitor e filhas nunca foi oficializado nos assentos da Igreja. No testamento Ângela Francisca Coelha se apresentou como “filha natural do capitão-mor Francisco Coelho Osório e de Tomásia Cardoso”. Relação não oficializada, mas que pode ter motivado a escolha do prenome do antigo senhor como segundo nome e um dos sobrenomes como nome de família. Lembrando que os significados da adoção de um sobrenome são plurais (WEIMER, 2008), provavelmente a estratégia tenha visado, a exemplo de sua mãe Tomásia, a garantir a condição de livre, a ampliar as possibilidades de inserção na sociedade e a marcar o vínculo de parentesco. Não obstante, observa-se uma diferença crucial entre os dois casos.

Enquanto a mãe optou por um nome de família mais difundido entre os parentes de Francisco, as filhas incorporaram, além do prenome do capitão-mor, um sobrenome pessoal só utilizado por Francisco²⁰⁵, talvez uma alcunha²⁰⁶ ou uma referência a um parente mais distante ou a outra pessoa. De certa forma, o uso do segundo nome e do sobrenome neste caso retoma a concepção de patronímico apresentada por Vasconcelos (1931; 1928 *apud* GUÉRIOS, 1973): nome indicativo de paternidade, mas não de linhagem. Provavelmente Ângela e Perpétua tenham optado por esses nomes com a intenção de estabelecer sua identidade familiar a partir da recriação da ancestralidade patrilinear. Mas apenas com referência à figura do progenitor, e não a da família paterna.

Apesar de terem composto seus nomes da mesma forma, as duas irmãs adotaram estratégias de vida distintas em certos aspectos. O mais evidente referiu-se ao matrimônio.

Segundo Maria Beatriz Nizza da Silva (1984, p. 3-4), o estudo, relativo ao período colonial, da família em sentido restrito “se tem que se assentar fundamentalmente na análise do sistema de casamento de acordo com as leis da

²⁰⁵ Na genealogia da família Osório, apenas Francisco possui o sobrenome Coelho (LOPES FILHO, 2008).

²⁰⁶ Guérios (1973) classifica o sobrenome Coelho como originado de uma alcunha.

Igreja e do Estado, não pode, por outro lado, omitir aquilo que então se denominava ‘casamento pela lei da natureza’” ou amasiamento²⁰⁷.

Para Sílvia Maria Jardim Brügger (2007, p. 122-123):

Casamento e concubinato parecem ter sido instituições distintas que, como tais, tinham funções e objetivos próprios na sociedade. O casamento era, acima de tudo, um arranjo familiar calcado em interesses de ordem socioeconômica e/ou política. Era, portanto, um projeto e uma escolha que visavam a satisfação de uma família. Já o concubinato abria espaço para a satisfação de interesses pessoais, inclusive os de cunho afetivo e sexual. É claro que se podem encontrar situações de relações não sancionadas pela Igreja, que longe estavam de atender exclusivamente aos interesses pessoais, mas que também podiam satisfazer à unidade familiar como um todo. [...] Parece que, em alguns casos, as relações não sancionadas pela Igreja [...] podiam até mesmo ser mais “vantajosas” que o casamento.

Entre os estratos menos privilegiados da sociedade, especialmente entre libertos e escravos, era comum o amasiamento como constituição de vínculos familiares sólidos e estáveis à margem da Igreja (BRÜGGER, 2007). Cacilda Machado (2006, p. 235) aponta que:

Para além da misoginia e do racismo, as explicações para tal quadro remetem para os altos custos do casamento, o próprio desinteresse pelo sacramento devido à tradição portuguesa do casamento por juras, e aos padrões de parentesco e corte africanos que teriam influenciado o comportamento dos escravos e seus descendentes libertos e livres.

Por sua vez, o amasiamento frequentemente estava envolvido em interesses pessoais cruciais para os membros de tais camadas sociais:

A necessidade de garantir a sobrevivência sem ter que se submeter à prostituição, ajuda econômica surgida do trabalho a dois, esperança na compra da alforria com o concurso do outro, possibilidade de uma companheira sem os entraves do casamento, segurança e proteção masculinas, etc. (MACHADO, 2006, p. 234)

Conforme Denize Terezinha Leal Freitas (2011), em Porto Alegre, de modo geral, os casamentos seguiam o princípio da igualdade, isto é, a tendência era ambos os nubentes serem de condição social semelhante (SILVA, 1984). Foi o caso

²⁰⁷ Na época eram usados, de forma pejorativa, os termos “concubinato” ou “macebia” (SILVA, 1984).

de Perpétua, que se casou em 04 de fevereiro de 1783²⁰⁸ com o também pardo forro Cláudio Antônio do Couto.

Nos assentos paroquiais da Madre de Deus não encontramos batismo de filhos do casal. Contudo, os róis mencionam a existência de três rebentos. Claudiana aparece a partir de 1797; Emerenciana, a partir de 1799; Joaquina, apenas em 1814 – único rol onde as três filhas são citadas. Das três, a primeira pode ter sido nominada com referência ao nome do pai, visto que Claudiana tem origem etimológica derivada de Cláudio²⁰⁹. Das demais, não foi possível localizar a provável origem do nome.

Ou o batismo não foi registrado nos livros da paróquia, ou foi realizado fora da Madre de Deus. Considerando que a família não foi localizada nos róis de confessados anteriores a 1797, existe a possibilidade de nesse período terem se estabelecido em outra freguesia. Os indícios, porém, não permitem formular conjecturas seguras a respeito disso.

O matrimônio durou até o falecimento de Cláudio, ocorrido em 19 de janeiro de 1807²¹⁰ – no óbito consta que o falecido “não fez testamento por muito pobre”. Após a viuvez, Perpétua começou a criar expostos:

²⁰⁸ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro primeiro de matrimônios de livres, 1772-1806, p. 34v. NACAOB, Madre de Deus, IdCasamento, 1747.

²⁰⁹ *Cláudio* vem do latim *claudius*, que quer dizer “coxo” (GUÉRIOS, 1973).

²¹⁰ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro segundo de óbitos de livres, 1795-1812, p. 128v. NACAOB, Madre de Deus, IdÓbito, 7096.

Quadro 7 – Expostos em casa de Perpétua Francisca Coelho

Nome da criança	Data de exposição	Data de batismo	Nome dos padrinhos	Observações
Rita ²¹¹	18 dez. 1807	24 dez. 1807	- Luís Teodósio Machado - Catarina Eugênia (dona)	Padrinho casado com a madrinha
Maria ²¹²	16 nov. 1817	26 nov. 1817	- Caetano José Rodrigues - Nossa Senhora	
João ²¹³	11 fev. 1818	06 abr. 1818 ²¹⁴	(não consta)	
Cândida ²¹⁵	05 dez. 1828	16 mar. 1829	- Henrique Maria de Castilhos - Rita Cândida de Jesus	Faleceu em 24 nov. 1829 ²¹⁶

Fonte: AHCMPA. **Batismos (1793-1803)**; AHCMPA. **Óbitos (1829)**. Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre: Banco de dados NACAOB. Base Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015.

Após o óbito de Cândida, não encontramos mais informações a respeito de Perpétua, apenas seu falecimento, ocorrido em 22 de abril de 1853²¹⁷, aos noventa anos, “pouco mais ou menos”. No registro, consta como viúva, mas “ignora-se o nome do marido”.

Perpétua encaixa-se em dois dos perfis predominantes entre os indivíduos criadores de expostos, conforme apontado por Silva (2014): viúva e forra. Já destacamos anteriormente, quando nos referimos a Tomásia, que os recursos advindos da criação podiam contribuir para melhorar a sua situação social, tanto em termos materiais, quanto em indicativo de prestígio. Além disso:

O fato de muitas das que recebiam para criar expostos serem viúvas pode indicar uma tentativa de recompor uma situação de estabilidade, colocada em xeque pela viuvez. Possivelmente, na ausência do marido estavam angariando renda extra para o sustento do lar (SILVA, 2014, p. 93).

²¹¹ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro terceiro de batismos de livres, 1799-1809, p. 250-250v. NACAOB, Madre de Deus, IdBatismo, 4946.

²¹² AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro quinto de batismos de livres, 1815-1820, p. 91v. NACAOB, Madre de Deus, IdBatismo, 17185.

²¹³ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro quinto de batismos de livres, 1815-1820, p. 109. NACAOB, Madre de Deus, IdBatismo, 17759.

²¹⁴ Batizado em casa “em perigo de vida”. Data de batismo é data do recebimento dos santos óleos. Ato testemunhado pelo sargento-mor João Pereira de Matos.

²¹⁵ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro sétimo de batismos de livres, 1828-1832, p. 76. NACAOB, Madre de Deus, IdBatismo, 17891.

²¹⁶ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro quarto de óbitos de livres, 1821-1831, p. 230. NACAOB, Madre de Deus, IdÓbito, 7596.

²¹⁷ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro sétimo de óbitos de livres, 1841-1853, p. 287v.

A criação de enjeitados foi um aspecto comum entre as irmãs, assim como havia sido com sua mãe. Ângela também acolheu expostos:

Quadro 8 – Expostos em casa de Ângela Francisca Coelha

Nome da criança	Data de exposição	Data de batismo	Nome dos padrinhos	Observações
Felizardo ²¹⁸	05 set. 1796	20 set. 1796	- Teodósio Machado - Catarina Eugênia da Costa Prates	- Padrinho casado com a madrinha; - Faleceu em 28 abr. 1801 ²¹⁹
Joaquim ²²⁰	18 fev. 1818	01 mar. 1818	- José Joaquim da Silva (tenente) - Nossa Senhora	
José ²²¹	06 jun. 1818	21 jun. 1818	- José Luís Pinto - Joaquina Maria Conceição	
Bernardina ²²²	01 jul. 1818	26 jul. 1818	- José Luís Pinto - Ana Francisca	

Fonte: AHCMPA. **Batismos (1796-1818)**. AHCMPA. **Óbitos (1801)**. Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre: Banco de dados NACAOB. Base Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015.

Ao contrário de Perpétua, Ângela seguiu a trajetória de sua mãe na constituição de sua família. Nunca se casou, mas teve pelo menos seis filhos naturais. Não há indícios seguros que confirmem um possível amasiamento estável, mas a numerosa prole confirma uma vida sexual ativa e o estabelecimento de relacionamentos de duração desconhecida. De seus seis filhos, localizamos os assentos paroquiais de batismo de cinco deles:

²¹⁸ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro segundo de batismos de livres, 1792-1799, p. 74v. NACAOB, Madre de Deus, IdBatismo, 28543.

²¹⁹ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro segundo de óbitos de livres, 1795-1812, p. 35v. NACAOB, Madre de Deus, IdÓbito, 6233.

²²⁰ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro quinto de batismos de livres, 1815-1820, p. 102. NACAOB, Madre de Deus, IdBatismo, 17606.

²²¹ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro quinto de batismos de livres, 1815-1820, p. 120v. NACAOB, Madre de Deus, IdBatismo, 17830.

²²² AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro quinto de batismos de livres, 1815-1820, p. 124. NACAOB, Madre de Deus, IdBatismo, 17917.

Quadro 9 – Batismo dos filhos de Ângela Francisca Coelho

Nome da criança	Data de nascimento	Data de batismo	Nome do padrinho ²²³
José ²²⁴	19 mar. 1793	01 abr. 1793	Antônio José Oliveira
Emerenciana ²²⁵	13 ago. 1795	21 ago. 1795	José Inácio Teixeira
Timóteo ²²⁶	08 out. 1798	16 out. 1798	Timóteo José de Carvalho (capitão)
Angélica ²²⁷	08 ago. 1801	18 ago. 1801	Francisco Lopes Nunes
Ana ²²⁸	14 dez. 1803	26 dez. 1803	João Pereira de Matos (capitão)

Fonte: AHCMPA. **Batismos (1793-1803)**. Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre: Banco de dados NACAOB. Base Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015.

Como se pôde constatar, em nenhum dos rebentos de Ângela foi respeitada a determinação das *Constituições Primeiras* de se batizar as crianças no máximo até sete dias depois do nascimento (VIDE, 1853). Regra que não era seguida por boa parte da população de Porto Alegre. No entanto, a exemplo da maioria dos moradores da freguesia, todos os filhos receberam o sacramento antes do primeiro mês de vida (neste caso, entre oito e treze dias após o nascimento).

Após análise do inventário, soube-se da existência de mais uma filha de Ângela, nominada Joana. Conforme transcrição do testamento de Ângela, “Joana por engano foi batizada como enjeitada, e por este meu testamento a reconheço por minha filha, e como tal herdeira em igual parte, ficando de nenhum efeito o assento que se acha do batismo da dita”²²⁹.

Na relação de herdeiros do inventário, Joana consta como tendo a idade de quarenta anos, enquanto Emerenciana tinha trinta e oito, Timóteo vinte e seis, Angélica vinte e cinco e Ana vinte e um²³⁰. Considerando a possibilidade de haver discrepância entre data de nascimento e idade, encontramos nos registros de batismo uma menina exposta nominada Joana que pode ter sido a filha de Ângela,

²²³ Nenhum dos filhos de Ângela Francisca Coelho teve madrinha registrada.

²²⁴ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro segundo de batismos de livres, 1792-1799, p. 13. NACAOB, Madre de Deus, IdBatismo, 27218.

²²⁵ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro segundo de batismos de livres, 1792-1799, p. 52v. NACAOB, Madre de Deus, IdBatismo, 28383.

²²⁶ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro segundo de batismos de livres, 1792-1799, p. 116. NACAOB, Madre de Deus, IdBatismo, 28830.

²²⁷ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro terceiro de batismos de livres, 1799-1809, p. 44. NACAOB, Madre de Deus, IdBatismo, 247.

²²⁸ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro terceiro de batismos de livres, 1799-1809, p. 117v. NACAOB, Madre de Deus, IdBatismo, 1433.

²²⁹ APERS, Ângela Francisca Coelho, inventário, 1826, Porto Alegre, I Vara de Família e Sucessão, n. 891, p. 9.

²³⁰ Caso consideremos as datas de nascimento, Emerenciana teria trinta anos, Timóteo vinte e sete, Angélica vinte e cinco (a única cuja idade correspondia com a data de nascimento) e Ana vinte e dois.

ainda que não possamos afirmar com segurança se era a mesma, visto que não encontramos vínculos conhecidos entre os indivíduos arrolados no registro e Ângela. Esta Joana foi exposta na casa de Romualdo Antônio em 26 de junho de 1788 e foi batizada em 09 de julho do mesmo ano²³¹, apadrinhada por João de Sousa Pimentel.

Entre 1800 e 1804, o registro dos filhos de Ângela nos róis de confessados é irregular. Em 1800, há um nome ilegível, que pode ser o de Joana. Nos anos de 1801 e 1803, a Joana registrada consta como escrava. Não se sabe se pode ter havido engano na condição jurídica ou no sexo, pois nos anos de 1803 e 1804 foi mencionado um filho de Ângela com o nome João. Por sua vez, em 1814, todos os seis filhos estão assentados de acordo com o cenário já conhecido.

Nos róis de 1797, 1801 e 1814, Ângela e Perpétua foram arroladas como chefes de fogos diferentes. Nos de 1800 e 1803, Ângela está como chefe de fogo e o casal Cláudio e Perpétua como agregados; ao passo que, nos de 1802 e 1804, o casal Cláudio e Perpétua aparece como chefes de fogo, enquanto Ângela consta como agregada.

Pode-se dizer que, dentro das possibilidades disponíveis, ambas as irmãs iniciaram a construção de um processo de ascensão ou ao menos de estabilidade social, que pode ser vislumbrado a partir de uma série de indícios. Mesmo que o registro de óbito de Cláudio conste que o mesmo não fez testamento por “muito pobre”, o casal não estava totalmente desprovido de bens. Todos os róis de confessados de Perpétua, exceto o de 1801, apontam a presença de uma escrava de nome Engrácia. A partir de registros paroquiais do final da década de 1810 e da década de 1820, localizamos mais uma escrava de propriedade de Perpétua – Joana, preta de nação Cabinda.

Por sua vez, Ângela não teve escravos registrados nos róis após 1790. Em seu inventário, porém, consta “uma escrava de nome Ana [de] Nação Cassange, estatura ordinária, com uma cria de nome Bárbara, de idade de cinco a seis anos, que acharam valer ambas duzentos e quarenta e três mil e duzentos réis”²³².

²³¹ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro primeiro de batismos de livres, 1772-1792, p. 149. NACAOB, Madre de Deus, IdBatismo, 26731.

²³² APERS, Ângela Francisca Coelha, inventário, 1826, Porto Alegre, I Vara de Família e Sucessão, n. 891. p. 28v-29.

Conforme apontado por Berute (2006), entre os anos de 1812 e 1822, o preço médio de uma escrava africana na vila do Rio Grande ficava em torno de 147\$261 réis, enquanto uma crioula custava em média 133\$666 réis²³³.

Corroborando o argumento de Faria (2003), tanto a posse de escravos quanto o fato de ter deixado testamento antes de falecer evidenciam que Ângela possuía uma situação econômica mais favorável que a média dos sujeitos pertencentes a seu grupo social.

Apesar disso, este caso poderia não ter chegado a compor a investigação desenvolvida aqui. Na época, conforme explica Furtado (2013), o inventário judicial não era obrigatório. Caso não houvesse litígio na partilha dos bens, o procedimento poderia ser feito de forma estritamente privada. O testamento original não foi localizado, apenas a transcrição no inventário.

O que fez a diferença no caso é que os inventários judiciais – mesmo amigáveis – eram obrigatórios se o falecido deixasse herdeiros menores de vinte e cinco anos (FURTADO, 2013). Era o caso de Ana, uma das filhas de Ângela, que tinha entre 21 e 22 anos por ocasião da abertura do processo. Ademais, a terça foi destinada aos netos da falecida, todos menores.

Mesmo assim, de acordo com Furtado (2013, p. 104), “um inventário judicial não era aberto se não houvesse bens a serem transmitidos, se os bens fossem muito diminutos, ou se o gasto com o inventário fosse mais alto que o rendimento para os herdeiros”. Ou seja, sua situação social na época de seu falecimento, mesmo que distante dos grupos mais privilegiados, também estava longe da base da pirâmide social.

Entre 1800 e 1835, Aladrén (2013) localizou 26 inventários²³⁴ referentes a libertos – menos de 3% do total de escravos alforriados no mesmo período (771). Destes inventários, em dez havia a presença de pelo menos um escravo e em seis constava a posse de imóveis urbanos. Logo, em Porto Alegre no início do século XIX, constituir patrimônio significativo era um objetivo trabalhoso de se alcançar. Da mesma maneira, a aquisição de escravos era uma possibilidade mais reduzida do que em regiões mineradoras ou com maior grau de urbanização (ALADRÉN, 2013).

²³³ No mesmo período, para o sexo masculino, um escravo africano custava em média 156\$473 réis, enquanto o preço médio de um crioulo estava em 168\$666 réis. Conferir Berute (2006).

²³⁴ Entre os inventários pesquisados por Aladrén (2013), não consta o de Ângela Francisca Coelho. Possivelmente devido a este documento, assim como o assento de óbito, não fazer menção a Ângela na condição de forra.

Na relação de bens de Ângela²³⁵ foram arrolados, além das duas escravas e de alguns móveis de menor valor, um total de três “lances de casas”, sendo um na Rua Nova²³⁶, onde era o seu local de residência, e dois na Rua da Praia, conforme avaliação transcrita abaixo:

Uma morada de casas, divididas em dois lances, com frente ao norte e fundos a meia quadra que acharam valer o quarto de três portas encostado ao sr. João Tomás de Meneses quinhentos e cinquenta mil réis. O quarto de duas portas acharam valer quatrocentos e cinquenta mil réis. Um quarto de casas na Rua Nova aonde [sic] mora a testamenteira, com fundos a meia quadra, com duas portas e um portão que acharam valer seiscentos mil réis²³⁷.

Retomando as impressões de Saint-Hilaire (1974), a Rua da Praia era a única rua comercial da Porto Alegre de então, por onde circulavam diversas pessoas. Coruja (1983, p. 98-99) complementa relatando que “era esta rua a morada quase exclusiva dos comerciantes, e por isso com valiosos edifícios”. Já a Rua Nova “parece ter sido aberta por convenção entre os moradores das ruas da Praia e da Ponte²³⁸, pois as casas tanto de uma como de outra em grande parte tinham portão de saída para ela” (CORUJA, 1983, p. 99).

O total do monte-mor foi avaliado em 2:006\$040 réis²³⁹, sendo mais de três quartos deste valor referente aos imóveis. Segundo consta na partilha, a escrava foi vendida e o valor distribuído entre os cinco herdeiros²⁴⁰, bem como os bens móveis e as partes correspondentes dos imóveis. A casa localizada na Rua Nova, residência de Ângela, foi reservada para a terça, destinada aos netos da falecida.

O investimento em imóveis urbanos reflete um processo de urbanização em curso, apontado por Gomes (2012). Também demonstra uma afirmação da liberdade mais na posse de propriedades de raiz do que de escravos e a manutenção de certa afirmação de autonomia que vem desde o tempo do cativo, com o investimento consistente em viver sobre si.

²³⁵ A relação de bens de Ângela e a partilha junto aos herdeiros constam no Anexo B.

²³⁶ Atual Rua General Andrade Neves.

²³⁷ APERS, Ângela Francisca Coelho, inventário, 1826, Porto Alegre, I Vara de Família e Sucessão, n. 891. p. 29.

²³⁸ Atual Rua Riachuelo.

²³⁹ Para efeito de comparação, o monte-mor arrolado em 1830 no inventário do guarda-mor Antônio José de Oliveira Guimarães, um dos comerciantes estudados por Berute (2012) e portador de uma das maiores fortunas de Porto Alegre à época, era de 131:355\$933 réis.

²⁴⁰ José não consta na relação de herdeiros.

No testamento, Ângela declarou também que pertencia às irmandades de Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora do Rosário. Um dos bens deixados foi um oratório com as imagens de Santo Cristo, Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora do Rosário. Solicitou-se ainda que fossem rezadas dezesseis missas, sendo oito pela alma de Ângela e oito pela alma da mãe, Tomásia.

Coruja (1983) menciona em suas memórias a irmandade do Santíssimo e a da Conceição. A primeira, não mencionada por Ângela, cujo provedor era o capitão João Tomás de Meneses (compadre de Ângela e vizinho de uma das propriedades da falecida), só admitia brancos, enquanto a segunda era composta quase totalmente por pardos.

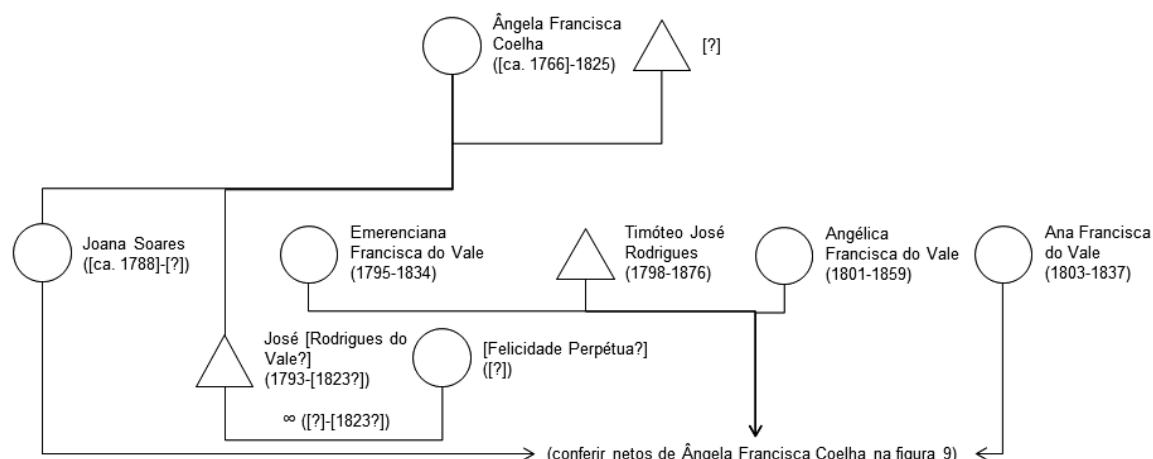
Quanto às irmandades do Rosário, como sintetizou Mara Regina do Nascimento (2006), elas eram comuns no Brasil colonial e geralmente eram exclusivas de negros. No entanto, a de Porto Alegre era mais receptiva a pardos e também a brancos, restringindo apenas a entrada de cristãos-novos. Apesar disso, de acordo com Liane Susan Müller (2005; 2008), a criação desta irmandade em Porto Alegre marcou para os negros uma possibilidade de criação de condições para a busca de estratégias de manutenção de direitos, bem como a existência de uma fraternidade engajada em defender seus interesses e buscar ascensão social.

A despeito do patrimônio deixado por ocasião de sua morte, Ângela não se livrou totalmente dos signos do cativo. Com efeito, inserir-se na vida em liberdade envolvia uma série de estigmas que cercavam os ex-escravos, especialmente numa sociedade ainda assentada nas noções de hierarquia e de “qualidades”. Como apontou Lara (2007, p. 144), sujeitos que eram identificados com cor “podiam ter nascido livres e até possuir escravos, mas estavam, de certo modo, identificados com o universo da escravidão”. No caso de Ângela, enquanto os róis de confessados a tratavam como “livre”, na maioria dos registros paroquiais ela foi assentada como “forra”. A condição de “parda” a acompanhou regularmente nos assentos da Igreja até a morte. O mesmo não se observou para a maioria de seus filhos, como veremos a seguir.

4.2.2 Segunda geração: filhos de Ângela Francisca Coelha

Examinemos mais detalhadamente a trajetória dos descendentes de Ângela, começando por seus filhos homens.

Figura 7 – Descendência de Ângela Francisca Coelha: filhos



Fontes: AHCMPA. **Batismos (1788-1803)**; AHCMPA. **Óbitos (1823-1876)**. Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre: Banco de dados NACAOB. Base Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015; AHCMPA. **Rol de Confessados (1790-1814)**. Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre; APERS. **Inventário (Ângela Francisca Coelha)**. Porto Alegre, I Vara de Família e Sucessão, 891 (1826).

José recebeu o prenome mais comum entre os meninos batizados na Madre de Deus (890 neófitos entre 1772 e 1835). Era o segundo nome de seu padrinho, Antônio José Oliveira. Após o rol de confessados de 1814, não encontramos mais nenhum vestígio confirmado da trajetória de José. Em 21 de novembro de 1823²⁴¹, porém, faleceu um indivíduo com 32 anos de idade, chamado José Rodrigues do Vale, casado com Felicidade Perpétua, cujo assento de matrimônio não foi localizado. Coruja (1983) menciona que havia um morador de Porto Alegre com este nome que era conhecido pela alcunha de José Moleque. A alcunha fazia referência ao fato de José atuar na Casa da Ópera²⁴² como “ator gracioso”. Em outra passagem de *Antigualhas*, há o relato de que na Rua Nova:

²⁴¹ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro quarto de óbitos de livres, 1821-1831, p. 46. NACAOB, Madre de Deus, IdÓbito, 3164.

²⁴² De acordo com Ezio da Rocha Bittencourt (2008), a Casa da Ópera foi o primeiro teatro de Porto Alegre. Inaugurado em 1794 com o nome Casa da Comédia, foi arrendado em 1797 por Pedro Pereira Bragança, quando mudou de nome. Situada na atual Rua Uruguai, consistia-se em uma precária construção de madeira, com 36 camarotes e capacidade para 400 espectadores. Inicialmente voltada para um público masculino e popular, buscou atrair espectadores economicamente mais privilegiados com a contratação da atriz Maria Benedita Queirós Montenegro. Fechado em 1798, o teatro passou por reformas financiadas pelo governo da Capitania e reabriu em 1805, arrendado pelo padre Amaro de Sousa Machado. Houve o retorno de Maria Benedita, coadjuvada por artistas de maior qualidade (entre eles, José Moleque), e o teatro passou a gozar de maior prestígio por parte da elite porto-alegrense. Já em ruínas em 1833, converteu-se em cavaleriça com o advento da Guerra dos Farrapos, sendo demolido em 1839.

Moravam [...] as Senhoras Ângelas (irmãs de José Moleque), que nos dias de entrudo abriam suas portas de par em par para obsequiar os transeuntes com esguichos de seringa quando não os levavam a tomar banhos de água fria nas grandes gamelas e bacias que tinham na sala (CORUJA, 1983, p. 99).

Ora, em seu testamento, Ângela declarava que residia em sua casa localizada à Rua Nova. Ao que tudo indica, Coruja (1983) teria se referido às filhas de Ângela ao citar as “Senhoras Ângelas”. Logo, há uma possibilidade, ainda que não se possa garantir com certeza, de que José Moleque era filho de Ângela.

Probabilidade fortalecida após examinar os nomes dos demais filhos de Ângela. Todos comprovadamente chegaram à idade adulta, tendo sido citados no inventário de Ângela e em registros paroquiais posteriores, como casamentos, óbitos e batismo de filhos.

A Timóteo foi legado prenome idêntico ao de seu padrinho, capitão Timóteo José de Carvalho. Na fase adulta, o filho de Ângela passou a utilizar o nome Timóteo José Rodrigues. Ou seja, além do prenome, adotou também o segundo nome de seu padrinho. O sobrenome²⁴³, provavelmente já utilizado por seu irmão José, não teve sua possível origem localizada. Pode ser uma referência ao pai ou a outro parente.

Com José e Timóteo, especialmente no segundo caso, provavelmente foi utilizada a estratégia do nome em comum como elemento de consolidação das relações estabelecidas na pia batismal. O compadrio, de acordo com Donald Ramos (2004), originalmente era uma relação de caráter religioso – a função dos padrinhos era a educação espiritual da criança. Não obstante, a sociedade colonial deu também função social ao compadrio, criando e reforçando laços que integravam uma comunidade.

Relações que podiam, segundo Giovanni Levi (1990 *apud* KÜHN, 2006) ser horizontais (entre pessoas do mesmo nível social) ou verticais (entre pessoas de níveis sociais distintos). Em ambas, conforme Hameister (2006), havia obrigações mútuas: ou solidárias, no primeiro caso, ou hierárquicas, no segundo caso. Relação que era fonte de poder, atuando na manutenção da hierarquia social, mas ao mesmo tempo limitadora do mesmo poder. Isso porque a instituição do compadrio não pode ser concebida fora de uma lógica de dádiva e reciprocidade:

²⁴³ Originalmente, *Rodrigues* era um patronímico, que significa “filho de Rodrigo” (GUÉRIOS, 1973).

Os afilhados proporcionam apoio político aos padrinhos, bem como deferência, expressa em várias formas simbólicas (gestos de submissão, linguagem respeitosa, presentes, entre outras manifestações). Já os padrinhos oferecem hospitalidade, empregos e proteção aos afilhados (BURKE, 2012, p. 116).

Faria (1998) ressalta que a tendência dominante era os padrinhos, caso não fossem parentes consanguíneos dos pais da criança, ou eram do mesmo grupo social ou eram de nível social superior aos afilhados. Muito raros eram os casos onde o padrinho era de condição social inferior.

Voltando aos nomes, um dos elementos que evidencia a importância do compadrio na sociedade de então é o nome partilhado em comum. Segundo Hameister (2003), não eram todos os padrinhos que legavam seus nomes aos afilhados. Todavia essa prática era comum entre padrinhos que ainda não tinham um nome consolidado, mas pertenciam a famílias socialmente privilegiadas. Numa lógica de dádiva e reciprocidade, o afilhado recebia um prenome que possibilitava uma maior aproximação com seu padrinho, o que podia facilitar o acesso a proteção ou a ganhos materiais. O padrinho, por sua vez, ampliava seu prestígio perante a comunidade, o que ajudava na consolidação do seu nome como um patrimônio.

Ao receber o nome vindo do padrinho, era obrigação do afilhado retribuir a dádiva. Logicamente, pelo caráter hierárquico do compadrio, não havia como dar de volta o nome. Mas o afilhado podia fazer “bom uso” do nome, mantendo e, se fosse o caso, ampliando a carga significativa e a reputação dessa herança imaterial.

Por ocasião do batismo de Timóteo, o padrinho Timóteo José de Carvalho era Capitão de Ordenanças da Companhia da Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos, patente concedida em 1797²⁴⁴. Vera Alice Cardoso Silva (2004) observou nos batismos em Vila Rica que os membros das Companhias de Ordenanças eram os mais requisitados para os apadrinhamentos, cenário também válido para Porto Alegre (CAMILO, 2011). A explicação formulada pela pesquisadora é que os membros das Companhias de Ordenanças²⁴⁵ eram recrutados com base em princípios de valor social e eram vistos em suas regiões como membros da elite governante. Além disso, sua atuação era mais próxima à vida da localidade do que a

²⁴⁴ AHRS, Real Fazenda do Rio Grande de São Pedro, códice F1248, 1795-1798, p. 164-165v. Transcrição dos Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, v. 11, Porto Alegre, 1995.

²⁴⁵ As Companhias de Ordenanças eram milícias organizadas e sustentadas por proprietários de terra de uma região a pedido do governo colonial. Tinham *status* de força militar auxiliar às tropas regulares, estas recrutadas e pagas pelo governo (SILVA, 2004).

dos ocupantes de cargos de nível superior, o que ampliava a possibilidade de estabelecer relações de compadrio com indivíduos de diversos níveis sociais (SILVA, 2004).

Timóteo José de Carvalho apadrinhou treze crianças em Porto Alegre. Um era seu neto. Dos demais, apenas três eram filhos legítimos, sendo que um era filho de pais “negros”. Três eram expostos. Os seis naturais eram filhos de mães “pardas” ou “pretas”, três livres concebidos por forras e três escravos. Timóteo José Rodrigues foi o segundo dos treze afilhados, e o único deles a ter o “privilégio” de receber o mesmo prenome do padrinho²⁴⁶.

É bastante provável que o prenome partilhado em comum tenha possibilitado uma relação de compadrio mais estreita que as demais. Vale lembrar que este prenome foi pouco utilizado nos batismos em Porto Alegre. Entre 1772 e 1835, apenas quatro meninos receberam o prenome Timóteo. Tal dado praticamente sepulta qualquer possibilidade de o nome não ter sido escolhido em alguma referência ao padrinho.

A adoção de segundo nome também idêntico denota que os laços se mantiveram até a fase adulta. Indícios encontrados em registros paroquiais, contudo, sugerem algo mais. No óbito de um dos filhos de Timóteo José Rodrigues, foi adicionado a seu nome o sobrenome do padrinho (Timóteo José Rodrigues de Carvalho). Vale mencionar que, no ato de seu casamento, contraído com Claudina Maria da Assunção em 02 de fevereiro de 1828²⁴⁷, Timóteo José Rodrigues foi registrado em um primeiro momento como Timóteo José de Carvalho, tendo seu nome corrigido em seguida. Pode ter sido um mero engano, ou mais do que isso. Entretanto, após o falecimento do padrinho, o afilhado voltou a ser referido apenas como Timóteo José Rodrigues. Este faleceu em 04 de janeiro de 1876²⁴⁸. Neste assento e no ato de seu casamento, Timóteo foi registrado na condição de “pardo”, o que, até onde se sabe, não ocorreu com seus irmãos.

A alcunha “Senhoras Ângelas” mencionada por Coruja (1983) possivelmente se refere às quatro filhas de Ângela – Joana, Emerenciana, Angélica e Ana. A possível origem destes prenomes não foi localizada. Contudo, é improvável que

²⁴⁶ Um dos afilhados escravos recebeu como prenome o segundo nome do padrinho (José).

²⁴⁷ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro terceiro de casamentos de livres, 1818-1828, p. 172. NACAOB, Madre de Deus, IdCasamento, 3672.

²⁴⁸ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro doze de óbitos de livres, 1875-1877, p. 15v.

tenham sido escolhidos de forma aleatória. Emerenciana já era um prenome presente na família – lembremos que Perpétua tinha uma filha assim nominada. Angélica pode ser referência a Ângela. Ainda que a etimologia destes nomes não seja exatamente a mesma²⁴⁹, eram comuns erros nos documentos, quando Ângela era registrada com o nome Angélica, e vice-versa.

Mesmo que porventura os nomes não fossem originários de familiares, esses já pertenciam ao estoque nominal da Madre de Deus. Entre 1772 e 1835, Emerenciana foi usado em 22 batismos na Madre de Deus, Angélica em 44, Joana em 116 e Ana (o segundo prenome mais recorrente) em 453 batismos. Logo, é plausível uma homenagem ou uma estratégia de aproximação com alguma pessoa importante ou querida pela família.

Joana, a filha que havia sido registrada por engano como enjeitada, destoou de seus irmãos no tocante à composição de seu nome, pois adotou um sobrenome não utilizado por nenhum dos demais filhos de Ângela. Ou a primogênita era filha de outro pai, ou fez uso de outra estratégia de nominação. No inventário de sua mãe, ela consta na relação de herdeiros com o nome Joana Soares²⁵⁰. Teve um filho, chamado José, do qual não foi encontrado o registro de batismo, apenas citação no inventário. A própria Joana, afora o inventário e o rol de confessados de 1814, não foi localizada em outros documentos.

No processo do inventário de Ângela, constam várias juntadas, sendo que algumas se referiam a requerimentos dos netos para resgate de sua parte da terça. Em 1832, Guilherme Florêncio Fróis, tutor dos referidos herdeiros, apresentou requerimento para “pôr em rendimento os bens de seus tutelados”²⁵¹, ou seja, colocar em aluguel o quarto de casas localizadas à Rua Nova. Quem alugou foi Ana, filha de Ângela, pelo prazo de três anos, pelo valor mensal de 5\$000 réis, pagos adiantados. A operação rendeu para o cofre dos órfãos a quantia de 180\$000 réis, que se somou aos 19\$915 réis remanescentes da terça. Após descontos, coube a cada um dos sete netos a quantia de 24\$990 réis.

Entre os pedidos de resgate, um foi realizado por Joana Soares, da parte correspondente ao seu filho José. O requerimento foi fundamentado desta maneira:

²⁴⁹ Segundo Guérios (1973), *Ângela* vem do latim *Angelus*, “anjo”, e do grego *Áγγελος*, “mensageiro”. *Angélica*, do latim *Angelica*, significa “de anjo, pura, celestial”.

²⁵⁰ Soares originalmente também era patronímico, “filho de Soeiro” (GUÉRIOS, 1973).

²⁵¹ APERS, Ângela Francisca Coelho, inventário, 1826, Porto Alegre, I Vara de Família e Sucessão, n. 891, p. 70.

Sendo a suplicante *sumamente pobre*, e conservando o dito seu filho na sua companhia, nem ainda como pode alimentar, quanto mais assistir-lhe com vestuário e calçado necessário e o dito está na maior precisão [...] para poder continuar a aprender o ofício de marceneiro²⁵².

Os requerimentos apresentados pelas outras filhas também mencionam a necessidade dos recursos para compra de vestuário, mas apenas o de Joana alega situação de pobreza. Teria sido a situação de Joana realmente mais desfavorável que a das demais irmãs ou foi apenas uma estratégia para facilitar o resgate dos rendimentos? Não há indícios seguros para responder a essa pergunta, mas o uso dos nomes pode dizer algo.

As demais três filhas – Emerenciana, Angélica e Ana – adotaram os mesmos segundo nome e nome de família. O sobrenome “do Vale” não teve sua possível origem localizada, mas provavelmente já havia sido utilizado por seu irmão José. Novamente, pode ser um marcador de paternidade ou alusão a outro parente. Ou ainda, embora menos provável, referência geográfica²⁵³. Já o segundo nome “Francisca” é o mesmo de sua mãe, derivado do prenome do pai de Ângela.

Uma possível conjectura é a utilização do nome como marcador de parentesco, partindo da concepção de Burguière (1984). Uso, contudo, que teve seus significados reinterpretados e reavaliados, no sentido indicado por Sahlins (1990). A partir de uma vivência de consolidação da posição de tal família na sociedade, mais distante do passado de cativo de Ângela, seria interessante ao mesmo tempo reafirmar sua ancestralidade e criar uma nova identidade. Dessa forma, o segundo nome oriundo da mãe, e, por conseguinte, do avô que havia sido proprietário de Ângela, podia ser, baseando-se na hipótese de Weimer (2013), o elemento de marcação da ancestralidade familiar, ou mesmo um indicativo da memória do cativo da mãe. No caso, memória de um acontecimento vivido “por tabela”²⁵⁴, baseando-se em acepção de Michel Pollak (1992). Ao mesmo tempo em que se buscava preservar esse passado, procedia-se à construção de uma nova identidade familiar, razão possível pela qual as descendentes de Ângela descartaram o sobrenome senhorial em prol de outro. Com efeito, mais de trinta

²⁵² APERS, Ângela Francisca Coelho, inventário, 1826, Porto Alegre, I Vara de Família e Sucessão, n. 891, p. 86. Grifo nosso.

²⁵³ Guérios (1973) ressalta que a origem deste sobrenome é geográfica.

²⁵⁴ De acordo com Pollak (1992), a memória é constituída, além dos acontecimentos vividos pessoalmente, pelos acontecimentos vividos “por tabela”, ou seja, vividos pelo grupo de pertencimento do sujeito e incorporados ao imaginário deste.

anos após o falecimento de Ângela, esta foi referida no assento de batismo de um filho de Timóteo, no ano de 1858²⁵⁵, com o sobrenome “da Conceição” no lugar de “Coelha”. Pode ser referência religiosa, visto que Ângela, quando em vida, pertencia à irmandade da Conceição.

Junto a isso, os indícios apontam que as filhas estavam em uma situação de maior estabilidade social que a vivida por sua genitora. O registro de seus nomes apresenta menos variações de documento para documento e elas não eram mencionadas com indicativo de cor.

Caso realmente Joana tenha tido uma condição social mais desfavorável que suas irmãs, parece-nos plausível a hipótese de que o nome tenha servido para criar uma classificação dentro da família, onde o nome “Francisca do Vale”, ou mesmo apenas o “Vale”, teria incorporado atributos mais favoráveis do que o nome “Soares” para se tornar uma herança imaterial. De fato, enquanto este, até onde se sabe, não foi transmitido a descendentes, o primeiro – completo ou em partes – nominou outros membros da família.

Emerenciana Francisca do Vale, em todos os registros paroquiais e no inventário de Ângela, foi mencionada pelo nome completo. Assim como sua mãe, nunca contraiu matrimônio, mas teve quatro filhos naturais com pelo menos dois pais diferentes. Veio a óbito em 09 de outubro de 1834²⁵⁶, dias após o parto de seu último filho.

Angélica Francisca do Vale também sempre foi referida pelo nome completo. Comprovadamente residente na Rua Nova, ficou como testamenteira e inventariante de Ângela após o óbito desta. Teve dois filhos sem ser casada. No óbito, ocorrido em 28 de janeiro de 1859²⁵⁷, consta que Angélica era viúva de Bernardo José Rodrigues. O registro de casamento não foi localizado, tampouco o de óbito do cônjuge. Sabe-se da existência de duas pessoas com o nome de Bernardo José Rodrigues: o pai e o filho. Parece-nos mais plausível que Angélica tenha se casado com o filho.

Em algumas ocasiões, os redatores de documentos fizeram confusão com os nomes de Ângela e Angélica. No inventário, era comum o nome da falecida ser

²⁵⁵ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro treze de óbitos de livres, 1853-1858, p. 173v-174.

²⁵⁶ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro quinto de óbitos de livres, 1831-1836, p. 107v. NACAOB, Madre de Deus, IdÓbito, 9161.

²⁵⁷ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro oitavo de óbitos de livres, 1858-1864, p. 105v.

referido como “Angélica Francisca Coelho” ou “Ângela Francisca do Vale”, nem sempre sendo corrigido. A última forma também foi utilizada em uma juntada do inventário para fazer referência à filha.

Em princípio, é certo que a hipótese de (con) fusão proposta por Hameister (2006) é inadequada a este contexto. Além de não terem sido homônimas perfeitas, parece-nos nada provável que a escolha de um prenome semelhante tivesse tido a intenção de confundir ambas em uma só *persona*.

Nada impede, porém, de conjecturar uma possível relação mais próxima de Ângela com Angélica do que com os demais filhos. Proximidade que pode ter contribuído com as confusões entre mãe e filha cometidas na documentação, bem como ter motivado a escolha desta filha como testamenteira.

Já Ana Francisca do Vale, a filha que alugou o quarto de casas na Rua Nova, nos documentos datados até 1825, foi referida apenas pelo prenome e segundo nome, visto que ainda era menor de vinte e cinco anos. Deste ano em diante, o sobrenome começou a aparecer. Também nunca casou e teve quatro filhos naturais, sendo que ao menos dois foram com José Luís Pinto. Este faleceu “na fronteira desta província” provavelmente em 1834²⁵⁸. O óbito de Ana se deu em 27 de agosto de 1837²⁵⁹.

Emerenciana, Angélica e Ana, a exemplo de sua mãe, constituíram suas famílias mediante concepção de filhos naturais. Alguns indícios, porém, sugerem que elas possam ter vivido em uniões relativamente estáveis não sacramentadas pela Igreja, as quais geraram descendentes. Examinemos a terceira geração.

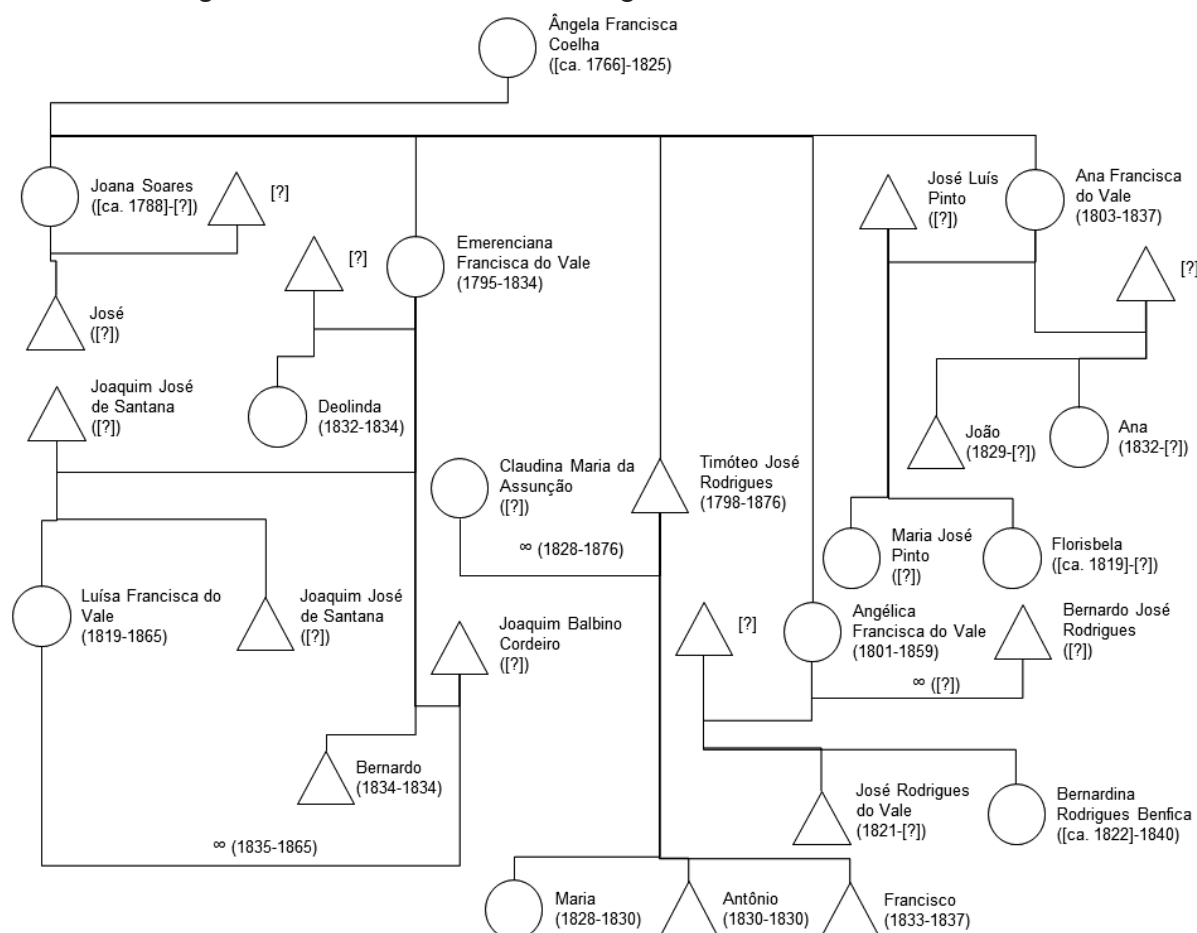
4.2.3 Terceira geração: netos de Ângela Francisca Coelho

A partir dos registros paroquiais, inicialmente sabíamos da existência de oito netos de Ângela. Após a análise do inventário, foram localizados mais seis, totalizando quatorze netos conhecidos. Sete deles (os que já haviam nascido por ocasião do falecimento de Ângela) dividiram a terça da avó: José (filho de Joana), Luísa e Joaquim (filhos de Emerenciana), José e Bernardina (filhos de Angélica), Maria e Florisbela (filhas de Ana).

²⁵⁸ APERS, Ângela Francisca Coelho, inventário, 1826, Porto Alegre, I Vara de Família e Sucessão, n. 891, p. 78.

²⁵⁹ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro sexto de óbitos de livres, 1836-1841, p. 55v.

Figura 8 – Descendência de Ângela Francisca Coelha: netos



Fontes: AHCMPA. **Batismos (1795-1834)**; AHCMPA. **Casamentos (1828-1835)**; AHCMPA. **Óbitos (1825-1876)**. Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre: Banco de dados NACAOB. Base Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015; APERS. **Inventário (Ângela Francisca Coelha)**. Porto Alegre, I Vara de Família e Sucessão, 891 (1826).

Nesta geração, começa a ser mais frequente o uso de nomes advindos de parentes próximos, consanguíneos ou espirituais, o que reitera a importância que a família dava para a demonstração do pertencimento a esse grupo mediante a repetição de nomes já presentes no seu estoque (MERCER; NADALIN, 2008).

Por ocasião da partilha da terça, Emerenciana Francisca do Vale tinha dois filhos, Luísa e Joaquim. Da primeira, localizamos o registro de batismo: nascida a 08 de julho de 1819, foi batizada em 24 de julho do mesmo ano²⁶⁰, apadrinhada pelo capitão João Tomás de Meneses. O segundo consta somente no inventário.

Embora Luísa tivesse sido batizada como filha natural, após o nascimento de Francisca²⁶¹ (sua terceira filha), ela passou a ser referida como filha legítima de

²⁶⁰ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro quinto de batismos de livres, 1815-1820, p. 170. NACAOB, Madre de Deus, IdBatismo, 23340.

²⁶¹ ADPRG, Paróquia São Pedro, Livro treze de batismos de livres, 1838-1842, p. 87.

Joaquim José de Santana. Seu irmão Joaquim, em uma juntada do inventário anterior ao mencionado registro, foi citado pelo mesmo nome do pai de Luísa. Pode ser apenas uma coincidência, mas é mais provável que seja um indicativo de que Emerenciana relacionou-se com Joaquim de forma estável, ao menos por um período suficiente para conceber os dois filhos.

No caso de Joaquim filho, constata-se de certa forma uma repetição da prática nominativa adotada por sua avó e por sua tia-avó. Um vínculo paterno não oficializado, mas assinalado pelo uso de segundos nomes e/ou sobrenomes em comum. Aqui, porém, o fato de a constituição do nome ter resultado num homônimo perfeito torna mais evidente o desejo de reconstruir sua ancestralidade. Já Luísa adotou o segundo nome e o sobrenome provenientes da mãe: Luísa Francisca do Vale.

Na década de 1830, Emerenciana teve mais dois filhos. Deolinda, uma das poucas netas de Ângela que não teve a origem do prenome encontrada, nasceu em 30 de abril de 1832 e foi batizada em 18 de dezembro do mesmo ano²⁶², apadrinhada por Francisco Costa Maia e Luísa Francisca de Santana. Também não encontramos indícios de paternidade. Dois anos depois, em 10 de maio de 1834²⁶³, Deolinda faleceu.

Quanto ao último filho de Emerenciana, o pai reconheceu a paternidade no ato de batismo. Neste caso o progenitor era outro Joaquim. Não mais Joaquim José de Santana, mas Joaquim Balbino Cordeiro. Este, antes de se relacionar com Emerenciana, já havia assumido a paternidade de uma criança filha de pais incógnitos, apadrinhada por Angélica Francisca do Vale²⁶⁴.

Bernardo, filho natural de Emerenciana e de Joaquim Balbino Cordeiro, nasceu em 1º de outubro e foi batizado no dia 21 do mesmo mês²⁶⁵, recebendo o mesmo prenome de seu padrinho, Bernardo José Rodrigues Filho, o qual foi acompanhado por dona Felisbina da Silva Guimarães no apadrinhamento. Assim

²⁶² AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro oitavo de batismos de livres, 1832-1834, p. 19v. NACAOB, Madre de Deus, IdBatismo, 29451.

²⁶³ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro quinto de óbitos de livres, 1831-1836, p. 95v. NACAOB, Madre de Deus, IdÓbito, 9032.

²⁶⁴ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro sétimo de batismos de livres, 1828-1832, p. 175. NACAOB, Madre de Deus, IdBatismo, 29328.

²⁶⁵ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro oitavo de batismos de livres, 1832-1834, p. 136. NACAOB, Madre de Deus, IdBatismo, 34645.

como a mãe, falecida dias após o parto, a criança tampouco sobreviveu, vindo a falecer em 6 de novembro do mesmo ano²⁶⁶.

Curiosamente, menos de cinco meses depois, um assento de casamento datado de 1º de março de 1835²⁶⁷ registrou o matrimônio de Joaquim Balbino Cordeiro com Luísa Francisca do Vale. O documento atesta que os nubentes “foram dispensados pelo Reverendíssimo Vigário Coadjutor do Bispado Francisco Correia Vidigal, do impedimento de afinidade ilícita em primeiro grau”. Conforme apontou Silva (1984, p. 130), a afinidade também era contraída mediante “cópula ilícita perfeita, e natural”. Isso reforça a hipótese de Joaquim Cordeiro e Emerenciana terem vivido em amasiamento.

Voltando a Luísa e adentrando em um período posterior ao recorte de análise, nos atos de batismo e óbito de Maria (sua primeira filha), ela foi citada com seu nome de solteira. Após o falecimento de Joaquim (o segundo filho), trocou o último sobrenome pelo nome de família do esposo, passando a se chamar Luísa Francisca Cordeiro. Do ato de batismo da terceira filha em diante, além de ser considerada filha legítima de Joaquim José de Santana, incorporou o atributo de “dona”. Este atributo não foi citado no assento de óbito de Luísa, ocorrido em 08 de outubro de 1865²⁶⁸, mas ela foi considerada “branca” neste registro.

Apesar de ter abandonado o sobrenome materno, o segundo nome seguiu sendo transmitido dentro da família, mas como prenome: uma das filhas de Luísa e Joaquim foi batizada com o prenome Francisca.

Com a mobilidade social apresentada por alguns membros da família, dentro das possibilidades de uma sociedade estratificada e de uma racionalidade limitada, o nome “Francisca do Vale” seguramente passou a ter um relativo prestígio, ao menos em relação aos setores sociais menos privilegiados. Processo de ascensão que encontrou o seu ápice na figura de Luísa. Além de ter acedido ao matrimônio consagrado pela Igreja, teve a paternidade oficializada nos registros paroquiais e foi reconhecida como “dona”, sem contar que uma de suas filhas posteriormente veio a

²⁶⁶ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro quinto de óbitos de livres, 1831-1836, p. 109v. NACAOB, Madre de Deus, IdÓbito, 9185.

²⁶⁷ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro quarto de casamentos de livres, 1828-1839, p. 216. NACAOB, Madre de Deus, IdCasamento, 4391.

²⁶⁸ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro nono de óbitos de livres, 1859-1867, p. 79v.

contrair matrimônio com um magistrado – caso de Cândida, futura Cândida Cordeiro Cirne Lima, baronesa de Santa Cândida²⁶⁹.

Tendo a oportunidade de se utilizar um nome considerado mais importante, possivelmente por isso Luísa tenha adotado a estratégia de substituir o sobrenome materno pelo nome de família do marido. Novamente, assim como sua mãe e suas tias, o segundo nome ficou como elemento de marcação de parentesco, enquanto o sobrenome serviu para construção de uma nova identidade familiar.

Além disso, é importante mencionar um processo de mudança cultural ocorrido na antroponímia lusófona a partir do século XIX, já citado no capítulo anterior. Com a maior influência de modelos nominativos franceses, conforme frisou Monteiro (2008), conjectura-se que esta mudança também se refletiria numa maior adoção, por parte das mulheres, do(s) sobrenome(s) de seus cônjuges.

Nas gerações anteriores da família, as mulheres que chegaram a contrair matrimônio – Perpétua Francisca Coelha, Angélica Francisca do Vale e Claudina Maria da Assunção – não adotaram o sobrenome do marido. Apenas o rol de confessados de 1801 cita um fogo chefiado por Cláudio Antônio (o sobrenome Couto não foi citado) e por Perpétua do Couto.

Nesta geração, as mulheres casadas, em algum momento posterior ao matrimônio²⁷⁰, usaram o nome de família do cônjuge. Além de Luísa, sabemos de Antônia Rodrigues do Vale, casada com José Rodrigues do Vale. Este era um dos filhos de Angélica Francisca do Vale, só tendo sido encontrado no inventário de Ângela. O registro original de batismo não foi localizado, o que gerou a necessidade de se redigir uma carta de sentença de justificação de batismo por ocasião do requerimento de resgate da terça. Pelo auto, consta que José nasceu em 10 de junho de 1821 e foi batizado no último domingo de julho do mesmo ano – mais especificamente no dia de Santana (26 de julho) – tendo como padrinhos o

²⁶⁹ Cândida casou-se na década de 1860 com o magistrado Francisco de Sousa Cirne Lima, barão de Santa Cândida, passando a se chamar Cândida Cordeiro Cirne Lima. Mãe de Elias Cirne Lima e avó paterna de Rui Cirne Lima, jurista conhecido pela candidatura indireta ao governo do estado do Rio Grande do Sul em 1966, representando a oposição. Intento frustrado pelo regime autoritário instaurado mediante golpe de Estado dois anos antes. Antes do pleito, oito deputados oposicionistas foram cassados, garantindo assim a vitória do coronel Walter Peracchi Barcelos, candidato governista. A descendência de Cândida Cordeiro Cirne Lima foi mencionada em genealogia elaborada por Carlos Roberto Velho Cirne Lima (2005), pentaneto de Ângela Francisca Coelha.

²⁷⁰ Nenhuma das mulheres aqui analisadas foi mencionada no registro de casamento com algum nome proveniente do marido.

sargento-mor João Tomás de Meneses (provavelmente o mesmo padrinho de Luísa) e sua filha dona Esmerilda²⁷¹.

A outra filha de Angélica, por sua vez, completou seu nome como Bernardina Rodrigues Benfica, conforme certificado do registro de falecimento, ocorrido aos dezoito anos de idade na freguesia Nossa Senhora dos Anjos em 29 de setembro de 1840²⁷², transcrito no inventário. O registro original também não foi localizado.

Pelos nomes dos filhos de Angélica, é provável que, antes de oficializar a união com Bernardo, ambos tenham vivido em concubinato e tenham tido os filhos. No caso de José, seu prenome era o mais comum nos batismos em Porto Alegre, e já presente no repertório da família. Além de ser o segundo nome do provável pai, também era o prenome do irmão de Angélica. O antenome ainda foi escolhido para o filho de Joana; como não conhecemos a data de nascimento e batismo deste, não há como saber qual dos dois netos de Ângela recebeu o nome primeiro.

José Rodrigues do Vale compôs seu nome com sobrenomes de origens paterna e materna. Junto a isso, a escolha desses nomes teria remetido ao falecido tio José Moleque de modo a formar um homônimo perfeito? Ainda que sem indícios seguros, é uma hipótese plausível.

Bernardina também foi nominada com o prenome do provável pai, neste caso, de forma flexionada. Seus nomes de família vieram exclusivamente de linhagem paterna. Além do Rodrigues vindo do pai, vale lembrar que Benfica era um dos sobrenomes da mãe do Bernardo filho e esposa do Bernardo pai, dona Francisca Antônia Nunes Benfica.

Ana Francisca do Vale tinha duas filhas quando Ângela faleceu, Florisbela e Maria. Estes prenomes não tiveram a origem localizada. Conforme o inventário, ambas também eram filhas de José Luís Pinto. O registro de batismo de Maria não foi localizado, mas temos conhecimento de que ela se casou em 09 de fevereiro de 1836²⁷³. Pelo assento, sabemos que a noiva incorporou o prenome do pai como segundo nome e o nome de família do progenitor como sobrenome: Maria José Pinto. O matrimônio foi selado com Manuel Pinto Bandeira²⁷⁴.

²⁷¹ APERS, Ângela Francisca Coelha, inventário, 1826, Porto Alegre, I Vara de Família e Sucessão, n. 891, p. 89v-101.

²⁷² APERS, Ângela Francisca Coelha, inventário, 1826, Porto Alegre, I Vara de Família e Sucessão, n. 891, p. 102v-103.

²⁷³ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro quarto de casamentos de livres, 1828-1839, p. 235. NACAOB, Madre de Deus, IdCasamento, 1228.

²⁷⁴ Não confundir com o primo-sobrinho de Rafael Pinto Bandeira.

Quanto a Florisbela, encontramos um registro de batismo cuja criança tem o mesmo nome. Nascida em 31 de dezembro de 1819 e batizada em 31 de janeiro de 1820²⁷⁵, era filha de José Luís Pinto e de mãe incógnita, apadrinhada por José Rodrigues do Vale (possivelmente irmão de Ana) e Clara Francisca.

Além das filhas em comum, Ana e José apadrinharam duas crianças juntos. Uma, já citada anteriormente, foi Bernardina, exposta na casa de Ângela. Outro, pouco antes, em 19 de março de 1816²⁷⁶, foi José, filho dos pardos forros Salvador Coelho e Páscoa Maria.

Após o falecimento de Ângela, Ana teve mais dois filhos. João, nascido em 20 de dezembro de 1829 e batizado em 30 de janeiro de 1830²⁷⁷, foi apadrinhado por sua tia Angélica Francisca do Vale e por Bernardo José Rodrigues. É possível que tenha sido o Bernardo filho, visto que a madrinha era Angélica. Nessa época, porém, ele já era referido nos registros como Bernardo José Rodrigues Filho ou Bernardo José Rodrigues Júnior, o que coloca em dúvida qual dos Bernardos apadrinhou a criança.

Referente ao prenome João, não se tem conhecimento de uso anterior na família, mas estava em popularidade crescente na cidade entre as décadas de 1820 e 1830. Não se pode descartar, porém, a possibilidade de ser uma homenagem ao capitão João Pereira de Matos, padrinho de Ana, falecido meses antes.

Bernardo José Rodrigues apadrinhou novamente um rebento de Ana, desta vez junto a Clemência Maria da Silva, em 21 de fevereiro de 1832²⁷⁸. Esta criança recebeu o mesmo prenome da mãe: Ana.

Timóteo José Rodrigues, por sua vez, não tinha filhos por ocasião do falecimento de sua mãe. Até o ano de 1835, Timóteo e Claudina tiveram três filhos, sendo que todos estes faleceram ainda crianças:

²⁷⁵ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro quinto de batismos de livres, 1815-1820, p. 192. NACAOB, Madre de Deus, IdBatismo, 24664.

²⁷⁶ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro quinto de batismos de livres, 1815-1820, p. 12v. NACAOB, Madre de Deus, IdBatismo, 16181.

²⁷⁷ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro sétimo de batismos de livres, 1828-1832, p. 173. NACAOB, Madre de Deus, IdBatismo, 29311.

²⁷⁸ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro sétimo de batismos de livres, 1828-1832, p. 412.

Quadro 10 – Batismo e óbito dos filhos de Timóteo José Rodrigues e Claudina Maria da Assunção (batizados até 1835)

Nome da criança	Data de nascimento	Data de batismo	Nome dos padrinhos	Data do óbito
Maria ²⁷⁹	22 out. 1828	29 nov. 1828	- João Ferreira de Assis - Bernardina Benfica	03 maio 1830 ²⁸⁰
Antônio ²⁸¹	20 fev. 1830	14 mar. 1830	- Antônio Duarte Rodrigues - Nossa Senhora	14 jun. 1830 ²⁸²
Francisco ²⁸³	06 out. 1833	10 ago. 1834	- Bernardo José Rodrigues Filho - Nossa Senhora	05 set. 1837 ²⁸⁴

Fonte: AHCMPA. **Batismos (1828-1834)**. AHCMPA. **Óbitos (1830-1837)**. Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre: Banco de dados NACAOB. Base Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015.

A fim de não estender demasiadamente esta análise, não adentraremos na trajetória dos netos de Ângela nascidos após o ano de 1835, tampouco dos bisnetos. Não obstante, uma breve pesquisa no banco de dados *FamilySearch*²⁸⁵ apontou a continuação da prática de atribuir prenomes já presentes no estoque familiar a alguns destes descendentes.

Como exemplos, além do caso de Francisca anteriormente mencionado, encontramos duas crianças com o mesmo prenome de Angélica Francisca do Vale. A primeira, filha de Timóteo José Rodrigues e de Claudina Maria da Assunção²⁸⁶, nasceu em 2 de novembro de 1844, foi batizada em 7 de abril de 1848²⁸⁷ e recebeu

²⁷⁹ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro sétimo de batismos de livres, 1828-1832, p. 44-44v. NACAOB, Madre de Deus, IdBatismo, 16936.

²⁸⁰ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro quarto de óbitos de livres, 1821-1831, p. 242v. NACAOB, Madre de Deus, IdÓbito, 7739.

²⁸¹ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro sétimo de batismos de livres, 1828-1832, p. 184-184v. NACAOB, Madre de Deus, IdBatismo, 29391.

²⁸² AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro quarto de óbitos de livres, 1821-1831, p. 246v. NACAOB, Madre de Deus, IdÓbito, 7781.

²⁸³ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro oitavo de batismos de livres, 1832-1834, p. 126. NACAOB, Madre de Deus, IdBatismo, 34442.

²⁸⁴ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro sexto de óbitos de livres, 1836-1841, p. 58.

²⁸⁵ Banco de dados organizado e mantido por A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (conhecida como A Igreja Mórmon) a partir de registros genealógicos de todo o mundo. Disponível em: <https://familysearch.org/>.

²⁸⁶ No registro ela consta como “Claudina Maria da Conceição”. A Angélica, lhe foi atribuído como padrinho João Vicente Botelho da Fonseca.

²⁸⁷ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, Livro treze de batismos de livres, 1843-1848, p. 256.

prenome idêntico ao de sua tia. A segunda era neta e afilhada²⁸⁸ de Angélica Francisca. Filha de José Rodrigues do Vale e de Antônia Rodrigues do Vale, nasceu em Nossa Senhora dos Anjos (Gravataí) em 30 de maio de 1850, sendo batizada no primeiro dia do ano de 1851²⁸⁹.

4.3 Considerações sobre as práticas de nomeação da família

Apresentada a família de Ângela Francisca Coelha, seus nomes, origem e constituição dos mesmos, teceremos algumas considerações gerais a respeito das práticas de nomeação adotadas por seus membros, de modo a articular os resultados obtidos no levantamento quantitativo anterior com a análise desta trajetória.

Iniciemos pelos *prenomes* (ver quadro 11). De modo geral, os membros da família escolheram opções já usuais no estoque onomástico da localidade para nominar seus descendentes. Algumas das opções mais populares estavam presentes: José (duas vezes), João, Antônio, Francisco, Joaquim, Maria, Ana, Francisca e Luísa. Ao mesmo tempo, houve espaço para alternativas menos comuns, como Timóteo. E também para nomes que iam de encontro às normas das *Constituições Primeiras*, isto é, que não eram de indivíduos beatificados ou canonizados pela Igreja (VIDE, 1853), como Florisbela e Deolinda.

A despeito da presença de alguns nomes menos comuns, no geral a escolha pautou as preferências gerais observadas para Porto Alegre, denotando uma busca por adesão à comunidade (MERCER; NADALIN, 2008). Neste caso, há de se considerar também uma forma de consolidar a inserção de um grupo familiar marcado pelo passado no cativoiro à sociedade dos juridicamente livres.

Como demonstrou Schnapper (1984), a eleição dos prenomes, além de ser influenciada pelas normas sociais, também está ligada a questões referentes ao parentesco. Desse modo, o prenome age como elemento de identificação e pertença a um grupo familiar (BURGUIÈRE, 1984). Este uso do prenome adquiriu especial importância em uma família majoritariamente constituída às margens do matrimônio sacramentado pela Igreja.

²⁸⁸ Junto com Angélica Francisca do Vale, foi padrinho Venceslau José Machado, este por procuração recebida pelo pároco Manuel Rodrigues Coelho das Neves.

²⁸⁹ AHCMPA, Paróquia Nossa Senhora dos Anjos, Livro sétimo de batismos de livres, 1850-1856, p. 10.

Quadro 11 – Origem familiar dos prenomes dos filhos e netos de Ângela Francisca Coelha²⁹⁰

Nome	Notação de parentesco do familiar que originou o prenome	Grau de parentesco do familiar que originou o prenome
ÂNGELA FRANCISCA COELHA	X	
1 Joana Soares	X	
1.1 José	MB	Tio materno
2 José [Rodrigues do Vale?]	G	Padrinho
3 Emerenciana Francisca do Vale	X ²⁹¹	
3.1 Luísa Francisca do Vale (Luísa Francisca Cordeiro)	X	
3.2 Joaquim José de Santana	F	Pai**
3.3 Deolinda	X	
3.4 Bernardo	G	Padrinho
4 Timóteo José Rodrigues	G	Padrinho
4.1 Maria	M, MM	Mãe, avó materna
4.2 Antônio	G	Padrinho
4.3 Francisco	FM	Avó paterna
5 Angélica Francisca do Vale	X	
5.1 José Rodrigues do Vale	F, MB	Pai, tio materno**
5.2 Bernardina Rodrigues Benfica	F	Pai*
6 Ana Francisca do Vale	X	
6.1 Maria José Pinto	MMZ	Tia-avó materna
6.2 Florisbela	X	
6.3 João	MZ; MG	Tia materna*, padrinho da mãe
6.4 Ana	M	Mãe

Fontes: AHCMPA. **Batismos (1795-1834)**; AHCMPA. **Casamentos (1828-1835)**; AHCMPA. **Óbitos (1825-1876)**. Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre: Banco de dados NACAOB. Base Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015; APERS. **Inventário (Ângela Francisca Coelha)**. Porto Alegre, I Vara de Família e Sucessão, 891 (1826).

²⁹⁰ Este quadro e o seguinte foram organizados da seguinte maneira: Ângela Francisca Coelha está identificada em negrito e em caixa alta. Os filhos estão por itens e em negrito. Os netos estão por subitem e em letras normais. Utilizou-se a notação de parentesco inglesa, apresentada por Marc Augé (1978), a saber: M (*mother* – mãe), F (*father* – pai), Z (*sister* – irmã), B (*brother* – irmão), D (*daughter* – filha), S (*son* – filho), W (*wife* – esposa), H (*husband* – esposo). Por exemplo, MMZ: *mother's mother's sister*, ou seja, irmã da mãe da mãe (tia-avó). Complementando a notação original, X indica nomes cuja origem não foi identificada e G indica nomes vindos do padrinho ou da madrinha (em inglês, respectivamente, *godfather* e *godmother*). Um asterisco indica que o nome foi flexionado em gênero ao ser transmitido. Dois asteriscos indicam homônimo perfeito. A organização dos dois quadros foi inspirada em Weimer (2013).

²⁹¹ Sabe-se da existência de uma prima homônima de Emerenciana. Não sabemos, porém, qual das duas nasceu primeiro.

Para os filhos, a origem do prenome só foi localizada para os do sexo masculino – ambos provenientes do padrinho. Por outro lado, entre os netos houve uma grande difusão de prenomes provenientes do estoque familiar. Em primeira análise, não foi muito difundida a prática de utilização de prenomes advindos dos padrinhos, mas este dado precisa ser relativizado visto não sabermos os padrinhos de quatro dos netos.

Retomando a questão, apresentada por Mercer e Nadalin (2008), do papel subalterno da mulher como possibilidade para maior abertura a inovações onomásticas, vale destacar que prenomes de origens não-familiares (família consanguínea ou espiritual) foram utilizados apenas para as mulheres da família. Todos os homens foram nominados com alguma opção já presente no estoque. Se para este caso há uma relação direta entre os dois pontos, não há como afirmar com certeza.

Se os prenomes já tiveram seu papel na constituição da linhagem da família de Ângela, os *segundos nomes* e *sobrenomes* (ver quadro 12) reforçaram essa intenção. Como vimos, para uma família cujos vínculos de parentesco acabaram sendo estabelecidos de modo informal (uniões consensuais e filhos naturais), os nomes podiam ser usados de modo a, baseando-se no raciocínio de Pina Cabral (2008a), dar existência externa a um processo de identificação familiar. Em outras palavras, reconstruir tanto a ancestralidade quanto a memória dos ascendentes e de suas vivências (WEIMER, 2013).

Há de se ressaltar que os segundos nomes e sobrenomes possuem um caráter predominantemente metonímico (PINA CABRAL, 2008b), ou seja, ligam o indivíduo a um grupo familiar, tanto mediante transmissão para uma geração quanto com caráter genealógico. Baseando-se na definição de Vasconcelos (1928 *apud* GUÉRIOS, 1973), o primeiro corresponderia ao segundo nome e o segundo ao sobrenome.

Contudo, aqui podemos encontrar uma situação que se encaixa na definição de reavaliação funcional de categorias proposta por Sahlins (1990). Ao visualizar o uso dos nomes de família ao longo das gerações, constata-se que o segundo nome “Francisca” acabou por ser resignificado e converteu-se no marcador da linhagem, ao menos para uma parte de seus membros. O sobrenome “Coelha” não foi transmitido, sendo posteriormente substituído até em referências póstumas a Ângela. Um processo simultâneo de preservação da memória e identidade dos

ascendentes combinado com a busca por novas identidades, inserção e estabilidade ou ascensão sociais.

Quadro 12 – Origem familiar dos segundos nomes e sobrenomes dos filhos e netos de Ângela Francisca Coelha

Nome	Notação de parentesco do familiar que originou o segundo nome e/ou sobrenome	Grau de parentesco do familiar que originou o segundo nome e/ou sobrenome
ÂNGELA FRANCISCA COELHA	F; F	Pai
1 Joana Soares	X	
1.1 José	-	
2 José [Rodrigues do Vale?]	X; X	
3 Emerenciana Francisca do Vale	M; X	Mãe; indefinido
3.1 Luísa Francisca do Vale (Luísa Francisca Cordeiro)	M; M (M; H)	Mãe (mãe; esposo)
3.2 Joaquim José de Santana	F; F**	Pai
3.3 Deolinda	-	
3.4 Bernardo	-	
4 Timóteo José Rodrigues	G; X	Padrinho; indefinido
4.1 Maria	-	
4.2 Antônio	-	
4.3 Francisco	-	
5 Angélica Francisca do Vale	M, G; X	Mãe, padrinho*; indefinido
5.1 José Rodrigues do Vale	F; M	Pai; mãe
5.2 Bernardina Rodrigues Benfica	F; F	Pai
6 Ana Francisca do Vale	M; X	Mãe; indefinido
6.1 Maria José Pinto	F; F	Pai
6.2 Florisbela	-	
6.3 João	-	
6.4 Ana	-	

Fontes: AHCMPA. **Batismos (1795-1834)**; AHCMPA. **Casamentos (1828-1835)**; AHCMPA. **Óbitos (1825-1876)**. Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre: Banco de dados NACAOB. Base Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015; APERS. **Inventário (Ângela Francisca Coelha)**. Porto Alegre, I Vara de Família e Sucessão, 891 (1826).

A falta de regras definidas para transmissão dos segundos nomes e sobrenomes também se observou aqui, pois tivemos irmãos que portavam nomes distintos um do outro, por vezes com origem também diferente. Se isso possibilitava

manejar diferentes estratégias de uso do nome, também podia revelar estabelecimento de classificação social, uma das funções do nome apontadas por Lévi-Strauss (2012). Classificação não somente vertical, mas também horizontal, dentro do grupo.

Ao que tudo indica, foi o que pode ter acontecido no caso de Joana, onde o sobrenome “Soares” possivelmente angariou uma importância menor dentro da família que o sobrenome “Vale”, e, por conseguinte, não tendo sendo adotado posteriormente por outros membros. O mesmo pode ter acontecido no caso de Luísa, no qual o nome de família “Cordeiro” seguramente tinha mais prestígio que o “Vale”, razão que, combinada a uma crescente tendência de adotar o sobrenome do marido, a teria levado a proceder à troca.

Logo, a dinâmica da atribuição e utilização dos prenomes, segundos nomes e sobrenomes dentro da família de Ângela Francisca Coelha reitera a ideia de nome como um patrimônio imaterial familiar apresentada por Hameister (2006). Certo que, em uma sociedade hierarquizada e estratificada cuja ação de seus membros fundamentava-se no conceito de racionalidade limitada (LEVI, 2000), os interesses e possibilidades para uso estratégico dos nomes por parte dos integrantes da elite eram diferentes dos adotados pelos ocupantes de segmentos sociais menos privilegiados.

Sem embargo, reforçando a ideia apresentada por Weimer (2008; 2013), é necessário relativizar a tese de que os indivíduos localizados nas bases da sociedade (ou próximos à base) nada tinham a herdar e por isso davam menor importância aos seus nomes (FERREIRA, 2006). Repetindo ou ressignificando os significados culturais imbuídos às formas de nomenclatura, esses sujeitos também davam significado a tais práticas e as manejavam conforme as possibilidades e interesses envolvidos, configurando o nome como uma herança imaterial (LEVI, 2000). Se não como um elemento para transmissão de bens e de prestígio num sentido mais estrito, ao menos para marcar o pertencimento e a posição dentro de um grupo familiar ou social, ou mesmo para criar ou recriar vínculos de parentesco. Desse modo, o uso dos nomes podia tanto reafirmar a identidade quanto criar novas identidades, processos que podiam ser simultâneos e complementares.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Perder nosso nome é como perder nossa sombra; ser somente nosso nome é nos reduzir a ser sombra. A ausência de relação entre as coisas e seus nomes é duplamente insuportável: ou o sentido se evapora ou as coisas se desvanecem. Um mundo de puros significados é tão inóspito como um mundo de coisas sem sentido – sem nomes.”
(Octavio Paz, *Tradução: literatura e literalidade*, p. 21)

Algo que já é notório e apontado por inúmeros cientistas, inclusive por este que aqui escreve, é a possibilidade de, durante o andamento de uma pesquisa, ocorrer em algum momento do processo problemas que dificultem o seguimento da investigação. No caso específico de estudos que façam uso do método onomástico para populações luso-brasileiras do passado, um dos obstáculos a serem enfrentados é a dificuldade de identificação dos indivíduos devido às práticas nominativas vigentes à época.

Se por um lado tais problemas consistem em um verdadeiro desafio para o pesquisador, por outro lado são uma excelente oportunidade para a exploração de novas possibilidades investigativas. Relativo ao método onomástico, o desafio acima mencionado possibilita, fazendo uma livre adaptação de um título de um célebre ensaio de Ginzburg e Poni (1989), ver “o nome *além* do como”. Ou seja, o nome visto não só como uma ferramenta metodológica para identificar os indivíduos em meio aos diversos documentos nominativos, mas também como um elemento que carrega consigo uma série de experiências, memórias, reverências e projeções, tanto por parte de quem o atribui quanto por parte de quem o porta. Um elemento cujos processos de atribuição, utilização e transmissão são significados e ressignificados pelos sujeitos históricos, tendo envolvidas questões referentes a classificação social e formação de hierarquias. Afinal, como podemos absorver a partir da citação de Octavio Paz (2009) que abriu estas últimas considerações, um nome não significa por si só; o significado só tem sentido quando relacionado ao seu portador, bem como ao contexto e aos usos deste signo.

Com a premissa de vislumbrar “o nome além do como”, esta investigação buscou explorar algumas das várias possibilidades de análise de um tema ainda pouco estudado, mas com interesse crescente na historiografia. Referimo-nos às práticas de nomação adotadas por uma sociedade ao longo de um determinado período histórico. Um tema bastante abrangente e passível de ser apreciado mediante diferentes perspectivas. Logo, é certo que não seria possível – tampouco é

a pretensão de uma pesquisa histórica de modo geral – abordar exaustivamente todos os aspectos relativos à adoção e ao uso dos prenomes, segundos nomes e sobrenomes pelos diversos segmentos sociais da população livre e forra de Porto Alegre entre o final do século XVIII e o início do século XIX.

Mediante o uso de referencial adequado, os registros paroquiais de batismo, casamento e óbito apresentaram uma grande potencialidade para exploração das possibilidades de análise desse tema. Se num primeiro momento as investigações na área enfatizavam as metodologias quantitativas e seriais e num segundo momento passaram a fazer uso da microanálise e estudo de trajetórias, recentemente tem-se apontado para o diálogo entre as duas abordagens.

Neste caso, a análise quantitativa revelou alguns comportamentos adotados pelo conjunto da população da freguesia em questão. De um modo geral, os habitantes de Porto Alegre seguiam as práticas de nomeação luso-brasileiras observadas em outros estudos referentes a localidades no mesmo período. Uma forte tendência à escolha de prenomes concentrada nas opções mais tradicionais e utilizadas por membros da família. Segundos nomes e sobrenomes majoritariamente utilizados, mas sem uma regra geral de transmissão e nem sempre de origem patrilínea ou matrilinear.

Dados que apontam para a importância que os membros da sociedade depositavam em seus nomes e nas qualidades vinculadas a estes, configurando o nome num patrimônio imaterial familiar passível de ser transmitido como uma dívida onde a retribuição se daria mediante o “bom uso” do mesmo, de modo a manter um “bom nome”. Patrimônio cujos interesses e possibilidades para uso estratégico refletiam e reforçavam a estrutura social hierarquizada e estratificada, bem como os significados culturais envolvidos.

Mas as práticas de nomeação não eram uma estrutura rígida e imutável. Podiam, dentro de certos limites, ser manejadas e ressignificadas, configurando o nome como uma herança imaterial tanto para transmissão de bens materiais e imateriais quanto para (re)afirmar ou (re)criar o pertencimento e/ou o parentesco.

Tais processos puderam ser mais bem compreendidos mediante análise qualitativa. A partir de um caso relevante e significativo, conseguimos reconstituir a trajetória de uma família não pertencente aos segmentos sociais mais privilegiados, possibilitada pelo cruzamento de documentos pertinentes à proposta. Estes, no caso que foi aqui tratado, só permitiram avaliar as formas de nomeação utilizadas em

contextos oficiais, revelando, porém, indicadores sociais importantes para a compreensão das práticas nominativas do período.

Assim, pudemos reconstituir a dinâmica da atribuição, utilização e transmissão dos prenomes, segundos nomes e sobrenomes dentro da linhagem de Ângela Francisca Coelho ao longo de três gerações e aproximadamente setenta anos. Uma família originada do cativo e, na sua maior parte, reproduzida à margem do matrimônio reconhecido pela Igreja. Família que seguramente buscou estratégias possíveis para sua inserção na sociedade dos livres e até logrou relativa ascensão social por parte de alguns de seus membros.

Nesse processo, as variadas formas de manejo de seus nomes, por repetição ou por resignificação das práticas envolvidas, foram uma peça importante. A crescente adoção de prenomes familiares evidencia a busca pelo pertencimento a este grupo. Também deve ser destacado o nome partilhado em comum como um elemento de estreitamento de laços em relações de compadrio.

Já o uso de segundos nomes e/ou sobrenomes em comum pode ter sido crucial para firmar perante a sociedade o reconhecimento de parentescos que não eram mencionados nos registros paroquiais. Quanto à questão da memória familiar, o uso dos nomes revela uma tendência simultânea de manutenção de laços com o passado, expressa na reprodução do segundo nome, e de construção de uma nova identidade, expressa na escolha de outro sobrenome para os descendentes. De certa maneira, neste caso houve uma resignificação dos usos tradicionalmente previstos para tais formas de nomeação.

A partir da análise deste caso, pudemos proceder à exploração de algumas possibilidades de se vislumbrar o nome como uma herança imaterial familiar constituída e utilizada de forma dinâmica ao longo de uma ou mais gerações, conforme as aspirações e as limitações atribuídas pela trama social. Um elemento que ao mesmo tempo reflete e influi nos comportamentos de uma sociedade.

Esperamos que esta investigação tenha dado uma contribuição acerca da importância dos nomes pessoais para a historiografia. De modo geral, uma análise não tem necessariamente que abordar a constituição e usos dos prenomes, segundos nomes e sobrenomes. Apesar disso, o simples fato de se valer de fontes nominativas “obriga” o pesquisador a seguir os sujeitos pesquisados por seus nomes. Para auxiliar nesse processo de correta identificação dos indivíduos, a compreensão de como se davam as práticas de nomeação em um determinado

tempo e espaço, bem como suas particularidades e as dificuldades daí decorrentes, é um importante requisito.

Contudo, o interesse pelo estudo das práticas nominativas não se restringe apenas a subsidiar pesquisas que fazem uso do método onomástico. Como aqui procuramos mostrar, reiterando o já constatado em ocasião anterior (CAMILO, 2011), o ato de atribuir e/ou utilizar um nome revela uma série de práticas sociais conscientes ou inconscientes, bem como também tem sua influência nas mesmas. Nomes e práticas que têm a sua historicidade, não podendo ser desvinculadas do contexto temporal e espacial na qual foram produzidos e vivenciados.

Com isso, podemos compreender melhor o quanto as práticas que adotamos atualmente com os nossos nomes, ainda que com substanciais diferenças inerentes às distintas concepções de sociedade e cultura em relação ao passado, são resultado de um processo histórico em constante manutenção, transformação e reinvenção. Um elemento até hoje marcador de nossa identidade e essência, tanto que ainda se faz uso de expressões como “faço isso, ou não me chamo mais ‘Fulano de Tal’” quando se quer provar que é possível de se realizar algo.

REFERÊNCIAS

Fontes manuscritas

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Livro de Registros Diversos do Tabelionato de Porto Alegre**. Escritura de Alforria e Liberdade que de hoje para todo o sempre dá o Capitão Mor Francisco Coelho Osório a duas mulatinhas por nomes Perpétua e Ângela. [manuscrito]. Porto Alegre, v. 4, p. 18v-19, 28 dez. 1772. Localização: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

_____. **Livro de Registros Diversos do Tabelionato de Porto Alegre**. Escritura de Alforria e Liberdade que dá Ângela Francisca Coelha como herdeira e testamenteira do falecido Padre Antônio Soares Gil a dois escravos que o mesmo falecido deixou forros [...] das verbas de seu testamento. [manuscrito]. Porto Alegre, v. 4, p. 66v-67v, 11 maio 1790. Localização: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

_____. **Processo Judicial/Inventário** – 08 – Inventariado: Francisco Coelho Osório [manuscrito]. Porto Alegre, I Vara Cível e Crime, 1773. Localização: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

_____. **Processo Judicial/Inventário** – 891 – Inventariada: Ângela Francisca Coelha [manuscrito]. Porto Alegre, I Vara de Família e Sucessão, 1826. Localização: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

_____. **Processo Judicial/Testamento** – 975 – Testamentado: Francisco Coelho Osório [manuscrito]. Porto Alegre, Provedoria, 1810. Localização: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

PARÓQUIA BOM JESUS (TRIUNFO). **Livro de registros de batismos (1757-1776)**. [manuscrito]. Triunfo, 1757-1786. v. 1. Localização: Arquivo Histórico Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

PARÓQUIA NOSSA SENHORA DOS ANJOS (GRAVATAÍ). **Livro de registros de batismos (1850-1856)**. [manuscrito]. Gravataí, 1850-1856. v. 7. Localização: Arquivo Histórico Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

PARÓQUIA NOSSA SENHORA MADRE DE DEUS (PORTO ALEGRE). **Livros de registros de batismos (1772-1858)**. [manuscrito]. Porto Alegre, 1772-1858. 15 v. Localização: Arquivo Histórico Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

_____. **Livros de registros de casamentos (1772-1839)**. [manuscrito]. Porto Alegre, 1772-1839. 4 v. Localização: Arquivo Histórico Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

_____. **Livros de registros de óbitos (1772-1877)**. [manuscrito]. Porto Alegre, 1772-1877. 12 v. Localização: Arquivo Histórico Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

_____. **Livro de registros de óbitos (1772-1795)**. Registro do testamento com que faleceu o Reverendo Antônio Soares Gil. [manuscrito]. Porto Alegre, v. 1, p. 88v-89v, 27 abr. 1788. Localização: Arquivo Histórico Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

_____. **Róis de Confessados e Comungados**. [manuscrito]. Porto Alegre, Anos: 1779, 1780, 1781, 1782, 1790, 1791, 1792, 1793, 1797, 1799, 1800, 1801, 1802, 1803, 1804, 1814. 16 v. Localização: Arquivo Histórico Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

PARÓQUIA SÃO PEDRO (RIO GRANDE). **Livro de registro de batismos da população livre (1838-1842)**. [manuscrito]. Rio Grande, 1838-1842. v. 13. Localização: Arquivo Diocese Pastoral do Rio Grande.

_____. **Livro de registro de casamentos da população livre (1776-1799)**. [manuscrito]. Rio Grande, 1776-1799. v. 2. Localização: Arquivo Diocese Pastoral do Rio Grande.

Fontes impressas, legislações, dicionários e genealogias

A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ÚLTIMOS DIAS. Brasil, Rio Grande do Sul, Registros da Igreja Católica, 1738-1952, Índice e imagens, **FamilySearch**. Disponível em: <https://familysearch.org/search/collection/location/1927159?region=Brasil>. Acesso em: 13 jan. 2016.

BÍBLIA. Português. 2008. **Bíblia de Jerusalém**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Paulus, 2008.

BLUTEAU, Rafael. **Vocabulario portuguez & latino**: aulico, anatomico, architectonico... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. 8 v. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>. Acesso em: 26 fev. 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 3.071**, de 1º de janeiro de 1916. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1º de janeiro de 1916. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071impressao.htm. Acesso em: 11 jun. 2014.

_____. _____. **Lei nº 6.015**, de 31 de dezembro de 1973. Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências. Brasília, 31 de dezembro de 1973. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L6015.htm>. Acesso em: 02 abr. 2011.

_____. _____. **Lei nº 6.515**, de 26 de dezembro de 1977. Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências. Brasília, 26 de dezembro de 1977. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6515.htm. Acesso em: 26 fev. 2015.

_____. _____. **Lei nº 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Brasília, 10 de janeiro de 2002. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: 11 jun. 2014.

CIRNE LIMA, Carlos Roberto Velho. **Árvore da Família Cirne Lima**. [S.l.], 15 out. 2005. Disponível em: <http://www.cirnelima.org/Cirne%20Lima.web/default.htm>. Acesso em: 29 set. 2015.

CORUJA, Antônio Álvares Pereira. **Antigualhas: reminiscências de Porto Alegre**. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1983.

FORTES, Amyr Borges; WAGNER, João Baptista Santiago. **História administrativa, judiciária e eclesiástica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1963.

GUÉRIOS, Rosário Farâni Mansur. **Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes**. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Ave Maria, 1973.

LOPES FILHO, João Simões. **Genealogia 201: A origem dos Osórios gaúchos**. [S.l.], 23 maio 2008. Disponível em: <http://mitoblogos.blogspot.com.br/2008/05/genealogia-201-origem-dos-osrios-gachos.html>. Acesso em: 29 set. 2015. Blog: Mitoblogos.

MENGO, Francisco da Silva. **Diccionario de nomes de Batismo**. Porto: Typographia Elzeviriana, 1889.

OLIVEIRA, Clóvis Silveira de. **Porto Alegre: a cidade e sua formação**. 2. ed. Porto Alegre: Metrópole, 1993.

PINTO, Luís Maria da Silva. **Diccionario da Lingua Brasileira**. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/diccionario/edicao/3>. Acesso em: 26 fev. 2015.

RIO GRANDE DO SUL. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. **Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul**. v. 11. Porto Alegre: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 1995.

_____. Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. **De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul: censos do RS 1803-1950**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1981.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul: 1820-1821**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo, Universidade de São Paulo, 1974.

SGARBOSSA, Mário; GIOVANNINI, Luigi. **Um Santo para cada dia**. São Paulo: Paulinas, 1983.

SILVA, Antônio de Moraes. **Diccionario da lingua portugueza: recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e**

muito acrescentado. 2. ed. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. 2 v. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/2>. Acesso em: 26 fev. 2015.

VASCONCELOS, José Leite de. **Opúsculos**: volume III: onomatologia. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.

VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**: feitas e ordenadas pelo illustrissimo, e reverendíssimo senhor Sebastião Monteiro da Vide, bispo do dito Arcebispado, e do Conselho de Sua Magestade; propostas e aceitas em o Synodo Diocesano, que o dito senhor celebrou em 12 de junho do anno de 1707. São Paulo: Typographia 2 de dezembro, 1853.

Referências bibliográficas

ALADRÉN, Gabriel. **Liberdades negras nas paragens do sul**: alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-1835. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

ALBERTON, Mirele. **A morte não poupa ninguém**: análise diferencial da mortalidade de livres e escravos da Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1835). Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Curso de História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

ALVES, Adriana Dantas Reis. **As mulheres por cima, o caso de Luzia jeje**: escravidão, família e mobilidade social – Bahia, c.1780-c.1830. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

AMORIM, Maria Norberta. Falando de demografia histórica... **NEPS**: boletim informativo, Guimarães, v. 33-34, p. 4-8, set.-nov. 2003.

_____. Identificação de pessoas em duas paróquias do Norte de Portugal (1580-1820). **Boletim de Trabalhos Históricos**, Guimarães, v. XXXIV, p. 213-279, 1983.

AUGÉ, Marc. Sistemas de notação. In: _____. **Os domínios do parentesco** (filiação, aliança matrimonial, residência). Lisboa: Edições 70, 1978. p. 61-62.

AZEVEDO, Marta. Os registros de batismos e casamentos como fontes de informações para os estudos indígenas. In: BASSANEZI, Maria Silvia C. B.; BOTELHO, Tarcísio R. (orgs.). **Linhas e entrelinhas**: as diferentes leituras das atas paroquiais dos setecentos e oitocentos. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2009. p. 77-84.

BARROS, José d'Assunção. **O campo da história**: especialidades e abordagens. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BARROSO, Véra Lúcia Maciel. O tropeirismo na formação do Sul. In: CAMARGO, Fernando; GUTFREIND, Ieda; REICHEL, Heloísa (dir.). **História geral do Rio Grande do Sul**: Colônia. Passo Fundo: Méritos, 2006. v. 1. p. 171-187.

BASSANEZI, Maria Silvia Casagrande Beozzo. Los colonos del café y los nombres de sus hijos. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN DE DEMOGRAFÍA HISTÓRICA, X, 2013, Albacete. **Anais eletrônicos...** Madrid, ADEH, 2013. Disponível em: <https://www.adeh.org/?q=es/system/files/xcongreso/Sesi%C3%B3n27/Ponencias%20completas/Bassanezi%20Os%20colonos%20do%20caf%C3%A9%20e%20os%20nomes%20de%20seus%20filhos%20Sesi%C3%B3n%2027.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2013.

_____. Registros paroquiais e civis: os eventos vitais na reconstituição da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (orgs.). **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 141-172.

BERUTE, Gabriel Santos. **Atividades mercantis do Rio Grande de São Pedro: negócios, mercadorias e agentes mercantis (1808-1850)**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

_____. **Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul (c. 1790-c. 1825)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

BERTO, João Paulo. Práticas e representações fúnebres: preparações para a morte na Campinas oitocentista. **Resgate**, Campinas, v. XXIII, n. 29, p. 61-70, jan./jun. 2015.

BITTENCOURT, Ezio da Rocha. Teatro, cultura e sociabilidade na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. In: LIMA, Evelyn Furquim Werneck (Org.). **Espaço e teatro: do edifício teatral à cidade como palco**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008. p. 30-66.

BLOCH, Marc. Comparação. In: _____. **História e historiadores**. Lisboa: Teorema, 1998. p. 111-118.

_____. Noms de personne et histoire sociale. **Annales d'histoire économique et sociale**, [s.l.], v. 4, n. 13, p. 67-69, 1932.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 183-191.

_____. Da regra às estratégias. In: _____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 77-95.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. **Minas patriarcal: família e sociedade (São João del Rei – séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Annablume, 2007.

BURGUIÈRE, André. A antropologia histórica. In: LE GOFF, Jacques (dir.). **A História Nova**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 125-152.

_____. Prénoms et parenté. In: DUPÂQUIER, Jacques; BIDEAU, Alain; DUCREUX, Marie-Elizabeth (orgs.). **Le prénom, mode et histoire**: entretiens de Malher 1980. Paris: École des Hautes Études em Sciences Sociales, 1984. p. 29-35.

_____. Un nom pour soi. **L'Homme**, [Paris], t. 20, n. 4, p. 25-42, oct.-déc. 1980.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2012.

CAMILO, Nathan. “**Feliz o homem que deixa um bom nome**”: práticas de nomeação e apadrinhamento na freguesia de Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1810). Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Curso de História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

COSTA, Valéria Gomes. **Trajetórias Negras**: os libertos da Costa d’África no Recife (1846-1890). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

CUNHA, Jorge Luiz da. Imigração e colonização alemã. In: PICCOLO, Helga Iracema Landgraf; PADOIN, Maria Medianeira (dir.). **História geral do Rio Grande do Sul**: Império. Passo Fundo: Méritos, 2006. v. 2. p. 279-300.

CUNHA, Máisa Faleiros da. Práticas de nominação entre escravos. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN DE DEMOGRAFÍA HISTÓRICA, X, 2013, Albacete. **Anais eletrônicos...** Madrid, ADEH, 2013. Disponível em: <https://www.adeh.org/?q=es/system/files/xcongreso/Sesi%C3%B3n27/Ponencias%20completas/Faleiros%20Pr%C3%A1ticas%20de%20nomea%C3%A7%C3%A3o%20entre%20escravos%20Sesi%C3%B3n%2027.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2013.

DAVIS, Natalie Zemon. **O retorno de Martin Guerre**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

DOYLE, William. **O Antigo Regime**. São Paulo: Ática, 1991.

DUPÂQUIER, Jacques. Introduction. In: _____; BIDEAU, Alain; DUCREUX, Marie-Elizabeth (orgs.). **Le prénom, mode et histoire**: entretiens de Malher 1980. Paris: École des Hautes Études em Sciences Sociales, 1984. p. 5-10.

DURKHEIM, Émile; MAUSS, Marcel. Algumas formas primitivas de classificação. In: RODRIGUES, José Albertino (org.). **Émile Durkheim**. 9. ed. São Paulo: Ática, 2001. p. 183-203.

ESPADA LIMA, Henrique. Micro-história. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 207-223.

ESPÍRITO SANTO, Miguel Frederico do. Fundamentos da incorporação do Rio Grande do Sul ao Brasil e ao espaço português. In: CAMARGO, Fernando;

GUTFREIND, Ieda; REICHEL, Heloísa (dir.). **História geral do Rio Grande do Sul: Colônia**. Passo Fundo: Méritos, 2006. v. 1. p. 23-41.

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano cultural**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. **Sinhás pretas, damas mercadoras: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850)**. Tese (Titular) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

FARINATTI, Luiz Augusto Ebling. **Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

FEIJÓ, Rui Graça. Um exercício sobre nomes. **Boletín de la Asociación de Demografía Histórica**, [S.l.], v. 1, p. 50-63, 1987.

FERREIRA, Sérgio Luiz. **“Nós não somos de origem”**: populares de ascendência açoriana e africana numa freguesia do sul do Brasil (1780-1960). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann. De terra de ninguém à terra de muitos: olhares viajantes e imagens fundadoras (do século XVII ao XIX). In: CAMARGO, Fernando; GUTFREIND, Ieda; REICHEL, Heloísa (dir.). **História geral do Rio Grande do Sul: Colônia**. Passo Fundo: Méritos, 2006. v. 1. p. 273-307.

FRAGOSO, João. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. **Topoi**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 41-70, dez. 2002.

_____; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Uma leitura do Brasil Colonial: bases da materialidade e da governabilidade no Império. **Penélope**, Lisboa, n. 23, p. 67-88, nov. 2000.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre e seu comércio**. Porto Alegre: Associação Comercial de Porto Alegre, 1983.

FREITAS, Denize Teresinha Leal. **O casamento na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre: a população livre e suas relações matrimoniais de 1772-1835**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

FURTADO, Júnia Ferreira. Testamentos e inventários: a morte como testemunho da vida. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (orgs.). **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 93-118.

GINZBURG, Carlo. Provas e possibilidades à margem de “Il ritorno de Martin Guerre”, de Natalie Zemon Davis. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989. p. 179-202.

_____. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-179.

_____; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989. p. 169-178.

GOMES, Luciano Costa. **Uma cidade negra: escravidão, estrutura econômico-demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772-1802**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. Vida cotidiana dos açorianos pelas freguesias e caminhos. In: CAMARGO, Fernando; GUTFREIND, Ieda; REICHEL, Heloísa (dir.). **História geral do Rio Grande do Sul: Colônia**. Passo Fundo: Méritos, 2006. v. 1. p. 203-223.

HAMEISTER, Martha Daisson. Na pia batismal: estratégias de interação, inserção e exclusão social entre os migrantes açorianos e a população estabelecida na vila de Rio Grande, através do estudo das relações de compadrio e parentescos fictícios (1738-1763). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 5, 2003, Caxambu. **Anais eletrônicos...** Campinas, ABPHE, 2003. Disponível em: http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_91.pdf. Acesso em: 15 maio 2010.

_____. **Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da vila do Rio Grande (1738-1763)**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

HESPANHA, António Manuel. A mobilidade social na sociedade de Antigo Regime. **Tempo**, Niterói, v. 11, n. 21, p. 121-143, 2006.

_____. Carne de uma só carne: para uma compreensão dos fundamentos histórico-antropológicos da família na época moderna. **Análise social**, Lisboa, v. XXVIII (123-124), p. 951-973, 1993.

KLAPISCH-ZUBER, Christiane. Constitution et variations temporelles des stocks de prénoms. In: DUPÂQUIER, Jacques; BIDEAU, Alain; DUCREUX, Marie-Elizabeth (orgs.). **Le prénom, mode et histoire: entretiens de Malher 1980**. Paris: École des Hautes Études em Sciences Sociales, 1984. p. 37-47.

KÜHN, Fábio. **Breve história do Rio Grande do Sul**. 4. ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2011.

_____. **Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa – século XVIII**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

_____. Um governador em apuros. A trajetória administrativa de José Marcelino de Figueiredo (Rio Grande de São Pedro, 1769-1780). In: DORÉ, Andréa; SANTOS, Antonio Cesar de Almeida (orgs.). **Temas setecentistas: governos e populações no império português**. Curitiba, UFPR-SCHLA; Fundação Araucária, 2009. p. 169-180.

LARA, Silvia Hunhold. **Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2007.

LEBRUN, François. O sacerdote, o príncipe e a família. In: BURGUIÈRE, André et al. (dir.). **História da família: o choque das modernidades: Ásia, África, América, Europa**. Lisboa: Terramar, 1998. v. 3. p. 83-134.

LEMINSKI, Paulo. Nomes a menos. In: _____. **Distraídos venceremos**. 2. ed. Rio de Janeiro, Brasiliense, 1990. p. 41.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. Micro-história e história da imigração. In: VENDRAME, Maíra Inês et al. **Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 246-261.

_____. Reciprocidade mediterrânea. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (orgs.). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 51-86.

_____. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992. p. 133-161.

_____. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 167-182.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. 12. ed. Campinas: Papyrus, 2012.

LIBBY, Douglas C.; FRANK, Zephyr. Naming practices in Eighteen- and Nineteen-Century Brazil: names, namesakes, and families in the parish of São José, Minas Gerais. **Journal of Family History**, Ottawa, v. 40, n. 1, p. 64-91, 2015.

MACHADO, Cacilda. **A trama das vontades: negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social (São José dos Pinhais – PR, passagem do XVIII para o XIX)**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

MAGALHÃES Jr., Raimundo. **Como você se chama?** estudo sócio-psicológico de prenomes e cognomes. Rio de Janeiro: Documentário, 1974.

MARCÍLIO, Maria Luiza. Os registros paroquiais e a História do Brasil. **Varia Historia**, Belo Horizonte, n. 31, p. 13-20, jan. 2004.

_____. Variations des noms et des prénoms au Brésil. **Annales de Démographie Historique**, [s.l.], p. 345-353, 1972.

MARQUES, Rachel dos Santos. **Por cima da carne seca**: hierarquia e estratégias sociais no Rio Grande do Sul (c. 1750-1820). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

MATEO, Eduardo. **Entrevista a Eduardo Mateo / Parte III de IV**. Entrevistadores: Gustavo Rey e Mauricio Almada. [S.l.], [ca. 1986]. (ca. 6 min 19 s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wlpOyUEm2tw>. Acesso em: 14 jan. 2015.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão de troca nas sociedades arcaicas. In: _____. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003. p. 183-314.

_____. Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de “eu”. In: _____. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003. p. 367-397.

MELLO E SOUZA, Antônio Cândido de. **Um Funcionário da Monarquia**: Ensaio sobre o Segundo Escalão. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2002.

MENESES, Avelino de Freitas de. Os Açorianos na estruturação do Brasil do Sul: as levadas de meados do século XVIII. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi; BERUTE, Gabriel Santos; MATOS, Paulo Teodoro de (orgs.). **Gente das ilhas**: trajetórias transatlânticas dos Açores ao Rio Grande de São Pedro entre as décadas de 1740 a 1790. São Leopoldo: Oikos, 2014. p. 60-81.

MERCER, José Luiz da Veiga; NADALIN, Sérgio Odilon. Um patrimônio étnico: os prenomes de batismo. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 12-21, jul.-dez. 2008.

MONTEIRO, Antônio Sérgio Muggiati. **Laços invisíveis**: o papel da nomeação das crianças na formação de uma identidade cultural na Curitiba setecentista. Monografia de encerramento de curso (Graduação em História) – Departamento de História. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Os nomes de família em Portugal: uma breve perspectiva histórica. **Etnográfica**, Lisboa, v. 12, n. 1, p. 45-58, maio 2008.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Ingênuas mortes negras: doenças e óbitos dos filhos do Ventre Livre (Porto Alegre RS -1871/1888). **Territórios & fronteiras**, Cuiabá, v. 6, n. 2, p. 92-108, jul.-dez. 2013.

MÜLLER, Liane Susan. As contas do meu rosário são balas de artilharia. In: SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antônio dos; CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha. **RS negro**: cartografias sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre: Edipucrs, 2008. p. 262-271.

_____. O negro e suas devoções: a importância da Irmandade do Rosário e da Festa dos Navegantes para a formação de uma classe média negra porto-alegrense.

In: ENCONTRO “ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL”, 2, 2005, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre, UFRGS, 2005. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos2/liane%20muller%20completo.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2016.

NADALIN, Sérgio Odilon. A constituição das identidades nacionais nos territórios da imigração: os imigrantes germânicos e seus descendentes em Curitiba (Brasil) na virada do século XX. **Revista del CESLA**, Varsóvia, n. 15, p. 55-79, 2012.

_____. **História e demografia**: elementos para um diálogo. Campinas: ABEP, 2004.

_____. João, Hans, Johann, Johannes: dialética dos nomes de batismo numa comunidade imigrante. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 11, n. 1, p. 14-27, jan.-abr. 2007.

NASCIMENTO, Mara Regina do. **As Irmandades no Meio Urbano**: práticas funerárias e religiosidade entre os leigos. Porto Alegre (1780-1850). Porto Alegre: PPGH/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

NEUMANN, Eduardo Santos. A fronteira tripartida: a formação do continente do Rio Grande – século XVIII. In: GRIJÓ, Luiz Alberto et al. (orgs.). **Capítulos de história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. p. 25-46.

NEVES, Guilherme Pereira das. Padroado. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. p. 22-23.

OLIVEIRA, Vinícius Pereira de. **De Manoel Congo a Manoel de Paula**: um africano ladino em terras meridionais. São Leopoldo: EST Edições, 2006.

OSÓRIO, Helen. Estrutura agrária e ocupacional. In: CAMARGO, Fernando; GUTFREIND, Ieda; REICHEL, Heloísa (dir.). **História geral do Rio Grande do Sul**: Colônia. Passo Fundo: Méritos, 2006. v. 1. p. 153-170.

_____. Expansão territorial e população: a capitania do Rio Grande no primeiro quartel do século XIX. In: SCOTT, Ana Sílvia Volpi; FLECK, Eliane Cristina Deckmann (org.). **A corte no Brasil**: população e sociedade no Brasil e em Portugal no início do século XIX. São Leopoldo: Oikos; UNISINOS, 2008. p. 235-252.

PAROL, Núbia. **Marias e Josés**: práticas nominativas nos extremos da América portuguesa, Belém do Pará e Porto Alegre, séculos XVIII-XIX. Monografia de conclusão de curso (Licenciatura e Bacharelado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

PAZ, Octavio. **Tradução**: literatura e literalidade. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2009. Edição bilingue.

PESAVENTO, Sandra Jatahy (coord.). **Memória Porto Alegre**: espaços e vivências. Porto Alegre: UFRGS; Prefeitura Municipal, 1991.

PINA CABRAL, João de. Outros nomes, histórias cruzadas: apresentando o debate. **Etnográfica**, Lisboa, v. 12, n. 1, p. 5-16, maio 2008.

_____. Recorrências antroponímicas lusófonas. **Etnográfica**, Lisboa, v. 12, n. 1, p. 237-262, maio 2008.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RAMOS, Donald. Teias sagradas e profanas: o lugar do batismo e compadrio na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro. **Varia Historia**, Belo Horizonte, n. 31, p. 41-68, jan. 2004.

REICHEL, Heloísa Jochims. Fronteiras no espaço platino. In: CAMARGO, Fernando; GUTFREIND, Ieda; REICHEL, Heloísa (dir.). **História geral do Rio Grande do Sul: Colônia**. Passo Fundo: Méritos, 2006. v. 1. p. 43-63.

REIS, João José. **Domingos Sodré. Um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____; GOMES, Flávio; CARVALHO, Marcus J. M. **O alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro (c. 1822-c. 1853)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

RÉMOND, René. **O Antigo Regime e a Revolução: 1750-1815**. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1986.

RHODEN, Luiz Fernando. Os traçados urbanos. In: CAMARGO, Fernando; GUTFREIND, Ieda; REICHEL, Heloísa (dir.). **História geral do Rio Grande do Sul: Colônia**. Passo Fundo: Méritos, 2006. v. 1. p. 255-272.

ROOS, Jaime. Victoria Abaracón. Intérpretes: Jaime Roos e Eduardo Mateo. In: JAIME ROOS. **Mediocampo**. Montevideo: Orfeo, p1984. 1 disco sonoro, Lado A, faixa 2.

ROWLAND, Robert. Práticas de nomeação em Portugal durante a Época Moderna: ensaio de aproximação. **Etnográfica**, Lisboa, v. 12, n. 1, p. 17-43, maio 2008.

SAHLINS, Marshall David. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

SANTOS, Corcino Medeiros dos. **Economia e sociedade do Rio Grande do Sul: século XVIII**. São Paulo: Nacional; [Brasília]: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984.

_____. Importância da capitania do Rio Grande para o Brasil. In: CAMARGO, Fernando; GUTFREIND, Ieda; REICHEL, Heloísa (dir.). **História geral do Rio Grande do Sul: Colônia**. Passo Fundo: Méritos, 2006. v. 1. p. 65-83.

SARAMAGO, José. **Todos os nomes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCARPIM, Fábio Augusto. **Bens simbólicos em laços de pertencimento: família, religiosidade e identidade étnica nas práticas de transmissão de nomes de batismo em um grupo de imigrantes italianos (Campo Largo – PR, 1878-1937)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

SCHNAPPER, Dominique. Essai de lecture sociologique. In: DUPÂQUIER, Jacques; BIDEAU, Alain; DUCREUX, Marie-Elizabeth (orgs.). **Le prénom, mode et histoire: entretiens de Malher 1980**. Paris: École des Hautes Études em Sciences Sociales, 1984. p. 13-21.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. “Colocando a mulher no seu devido lugar”: uma reflexão sobre a agência feminina: freguesia da Madre de Deus de Porto Alegre nos finais do período colonial. In: MARQUES, Rachel dos Santos; COSTA, Hilton (orgs.). **A agência feminina na América portuguesa**. Curitiba: UFPR, 2016. No prelo.

_____. **Famílias, formas de união e reprodução social no noroeste português (séculos XVIII e XIX)**. São Leopoldo: Oikos; Unisinos, 2012.

_____; BERUTE, Gabriel Santos. “Gentes das Ilhas”: repensando a migração do Arquipélago dos Açores para a capitania do Rio Grande de São Pedro no século XVIII. In: _____. _____. MATOS, Paulo Teodoro de (orgs.). **Gente das ilhas: trajetórias transatlânticas dos Açores ao Rio Grande de São Pedro entre as décadas de 1740 a 1790**. São Leopoldo: Oikos, 2014. p. 105-146.

_____; SCOTT, Dario. Análise quantitativa de fontes paroquiais e indicadores sociais através de dados coletados para sociedades do Antigo Regime. **Mediações**, Londrina, v. 18, n. 1, p. 106-124, jan./jul. 2013.

_____; _____. Cruzamento nominativo de fontes: desafios, problemas e algumas reflexões para a utilização dos registros paroquiais. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO, 15, 2006, Caxambu. **Anais eletrônicos...** Campinas: ABEP, 2006. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_480.pdf. Acesso em: 15 maio 2010.

_____; _____. Uma alternativa metodológica para o cruzamento semiautomático de fontes nominativas: o NACAOb como opção para o caso luso-brasileiro. In: BOTELHO, Tarcísio R.; LEEUWEN, Marco H. D. van (orgs.). **História social: perspectivas metodológicas**. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2012. p. 85-108.

SERNA, Justo; PONS, Anaclet. O Buraco da Agulha. Do que falamos quando falamos da micro-história? In: MARTINS, Maria Cristina Bohn; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (orgs.). **Uma história em escalas: a microanálise e a historiografia latino-americana**. São Leopoldo: Oikos; Unisinos, 2012. p. 15-72.

SHAKESPEARE, William. **Tragédias: teatro completo**. Rio de Janeiro: Agir, 2008.

SILVA, Jonathan Fachini da. **Os filhos do destino: a exposição e os expostos na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1837)**. Dissertação (Mestrado em

História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Sistema de casamento no Brasil colonial**. São Paulo: TAQ; EDUSP, 1984.

SILVA, Vera Alice Cardoso. Aspectos da função política das elites na sociedade colonial brasileira: o ‘parentesco espiritual’ como elemento de coesão social. **Varia Historia**, Belo Horizonte, n. 31, p. 97-119, jan. 2004.

SINGER, Paul. Porto Alegre. In: _____. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1977. p. 141-198.

SOARES, Mariza de Carvalho. Nações e grupos de procedência. In: _____. **Devotos da cor**: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 95-137.

TRAMONTINI, Marcos Justo. **A organização social dos imigrantes**: a colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850). São Leopoldo: UNISINOS, 2003.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Filho “pardo” de mãe “preta”: cor e mobilidade social no Rio de Janeiro do século XVIII. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi et al. (orgs.). **Mobilidade social e formação de hierarquias**: subsídios para a história da população. São Leopoldo: Oikos; Unisinos, 2014. p. 284-306.

_____. Infância e pobreza no Rio de Janeiro, 1750-1808. **História: Questões e Debates**, Curitiba, n. 36, p. 129-159, 2002.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **A gente da Felisberta**: consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação (c. 1847 – tempo presente). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

_____. **Os nomes da liberdade**: ex-escravos na serra gaúcha no pós-abolição. São Leopoldo: Oikos, 2008.

ZARTH, Paulo Afonso. A estrutura agrária. In: PICCOLO, Helga Iracema Landgraf; PADOIN, Maria Medianeira (dir.). **História geral do Rio Grande do Sul**: Império. Passo Fundo: Méritos, 2006. v. 2. p. 187-213.

ZONABEND, Françoise. Da família. Olhar etnológico sobre o parentesco e a família. In: BURGUIÈRE, André et al. (dir.). **História da família**: mundos longínquos. Lisboa: Terramar, 1996. v. 1. p. 13-66.

_____. Le nom de personne. **L’Homme**, [Paris], t. 20, n. 4, p. 7-23, oct.-déc. 1980.

_____. Prénom et identité. In: DUPÂQUIER, Jacques; BIDEAU, Alain; DUCREUX, Marie-Elizabeth (orgs.). **Le prénom, mode et histoire**: entretiens de Malher 1980. Paris: École des Hautes Études em Sciences Sociales, 1984. p. 23-27.

APÊNDICE A – LISTA DE PRENOMES USADOS NOS BATISMOS DE LIVRES E FORROS EM PORTO ALEGRE EM ORDEM DE PREFERÊNCIA

a) Prenomes femininos

	Nome	NA	%		Nome	NA	%
1	Maria	1.252	19,8	42	Firmina	27	0,4
2	Ana	453	7,1	43	Claudina	26	0,4
3	Francisca	263	4,2		Deolinda	26	0,4
4	Joaquina	254	4,0		Gertrudes	26	0,4
5	Rita	214	3,4		Rafaela	26	0,4
6	Cândida	128	2,0	47	Vicência	25	0,4
7	Joana	116	1,8	48	Clemência	24	0,4
8	Antônia	108	1,7	49	Bibiana	22	0,3
9	Luísa	105	1,7		Emerenciana	22	0,3
10	Inácia	104	1,6		Guilhermina	22	0,3
11	Bernardina	100	1,6		Josefina	22	0,3
12	Felicidade	91	1,4		Justina	22	0,3
13	Delfina	82	1,3		Matilde	22	0,3
14	Rosa	81	1,3	55	Brígida	21	0,3
15	Carolina	73	1,2		Jacinta	21	0,3
16	Josefa	70	1,1	57	Bernarda	20	0,3
17	Leopoldina	66	1,0		Tomásia	20	0,3
18	Isabel	65	1,0	59	Maurícia	19	0,3
	Teresa	65	1,0		Zeferina	19	0,3
20	Margarida	64	1,0	61	Jesuína	18	0,3
21	Leocádia	63	1,0		Rufina	18	0,3
22	Mariana	62	1,0	63	Escolástica	17	0,3
23	Eufrásia	59	0,9		Leonor	17	0,3
24	Carlota	57	0,9	65	Eva	16	0,3
25	Constância	55	0,9		Generosa	16	0,3
26	Florisbela	54	0,9	67	Flora	15	0,2
27	Belmira	46	0,7		Helena	15	0,2
28	Manuela	45	0,7		Laura	15	0,2
29	Angélica	44	0,7	70	Bárbara	14	0,2
30	Felisberta	43	0,7		Esméria	14	0,2
	Senhorinha	43	0,7		Júlia	14	0,2
32	Clara	42	0,7		Rosaura	14	0,2
33	Alexandrina	41	0,6	74	Filibina	13	0,2
	Inocência	41	0,6		Florentina	13	0,2
35	Emília	38	0,6		Genoveva	13	0,2
	Feliciana	38	0,6		Leonida	13	0,2
37	Balbina	33	0,5	78	Faustina	12	0,2
38	Henriqueta	31	0,5		Laureana	12	0,2
39	Laurinda	30	0,5		Ludovina	12	0,2
40	Florinda	29	0,5		Quiteria	12	0,2
41	Teodora	28	0,4		Sebastiana	12	0,2

continua

continuação

	Nome	NA	%		Nome	NA	%
83	Catarina	11	0,2	125	Elísia	6	0,1
	Desidéria	11	0,2		Eulália	6	0,1
	Doroteia	11	0,2		Fabiana	6	0,1
	Fausta	11	0,2		Geralda	6	0,1
	Firmiana	11	0,2		Graciana	6	0,1
	Florência	11	0,2		Iria	6	0,1
	Floriana	11	0,2		Jerônima	6	0,1
	Luciana	11	0,2		Leandra	6	0,1
	Perpétua	11	0,2		Martiniana	6	0,1
	Silvana	11	0,2		Porfíria	6	0,1
	Umbelina	11	0,2		Simpliciana	6	0,1
94	Amália	10	0,2	141	Afra	5	0,1
	Clarinda	10	0,2		Cláudia	5	0,1
	Damásia	10	0,2		Guiomar	5	0,1
	Damiana	10	0,2		Leolinda	5	0,1
	Engrácia	10	0,2		Luzia	5	0,1
	Eugênia	10	0,2		Narcisa	5	0,1
	Lina	10	0,2		Paula	5	0,1
	Marcelina	10	0,2		Sofia	5	0,1
	Raquel	10	0,2		Vitória	5	0,1
	Ricarda	10	0,2	150	Águeda	4	0,1
	Severina	10	0,2		Augusta	4	0,1
	Silvéria	10	0,2		Benta	4	0,1
106	Felizarda	9	0,1		Cesária	4	0,1
	Fortunata	9	0,1		Domiciana	4	0,1
	Juliana	9	0,1		Florisbina	4	0,1
	Policena	9	0,1		Geraldina	4	0,1
	Porcina	9	0,1		Germana	4	0,1
111	Adriana	8	0,1		Hipólita	4	0,1
	Aurélia	8	0,1		Inês	4	0,1
	Custódia	8	0,1		Isidora	4	0,1
114	Amélia	7	0,1		Justiniana	4	0,1
	Apolinária	7	0,1		Laufrida	4	0,1
	Cecília	7	0,1		Libana	4	0,1
	Esmerilda	7	0,1		Lucinda	4	0,1
	Januária	7	0,1		Mafalda	4	0,1
	Leonarda	7	0,1		Ninfa	4	0,1
	Miguelina	7	0,1		Patricia	4	0,1
	Modesta	7	0,1		Romana	4	0,1
	Prudência	7	0,1		Simeana	4	0,1
	Reginalda	7	0,1	171	Agostinha	3	0,0
	Úrsula	7	0,1		Aldina	3	0,0
125	Adelaide	6	0,1		Ana Maria	3	0,0
	Albina	6	0,1		Anastácia	3	0,0
	Caetana	6	0,1		Ângela	3	0,0
	Camila	6	0,1		Arminda	3	0,0
	Constantina	6	0,1		Benedita	3	0,0

continua

continuação

	Nome	NA	%		Nome	NA	%
171	Carlina	3	0,0	199	Madalena	2	0,0
	Cipriana	3	0,0		Marciana	2	0,0
	Claudiana	3	0,0		Marcolina	2	0,0
	Clementina	3	0,0		Maria Dores	2	0,0
	Domingas	3	0,0		Martinha	2	0,0
	Domitila	3	0,0		Maximiana	2	0,0
	Hedvigés	3	0,0		Paulina	2	0,0
	Eleutéria	3	0,0		Pelágia	2	0,0
	Felícia	3	0,0		Propícia	2	0,0
	Filipa	3	0,0		Pulquéria	2	0,0
	Hortênsia	3	0,0		Quirina	2	0,0
	Maria Luísa	3	0,0		Rosária	2	0,0
	Marinha	3	0,0		Teodósia	2	0,0
	Micaela	3	0,0		Vitorina	2	0,0
	Páscoa	3	0,0	239	Alba	1	0,0
	Plácida	3	0,0		Alderinda	1	0,0
	Regina	3	0,0		Amabelia	1	0,0
	Severa	3	0,0		Amância	1	0,0
	Silvina	3	0,0		Amásia	1	0,0
	Valentina	3	0,0		América	1	0,0
	Veneranda	3	0,0		Anacleto	1	0,0
199	Aldrina	2	0,0		Anália	1	0,0
	Andresa	2	0,0		Asta	1	0,0
	Aura	2	0,0		Áurea	1	0,0
	Balduína	2	0,0		Auristela	1	0,0
	Bela	2	0,0		Aurora	1	0,0
	Belarmina	2	0,0		Auta	1	0,0
	Cedália	2	0,0		Basília	1	0,0
	Celestina	2	0,0		Belisa	1	0,0
	Cristina	2	0,0		Belisária	1	0,0
	Deodata	2	0,0		Benvinda	1	0,0
	Dionísia	2	0,0		Bona	1	0,0
	Donácia	2	0,0		Briolana	1	0,0
	Efigênia	2	0,0		Brites	1	0,0
	Estefânia	2	0,0		Carolina Josefa	1	0,0
	Estela	2	0,0		Castorina	1	0,0
	Fé	2	0,0		Celina	1	0,0
	Felicíssima	2	0,0		Clara Velosa	1	0,0
	Florida	2	0,0		Clarinha	1	0,0
	Floripa	2	0,0		Cloriana	1	0,0
	Francelina	2	0,0		Clorinda	1	0,0
	Gabriela	2	0,0		Comba	1	0,0
	Genuína	2	0,0		Corcina	1	0,0
	Idalina	2	0,0		Crista	1	0,0
	Ismênia	2	0,0		Dária	1	0,0
	Justa	2	0,0		Delmira	1	0,0
	Laurentina	2	0,0		Dina	1	0,0

continua

continuação

	Nome	NA	%		Nome	NA	%
239	Dometildes	1	0,0	239	Maria Augusta	1	0,0
	Domitilda	1	0,0		Maria Benedita	1	0,0
	Donaciana	1	0,0		Maria Carolina	1	0,0
	Eduarda	1	0,0		Maria Céu	1	0,0
	Elisa	1	0,0		Maria Espírito Santo	1	0,0
	Eloia	1	0,0		Maria Gabriela	1	0,0
	Ermenia	1	0,0		Maria Guarani	1	0,0
	Esmelinda	1	0,0		Maria Inácia	1	0,0
	Eufêmia	1	0,0		Maria Isabel	1	0,0
	Eufrasina	1	0,0		Maria José	1	0,0
	Eusébia	1	0,0		Maria Leopoldina	1	0,0
	Febrônia	1	0,0		Maria Manuela	1	0,0
	Filipa Maria	1	0,0		Maria Margarida	1	0,0
	Finísia	1	0,0		Maria Regina	1	0,0
	Flausina	1	0,0		Maria Soledade	1	0,0
	Floribela	1	0,0		Maria Teresa	1	0,0
	Florzinha	1	0,0		Marialdina	1	0,0
	Gaudência	1	0,0		Matilde Emília	1	0,0
	Genésia	1	0,0		Máxima	1	0,0
	Georgiana	1	0,0		Maximiliana	1	0,0
	Germinalda	1	0,0		Mônica	1	0,0
	Gracilácia	1	0,0		Nazária	1	0,0
	Guiolinda	1	0,0		Neresa	1	0,0
	Honória	1	0,0		Nerina	1	0,0
	Ilaia	1	0,0		Núncia	1	0,0
	Insenfinta	1	0,0		Olina	1	0,0
	Irena	1	0,0		Pacífica	1	0,0
	Itervinca	1	0,0		Polidora	1	0,0
	Jimene	1	0,0		Ponciana	1	0,0
	Jonia	1	0,0		Procópia	1	0,0
	Jorvina	1	0,0		Pulcina	1	0,0
	Laudicena	1	0,0		Quintiliana	1	0,0
	Leonísia	1	0,0		Raimunda	1	0,0
	Leopolda	1	0,0		Revocata	1	0,0
	Lia	1	0,0		Rogéria	1	0,0
	Liberata	1	0,0		Rosália	1	0,0
	Líria	1	0,0		Rosalina	1	0,0
	Listarda	1	0,0		Samuela	1	0,0
	Lizarda	1	0,0		Semilda	1	0,0
	Lourença	1	0,0		Serina	1	0,0
	Lúcia	1	0,0		Severiana	1	0,0
	Lucidoria	1	0,0		Simplícia	1	0,0
	Ludovica	1	0,0		Sinfrônia	1	0,0
	Mabélia	1	0,0		Soror	1	0,0
	Manuela Clara	1	0,0		Susana	1	0,0
	Marcinha	1	0,0		Teobalda	1	0,0
	Maria Angélica	1	0,0		Tília	1	0,0

continua

continuação

	Nome	NA	%		Nome	NA	%
239	Torcata	1	0,0	239	Venância	1	0,0
	Ubalдина	1	0,0		Violante	1	0,0
	Urânia	1	0,0		Virgílica	1	0,0
	Urbana	1	0,0		Vitoriana	1	0,0
	Urraca	1	0,0		[ilegível]	1	0,0

conclusão

Total: 374 prenomes femininos

b) Prenomes masculinos

	Nome	NA	%		Nome	NA	%
1	José	890	13,7	34	Boaventura	20	0,3
2	João	715	11,0		Maurício	20	0,3
3	Manuel	698	10,7		Porfírio	20	0,3
4	Antônio	694	10,7	37	Carlos	17	0,3
5	Francisco	431	6,6		Mariano	17	0,3
6	Joaquim	374	5,7		Patrício	17	0,3
7	Luís	149	2,3	40	Estêvão	16	0,2
8	Inácio	99	1,5		Gabriel	16	0,2
9	Domingos	92	1,4		Inocência	16	0,2
10	Cândido	68	1,0		Lourenço	16	0,2
11	Pedro	59	0,9		Teodoro	16	0,2
12	Jacinto	48	0,7	45	Constantino	15	0,2
13	Alexandre	47	0,7		Fernando	15	0,2
	Felisberto	47	0,7		Firmiano	15	0,2
15	Miguel	45	0,7		Júlio	15	0,2
16	Agostinho	44	0,7	49	Américo	14	0,2
	Serafim	44	0,7		Henrique	14	0,2
18	Sebastião	41	0,6		Isidoro	14	0,2
19	Bernardo	39	0,6		Ricardo	14	0,2
20	Bernardino	37	0,6		Severino	14	0,2
21	Vicente	36	0,6	54	Bento	13	0,2
22	Justino	35	0,5		Cláudio	13	0,2
23	Feliciano	32	0,5		Custódio	13	0,2
24	Firmino	31	0,5		Diogo	13	0,2
	Israel	31	0,5		Eleutério	13	0,2
26	Tristão	28	0,4	59	André	12	0,2
27	Zeferino	25	0,4		Florentino	12	0,2
28	Vasco	24	0,4		Guilherme	12	0,2
29	Rafael	23	0,4		Leandro	12	0,2
	Tomás	23	0,4	63	Davi	11	0,2
	Vitorino	23	0,4		Dionísio	11	0,2
32	Januário	21	0,3		Marciano	11	0,2
	Jerônimo	21	0,3		Reinaldo	11	0,2

continua

continuação

	Nome	NA	%		Nome	NA	%
63	Silvério	11	0,2	111	Frederico	7	0,1
	Tomé	11	0,2		Gaspar	7	0,1
69	Albino	10	0,2		Leocádio	7	0,1
	Amaro	10	0,2		Nicolau	7	0,1
	Bibiano	10	0,2		Rodrigo	7	0,1
	Caetano	10	0,2		Sesinando	7	0,1
	Felizardo	10	0,2		Simão	7	0,1
	Laurindo	10	0,2	121	Adão	6	0,1
	Marcos	10	0,2		Anacleto	6	0,1
	Maximiano	10	0,2		Cristóvão	6	0,1
	Narciso	10	0,2		Ezequiel	6	0,1
	Venâncio	10	0,2		Félix	6	0,1
	Venceslau	10	0,2		Hermenegildo	6	0,1
80	Ângelo	9	0,1		Matias	6	0,1
	Apolinário	9	0,1		Nazário	6	0,1
	Cipriano	9	0,1		Simplício	6	0,1
	Eduardo	9	0,1	130	Balbino	5	0,1
	Estácio	9	0,1		Baltasar	5	0,1
	Felisbino	9	0,1		Belmiro	5	0,1
	Florêncio	9	0,1		Camilo	5	0,1
	Justiniano	9	0,1		Claudino	5	0,1
	Laureano	9	0,1		Constâncio	5	0,1
	Lúcio	9	0,1		Demétrio	5	0,1
	Marcelino	9	0,1		Floriano	5	0,1
	Paulo	9	0,1		Germano	5	0,1
	Propício	9	0,1		Hilário	5	0,1
	Sezefredo	9	0,1		Martinho	5	0,1
	Silvestre	9	0,1		Máximo	5	0,1
	Veríssimo	9	0,1		Moisés	5	0,1
96	Adriano	8	0,1		Quirino	5	0,1
	Augusto	8	0,1		Roberto	5	0,1
	Desidério	8	0,1		Rogério	5	0,1
	Evaristo	8	0,1		Salvador	5	0,1
	Faustino	8	0,1		Silvano	5	0,1
	Fidelis	8	0,1		Simeão	5	0,1
	Geraldo	8	0,1	149	Anastácio	4	0,1
	Graciano	8	0,1		Aurélio	4	0,1
	Jesuíno	8	0,1		Benedito	4	0,1
	Leonardo	8	0,1		Damásio	4	0,1
	Luciano	8	0,1		Delfino	4	0,1
	Mateus	8	0,1		Eugênio	4	0,1
	Onofre	8	0,1		Fabiano	4	0,1
	Paulino	8	0,1		Felicíssimo	4	0,1
	Rufino	8	0,1		Jordão	4	0,1
111	Antero	7	0,1		Josué	4	0,1
	Eufrásio	7	0,1		Julião	4	0,1
	Filipe	7	0,1		Leopoldino	4	0,1

continua

continuação

	Nome	NA	%		Nome	NA	%
149	Lino	4	0,1	203	Benvenuto	2	0,0
	Militão	4	0,1		Brás	2	0,0
	Modesto	4	0,1		Cesário	2	0,0
	Praxedes	4	0,1		Ciríaco	2	0,0
	Prudêncio	4	0,1		Clemente	2	0,0
	Quintino	4	0,1		Crispim	2	0,0
	Timóteo	4	0,1		Domiciano	2	0,0
	Urbano	4	0,1		Egídio	2	0,0
169	Alberto	3	0,0		Elias	2	0,0
	Ambrósio	3	0,0		Eliseu	2	0,0
	Basílio	3	0,0		Emídio	2	0,0
	Benjamim	3	0,0		Flamino	2	0,0
	Casimiro	3	0,0		Genuíno	2	0,0
	Cassiano	3	0,0		Gil	2	0,0
	Clementino	3	0,0		Gregório	2	0,0
	Daniel	3	0,0		Herculano	2	0,0
	Delfim	3	0,0		Hildebrando	2	0,0
	Elisário	3	0,0		Honório	2	0,0
	Eneias	3	0,0		Ildefonso	2	0,0
	Ernesto	3	0,0		Isaías	2	0,0
	Eusébio	3	0,0		Ivo	2	0,0
	Fausto	3	0,0		Jacó	2	0,0
	Felício	3	0,0		João Lind	2	0,0
	Fortunato	3	0,0		Jonas	2	0,0
	Galdino	3	0,0		Ladislau	2	0,0
	Generoso	3	0,0		Leonido	2	0,0
	Honorato	3	0,0		Libanio	2	0,0
	Ismael	3	0,0		Lucas	2	0,0
	Jasão	3	0,0		Manuel Jesus	2	0,0
	Jeremias	3	0,0		Marçal	2	0,0
	Juvêncio	3	0,0		Peregrino	2	0,0
	Laufrido	3	0,0		Pio	2	0,0
	Leopoldo	3	0,0		Policarpo	2	0,0
	Mâncio	3	0,0		Policeno	2	0,0
	Norberto	3	0,0		Quintiliano	2	0,0
	Pacífico	3	0,0		Rolino	2	0,0
	Polidoro	3	0,0		Sabino	2	0,0
	Pompeu	3	0,0		Salustiano	2	0,0
	Saturnino	3	0,0		Servando	2	0,0
	Simpliciano	3	0,0		Severo	2	0,0
	Valentim	3	0,0		Teodorico	2	0,0
	Valeriano	3	0,0		Teófilo	2	0,0
203	Afonso	2	0,0		Tobias	2	0,0
	Alexandrino	2	0,0		Ventura	2	0,0
	Arsênio	2	0,0		Vítor	2	0,0
	Bartolomeu	2	0,0		Vitoriano	2	0,0
	Belisário	2	0,0	254	Acácio	1	0,0

continua

continuação

	Nome	NA	%		Nome	NA	%
254	Afrânio	1	0,0	254	Inocente	1	0,0
	Albano	1	0,0		Irisisporolencio	1	0,0
	Álvaro	1	0,0		Isaque	1	0,0
	Amado	1	0,0		Jasmino	1	0,0
	Anselmo	1	0,0		João Batista	1	0,0
	Antônio Maria	1	0,0		João Feliz	1	0,0
	Apolo	1	0,0		João Henrique	1	0,0
	Arcanjo	1	0,0		João Serapião	1	0,0
	Arnaldo	1	0,0		José Antônio	1	0,0
	Atanásio	1	0,0		José Bonifácio	1	0,0
	Augusto Carlos	1	0,0		Josefino	1	0,0
	Aurino	1	0,0		Josias	1	0,0
	Avelino	1	0,0		Jovino	1	0,0
	Barnabé	1	0,0		Laudigário	1	0,0
	Belarmino	1	0,0		Laurêncio	1	0,0
	Benício	1	0,0		Laurentino	1	0,0
	Benigno	1	0,0		Leôncio	1	0,0
	Brígido	1	0,0		Leonel	1	0,0
	Clariano	1	0,0		Leto	1	0,0
	Clarismundo	1	0,0		Liberato	1	0,0
	Claudiano	1	0,0		Lidoro	1	0,0
	Cornélio	1	0,0		Lopo	1	0,0
	Deodato	1	0,0		Loreno	1	0,0
	Duarte	1	0,0		Ludovico	1	0,0
	Elisbão	1	0,0		Luís Henrique	1	0,0
	Elísio	1	0,0		Mamede	1	0,0
	Elói	1	0,0		Manuel Feliz	1	0,0
	Emiliano	1	0,0		Marcolino	1	0,0
	Emílio	1	0,0		Martiniano	1	0,0
	Emílio Smith	1	0,0		Maximiliano	1	0,0
	Engrácio	1	0,0		Nascimento	1	0,0
	Epifânio	1	0,0		Natanael Neal	1	0,0
	Equério	1	0,0		Nereu	1	0,0
	Esperidião	1	0,0		Orestes	1	0,0
	Estanislau	1	0,0		Paio	1	0,0
	Feliz	1	0,0		Pedro Alcântara	1	0,0
	Fermim	1	0,0		Plácido	1	0,0
	Fidêncio	1	0,0		Ponciano	1	0,0
	Filino	1	0,0		Primo	1	0,0
	Flaviano	1	0,0		Procópio	1	0,0
	Frutuoso	1	0,0		Raimundo	1	0,0
	Fulgêncio	1	0,0		Randolfo	1	0,0
	Gervásio	1	0,0		Remígio	1	0,0
	Hércules	1	0,0		Rocha	1	0,0
	Hermogenio	1	0,0		Rodolfo	1	0,0
	Higino	1	0,0		Roldão	1	0,0
	Idalino	1	0,0		Romão	1	0,0

continua

continuação

	Nome	NA	%		Nome	NA	%
254	Romualdo	1	0,0		Tomásio	1	0,0
	Sancho	1	0,0		Trocato	1	0,0
	Santiago	1	0,0		Ubaldo	1	0,0
	Satro	1	0,0		Umbelino	1	0,0
	Sigismundo	1	0,0		Valério	1	0,0
	Teodolindo	1	0,0		Virgílio	1	0,0
	Teodósio	1	0,0		Vital	1	0,0
	Tertuliano	1	0,0		Vitório	1	0,0
	Teotônio	1	0,0		Zeferredo	1	0,0
	Tiago	1	0,0	[ilegível]		3	0,0

conclusão

Total: 367 prenomes masculinos

APÊNDICE B – LISTA DE PRENOMES USADOS NOS BATISMOS DE LIVRES E FORROS EM PORTO ALEGRE POR ORIGEM RELIGIOSA

a) Prenomes femininos

Nomes de beatas ou santas²⁹²				
Nomes de santas²⁹³				
Águeda	Cecília	Felícia	Joana	Paula
Albina	Celestina	Felicidade	Joaquina	Paulina
Amália	Clara	Filipa	Josefina	Pelágia
Amélia	Cláudia	Firmina	Júlia	Perpétua
Ana	Constância	Flora	Juliana	Plácida
Anastácia	Cristina	Florência	Justina	Quiteria
Ângela	Delfina	Florinda	Laura	Regina
Angélica	Desidéria	Fortunata	Leocádia	Rita
Antônia	Dionísia	Francisca	Leonor	Rosa
Arminda	Domitila	Gabriela	Lia	Rosália
Augusta	Doroteia	Gaudência	Lúcia	Rosalina
Áurea	Efigênia	Generosa	Luciana	Sofia
Balbina	Emerenciana	Genoveva	Luísa	Susana
Bárbara	Emília	Germana	Luzia	Teodora
Basília	Engrácia	Gertrudes	Madalena	Teresa
Benedita	Escolástica	Hedvigés	Margarida	Umbelina
Bibiana	Eufrásia	Helena	Maria	Úrsula
Brígida	Eugênia	Inês	Mariana	Valentina
Camila	Eulália	Iria	Marinha	Violante
Cândida	Fabiana	Isabel	Matilde	Virgínia
Carolina	Fausta	Isidora	Mônica	Vitória
Catarina	Faustina	Jacinta	Patricia	
Nomes de beatas²⁹⁴				
Adelaide	Briolana	Fé	Irena	Máxima
Afra	Castorina	Febrônia	Januária	Micaela
Alexandrina	Cesária	Felicíssima	Justa	Miguelina
Andresa	Comba	Florentina	Leonida	Modesta
Apolinária	Dária	Floriana	Liberata	Ninfa
Aura	Domingas	Floripa	Lourença	Policena
Aurélia	Estefânia	Genésia	Mafalda	Prudência
Benta	Eufrasina	Guimar	Marcelina	Pulquéria
Bernardina	Eusébia	Honória	Marciana	Rafaela
Bona	Eva	Inocência	Martinha	Revocata

continua

²⁹² Classificação baseada em MENGÓ (1880), GUÉRIOS (1973), SGARBOSSA; GIOVANNINI (1983) e LIBBY; FRANK (2015). Não estão incluídos nomes compostos.

²⁹³ Nomes citados por GUÉRIOS (1973), SGARBOSSA; GIOVANNINI (1983) e LIBBY; FRANK (2015).

²⁹⁴ Nomes citados por MENGÓ (1880) como nomes que “designam indivíduos santificados ou beatificados pela Igreja [sic]” e não citados pelos demais autores.

continuação

Romana	Senhorinha	Teodósia	Veneranda	
Rufina	Serina	Tomásia	Vitoriana	
Sebastiana	Severa	Urraca	Vitorina	
Nomes inspirados em beatos/as ou santos/as				
Adriana	Claudina	Florida	Ludovica	Severiana
Agostinha	Clemência	Geralda	Manuela	Severina
Amância	Clementina	Geraldina	Marcinha	Silvana
Anacleto	Constantina	Guilhermina	Martiniana	Silvéria
Benvinda	Crista	Henriqueta	Maurícia	Simeana
Bernarda	Custódia	Hipólita	Páscoa	Simplícia
Brites	Damásia	Inácia	Ponciana	Simpliciana
Caetana	Damiana	Jerônima	Porfíria	Ubalдина
Carlina	Deodata	Josefa	Quirina	Urbana
Carlota	Domitilda	Justiniana	Raimunda	Venância
Cipriana	Eduarda	Laureana	Ricarda	Vicência
Clarinda	Feliciana	Leandra	Rosária	Zeferina
Clarinha	Felisberta	Leonarda	Rosaura	
Claudiana	Firmiana	Lina	Samuela	
Outros nomes				
Citados por Mengo (1880)				
Alderinda	Clorinda	Flausina	Jimene	Maximiana
Aldina	Delmira	Floribela	Laurentina	Maximiliana
Amásia	Deolinda	Florisbela	Laurinda	Narcisa
América	Dina	Francelina	Leonísia	Porcina
Aurora	Domiciana	Georgiana	Leopolda	Raquel
Balduína	Donaciana	Graciana	Leopoldina	Rogéria
Belarmina	Eleutéria	Hortênsia	Libana	Silvina
Belisa	Elisa	Idalina	Lucinda	Tília
Belmira	Elísia	Ismênia	Ludovina	Urânia
Celina	Felizarda	Jesuína	Marcolina	
Não citados por Mengo (1880)				
Alba	Donácia	Germinalda	Lizarda	Pulcina
Aldrina	Eloia	Gracilácia	Lucidoria	Quintiliana
Amabelia	Ermenia	Guiolinda	Mabélia	Reginalda
Anália	Esmelinda	Ilaia	Marialdina	Semilda
Asta	Esméria	Insenfinta	Nazária	Sinfrônia
Auristela	Esmerilda	Itervinca	Neresa	Soror
Auta	Estela	Jonia	Nerina	Teobalda
Bela	Eufêmia	Jorvina	Núncia	Torcata
Belisária	Filisbina	Laudicena	Olina	Virgilina
Cedália	Finísia	Laufrida	Pacífica	
Cloriana	Florisbina	Leolinda	Polidora	
Corcina	Florzinha	Líria	Procópia	
Dometildes	Genuína	Listarda	Propícia	

conclusão

b) Prenomes masculinos

Nomes de beatos ou santos ²⁹⁵				
Nomes de santos ²⁹⁶				
Adão	Cipriano	Florêncio	Leandro	Raimundo
Adriano	Ciríaco	Floriano	Leonardo	Ricardo
Afonso	Cláudio	Francisco	Lino	Roberto
Agostinho	Clemente	Fulgêncio	Lourenço	Rodrigo
Albano	Constantino	Gabriel	Lucas	Romão
Alberto	Cornélio	Galdino	Luciano	Romualdo
Albino	Crispim	Geraldo	Lúcio	Sabino
Alexandre	Cristóvão	Germano	Luís	Salvador
Amaro	Custódio	Gervásio	Mâncio	Santiago
Ambrósio	Damáσιο	Gil	Manuel	Saturnino
Anacleto	Daniel	Gregório	Marçal	Sebastião
Anastácio	Davi	Guilherme	Marcelino	Serafim
André	Delfino	Henrique	Marciano	Severino
Ângelo	Demétrio	Herculano	Marcos	Severo
Anselmo	Deodato	Hermenegildo	Mariano	Silvano
Antônio	Desidério	Higino	Martinho	Silvério
Apolinário	Diogo	Hilário	Mateus	Silvestre
Arcanjo	Dionísio	Honório	Matias	Simão
Arnaldo	Domingos	Ildefonso	Maurício	Simeão
Arsênio	Eduardo	Inácio	Máximo	Simplício
Atanásio	Egídio	Inocência	Miguel	Teodoro
Augusto	Elias	Inocente	Moisés	Teófilo
Avelino	Eliseu	Isaque	Nascimento	Teotônio
Baltasar	Emídio	Isidoro	Nereu	Tiago
Barnabé	Emílio	Ismael	Nicolau	Timóteo
Bartolomeu	Estanislau	Ivo	Norberto	Tobias
Basílio	Estêvão	Jacinto	Onofre	Tomás
Benedito	Eufrásio	Jacó	Paio	Tomé
Benigno	Eugênio	Januário	Patrício	Ubaldo
Benjamim	Eusébio	Jeremias	Paulino	Urbano
Bento	Evaristo	Jerônimo	Paulo	Valentim
Bernardino	Ezequiel	João	Pedro	Valeriano
Bernardo	Fabiano	Joaquim	Pio	Valério
Boaventura	Felisberto	José	Plácido	Venâncio
Brás	Félix	Julião	Policarpo	Venceslau
Caetano	Feliz	Júlio	Ponciano	Vicente
Camilo	Fermim	Justiniano	Porfírio	Virgílio
Cândido	Fernando	Justino	Prudência	Vítor
Carlos	Fidelis	Ladislau	Quirino	Vitorino
Casimiro	Filipe	Laureano	Rafael	Zeferino

continua

²⁹⁵ Classificação baseada em MENGO (1880), GUÉRIOS (1973), SGARBOSSA; GIOVANNINI (1983) e LIBBY; FRANK (2015). Não estão incluídos nomes compostos.

²⁹⁶ Nomes citados por GUÉRIOS (1973), SGARBOSSA; GIOVANNINI (1983) e LIBBY; FRANK (2015).

continuação

Nomes de beatos ²⁹⁷				
Acácio	Epifânio	Honorato	Mamede	Reinaldo
Álvaro	Ernesto	Isaías	Marcolino	Remígio
Amado	Faustino	Israel	Martiniano	Rodolfo
Antero	Fausto	Jasão	Maximiano	Rogério
Apolo	Feliciano	Jesuíno	Maximiliano	Rufino
Aurélio	Felicíssimo	Jonas	Militão	Salustiano
Benvenuto	Fidêncio	Jordão	Modesto	Sancho
Cassiano	Firmino	Josué	Narciso	Servando
Cesário	Flamino	Jovino	Nazário	Sigismundo
Claudiano	Flaviano	Juvêncio	Orestes	Simpliciano
Clementino	Florentino	Laurentino	Pacífico	Teodorico
Constâncio	Fortunato	Leôncio	Peregrino	Teodósio
Delfim	Frederico	Leopoldo	Pompeu	Tertuliano
Domiciano	FruTUoso	Leto	Praxedes	Veríssimo
Eleutério	Generoso	Libanio	Primo	Vital
Elisário	Genuíno	Liberato	Procópio	Vitoriano
Elói	Graciano	Lidoro	Quintiliano	
Emiliano	Hildebrando	Lopo	Quintino	
Nomes inspirados em beatos/as ou santos/as				
Alexandrino	Brígido	Engrácio	Josefino	Tomásio
Balbino	Claudino	Felício	Leocádio	Umbelino
Bibiano	Duarte	Firmiano	Ludovico	Vitório
Outros nomes				
Citados por Mengo (1880)				
Américo	Elísio	Idalino	Policeno	Tristão
Belarmino	Eneias	Josias	Polidoro	Ventura
Belisário	Estácio	Laurindo	Propício	
Belmiro	Felizardo	Leonel	Randolfo	
Benício	Gaspar	Leonido	Rolino	
Clarismundo	Hércules	Leopoldino	Teodolindo	
Não citados por Mengo (1880)				
Afrânio	Esperidião	Jasmino	Rocha	Trocato
Aurino	Felisbino	Laudigário	Roldão	Vasco
Clariano	Filino	Laufrido	Satro	Zeferedo
Elisbão	Hermogenio	Laurêncio	Sesinando	
Equério	Irisporolencio	Loreno	Sezefredo	

conclusão

²⁹⁷ Nomes citados por MENGÓ (1880) como nomes que “designam indivíduos santificados ou beatificados pela Igreja [sic]” e não citados pelos demais autores.

**APÊNDICE C – LISTA DOS CINCO PRENOMES MAIS USADOS NOS BATISMOS
DE LIVRES E FORROS EM PORTO ALEGRE POR DÉCADA**

a) 1772-1779

	Feminino			Masculino		
	Nome	NA	%	Nome	NA	%
1	Ana	30	16,8	José	29	17,7
2	Maria	20	11,2	Manuel	28	17,1
3	Joaquina	13	7,3	João	16	9,8
4	Inácia	13	7,3	Joaquim	14	8,5
5	Francisca	12	6,7	Antônio	13	7,9
	Subtotal	88	49,2	Subtotal	100	61,0
	Outros 51	91	50,8	Outros 39	64	39,0
	Total	179	100	Total	164	100

b) 1780-1789

	Feminino			Masculino		
	Nome	NA	%	Nome	NA	%
1	Maria	62	16,5	José	59	14,3
2	Ana	59	15,7	Manuel	44	10,7
3	Joaquina	28	7,5	Antônio	37	9,0
4	Francisca	11	2,9	João	32	7,8
5	Antônia	10	2,7	Joaquim	29	7,0
	Subtotal	170	45,3	Subtotal	201	48,8
	Outros 91	205	54,7	Outros 94	211	51,2
	Total	375	100	Total	412	100

c) 1790-1799

	Feminino			Masculino		
	Nome	NA	%	Nome	NA	%
1	Maria	127	20,1	José	94	14,3
2	Ana	68	10,7	Antônio	70	10,7
3	Francisca	25	3,9	Manuel	69	10,5
4	Joaquina	24	3,9	João	66	10,0
5	Josefa	13	2,1	Francisco	43	6,5
	Subtotal	257	40,6	Subtotal	342	52,1
	Outros 127	376	59,4	Outros 117	315	47,9
	Total	633	100	Total	657	100

d) 1800-1809

	Feminino			Masculino		
	Nome	NA	%	Nome	NA	%
1	Maria	160	16,4	José	117	12,4
2	Ana	76	7,8	Antônio	100	10,6
3	Rita	50	5,1	João	91	9,7
4	Francisca	38	3,9	Manuel	85	9,0
5	Joaquina	31	3,2	Francisco	61	6,5
	Subtotal	355	36,3	Subtotal	454	48,2
	Outros 170	622	63,7	Outros 165	488	51,8
	Total	977	100	Total	942	100

e) 1810-1819

	Feminino			Masculino		
	Nome	NA	%	Nome	NA	%
1	Maria	235	16,5	José	184	12,8
2	Ana	89	6,2	João	166	11,6
3	Joaquina	61	4,3	Manuel	159	11,1
4	Francisca	54	3,8	Antônio	149	10,4
5	Rita	50	3,5	Francisco	88	6,1
	Subtotal	489	34,3	Subtotal	746	52,1
	Outros 210	937	65,7	Outros 200	686	47,9
	Total	1.426	100	Total	1.432	100

f) 1820-1829

	Feminino			Masculino		
	Nome	NA	%	Nome	NA	%
1	Maria	444	24,6	José	270	14,0
2	Ana	92	5,1	Antônio	223	11,6
3	Francisca	91	5,0	Manuel	216	11,2
4	Joaquina	74	4,1	João	207	10,8
5	Rita	65	3,6	Francisco	133	6,9
	Subtotal	766	42,5	Subtotal	1.049	54,6
	Outros 213	1.038	57,5	Outros 224	873	45,4
	Total	1.804	100	Total	1.922	100

g) 1830-1835

	Feminino			Masculino		
	Nome	NA	%	Nome	NA	%
1	Maria	204	21,7	José	137	19,4
2	Ana	39	4,1	João	137	19,4
3	Francisca	32	3,4	Antônio	102	14,5
4	Rita	28	3,0	Manuel	97	13,8
5	Luísa	25	2,7	Francisco	71	10,1
	Subtotal	328	34,8	Subtotal	544	77,2
	Outros 181	614	65,2	Outros 182	161	22,8
	Total	942	100	Total	705	100

Fonte: AHCMPA. **Batismos (1772-1835)**. Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre: Banco de dados NACAOB. Base Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015.

**APÊNDICE D – ORIGEM DOS PRENOMES USADOS NOS BATISMOS DE
LIVRES E FORROS EM PORTO ALEGRE POR DÉCADA**

a) 1772-1779

Origem do prenome	Feminino		Masculino	
	NA	%	NA	%
Pai/mãe	24	13,4	28	17,1
Só pai/só mãe	8	4,5	9	5,5
Avô/avó	30	16,8	30	18,3
Só avô/só avó	9	5,0	8	4,9
Padrinho/madrinha	31	17,3	53	32,3
Só padrinho/Só madrinha	20	11,2	35	21,3
Pais+avós	14	7,8	14	8,5
Só pais+avós	12	6,7	9	5,5
Pais+padrinhos	4	2,2	10	6,1
Só pais+padrinhos	2	1,1	5	3,0
Avós+padrinhos	9	5,0	13	7,9
Só avós+padrinhos	7	3,9	8	4,9
Pais+avós+padrinhos	2	1,1	5	3,0
Subtotal	60	33,5	79	48,2
Outras origens	119	66,5	85	51,8
Total Geral	179	100	164	100

b) 1780-1789

Origem do prenome	Feminino		Masculino	
	NA	%	NA	%
Pai/mãe	49	13,1	65	15,8
Só pai/só mãe	14	3,7	33	8,0
Avô/avó	54	14,4	55	13,3
Só avô/só avó	24	6,4	15	3,6
Padrinho/madrinha	76	20,3	146	35,4
Só padrinho/Só madrinha	49	13,1	108	26,2
Pais+avós	24	6,4	23	5,6
Só pais+avós	14	3,7	11	2,7
Pais+padrinhos	21	5,6	21	5,1
Só pais+padrinhos	11	2,9	9	2,2
Avós+padrinhos	16	4,3	29	7,0
Só avós+padrinhos	6	1,6	17	4,1
Pais+avós+padrinhos	10	2,7	12	2,9
Subtotal	128	34,1	205	49,8
Outras origens	247	65,9	207	50,2
Total Geral	375	100	412	100

c) 1790-1799

Origem do prenome	Feminino		Masculino	
	NA	%	NA	%
Pai/mãe	86	13,6	129	19,6
Só pai/só mãe	43	6,8	50	7,6
Avô/avó	82	13,0	120	18,3
Só avô/só avó	36	5,7	39	5,9
Padrinho/madrinha	165	26,1	255	38,8
Só padrinho/Só madrinha	114	18,0	162	24,7
Pais+avós	24	3,8	44	6,7
Só pais+avós	14	2,2	23	3,5
Pais+padrinhos	29	4,6	56	8,5
Só pais+padrinhos	19	3,0	35	5,3
Avós+padrinhos	32	5,1	58	8,8
Só avós+padrinhos	22	3,5	37	5,6
Pais+avós+padrinhos	10	1,6	21	3,2
Subtotal	258	40,8	367	55,9
Outras origens	375	59,2	290	44,1
Total Geral	633	100	657	100

d) 1800-1809

Origem do prenome	Feminino		Masculino	
	NA	%	NA	%
Pai/mãe	147	15,0	162	17,2
Só pai/só mãe	83	8,5	76	8,1
Avô/avó	89	9,1	151	16,0
Só avô/só avó	40	4,1	42	4,5
Padrinho/madrinha	235	24,1	365	38,7
Só padrinho/Só madrinha	169	17,3	252	26,8
Pais+avós	28	2,9	51	5,4
Só pais+avós	19	1,9	31	3,3
Pais+padrinhos	45	4,6	55	5,8
Só pais+padrinhos	36	3,7	35	3,7
Avós+padrinhos	30	3,1	78	8,3
Só avós+padrinhos	21	2,1	58	6,2
Pais+avós+padrinhos	9	0,9	20	2,1
Subtotal	377	38,6	514	54,6
Outras origens	600	61,4	428	45,4
Total Geral	977	100	942	100

e) 1810-1819

Origem do prenome	Feminino		Masculino	
	NA	%	NA	%
Pai/mãe	211	14,8	263	18,4
Só pai/só mãe	107	7,5	115	8,0
Avô/avó	181	12,7	249	17,4
Só avô/só avó	80	5,6	70	4,9
Padrinho/madrinha	391	27,4	553	38,6
Só padrinho/Só madrinha	270	18,9	363	25,3
Pais+avós	56	3,9	95	6,6
Só pais+avós	28	2,0	42	2,9
Pais+padrinhos	76	5,3	106	7,4
Só pais+padrinhos	48	3,4	53	3,7
Avós+padrinhos	73	5,1	137	9,6
Só avós+padrinhos	45	3,2	84	5,9
Pais+avós+padrinhos	28	2,0	53	3,7
Subtotal	606	42,5	780	54,5
Outras origens	820	57,5	652	45,5
Total Geral	1.426	100	1.432	100

f) 1820-1829

Origem do prenome	Feminino		Masculino	
	NA	%	NA	%
Pai/mãe	367	20,3	453	23,6
Só pai/só mãe	138	7,6	185	9,6
Avô/avó	419	23,2	414	21,5
Só avô/só avó	153	8,5	123	6,4
Padrinho/madrinha	626	34,7	781	40,6
Só padrinho/Só madrinha	364	20,2	509	26,5
Pais+avós	162	9,0	190	9,9
Só pais+avós	71	3,9	97	5,0
Pais+padrinhos	158	8,8	171	8,9
Só pais+padrinhos	67	3,7	78	4,1
Avós+padrinhos	195	10,8	194	10,1
Só avós+padrinhos	104	5,8	101	5,3
Pais+avós+padrinhos	91	5,0	93	4,8
Subtotal	988	54,8	1.186	61,7
Outras origens	816	45,2	736	38,3
Total Geral	1.804	100	1.922	100

g) 1830-1835

Origem do prenome	Feminino		Masculino	
	NA	%	NA	%
Pai/mãe	184	19,5	245	34,8
Só pai/só mãe	65	6,9	109	15,5
Avô/avó	194	20,6	245	34,8
Só avô/só avó	66	7,0	76	10,8
Padrinho/madrinha	330	35,0	355	50,4
Só padrinho/Só madrinha	196	20,8	219	31,1
Pais+avós	77	8,2	103	14,6
Só pais+avós	36	3,8	66	9,4
Pais+padrinhos	83	8,8	70	9,9
Só pais+padrinhos	42	4,5	33	4,7
Avós+padrinhos	92	9,8	103	14,6
Só avós+padrinhos	51	5,4	66	9,4
Pais+avós+padrinhos	41	4,4	37	5,2
Subtotal	497	52,8	606	86,0
Outras origens	445	47,2	99	14,0
Total Geral	942	100	705	100

Fonte: AHCMPA. **Batismos (1772-1835)**. Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre: Banco de dados NACAOB. Base Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015.

**APÊNDICE E – ORIGEM DOS PRENOMES USADOS NOS BATISMOS DE
LIVRES E FORROS EM PORTO ALEGRE POR LEGITIMIDADE**

a) Legítimo

Origem do prenome	Feminino		Masculino	
	NA	%	NA	%
Pai/mãe	909	19,2	1.254	25,6
Só pai/só mãe	386	8,1	526	10,7
Avô/avó	998	21,1	1.218	24,9
Só avô/só avó	394	8,3	353	7,2
Padrinho/madrinha	1.455	30,7	1.974	40,3
Só padrinho/Só madrinha	873	18,4	1.159	23,7
Pais+avós	360	7,6	507	10,4
Só pais+avós	185	3,9	271	5,5
Pais+padrinhos	338	7,1	457	9,3
Só pais+padrinhos	163	3,4	221	4,5
Avós+padrinhos	419	8,8	594	12,1
Só avós+padrinhos	244	5,2	358	7,3
Pais+avós+padrinhos	175	3,7	236	4,8
Subtotal	2.420	51,1	3.124	63,8
Outras origens	2.317	48,9	1.771	36,2
Total Geral	4.737	100	4.895	100

b) Ilegítimo/natural

Origem do prenome	Feminino		Masculino	
	NA	%	NA	%
Pai/mãe	159	13,6	91	7,8
Só pai/só mãe	72	6,2	51	4,4
Avô/avó	51	4,4	46	3,9
Só avô/só avó	14	1,2	20	1,7
Padrinho/madrinha	301	25,8	393	33,5
Só padrinho/Só madrinha	211	18,1	348	29,7
Pais+avós	25	2,1	13	1,1
Só pais+avós	9	0,8	8	0,7
Pais+padrinhos	78	6,7	32	2,7
Só pais+padrinhos	62	5,3	27	2,3
Avós+padrinhos	28	2,4	18	1,5
Só avós+padrinhos	12	1,0	13	1,1
Pais+avós+padrinhos	16	1,4	5	0,4
Subtotal	396	34,0	472	40,3
Outras origens	770	66,0	700	59,7
Total Geral	1.166	100	1.172	100

c) Exposto

Origem do prenome	Feminino		Masculino	
	NA	%	NA	%
Receptor	38	10,6	57	15,4
Só receptor	17	4,7	11	3,0
Padrinho/madrinha	98	27,2	141	38,1
Só padrinho/Só madrinha	77	21,4	95	25,7
Receptores+padrinhos	21	5,8	46	12,4
Subtotal	115	31,9	152	41,1
Outras origens	245	68,1	218	58,9
Total Geral	360	100	412	100

Fonte: AHCMPA. **Batismos (1772-1835)**. Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre: Banco de dados NACAOB. Base Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015.

**APÊNDICE F – ORIGEM DOS PRENOMES USADOS NOS BATISMOS DE LIVRES
E FORROS EM PORTO ALEGRE POR COR OU GRUPO DE PROCEDÊNCIA**

a) Não consta cor ou grupo de procedência

Origem do prenome	Feminino		Masculino	
	NA	%	NA	%
Pai/mãe	1.024	16,9	1.314	21,2
Só pai/só mãe	429	7,1	558	9,0
Avô/avó	1.047	17,3	1.263	20,3
Só avô/só avó	408	6,7	373	6,0
Padrinho/madrinha	1.791	29,6	2.402	38,7
Só padrinho/Só madrinha	1.134	18,7	1.553	25,0
Pais+avós	383	6,3	519	8,4
Só pais+avós	194	3,2	278	4,5
Pais+padrinhos	401	6,6	478	7,7
Só pais+padrinhos	212	3,5	237	3,8
Avós+padrinhos	445	7,4	612	9,9
Só avós+padrinhos	256	4,2	371	6,0
Pais+avós+padrinhos	189	3,1	241	3,9
Subtotal	2.822	46,6	3.611	58,1
Outras origens	3.228	53,4	2.600	41,9
Total Geral	6.050	100	6.211	100

b) Indígena

Origem do prenome	Feminino		Masculino	
	NA	%	NA	%
Pai/mãe	18	23,7	8	15,1
Só pai/só mãe	8	10,5	5	9,4
Avô/avó	0	0,0	0	0,0
Só avô/só avó	0	0,0	0	0,0
Padrinho/madrinha	18	23,7	18	34,0
Só padrinho/Só madrinha	8	10,5	15	28,3
Pais+avós	0	0,0	0	0,0
Só pais+avós	0	0,0	0	0,0
Pais+padrinhos	10	13,2	3	5,7
Só pais+padrinhos	10	13,2	3	5,7
Avós+padrinhos	0	0,0	0	0,0
Só avós+padrinhos	0	0,0	0	0,0
Pais+avós+padrinhos	0	0,0	0	0,0
Subtotal	26	34,2	23	43,4
Outras origens	50	65,8	30	56,6
Total Geral	76	100	53	100

c) Parda

Origem do prenome	Feminino		Masculino	
	NA	%	NA	%
Pai/mãe	21	12,7	14	7,6
Só pai/só mãe	17	10,2	8	4,3
Avô/avó	2	1,2	1	0,5
Só avô/só avó	0	0,0	0	0,0
Padrinho/madrinha	30	18,1	64	34,6
Só padrinho/Só madrinha	26	15,7	59	31,9
Pais+avós	2	1,2	1	0,5
Só pais+avós	0	0,0	1	0,5
Pais+padrinhos	4	2,4	5	2,7
Só pais+padrinhos	2	1,2	5	2,7
Avós+padrinhos	2	1,2	0	0,0
Só avós+padrinhos	0	0,0	0	0,0
Pais+avós+padrinhos	2	1,2	0	0,0
Subtotal	47	28,3	73	39,5
Outras origens	119	71,7	112	60,5
Total Geral	166	100	185	100

d) Outras

Origem do prenome	Feminino		Masculino	
	NA	%	NA	%
Pai/mãe	5	11,4	9	15,3
Só pai/só mãe	4	9,1	6	10,2
Avô/avó	0	0,0	0	0,0
Só avô/só avó	0	0,0	0	0,0
Padrinho/madrinha	15	34,1	24	40,7
Só padrinho/Só madrinha	14	31,8	21	35,6
Pais+avós	0	0,0	0	0,0
Só pais+avós	0	0,0	0	0,0
Pais+padrinhos	1	2,3	3	5,1
Só pais+padrinhos	1	2,3	3	5,1
Avós+padrinhos	0	0,0	0	0,0
Só avós+padrinhos	0	0,0	0	0,0
Pais+avós+padrinhos	0	0,0	0	0,0
Subtotal	19	43,2	30	50,8
Outras origens	25	56,8	29	49,2
Total Geral	44	100	59	100

Fonte: AHCMPA. **Batismos (1772-1835)**. Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre: Banco de dados NACAOB. Base Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015.

**APÊNDICE G – ORIGEM DOS PRENOMES USADOS NOS BATISMOS DE
LIVRES E FORROS EM PORTO ALEGRE POR CONDIÇÃO JURÍDICA**

a) Livre

Origem do prenome	Feminino		Masculino	
	NA	%	NA	%
Pai/mãe	1.068	17,0	1.341	20,8
Só pai/só mãe	458	7,3	575	8,9
Avô/avó	1.049	16,7	1.264	19,6
Só avô/só avó	408	6,5	373	5,8
Padrinho/madrinha	1.838	29,3	2.489	38,6
Só padrinho/Só madrinha	1.166	18,6	1.631	25,3
Pais+avós	385	6,1	520	8,1
Só pais+avós	194	3,1	279	4,3
Pais+padrinhos	416	6,6	487	7,6
Só pais+padrinhos	225	3,6	246	3,8
Avós+padrinhos	447	7,1	612	9,5
Só avós+padrinhos	256	4,1	371	5,8
Pais+avós+padrinhos	191	3,0	241	3,7
Subtotal	2.898	46,1	3.716	57,6
Outras origens	3.383	53,9	2.734	42,4
Total Geral	6.281	100	6.450	100

b) Forro

Origem do prenome	Feminino		Masculino	
	NA	%	NA	%
Pai/mãe	0	0,0	4	6,9
Só pai/só mãe	0	0,0	2	3,4
Avô/avó	0	0,0	0	0,0
Só avô/só avó	0	0,0	0	0,0
Padrinho/madrinha	16	29,1	19	32,8
Só padrinho/Só madrinha	16	29,1	17	29,3
Pais+avós	0	0,0	0	0,0
Só pais+avós	0	0,0	0	0,0
Pais+padrinhos	0	0,0	2	3,4
Só pais+padrinhos	0	0,0	2	3,4
Avós+padrinhos	0	0,0	0	0,0
Só avós+padrinhos	0	0,0	0	0,0
Pais+avós+padrinhos	0	0,0	0	0,0
Subtotal	16	29,1	21	36,2
Outras origens	39	70,9	37	63,8
Total Geral	55	100	58	100

Fonte: AHCMPA. **Batismos (1772-1835)**. Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre: Banco de dados NACAOB. Base Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015.

**APÊNDICE H – PRESENÇA DE SEGUNDOS NOMES E/OU SOBRENOMES EM
ÓBITOS DE LIVRES E FORROS (IDADE INFORMADA IGUAL OU SUPERIOR A
QUINZE ANOS) EM PORTO ALEGRE**

a) Por década

Década	Feminino				Masculino			
	Só prenome		Outros nomes		Só prenome		Outros nomes	
	NA	%	NA	%	NA	%	NA	%
1772-1779	0	0,0	28	100	4	2,5	153	97,5
1780-1789	12	22,2	42	77,8	20	18,3	89	81,7
1790-1799	7	13,2	46	86,8	9	6,4	132	93,6
1800-1809	36	18,2	162	81,8	45	9,7	417	90,3
1810-1819	40	13,4	259	86,6	62	8,4	673	91,6
1820-1829	69	14,4	411	85,6	74	10,7	619	89,3
1830-1835	42	11,4	327	88,6	35	7,8	413	92,2
Total	206	13,9	1.275	86,1	249	9,1	2.496	90,9

b) Por condição jurídica

Condição jurídica	Feminino				Masculino			
	Só prenome		Outros nomes		Só prenome		Outros nomes	
	NA	%	NA	%	NA	%	NA	%
Livre	99	8,4	1.074	91,6	141	5,7	2.317	94,3
Forro	107	34,7	201	65,3	108	37,6	179	62,4
Total	206	13,9	1.275	86,1	249	9,1	2.496	90,9

c) Por cor ou grupo de procedência

Cor ou grupo de procedência	Feminino				Masculino			
	Só prenome		Outros nomes		Só prenome		Outros nomes	
	NA	%	NA	%	NA	%	NA	%
Não consta	65	6,1	1.006	93,9	70	3,0	2.255	97,0
Indígena	12	28,6	30	71,4	31	41,9	43	58,1
Parda	12	12,4	85	87,6	21	21,4	77	78,6
Crioula	25	36,8	43	63,2	19	50,0	19	50,0
Preta	49	48,0	53	52,0	68	54,0	58	46,0
Outra	43	42,6	58	57,4	40	47,6	44	52,4
Total	206	13,9	1.275	86,1	249	9,1	2.496	90,9

d) Por atributo

Presença (ou ausência) de atributo	Feminino				Masculino			
	Só prenome		Outros nomes		Só prenome		Outros nomes	
	NA	%	NA	%	NA	%	NA	%
Sem atributo	205	15,7	1.104	84,3	244	11,5	1.874	88,5
Com atributo	1	0,6	171	99,4	5	0,8	622	99,2
Total	206	13,9	1.275	86,1	249	9,1	2.496	90,9

Fonte: AHCMPA. **Batismos (1772-1835)**. Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre: Banco de dados NACAOB. Base Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015.

**APÊNDICE I – ORIGEM DOS SEGUNDOS NOMES E/OU SOBRENOMES DOS
NUBENTES LIVRES E FORROS EM PORTO ALEGRE POR DÉCADA**

a) 1772-1779

Origem do(s) nome(s)	Noivas		Noivos	
	NA	%	NA	%
Um nome	44	44,0	21	21,0
Pai	6	6,0	11	11,0
Mãe	8	8,0	1	1,0
Outra	30	30,0	9	9,0
Dois ou mais nomes	54	54,0	79	79,0
Só pai	0	0,0	17	17,0
Só mãe	3	3,0	1	1,0
Pai e mãe	0	0,0	9	9,0
Pai e outra	9	9,0	30	30,0
Mãe e outra	12	12,0	6	6,0
Pai, mãe e outra	1	1,0	3	3,0
Só outra	29	29,0	13	13,0
Subtotal	98	98,0	100	100
Só prenome	2	2,0	0	0,0
TOTAL	100	100	100	100

b) 1780-1789

Origem do(s) nome(s)	Noivas		Noivos	
	NA	%	NA	%
Um nome	75	45,2	32	19,8
Pai	8	4,8	17	10,5
Mãe	14	8,4	1	0,6
Outra	53	31,9	14	8,6
Dois ou mais nomes	79	47,6	122	75,3
Só pai	5	3,0	27	16,7
Só mãe	5	3,0	1	0,6
Pai e mãe	8	4,8	8	4,9
Pai e outra	10	6,0	46	28,4
Mãe e outra	15	9,0	5	3,1
Pai, mãe e outra	0	0,0	1	0,6
Só outra	36	21,7	34	21,0
Subtotal	154	92,8	154	95,1
Só prenome	12	7,2	8	4,9
TOTAL	166	100	162	100

c) 1790-1799

Origem do(s) nome(s)	Noivas		Noivos	
	NA	%	NA	%
Um nome	106	37,1	63	21,9
Pai	6	2,1	30	10,4
Mãe	15	5,2	3	1,0
Outra	85	29,7	30	10,4
Dois ou mais nomes	169	59,1	210	72,9
Só pai	6	2,1	76	26,4
Só mãe	16	5,6	0	0,0
Pai e mãe	9	3,1	14	4,9
Pai e outra	21	7,3	58	20,1
Mãe e outra	33	11,5	5	1,7
Pai, mãe e outra	2	0,7	1	0,3
Só outra	82	28,7	56	19,4
Subtotal	275	96,2	273	94,8
Só prenome	11	3,8	15	5,2
TOTAL	286	100	288	100

d) 1800-1809

Origem do(s) nome(s)	Noivas		Noivos	
	NA	%	NA	%
Um nome	162	33,2	135	27,6
Pai	5	1,0	57	11,6
Mãe	41	8,4	2	0,4
Outra	116	23,8	76	15,5
Dois ou mais nomes	297	60,9	324	66,1
Só pai	6	1,2	101	20,6
Só mãe	41	8,4	2	0,4
Pai e mãe	18	3,7	14	2,9
Pai e outra	39	8,0	106	21,6
Mãe e outra	72	14,8	12	2,4
Pai, mãe e outra	3	0,6	0	0,0
Só outra	118	24,2	89	18,2
Subtotal	459	94,1	459	93,7
Só prenome	29	5,9	31	6,3
TOTAL	488	100	490	100

e) 1810-1819

Origem do(s) nome(s)	Noivas		Noivos	
	NA	%	NA	%
Um nome	109	21,8	99	19,7
Pai	16	3,2	35	7,0
Mãe	27	5,4	4	0,8
Outra	66	13,2	60	12,0
Dois ou mais nomes	376	75,4	395	78,7
Só pai	23	4,6	144	28,7
Só mãe	66	13,2	1	0,2
Pai e mãe	21	4,2	12	2,4
Pai e outra	53	10,6	122	24,3
Mãe e outra	70	14,0	9	1,8
Pai, mãe e outra	5	1,0	4	0,8
Só outra	138	27,7	103	20,5
Subtotal	485	97,2	494	98,4
Só prenome	14	2,8	8	1,6
TOTAL	499	100	502	100

f) 1820-1829

Origem do(s) nome(s)	Noivas		Noivos	
	NA	%	NA	%
Um nome	113	14,7	117	15,2
Pai	19	2,5	63	8,2
Mãe	37	4,8	4	0,5
Outra	57	7,4	50	6,5
Dois ou mais nomes	643	83,7	633	82,1
Só pai	36	4,7	250	32,4
Só mãe	84	10,9	2	0,3
Pai e mãe	80	10,4	34	4,4
Pai e outra	103	13,4	166	21,5
Mãe e outra	112	14,6	19	2,5
Pai, mãe e outra	11	1,4	4	0,5
Só outra	217	28,3	158	20,5
Subtotal	756	98,4	750	97,3
Só prenome	12	1,6	21	2,7
TOTAL	768	100	771	100

g) 1830-1835

Origem do(s) nome(s)	Noivas		Noivos	
	NA	%	NA	%
Um nome	70	12,0	81	13,8
Pai	13	2,2	39	6,7
Mãe	19	3,2	3	0,5
Outra	38	6,5	39	6,7
Dois ou mais nomes	506	86,5	479	81,7
Só pai	21	3,6	189	32,3
Só mãe	93	15,9	6	1,0
Pai e mãe	57	9,7	30	5,1
Pai e outra	89	15,2	132	22,5
Mãe e outra	96	16,4	14	2,4
Pai, mãe e outra	6	1,0	1	0,2
Só outra	144	24,6	107	18,3
Subtotal	576	98,5	560	95,6
Só prenome	9	1,5	26	4,4
TOTAL	585	100	586	100

Fonte: AHCMPA. **Casamentos (1772-1835)**. Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre: Banco de dados NACAOB. Base Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015.

**APÊNDICE J – ORIGEM DOS SEGUNDOS NOMES E/OU SOBRENOMES DOS
NUBENTES LIVRES E FORROS EM PORTO ALEGRE POR LEGITIMIDADE**

a) Legítimo

Origem do(s) nome(s)	Noivas		Noivos	
	NA	%	NA	%
Um nome	439	21,0	367	16,4
Pai	69	3,3	246	11,0
Mãe	143	6,8	15	0,7
Outra	227	10,8	106	4,7
Dois ou mais nomes	1.636	78,1	1.826	81,7
Só pai	92	4,4	798	35,7
Só mãe	281	13,4	13	0,6
Pai e mãe	192	9,2	120	5,4
Pai e outra	315	15,0	652	29,2
Mãe e outra	363	17,3	58	2,6
Pai, mãe e outra	27	1,3	14	0,6
Só outra	366	17,5	171	7,6
Subtotal	2.075	99,0	2.193	98,1
Só prenome	20	1,0	43	1,9
TOTAL	2.095	100	2.236	100

b) Ilegítimo

Origem do(s) nome(s)	Noivas		Noivos	
	NA	%	NA	%
Um nome	67	25,1	33	20,6
Pai	3	1,1	4	2,5
Mãe	18	6,7	3	1,9
Outra	46	17,2	26	16,3
Dois ou mais nomes	195	73,0	124	77,5
Só pai	4	1,5	4	2,5
Só mãe	27	10,1	0	0,0
Pai e mãe	1	0,4	0	0,0
Pai e outra	6	2,2	8	5,0
Mãe e outra	43	16,1	12	7,5
Pai, mãe e outra	1	0,4	0	0,0
Só outra	113	42,3	100	62,5
Subtotal	262	98,1	157	98,1
Só prenome	5	1,9	3	1,9
TOTAL	267	100	160	100

Fonte: AHCMPA. **Casamentos (1772-1835)**. Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre: Banco de dados NACAOB. Base Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015.

**APÊNDICE K – ORIGEM DOS SEGUNDOS NOMES E/OU SOBRENOMES DOS
NUBENTES LIVRES E FORROS EM PORTO ALEGRE POR CONDIÇÃO
JURÍDICA**

a) Livre

Origem do(s) nome(s)	Noivas		Noivos	
	NA	%	NA	%
Um nome	633	23,0	497	17,8
Pai	72	2,6	249	8,9
Mãe	157	5,7	18	0,6
Outra	404	14,7	230	8,3
Dois ou mais nomes	2.050	74,4	2.188	78,6
Só pai	97	3,5	802	28,8
Só mãe	303	11,0	13	0,5
Pai e mãe	193	7,0	121	4,3
Pai e outra	321	11,6	656	23,6
Mãe e outra	404	14,7	67	2,4
Pai, mãe e outra	28	1,0	14	0,5
Só outra	704	25,5	515	18,5
Subtotal	2.683	97,4	2.685	96,4
Só prenome	73	2,6	100	3,6
TOTAL	2.756	100	2.785	100

b) Forro

Origem do(s) nome(s)	Noivas		Noivos	
	NA	%	NA	%
Um nome	46	33,8	51	44,7
Pai	1	0,7	3	2,6
Mãe	4	2,9	0	0,0
Outra	41	30,1	48	42,1
Dois ou mais nomes	74	54,4	54	47,4
Só pai	0	0,0	2	1,8
Só mãe	5	3,7	0	0,0
Pai e mãe	0	0,0	0	0,0
Pai e outra	3	2,2	4	3,5
Mãe e outra	6	4,4	3	2,6
Pai, mãe e outra	0	0,0	0	0,0
Só outra	60	44,1	45	39,5
Subtotal	120	88,2	105	92,1
Só prenome	16	11,8	9	7,9
TOTAL	136	100	114	100

Fonte: AHCMPA. **Casamentos (1772-1835)**. Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre: Banco de dados NACAOB. Base Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015.

**APÊNDICE L – ORIGEM DOS SEGUNDOS NOMES E/OU SOBRENOMES DOS
NUBENTES LIVRES E FORROS EM PORTO ALEGRE POR COR OU GRUPO DE
PROCEDÊNCIA**

a) Não consta cor ou grupo de procedência

Origem do(s) nome(s)	Noivas		Noivos	
	NA	%	NA	%
Um nome	572	22,0	448	16,9
Pai	70	2,7	249	9,4
Mãe	153	5,9	17	0,6
Outra	349	13,4	182	6,9
Dois ou mais nomes	2.007	77,1	2.154	81,3
Só pai	97	3,7	799	30,2
Só mãe	299	11,5	13	0,5
Pai e mãe	193	7,4	121	4,6
Pai e outra	320	12,3	655	24,7
Mãe e outra	396	15,2	65	2,5
Pai, mãe e outra	28	1,1	14	0,5
Só outra	674	25,9	487	18,4
Subtotal	2.579	99,1	2.602	98,2
Só prenome	23	0,9	48	1,8
TOTAL	2.602	100	2.650	100

b) Indígena

Origem do(s) nome(s)	Noivas		Noivos	
	NA	%	NA	%
Um nome	14	66,7	8	53,3
Pai	0	0,0	0	0,0
Mãe	0	0,0	0	0,0
Outra	14	66,7	8	53,3
Dois ou mais nomes	4	19,0	4	26,7
Só pai	0	0,0	1	6,7
Só mãe	0	0,0	0	0,0
Pai e mãe	0	0,0	0	0,0
Pai e outra	0	0,0	0	0,0
Mãe e outra	1	4,8	0	0,0
Pai, mãe e outra	0	0,0	0	0,0
Só outra	3	14,3	3	20,0
Subtotal	18	85,7	12	80,0
Só prenome	3	14,3	3	20,0
TOTAL	21	100	15	100

c) Parda

Origem do(s) nome(s)	Noivas		Noivos	
	NA	%	NA	%
Um nome	24	35,8	19	30,6
Pai	1	1,5	2	3,2
Mãe	5	7,5	1	1,6
Outra	18	26,9	16	25,8
Dois ou mais nomes	41	61,2	39	62,9
Só pai	0	0,0	2	3,2
Só mãe	8	11,9	0	0,0
Pai e mãe	0	0,0	0	0,0
Pai e outra	2	3,0	3	4,8
Mãe e outra	10	14,9	5	8,1
Pai, mãe e outra	0	0,0	0	0,0
Só outra	21	31,3	29	46,8
Subtotal	65	97,0	58	93,5
Só prenome	2	3,0	4	6,5
TOTAL	67	100	62	100

d) Crioula

Origem do(s) nome(s)	Noivas		Noivos	
	NA	%	NA	%
Um nome	14	32,6	9	52,9
Pai	1	2,3	1	5,9
Mãe	3	7,0	0	0,0
Outra	10	23,3	8	47,1
Dois ou mais nomes	24	55,8	6	35,3
Só pai	0	0,0	2	11,8
Só mãe	1	2,3	0	0,0
Pai e mãe	0	0,0	0	0,0
Pai e outra	2	4,7	0	0,0
Mãe e outra	2	4,7	0	0,0
Pai, mãe e outra	0	0,0	0	0,0
Só outra	19	44,2	4	23,5
Subtotal	38	88,4	15	88,2
Só prenome	5	11,6	2	11,8
TOTAL	43	100	17	100

e) Preta

Origem do(s) nome(s)	Noivas		Noivos	
	NA	%	NA	%
Um nome	4	36,4	9	64,3
Pai	0	0,0	0	0,0
Mãe	0	0,0	0	0,0
Outra	4	36,4	9	64,3
Dois ou mais nomes	4	36,4	3	21,4
Só pai	0	0,0	0	0,0
Só mãe	0	0,0	0	0,0
Pai e mãe	0	0,0	0	0,0
Pai e outra	0	0,0	0	0,0
Mãe e outra	0	0,0	0	0,0
Pai, mãe e outra	0	0,0	0	0,0
Só outra	4	36,4	3	21,4
Subtotal	8	72,7	12	85,7
Só prenome	3	27,3	2	14,3
TOTAL	11	100	14	100

f) Outra

Origem do(s) nome(s)	Noivas		Noivos	
	NA	%	NA	%
Um nome	51	34,5	55	39,0
Pai	1	0,7	0	0,0
Mãe	0	0,0	0	0,0
Outra	50	33,8	55	39,0
Dois ou mais nomes	44	29,7	36	25,5
Só pai	0	0,0	0	0,0
Só mãe	0	0,0	0	0,0
Pai e mãe	0	0,0	0	0,0
Pai e outra	0	0,0	2	1,4
Mãe e outra	1	0,7	0	0,0
Pai, mãe e outra	0	0,0	0	0,0
Só outra	43	29,1	34	24,1
Subtotal	95	64,2	91	64,5
Só prenome	53	35,8	50	35,5
TOTAL	148	100	141	100

Fonte: AHCMPA. **Casamentos (1772-1835)**. Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre: Banco de dados NACAOB. Base Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015.

**APÊNDICE M – ORIGEM DOS SEGUNDOS NOMES E/OU SOBRENOMES DOS
NUBENTES LIVRES E FORROS EM PORTO ALEGRE POR ATRIBUTO**

a) Sem atributo

Origem do(s) nome(s)	Noivas		Noivos	
	NA	%	NA	%
Um nome	660	25,3	536	19,5
Pai	65	2,5	245	8,9
Mãe	160	6,1	18	0,7
Outra	435	16,6	273	9,9
Dois ou mais nomes	1.866	71,4	2.113	76,7
Só pai	76	2,9	772	28,0
Só mãe	296	11,3	13	0,5
Pai e mãe	156	6,0	113	4,1
Pai e outra	225	8,6	611	22,2
Mãe e outra	386	14,8	62	2,3
Pai, mãe e outra	16	0,6	9	0,3
Só outra	711	27,2	533	19,3
Subtotal	2.526	96,7	2.649	96,2
Só prenome	87	3,3	106	3,8
TOTAL	2.613	100	2.755	100

b) Com atributo

Origem do(s) nome(s)	Noivas		Noivos	
	NA	%	NA	%
Um nome	19	6,8	12	8,3
Pai	8	2,9	7	4,9
Mãe	1	0,4	0	0,0
Outra	10	3,6	5	3,5
Dois ou mais nomes	258	92,5	129	89,6
Só pai	21	7,5	32	22,2
Só mãe	12	4,3	0	0,0
Pai e mãe	37	13,3	8	5,6
Pai e outra	99	35,5	49	34,0
Mãe e outra	24	8,6	8	5,6
Pai, mãe e outra	12	4,3	5	3,5
Só outra	53	19,0	27	18,8
Subtotal	277	99,3	141	97,9
Só prenome	2	0,7	3	2,1
TOTAL	279	100	144	100

Fonte: AHCMPA. **Casamentos (1772-1835)**. Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre: Banco de dados NACAOB. Base Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015.

ANEXO A – TRANSCRIÇÃO DO TESTAMENTO DE ÂNGELA FRANCISCA COELHA

[f. 7v] Em nome de Deus e da Santíssima Trindade, Pai, Filho e Espírito Santo, três pessoas distintas e um só Deus verdadeiro, digo eu **Ângela Francisca Coelho**, natural da Freguesia da Serra, filha natural do capitão-mor **Francisco Coelho Osório** e de **Tomásia** [f. 8] **Cardosa**, já falecidos, estando eu doente de cama no meu perfeito juízo, declaro [...] e por não saber a hora que o Altíssimo determine a minha morte, faço este meu testamento solene da maneira e forma seguinte: Declaro que sempre vivi no estado de solteira em cujo estado tive seis filhos, [...] existem cinco, que são **Joana**, **Emerenciana**, **Timóteo**, **Angélica**, **Ana**, os quais são meus legítimos e universais herdeiros dos remanescentes dos meus bens, cumpridos os meus legados. Peço e rogo em primeiro delegar a minha filha **Angélica**, e em segundo lugar a minha irmã **Maria Cardosa**, e em terceiro lugar a minha irmã **Perpétua Francisca** queiram por serviço de Deus e por me fazerem [esmola] serem as minhas [f. 8v] testamentárias [...] de meus bens e benfeitoras de minha alma para o que [recomende] todos os poderes que [...] o tempo de um ano para prestar contas no juízo a que competir. Declaro que sou irmã das Irmandades de Nossa Senhora do Rosário, e da Conceição, as quais tenho pago os meus anuais. Declaro que o meu enterro será feito à eleição da minha testamentária. Declaro que possuo três lances de casas, a saber, um em que moro, e dois na Rua da Praia, e uma escrava da Costa de nome **Ana**, e alguns móveis de casa que as minhas testamentárias sabem. Declaro que tenho em poder de **Silvestre de Sousa Teles** dez doblas de que me não passou obrigação e clareza alguma, e o dito [f. 9] **Teles** não duvidará entregar a minha testamentária para com eles cumprir os meus legados. Declaro que a [...] mandarão dizer dezesseis missas da esmola do costume, a saber oito aplicadas pela alma da falecida minha Mãe e oito por minha alma. Declaro instituo por herdeiras dos remanescentes de minha terça aos meus Netos e igual parte. Declaro que minha irmã, digo, que a minha **Joana** por engano foi batizada como enjeitada, e por este meu testamento a reconheço por minha filha, e como tal, herdeira em igual parte, ficando de nenhum efeito o assento que se acha do batismo da dita. Declaro que não devo a pessoa alguma e nem também se me deve. E por esta forma tenho feito o meu solene testamento [f. 9v] e que peço e rogo às Justiças de Sua Majestade Imperial deem e façam de toda a força e vigor, digo,

de toda a força e seu inteiro vigor por ser esta minha última vontade, e se nele faltar alguma cláusula ou cláusulas das em direito necessárias aqui as dei como expressada, e declarada, como se de cada uma fizesse expressa e declarada menção e por não saber ler nem escrever pedi e roguei a **Antônio Peixoto do Prado** que este por mim escrevesse e a meu rogo assinou, digo, rogo assinasse. Porto Alegre, quatorze de junho de mil oitocentos e vinte e cinco. Assino a rogo de **Ângela Francisca Coelho, Antônio Peixoto do Prado**. Como testemunha que este vi a outorgante mandar escrever o presente testamento. **Manuel da Silva Maia do Nascimento**. [f. 10] **Joaquim Coelho Barbosa. João Antônio de Barros Silva**. Entre o nome de **João Pires de Almeida** estava o sinal de uma cruz **José de Bitencourt Cidade. Francisco Barreto Pereira Pinto**.

Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Processo Judicial/Inventário** – 891 – Inventariada: Ângela Francisca Coelho [manuscrito]. Porto Alegre, I Vara de Família e Sucessão, 1826. p. 7v-10. Localização: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

ANEXO B – TRANSCRIÇÃO DA RELAÇÃO DE BENS DEIXADOS POR ÂNGELA FRANCISCA COELHA

AVALIAÇÃO DE BENS

[f. 28] *MÓVEIS*

Declarou a inventariante haver ficado por falecimento de sua mãe **Angela Francisca Coelho** os bens seguintes, que sendo vistos pelos respectivos avaliadores do Conselho acharam valer as quantias adiante declaradas:

Quatro cadeiras de sala usadas que acharam valer cada uma quatrocentos réis e todas mil e seiscentos réis (1\$600);

Um oratório com três imagens de Santo Cristo, Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora do Rosário que acharam se podia trocar por dezesseis mil réis (16\$000);

Uma mesa de jacarandá usada três mil réis (3\$000);

Uma dita redonda pintada mil e seiscentos réis (1\$600);

Uma dita com uma aba e gaveta quatro mil e oitocentos réis (4\$800);

Uma cama de vento usada dois mil réis (2\$000);

Doze quadros de duzentos réis dois mil e quatrocentos réis (2\$400);

[f. 28v] Um espelho com o aro de jacarandá três mil e duzentos réis (3\$200);

Um dito mais ordinário mil réis (1\$000);

Duas cadeiras de pau seiscentos e quarenta réis (\$640);

Um armário usado dois mil réis (2\$000);

Duas caixas grandes usadas mil duzentos e oitenta réis (1\$280);

Duas ditas usadas mil réis (1\$000);

Um baú pequeno em bom uso quatro mil e oitocentos réis (4\$800);

Dois ditos já muito usados mil e seiscentos réis (1\$600);

Um banco cento e sessenta réis (\$160);

Um mocho com gaveta usado duzentos e quarenta réis (\$240);

Uma forma para meias cento e sessenta réis (\$160);

Um barril para água cento e sessenta réis (\$160).

[Subtotal: 47\$640]

ESCRAVOS

Declarou mais ter ficado uma escrava de nome **Ana** [de] Nação Cassange, estatura ordinária, com uma cria de nome **Bárbara**, de idade de cinco [f. 29] a seis anos, que acharam valer ambas duzentos e quarenta e três mil e duzentos réis (243\$200).

BENS DE RAIZ

Declarou mais haver ficado uma morada de casas, divididas em dois lances, com frente ao norte e fundos a meia quadra que acharam valer o quarto de três portas encostado ao sr. **João Tomás de Meneses** quinhentos e cinquenta mil réis (550\$000);

O quarto de duas portas acharam valer quatrocentos e cinquenta mil réis (450\$000);

Um quarto de casas na Rua Nova aonde mora a testamenteira, com fundos a meia quadra, com duas portas e um portão que acharam valer seiscentos mil réis (600\$000).

DÍVIDAS

Declarou dever ao casal **Silvestre de Sousa Teles** a quantia de cento e quinze mil réis (115\$000).

[Monte-mor: 2:006\$040]

[...]

PARTILHA

[f. 40v] Acharam ele Ministro e Partidores somarem os bens descritos e avaliados no presente Inventário o monte-mor da quantia de dois contos e oito mil e quarenta réis (2:008\$040).

Acharam ele Ministro e Partidores importar o funeral na soma e quantia de oitenta e seis mil e duzentos réis (86\$200).

Acharam ele Ministro e Partidores importar o monte-mor na soma e quantia de um conto [f. 41] novecentos e vinte e um mil oitocentos e quarenta réis (1:921\$840).

Acharam ele Ministro e Partidores importar a terça na soma e quantia de seiscentos e quarenta mil seiscentos e treze réis (640\$613).

Acharam ele Ministro e Partidores importar o monte partial na soma e quantia de um conto duzentos e oitenta e um mil duzentos e vinte e sete réis (1:281\$227).

Acharam ele Ministro e Partidores [...] legítima a cada herdeiro a soma e quantia de duzentos e cinquenta e seis mil duzentos e quarenta e cinco réis (256\$245).

Pagamento ao funeral da quantia de 86\$200 [réis]

Haverá para pagamento do funeral um dinheiro na mão de **Silvestre de Sousa Teles** oitenta e seis mil e duzentos réis (86\$200).

[...] [f. 41v]

Pagamento à terça da quantia de 640\$613 [réis]

Haverá para pagamento da terça as casas da Rua Nova no valor de seiscentos mil réis (600\$000).

Haverá mais um dinheiro na mão de **Silvestre de Sousa Teles** quarenta mil seiscentos e treze réis (40\$613).

[...] [f. 42]

Pagamento à herdeira Joana da quantia de 256\$245 [réis]

Haverá para esta herdeira em seu pagamento quatro cadeiras no valor de mil e seiscentos réis (1\$600).

Haverá mais um oratório com seis imagens no valor porque se pode trocar de dezesseis mil réis (16\$000).

Haverá mais um dinheiro na mão de **Silvestre de Sousa Teles** sessenta e dois mil setecentos e dezenove réis (62\$719).

Haverá mais no quarto de três portas frente ao Norte cento e setenta e cinco mil novecentos e vinte e seis réis (175\$926).

[...] [f. 42v]

*Pagamento ao herdeiro **Timóteo** da quantia de 256\$245 [réis]*

Haverá ao dito herdeiro em seu pagamento uma mesa com gavetas no valor de quatro mil e oitocentos réis (4\$800).

Haverá mais doze quadros no valor de dois mil e quatrocentos réis (2\$400).

Haverá mais um espelho no valor de três mil e duzentos réis (3\$200).

Haverá mais um dinheiro na mão de **Silvestre de Sousa Teles** sessenta e dois mil setecentos e dezessete réis (62\$717).

Haverá mais no quarto de três portas frente ao Norte cento e oitenta e três mil cento e vinte e oito réis (183\$128).

[...] [f. 43]

*Pagamento à herdeira **Ana** da quantia de 256\$245 [réis]*

Haverá à dita herdeira em seu pagamento duas caixas no valor de mil réis (1\$000).

Haverá mais dois baús no valor de mil e seiscentos réis (1\$600).

Haverá mais um barril no valor de cento e sessenta réis (\$160).

Haverá mais um mocho no valor de duzentos e quarenta réis (\$240).

[f. 43v] Haverá mais uma forma no valor de cento e sessenta réis (\$160).

Haverá mais um barril no valor de cento e sessenta réis (\$160).

Haverá mais um dinheiro na mão de **Silvestre de Sousa Teles** sessenta e um mil novecentos e setenta e nove réis (61\$979).

Haverá mais no quarto de três portas frente ao Norte cento e noventa mil novecentos e quarenta e seis réis (190\$946).

[...] [f. 44]

*Pagamento à herdeira **Emerenciana** da quantia de 256\$245 [réis]*

Haverá à dita herdeira em seu pagamento uma mesa de jacarandá no valor de três mil réis (3\$000).

Haverá mais uma dita redonda no valor de mil e seiscentos réis (1\$600).

Haverá mais uma cama de vento no valor de dois mil réis (2\$000).

Haverá mais um dinheiro na mão de **Silvestre de Sousa Teles** vinte e três mil cento e setenta e dois réis (23\$172).

Haverá mais no quarto de duas portas frente ao Norte a quantia de duzentos e vinte e seis mil quatrocentos e setenta e três réis (226\$473).

[...] [f. 44v]

*Pagamento à herdeira **Angélica** da quantia de 256\$245 [réis]*

Haverá à dita herdeira em seu pagamento um espelho no valor de mil réis (1\$000).

Haverá mais duas cadeiras no valor de seiscentos e quarenta réis (\$640).

Haverá mais um armário no valor de dois mil réis (2\$000).

Haverá mais duas caixas no valor de mil e duzentos e oitenta réis (1\$280).

Haverá mais um baú no valor de quatro mil e oitocentos réis (4\$800).

Haverá mais um dinheiro na mão de **Silvestre de Sousa Teles** vinte e três mil réis (23\$000).

Haverá mais no quarto de duas portas frente ao Norte a quantia de duzentos e vinte e três mil quinhentos e vinte e sete réis (223\$527).

[...]

Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Processo Judicial/Inventário** – 891 – Inventariada: Ângela Francisca Coelho [manuscrito]. Porto Alegre, I Vara de Família e Sucessão, 1826. p. 28-29/p. 40v-44v. Localização: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.